

VII SEMANA NACIONAL DE HISTÓRIA DO CFP/UFCG

Memórias e narrativas culturais



ANAIS ELETRÔNICOS CADERNO DE TEXTOS COMPLETOS

Unidade Acadêmica de Ciências Sociais - UACS
Centro de Formação de Professores - CFP
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

Fevereiro de 2016
Cajazeiras – PB

ANAIS ELETRÔNICOS DA VII SEMANA NACIONAL DE HISTÓRIA DO CFP/UFCG

Memórias e narrativas culturais

UACS/CFP/UFCG

Apoio:



FICHA CATALOGRÁFICA

ISSN: 2525-2836

VII Semana Nacional de História – Memórias e narrativas culturais
UACS/CFP/UFCG. Programação e Caderno de textos completos:
VII Semana Nacional de História –
Memórias e narrativas culturais.
Cajazeiras, Universidade Federal de Campina Grande, 2015.
1. História – Congressos. 2. Historiografia – Congressos. 3. Teoria da
História – Congressos. I. Universidade Federal de Campina Grande. II. Título.

COMISSÃO ORGANIZADORA

Comissão Central

Ana Vitoria Alexandre Dias (Discente)
Andressa Martins Santana (Discente)
Israel Pereira Barros (Discente)
Pedro Felipe Ribeiro Silva (Discente)
Raimundo Aquino de Moura Filho
(Discente - CAHIS)

Comissão Científica

Prof. Dra. Ana Rita Uhle
Prof. Dr. Hélio Ázara de Oliveira
Prof. Ms. Isamarc Gonçalves Lôbo
Profa. Dra. Mariana Moreira Neto
Prof. Dr. Osmar Luiz da Silva Filho
Prof. Dr. Rodrigo Ceballos
Profa. Dra. Rosemère Olímpio de
Santana
Professores de Outras Unidades
Acadêmicas e Instituições de Ensino
Superior

Comissão Financeira

Ana Vitoria Alexandre Dias
Andressa Martins Santana

Comissão de Infraestrutura

Bruno Teixeira Carlos
Francisco Adoniran da Costa Filho
Lucas Mangueira Lopes

Comissão de Divulgação

Fernanda Suyane Avelina dos Santos
Guilherme Alves Cavalcante
Raimundo Aquino de Moura Filho
Walther Nunes

Comissão de Atividades Culturais

Adriano Costa de Araújo
Pablú Pereira de Andrade
Pedro Felipe Ribeiro Silva
Walther Nunes

Comissão de Monitores

Israel Pereira Barros (Discente)
Tamires Pereira Clementino (Discente)

Alunos voluntários – monitores

Adriano Araújo
Alex Dionizio de Freitas
Alice Alves Maciel
Amanda de Sousa Rodrigues
Ana Maria Vieira da Silva
Ana Vitória Alexandre Dias

Andressa Martins Santana

Bruna Leite Bezerra

Bruno Carlos

Cláudia Cardoso de Oliveira

Danilo Nobre

Devino Guerra

Fernanda Heloisa de Souza

Francisco Iarlyson Santana de Andrade

Francisco Inácio de Sousa Neto

Gliverton Almeida Alves

Guilherme Alves Cavalcante

Isabelle Saraiva Tavares

Israel Pereira Barros

Jaine Maria da Silva

Jéssica Naiara Silva

José Rodrigues Filho

Josélio Batista de Souza

Katiana Alencar Bernardo

Luiz Ricardo do Nascimento

Maiza Ribeiro de Sousa

Maria de Fátima Assis Beserra

Maria Joedna Rodrigues Marques

Maria Larisse Elias da Silva

Maria Marleide Moraes Carlos

Maria Silvano da Silva

Maria Thaize dos Ramos Lira

Mirian Jossette de Sousa Oliveira

Natália Melo Ferreira

Pablú Pereira de Andrade

Paloma Pereira de Sousa

Paulo Cezar Sarmento Junior

Pedro Felipe

Raimundo Aquino Filho

Ranielton Dantas de Araujo

Raquel Vieira

Risoneide Silva de Araújo

Rodrigo Alves da Silva

Suzyanne Valeska Maciel de Sousa

Tamires Pereira Clementino

Tatiana de Sousa Lins

Walter Nunes

ANAIS ELETRÔNICOS DA VII SEMANA NACIONAL DE HISTÓRIA DO CFP/UFCG

Memórias e narrativas culturais

UACS/CFP/UFCG

**10 a 13 de novembro de 2015
Cajazeiras - PB**

2016 © Copyright Mundial

UACS – Unidade Acadêmica de Ciências Sociais – UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Formatação e organização: Yan Bezerra de Moraes (yanbmoraes@hotmail.com)

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS
É proibida a reprodução total ou parcial.
De qualquer forma ou por qualquer meio.
É proibida a reprodução total ou parcial,
De qualquer forma ou por qualquer meio,
A violação dos direitos autorais
(Lei nº 9.610/1998)

É crime estabelecido no Artigo 184 do Código Penal.

Solicitamos permuta
Rogamos scambio
Nous sollicitons l'enchange de numéro
Exchange requested
Wir bitten um Austausch

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO PROGRAMAÇÃO GERAL

SESSÕES COORDENADAS:

SC01. CULTURA E RELIGIOSIDADES

SOBREVIVÊNCIAS DO INCRÍVEL: UMA HISTÓRIA DAS NARRATIVAS DE BOTIJAS – *Ivanildo dos Santos Xavier Júnior e Alômia Abrantes da Silva*.....12

ENTRE O PODER DA “REZA” E A LIDERANÇA DO POVO: HISTÓRIAS DE VIDA DA LÍDER CAMPONESA JOSEFA ERMINA COBÉ – ALAGOA NOVA (1975-1984) – *Jadson Pereira Vieira*.....20

O ESPETACÚLO DA MORTE: A APARIÇÃO DO HERÓI REPRESENTADO A PARTIR DA APROPRIAÇÃO MIDIÁTICA – *Maiza Ribeiro de Sousa, Ranielton Dantas de Araújo e Rosilene Alves de Melo*.....30

“BORBOLETAS AZUIS”: DESCONTRUINDO VERDADES E DESFAZENDO TABUS – *Julhyane Cristine Oliveira Biserra, Kézia Jaiane Porfírio da Silva, Lucas Tadeu Borges Viana e Luciano Mendonça de Lima*.....46

A ARTE DE BENZER: O TRABALHO DE MULHERES BENZEDEIRAS DA COMUNIDADE DE ZUMBI, ALAGOA GRANDE – *Severino Ramos Santana da Silva*.....54

SC02. HISTÓRIA NAS MARGENS: SOCIEDADE, MEMÓRIA E ECONOMIA

A TRAJETÓRIA DE UM DESCENDENTE DE CONQUISTADORES: FRANCISCO DA ROCHA OLIVEIRA E SUAS REDES SOCIAIS NO SERTÃO DO PIANCÓ EM FINS DO SÉCULO XVIII – *Yan Bezerra de Moraes, Guerhansberger Tayllow Augusto Sarmento e Rodrigo Ceballos*.....60

SINAL VERMELHO: OS CARROCEIROS E O CRESCIMENTO URBANO MOSSOROENSE NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI – *Marcílio Lima Falcão e Micarla Natana Lopes Rebouças*.....71

SC03. TEORIA DA HISTÓRIA

A CIDADE DOS HOMENS: CONSIDERAÇÕES SOBRE A IDEIA DE HISTÓRIA EM SANTO AGOSTINHO – *Pedro Henrique Dantas Monteiro e Valter Ferreira Rodrigues*.....84

SC04. LITERATURA E HISTÓRIA

A REPRESENTAÇÃO DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL POR MACHADO DE ASSIS NO CONTO *PAI CONTRA MÃE* – *Ferdinando de Oliveira Figueirêdo e Elri Bandeira de Sousa*.....100

HISTÓRIA, LITERATURA E REPRESENTAÇÕES NO “ROMANCE DE AÇÚCAR” DE JOSÉ LINS DO REGO – <i>Maria Thaize dos Ramos Lira e Francisco Firmino Sales Neto</i>	114
THE IMPORTANCE OF BEING EARNEST: UMA CRÍTICA A SOCIEDADE VITORIANA – <i>Alyne Ferreira de Araújo e Francisco Edson de Freitas Lopes</i>	124
SC05. HISTÓRIA E PATRIMÔNIO	
O ENSINO DO PATRIMONIO IMATERIAL COMO RECURSO PARA APRENDIZAGEM CULTURAL – <i>Floreni Nunes de Carvalho e Juliana Ricarte Ferraro</i>	132
SC06: GÊNERO E SENSIBILIDADES	
AFIRMANDO A VIDA, ELABORANDO O FEMINISMO NA PARAÍBA: APONTAMENTOS A UMA ABORDAGEM HISTÓRICA – <i>Dayane Nascimento Sobreira</i>	139
POR UMA HISTÓRIA DO AMOR E DAS SENSIBILIDADES: ANÁLISE DO PROCESSO-CRIME DE DEFLORAMENTO NA CIDADE DE CAJAZEIRAS-PB EM 1935 – <i>Katiana Alencar Bernardo, Risoneide silva de Araújo e Rosemère Olímpio de Santana</i>	148
SC07. HISTÓRIA E MEMÓRIA	
NOS TERRITÓRIOS DA “LUTA DO PVO DE ALAGAMAR”: MEMÓRIAS E NARRATIVAS TECIDAS NA HISTÓRIA – <i>Lidiane Maria da Silva e Gildivan Francisco das Neves</i>	155
SC08. EXPERIÊNCIAS DE ENSINO	
O ESPAÇO DAS RUAS E AS POSSIBILIDADES DO ESTUDO HISTÓRICO NA EDUCAÇÃO – <i>João Paulo França</i>	166
“BRINCANDO” COM OS DOCUMENTOS TRABALHISTAS: PROPOSTAS E POSSIBILIDADES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA – <i>João Batista Gonçalves Bueno, Sandeilson Beserra Nunes e Mirelly Maciel Silva</i>	176
SC09. IMAGEM E HISTÓRIA	
A IMAGÉTICA NA LITERATURA DE CORDEL: ANÁLISE DO ACERVO JOSÉ ALVES SOBRINHO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – <i>José Rodrigues Filho e Rosilene Alves de Melo</i>	186
A IMAGEM DO NEGRO NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA COMO FONTE HISTÓRICA – <i>João Felix da Silveira Neto, Roberta Araujo Melo e Maria Lindaci Gomes de Souza</i>	198
A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL A PARTIR DAS OBRAS DE LEANDRO GOMES DE BARROS – <i>Thiago Acácio Raposo, José Rodrigues Filho e Rosilene Alves de Melo</i>	207

DOCÊNCIA COMPARTILHADA: REFLETINDO AS MULTIPLAS VISÕES ACERCA DA BELEZA A PARTIR DO USO DE IMAGENS RENASCENTISTAS (CHARGES, REVISTAS, FOTOGRAFIAS E PINTURAS) – *Risoneide Silva de Araújo, Maiza Ribeiro de Sousa e Rosemère Olímpio de Santana*.....222

APRESENTAÇÃO

Entre os dias 10 e 13 de novembro de 2015, no campus do Centro de Formação de Professores (Cajazeiras – Paraíba), ocorrerá a *VII Semana Nacional de História* da Universidade Federal de Campina Grande (CFP/UFCG). Organizada por alunos do Curso de Graduação em História, esta Semana acadêmica tem como objetivo dar continuidade a um evento científico que, desde 2009, consolida-se como espaço de trocas de experiências e de diálogos entre estudantes, professores e pesquisadores acerca da produção do conhecimento histórico e de áreas afins.

Com o tema *Memórias e Narrativas Culturais*, a 7^a edição da Semana Nacional de História CFP/UFCG busca congregar pesquisadores, jovens e experientes, para apresentarem e debaterem os resultados de seus estudos e pesquisas em torno dos diferentes modos pelos quais o tempo passado pode ser problematizado enquanto conhecimento, entre os quais a relação memória e narrativa parece ser um princípio interpretativo bastante profícuo e atual.

A escolha desse eixo temático, que pautará os debates promovidos durante o evento, decorre da necessidade de uma reflexão em torno do lugar destinado ao passado na sociedade contemporânea. Não obstante a institucionalização frequente de espaços e ações de cunho histórico, verifica-se uma sociedade cada vez mais centrada no presente imediato e nas expectativas daquilo que o futuro nos reserva. Isso, por sua vez, constitui uma notória tensão entre a emergência de novos e diferentes “usos do passado” e o lugar pouco expressivo que é destinado às experiências pretéritas nas ações dos homens e mulheres de nosso tempo.

Essa tensão pode ser vista, por exemplo, nos recentes protestos políticos que ocorreram em todo o território brasileiro. Na ocasião, acontecimentos da história política recente foram trazidos à tona com a finalidade de mobilizar a população, mesmo que instituindo memórias desprovidas de quaisquer análises mais críticas. Isso nos mostra como a memória, embora tantas vezes revisitada, é sempre atual e inserida em sociedades cada vez mais complexas, atravessadas por embates e conflitos.

Os debates em torno das *Memórias e Narrativas Culturais*, a se consolidarem durante a VII Semana Nacional de História do CFP/UFCG, terão alguns pontos de inflexão. Especialmente, a ideia que, na modernidade, as cidades se constituem como espaços privilegiados onde as memórias e as narrativas se alicerçam. A experiência de viver na cidade possibilita, cotidianamente, novas relações sociais com o tempo, sua

passagem e sua duração. Por esse motivo, a reflexão sobre o tempo se torna cada vez mais necessária e as narrativas que têm o tempo como fio condutor emergem como um saber investido de poder. Com a palavra os cronistas, memorialistas e historiadores que irão traduzir para o plano da escrita a luta incessante contra o esquecimento.

Memórias e narrativas se constituem, por outro lado, em práticas culturais, em linguagens e suscitam representações e imaginários que, na contemporaneidade, transitam entre a oralidade, a escrita e o audiovisual, desafiando cada vez mais os historiadores em suas práticas de pesquisa e na proposição de novas questões.

Dessa forma, entre os dias 10 e 13 de novembro de 2015, o Centro de Formação de Professores, da Universidade Federal de Campina Grande, em Cajazeiras, dará lugar a um espaço de debates para que os interessados no tema das *Memórias e Narrativas Culturais* possam apresentar os resultados de suas pesquisas e, consequentemente, proporem novos rumos ao tema em questão.

PROGRAMAÇÃO GERAL

DIA 10 DE NOVEMBRO

08:00hs às 12:00hs - Credenciamento

14:00hs às 17:30hs - Credenciamento

18:30hs - Apresentação Cultural

19:00hs às 22:30hs – Cerimônia e conferênciа de abertura
Conferencista Dr. Gilmar de Carvalho (UFC).

DIA 11 DE NOVEMBRO

08:00hs às 12:00hs - 1^a Mesa Redonda - Tema: Memórias da/na cidade: espaços e trajetórias definidoras do urbano.

- Dr. Joachin Melo Azevedo (UFCG)
- Dra. Renata Marinho Paz (URCA)
- Dr. Tiago Bernardon de Oliveira (UFPB)
- Ms. Isamarc Gonçalves Lôbo (UFCG) – Coordenação da Mesa

14:00hs às 18:00hs – Sessões Coordenadas

18:30hs às 22:30hs – Minicursos

DIA 12 DE NOVEMBRO

08:00hs às 12:00hs - 2^a Mesa Redonda - Tema: Narradores do tempo: memorialistas, historiadores e a escrita da história

- Dr. Francisco Firmino Sales Neto (UFCG)
- Dr. Elson de Assis Rabelo (UNIVASF)
- Dr. Joel Carlos de Souza Andrade (UFRN)
- Dra. Maria Lucinete Fortunato (UFCG) – Coordenação da Mesa

14:00hs às 17:00hs – 3^a Mesa Redonda Tema: Culturas populares: a literatura e a oralidade na formação de imaginários sociais

- Nadja Claudinale da Costa Claudino (UFPB)
- Maria Thaize dos Ramos Lira (UFRPE)
- Danilo de Sousa Cezário (UA - Paraguai)
- Dra. Rosemère Olímpio de Santana (UFCG) – Coordenação da Mesa

17:00hs às 18:00hs – Assembléia

18:30hs às 22:30hs – Minicursos

DIA 13 DE NOVEMBRO

08:00hs às 12:00hs - 4^a Mesa Redonda Tema: Memórias e narrativas culturais: entre a oralidade e a escritura

- Dra. Rosilene Alves de Melo (UFCG)
- Dra. Uelba Alexandre do Nascimento (UFCG)
- Dra. Ana Rita Uhle (UFCG) – Coordenação da Mesa

14:00hs às 18:00hs – Sessões Coordenadas

18:30hs - Apresentação Cultural

19:00hs às 22:30hs – Cerimônia e conferência de Encerramento
Conferencista Prof. Dr. Antônio Paulo de Moraes Rezende (UFPE)



SESSÃO COORDENADA 01 - CULTURA E RELIGIOSIDADES
COORDENADORAS: RENATA MARINHO PAZ & UELBA ALEXANDRE NASCIMENTO

SOBREVIVÊNCIAS DO INCRÍVEL: UMA HISTÓRIA DAS NARRATIVAS DE BOTIJAS

Ivanildo dos Santos Xavier Júnior¹
Alômia Abrantes da Silva (Orientadora)

RESUMO

O presente trabalho faz parte da fase inicial de nossas pesquisas sobre narrativas de botijas nos engenhos e fazendas das cidades de Santa Rita e Cruz do Espírito Santo (na Paraíba) durante primeira metade do século XX. Nesse primeiro momento buscamos realizar uma revisão bibliográfica a respeito do nosso tema. À luz do que nos diz Barros (2005, pp. 54-55), a revisão bibliográfica estabelece um diálogo historiográfico com outros pesquisadores e permite uma contribuição mais significativa ao conhecimento sobre o tema. Discorremos sobre as principais contribuições a respeito do tema e em que ponto estão as pesquisas acadêmicas sobre narrativas de botijas. Também tratamos de aspectos que lhes são inerentes, como o universo assombroso criado em torno delas e que é aspecto ainda muito presente nas crenças de diversas pessoas que vivem no Nordeste.

PALAVRAS-CHAVE: Botijas. Narrativas. Assombroso.

Histórias sobre botijas são contadas ainda hoje em várias comunidades do Nordeste. O seu poder de encantamento, que não pode ser medido pelo estatuto de verdade racional que (não) possuem, revela a presença de um universo sobrenatural que envolve comunidades ligadas por uma certa rede de crenças ainda não bem reconstruída pelas ciências humanas.

¹ Graduando em História pela Universidade Estadual da Paraíba.

Talvez por ser um daqueles “temas nômades”, um não-lugar, cambiando entre dois mundos, o dos vivos e o dos mortos, fazendo ruir o chão seguro sobre os nossos pés, que a ideia de realidade permite, temas tão interessantes tenham começado a ser olhados com mais atenção na primeira década deste século. As narrativas de botijas devem ser compreendidas como um dos aspectos, ou um dos fios que podem nos permitir reconstruir essa rede de crenças. Essas narrativas também são pouco estudadas, prova disso é que os trabalhos aqui analisados são consideravelmente recentes.

Guido, – um dos personagens da dissertação de Tiago de Oliveira Sales, que leva o título de “Sobre botijas” – atenta para a constante necessidade de encantar as histórias sobre esse universo assombroso, sobretudo as de botijas (SALES, 2006. P. 18). Esse encantamento é uma das forças de sedução das “histórias de trancoso”. Ele é que nos fez debruçar sobre as botijas e suas narrativas fantásticas e assombrosas.

O presente trabalho busca lançar um olhar sobre as principais contribuições na grande área das ciências humanas, sobre as narrativas de botijas, fazendo um balanço e apontando possíveis diálogos ou questões pouco aprofundadas relativas ao tema.

SOBRE AS BOTIJAS E O UNIVERSO ASSOMBROSO EM TORNO DELAS

“Ó tu, que habitas sobre muitas águas, rica de tesouros, é chegado o teu fim, a medida da tua avariceza” (Jeremias 51:13).

Geralmente, as histórias sobre botijas giram em torno de dois personagens principais, o dono da botija e a pessoa que recebe ela em sonho. A primeira figura comumente é um homem rico, dono de engenho ou fazenda, avarento e mau patrão, mas também pode ser uma pessoa pobre que tenta proteger um objeto de valor, ou mesmo suas economias em algum lugar sob a terra, ou entre tijolos, em um tempo onde os bancos eram raros. Existem histórias de botijas relacionadas aos cangaceiros, aos jesuítas ou outros religiosos e principalmente aos holandeses, durante sua estadia no Nordeste brasileiro. Já quem recebe esse tesouro maravilhoso – o *merecedor* para Maria do Socorro Cipriano em sua tese de doutorado “Histórias de botija e os labirintos do universo assombroso na Paraíba” (2010), ou o *caçador* para Sales – sonha com o falecido dono lhe informando como achar a botija, e a partir daí trava uma luta com forças sobrenaturais para desenterrá-la.

Sobre as narrativas de histórias de botijas, os dois trabalhos já citados, de Sales e Cipriano, podem ser considerados como as grandes referências.

Para Maria do Socorro Cipriano a botija é um tesouro encantado, guardado por monstros e fantasmas, e que é dado por seu antigo dono, por sonho, a um *merecedor* – tido por um homem corajoso, disposto a enfrentar os seres fantásticos que guardam o tesouro, de fé e que não seja avarento, justamente o contrário do antigo dono do ouro (CIPRIANO, 2010, p. 128). O uso do termo merecedor exalta o sentido de recompensa da botija, uma compensação por todas as dificuldades que aquele pobre passou na vida sofrida, sempre aturdida por secas, carestias e previsões de fim do mundo, além da recente ameaça que é a mecanização na agricultura – sinal eminente da ação diabólica no mundo. Os elementos principais do desencantamento, que parecem se repetir nos diversos lugares onde se contam esse tipo de história, são o fato de sair à noite, não se assustar e, após o desencantamento, alguma atitude de mudança com relação a moradia². Esse desencantamento é quase sempre uma dádiva que exige características associadas aos homens, fazendo com que as mulheres raramente apareçam nessas histórias.

Cipriano trabalha com as narrativas de botija enquanto constructo desse universo assombroso, como território de tensão entre o real e a fantasia. As botijas são um “tema nômade”, como diz a autora, por isso os recortes de espaço/tempo também precisam ser cambiantes, para poder acompanhar a difusão e o poder dessas narrativas que “inventam” e “reinventam” as botijas. Suas sobrevivências desafiam a lógica do desencantamento trazida pela modernidade, sentida contundentemente nas reformas urbanas dos grandes centros. Os espaços próprios dessas histórias assombrosas são os mais variados, engenhos, fazendas e cidades, todos esses espaços são palcos de assombrações.

Diante deste mundo encantado – ou assombrado, como preferirem – muitas pessoas se lançam em busca de tesouros, indo para o interior do estado e escavando “o mundo invisível, deixando seus rastros, cujas trajetórias invisíveis configuram o que pode-se conceber um território assombroso” (CIPRIANO, 2010, p. 109) que materializa esse mundo encantado.

² Sales mostra como essas atitudes em relação a moradia, por parte de quem recebe uma botija, pode mudar, enquanto algumas pessoas falam sobre ir embora, em outros casos o merecedor apenas troca a porta da frente ou realiza uma reforma estrutural todos os anos. SALES, T. O. **Sobre Botijas**. Recife: UFPE, 2008.

Nessa geografia do assombroso encontramos diversas histórias de reinos encantados, localizados de maneira incerta, à exemplo do país de São Saruê³. Próximos a esses lugares certamente encontraremos diversos casos de botijas. As zonas da mata das antigas províncias de Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, são regiões ricas nesse tipo de histórias, graças a presença dos holandeses e jesuítas, talvez fundadores, reais ou mitológicos, do costume de se esconder tesouros no chão ou em paredes. Segundo Cipriano, o universo de histórias que estão associadas as botijas – histórias de monstros, fantasmas, camas de baleia, etc. – devem, em parte, suas sobrevivências às histórias de botijas. Ainda são interessantes as análises realizadas pela autora que ligam as botijas a lugares de sítios arqueológicos, sobretudo onde existem pinturas rupestres e cemitérios indígenas, além da aproximação, pelo ritual de desencantamento, entre todas as variedades de botijas.

O “bilhete premiado” para esses tesouros encantados, por assim dizer, são os sonhos. É no mundo onírico, onde parecemos caminhar entre vivos e mortos, que a botija é dada ao merecedor. Citando Peter Burke, Cipriano mostra que pessoas que compartilham uma determinada rede de crenças ou de cultura, tendem a ter sonhos idênticos, ou muito parecidos (CIPRIANO, 2010, P. 194). O sonho é, no caso das botijas, um elo entre o real e o fantástico, tecido no mesmo tear dos devaneios, talvez um seja extensão do outro, algo que faça com que as pessoas sonhem com uma fuga, dormindo ou acordadas. Trabalhar com o tecido composto por esse universo onírico só é possível se analisarmos uma sequência de sonhos e de suas interpretações – que também os fabricam – e sua relação com a literatura e a iconografia, sobretudo não ter esperanças, nem pretensão de buscar o “sonho original” (CIPRIANO, 2010, p. 195). A pobreza e os narradores orais tratam de alimentar o universo onírico em torno da botija, além do seu significado enquanto fuga de uma vida precária.

Na dissertação “Sobre botijas” de Thiago de Oliveira Sales, o tema é estudado através do método etnográfico. Nas histórias narradas no trabalho, por moradores de Panelas de Miranda (estado de Pernambuco) é interessante perceber como para a comunidade, segundo Sales, não há uma separação entre o fantástico e o cotidiano, talvez como resultado da necessidade metafísica que Pritchard afirma possuir o ser humano. Essa tensão – entre fantástico e o cotidiano – é fundadora de nossa “mundanidade cotidiana”, como provam personagens como Zé Evangélico ou Toninho

³ Utopia sertaneja de um lugar de igualdade e da ausência de necessidades e mazelas, além da ausência de trabalho contada no cordel “Viagem ao país de São Saruê” de Manoel Camilo dos Santos.

do Bilhar, homens que se meteram em pelejas por botijas. Algumas características peculiares às histórias de botijas da cidade vão aparecendo durante o trabalho: Toninho afirma que não comenta sobre a história da botija que estava envolvido para não ser perturbado pela alma que lhe doou; a botija que anda por baixo da terra; as botijas de morte⁴; trocar a porta de casa para não precisar mudar-se de residência.

As histórias de botija certamente possuem um aspecto histórico, uma historicidade, são esses aspectos que Sales busca analisar em seu trabalho. Usando o exemplo da literatura de Ariano Suassuna, Sales mostra que as comunidades sertanejas receberam uma forte herança cultural do medievo ibérico, incluindo aí uma forte presença da cultura árabe. O sentimento de insegurança típico do medievo ibérico, que tem como esperança o ouro, basta observar a busca desenfreada da Espanha por metais preciosos que impulsiona a chegada a América, – uma busca constante, bem característica do homem-querer – é uma dessas heranças. “As botijas de morte” apontam para outra delas, o respeito aos laços de solidariedade entre os membros da comunidade, a avareza é um dos modos de quebrar esses laços. Outro sinal dessas sobrevivências são os “corpos fechados”, as rezas que paravam balas, ou deixavam o homem invisível. Uma busca incessante pela segurança, uma fuga. O ideal do homem aventureiro destrinchado por Sérgio Buarque de Holanda, parece ser o ideal que move essas comunidades na busca pela luz, pela beleza que é também riqueza, pelo ouro. O segredo para os aventureiros que desenterram botijas, para Sales, apesar de ser necessário, significa uma quebra nos laços de solidariedade, é uma transgressão, mas nas histórias de botija transgressão é normal, diria até, necessária, “é elemento estrutural imanente ao mito” (SALES, 2008, p. 150). É transgressão também se pensarmos uma outra relação: as botijas são a possibilidade para muitos mais viável de romper com a desumanidade do capitalismo, de burlá-la. Nem mesmo a razão é capaz de matar esse mito, ao contrário, dar-lhe nova pulsão frente ao crescente sentimento de insegurança nas sociedades contemporâneas.

A relação entre botijas e garimpos é mais uma abordagem muito interessante do trabalho de Sales. O desejo por segurança e liberdade é comum a maior parte dos indivíduos e o ouro – dos garimpos, ou das botijas – era imaginado como uma maneira de satisfazer esses desejos. É essa ideia que leva muitos homens a não desejar afastar-se de uma vida cheia de rixas e, por vezes, crimes, como Sales, em uma fala de quem

⁴ Botijas que trazem a morte para quem as desenterram, pois, seus donos eram demasiadamente avarentos quando estavam vivos.

realmente familiarizou-se com a pesquisa, afirma: “Posso afirmar que, em minha pesquisa de campo, não vi nenhum dos caçadores de botija ou ex-garimpeiros que ainda não pensassem na possibilidade de se lançar novamente em busca do ouro” (SALES, 2008, p. 131).

AS BOTIJAS, A MEMÓRIA E O PATRIMÔNIO IMATERIAL

Alguns outros trabalhos tratam sobre o tema, e eles se localizam no Seridó do Rio Grande do Norte. Um desses trabalhos é da antropóloga franco-brasileira, Julie Antoinette Cavignac, um capítulo intitulado “Um mundo encantado: memória e oralidade no Sertão do Rio Grande do Norte” (2009), que faz parte de uma coletânea de textos sobre o Campesinato brasileiro chamada “Diversidade do Campesinato: expressões e categorias”.

Cavignac reconstrói a relação entre as histórias de botijas e as assombrações, ressaltando em seu trabalho a relação entre a comunidade e o mundo dos mortos. Essa comunidade estabelece laços de reciprocidade com os mortos e sente sua presença cotidianamente de diversas maneiras. O além-cidade é o entre-lugar do sobrenatural e os sonhos estabelecem uma importante maneira de comunicação com os mortos. Aqueles que morreram abandonados aparecem aos vivos, geralmente em seus distantes túmulos fora da cidade. Há uma ligação evidente, nas histórias transmitidas de maneira oral, dos mortos com a natureza; as serras, por exemplo, são locais que marcam a localização de *reinos encantados* que cercam o sertão do Seridó.

As tradições contadas oralmente por gerações a seus descendentes, através das histórias de trancoso e narrativas de encantamento, ou ainda, nas histórias que falam sobre o passado colonial (CAVIGNAC, 2009, p. 89) constituem uma “lógica cultural” fundada sobre o encantamento – das almas, dos reinos, dos tesouros – e que desemboca em uma cosmogonia encantada, onde os mortos interagem com os vivos, ora como oráculos de algum tesouro ou reino perdido, ora como objetos de devoção.

Já em “A botija de Serra Rajada: entre a memória e a história”, trabalho de Helder Alexandre Medeiros de Macedo e Thiago Stevenny Lopes, considerando as histórias de botijas como parte do patrimônio imaterial de Carnaúba dos Dantas, os autores traçam em linhas gerais essas narrativas contadas desde muito tempo. Um aspecto interessante do texto é o destaque dado ao imaginário em torno do diabo nas comunidades que vivem em torno de Serra Rajada-RN, seja como maribondo, bode, ou

outro animal, ele é presença constante no cotidiano e nas histórias contadas. Em alguns momentos pode tomar a forma ao ser a associado até mesmo ao homem.

Os autores mostram também, como o sonho e seu significado que deve ser interpretado é um aspecto importante nas histórias de botija e em outros fenômenos da nossa cultura, como o jogo do bicho, e também na vida ordinária (nossa preocupação em descobrir que presságio traz os nossos sonhos: morte, dinheiro, tristeza, etc.). Ressaltam a relação entre História, memória e imaginário. A memória que não é um espelho da realidade e que se constitui de um caráter seletivo de experiências, constituindo um imaginário que é diferente do passado como ele ocorreu. Sendo assim, a imagem que sobreviveu no imaginário sobre a época em que o encantamento se tornou uma chave de leitura importante sobre o mundo é construída na “varanda das casas” que “servia de palco para os ‘contadores de histórias’, pessoas que distraíam e divertiam os demais com suas narrativas sobre botijas” (MACEDO; LOPEZ, 2012, p. 32).

CONCLUSÕES

Nos poucos trabalhos sobre as histórias de botija, alguns aspectos parecem comuns a todos. A importância do universo onírico para a elaboração do enredo dessas histórias é um desses aspectos. Esses sonhos são lugares de tensão entre o mundo dos vivos e dos mortos, entre o real e o sobrenatural.

Também é perceptível que essas histórias estão intimamente ligadas com o mundo assombroso habitado por diversos outros seres e tesouros encantados, e como Cipriano afirma, esse universo assombroso deve em grande parte sua sobrevivência as narrativas de botijas. Elas também estão ligadas ao que Cipriano chama de “tradições da botija”, grupos como holandeses, jesuítas, cangaceiros, senhores de engenho e pessoas comuns (CIPRIANO, 2010, p. 143), o que mesmo não sendo definido como tradições por outros autores, acaba por aparecer em seus trabalhos.

O rito de desencantamento desses tesouros é a grande interrogação que a análise do trabalho. Nos parece que esse rito e os elementos imanentes a ele envolve objetos e práticas específicas em diferentes lugares, ou até mesmo em uma mesma comunidade. Velas, cordão de São Francisco, símbolos bíblicos, aves agourentas, fantasmas e o próprio diabo podem aparecer nas histórias de desencantamento de botijas, mas também podem ser omitidos.

O “pós-desencantamento” também é alvo de informações distintas. Enquanto, Cipriano fala em trocar de casa, Sales mostra que nas histórias por ele estudadas essa troca dá lugar a uma reforma estrutural na casa, que deve acontecer pelo menos uma vez ao ano, ou mesmo a troca da porta da frente para impedir o retorno da alma.

Como dissemos, o conjunto de histórias e seres em que está inserida as narrativas de botija, faz parte de uma rede de crenças, de um imaginário, do qual muitas comunidades compartilham e que ainda não foi tema de muitas pesquisas por parte das ciências humanas, sobretudo da História. Depoimentos falados ou escritos, narrados em diários ou nas varandas, são pistas importantes nesse trabalho de reconstrução que nos permitirá conhecer melhor um conjunto de ritos que tem uma função social muito grande, principalmente em comunidades fundadas sobre fortes laços de solidariedade.

REFERÊNCIAS

- BEZERRA, Sandra Nancy Ramos Freire. **Assombrações do Cariri:** o imaginário popular como elemento de reflexão histórica. Fortaleza, ANPUH, 2009.
- BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 2008.
- CAVIGNAC, J. A. Um mundo encantado: memória e oralidade no Sertão do Rio Grande do Norte. In: Emilia Pietrafesa de Godoi; Marilda Aparecida Menezes; Rosa Azevedo. (Org.). **Diversidade do Campesinato:** expressões e categorias (Coleção História Social do Campesinato no Brasil). Construções Identitárias e Sociabilidades: São Paulo; Brasília: Unesp; NEAD, 2009, v. IV-1, p. 69-94.
- CIPRIANO, M. S. **Histórias de botijas e os labirintos do universo assombroso na Paraíba.** Recife: UFPE, 2010.
- MACEDO, H. A. M. de; LOPES, T. S. **A botija da Serra da Rajada:** entre a memória e a história. Inter-legere (UFRN), v. 10, p. 21-48, 2012.
- SALES, Thiago de Oliveira. **Sobre Botijas.** Recife: UFPE, 2008.
- SANTOS, Manoel Camilo dos. **Viagem a São Saruê.** Campina Grande, 1965.
- SCHIMMITT, Jean-Claude. **Os vivos e os mortos na sociedade medieval.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SUASSUNA, Ariano. **O Santo e a porca.** Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

**ENTRE O PODER DA “REZA” E A LIDERANÇA DO POVO:
HISTÓRIAS DE VIDA DA LÍDER CAMPONESA JOSEFA ERMINA COBÉ –
ALAGOA NOVA (1975-1984)**

Jadson Pereira Vieira¹

RESUMO

Este artigo busca problematizar a história de vida da líder camponesa Josefa Ermina Cobé, representante do movimento de reforma agrária acontecido na comunidade rural Engenho Geraldo, Alagoa Nova – PB (1975 e 1984). Aqui, busco narrar a atuação desta líder, refletindo sobre suas táticas e articulações como subsídios para uma história possível. Metodologicamente, utilizo os conhecimentos da História Oral de Vida, Meihy (2007), para pensar a relevância de suas memórias na construção de uma narratividade histórica. Sobre suas memórias, busco fazer um exercício semelhante ao de Halbwachs (2006), quando pensa a natureza intrínseca das memórias individuais dos sujeitos, que se entrelaçam com a coletividade de um grupo, para assim perceber que com as narrativas desta personagem é possível construir a história do movimento. Em relação a sua atuação, expressa sobretudo nas “rezas” e nos discursos eloquentes proferidos em público, apresento-os como elementos de uma escrita de si, Foucault (1992), que se consolidava na sua subjetividade. Este trabalho faz parte de uma pesquisa mestrado intitulada: *Engenho de Memórias: mulheres camponesas e a luta pela terra no Engenho Geraldo, Alagoa Nova-PB (1975-1984)*, que encontra-se em execução.

PALAVRAS-CHAVE: Memórias. Líder camponesa. Escrita de si.

NÊM COBÉ: FORMAÇÃO POLÍTICA NOS MOVIMENTOS

A alegria de viver a luta por uma causa são qualidades que acompanham Josefa Ermina Cobé (Nêm Cobé),² por toda sua vida. A simplicidade e jeito autêntico de encarar os desafios diários foram marcas que a acompanharam por vários momentos de sua trajetória de vida. Sempre sorridente e com muita força na fé, ela alcançara prestígio e respeito entre os membros da comunidade Engenho Geraldo³.

Ela assume papel de liderança entre os que participaram do movimento no Engenho Geraldo, mesmo entre aquelas, que, junto com ela, também foram lideranças, foi marca de Nêm Cobé. É consenso entre os que a acompanharam, que sua

¹ Mestrando em História pela Universidade Federal da Paraíba, PPGH/UFPB. Professor da rede básica de ensino, Lagoa Seca-PB.

² Josefa Ermina Cobé (Nêm Cobé), hoje com 94 anos, é católica, usou muito de sua religiosidade e conhecimento político dentro dos movimentos sociais, como mecanismo de atuação junto aos trabalhadores do Engenho Geraldo.

³ O Engenho Geraldo foi uma propriedade rural de 2.500 hectares aproximados pertencentes a família Tavares De Melo Cavalcante, no município de Alagoa Nova-PB que em 1984 passou por reforma agrária promovida pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Nestas terras 555 famílias foram beneficiadas com lotes. Dados obtidos na Gerencia regional do INCRA, João Pessoa-PB, Bairro Pedro Gondim. Em 15 de maio de 2014.

subjetividade é preenchida por sentimentos de alegria e de amizade lhe acompanham até hoje. Ela foi, neste sentido, o sustentáculo de uma força que todos/as necessitavam para consolidar seus objetivos durante os anos de luta na comunidade, sua experiência e sua relação com o mundo serviram de inspiração e de confiança para muitos que se envolveram na causa.

Começa sua interação política ainda menina, quando nos ensinamentos de seu pai se preparava para as primeiras letras. Afirma, nunca ter frequentado a escola, fato que trouxe para as suas lembranças uma carga de valores atrelados a uma formação familiar rígida e patriarcal, típica de famílias de camponesas tradicionais da Paraíba a época.

Os valores do âmbito familiar e a vida em comunidade irão moldar uma imagem de si criada por Nêm Cobé. Paulilo (2004), afirma que a vida em grupos em perspectiva comunitária é pautada na vivência de aspectos relacionados a partilha, a integração e ao afeto, a comunidade seria neste sentido o ambiente onde os valores coletivos se edificam e contribuem para a formação dos sujeitos históricos. Assim, muito do que ela apresenta como valores são sequências de subjetividade que foram construídos na primeira infância.

A noção de comunidade como definindo um lugar de igualdade, integração, tradição e afeto, muito mais do que de hierarquias, conflitos, mudanças e escolhas racionais, firmou-se na Sociologia através dos estudos de comunidades inspirados na corrente funcionalista. A ênfase dessa vertente em pequenos grupamentos fez do campesinato um de seus principais objetos de estudo e, assim, ele passou a ser identificado com os valores que compunham a ideia de vida em comunidade e, portanto, como pouco afeito ao comportamento racional (PAULILO, 2004, p.230).

Na vida de Nêm Cobé, as práticas e as relações com a comunidade foram importantes para que ela pudesse moldar uma escrita de si, que perpassasse a construção subjetiva, da líder que tinha de fala fácil e enorme capacidade de elaborar discursos. *O povo gostava do jeito que eu falava nos encontros, por que eu animava mesmo.*⁴ Quando Rago (2013) pensa o conceito de escritas de si a partir da prática de maturação e exposição das memórias, ela faz uma análise sobre o conhecimento autobiográfico, que se executa na atuação das narrativas vivenciais construídas pelo sujeito. Assim, Nêm Cobé constrói para si uma escrita que se projeta em imagens lidas pelos

⁴ Entrevista concedida por Nêm Cobé, 09/06/2011.

companheiros/as que com ela convivem, constrói também narrativas que a todo momento ajudam-na a moldar a visão que deseja para si.

Exploro os relatos autobiográficos produzidos por ativistas, considerando as narrativas nas quais reconstroem o próprio passado, avaliam as experiências vividas e dão sentido ao presente. Parto da concepção de que a linguagem e o discurso são instrumentos fundamentais por meios dos quais as representações sociais são formuladas, veiculadas, assinaladas e de que o real-social é construído discursivamente (RAGO, 2013, p.30).

Sobre a infância, alguns recortes de memória devem ser pensados para poder melhor entender como se deu sua formação política. O primeiro aspecto é que Nêm Cobé veio morar em Alagoa Nova ainda muito criança, sua família era originária município de Soledade-PB, onde seus pais foram morar após o casamento. Mas, devido as ligações com parentes paternos e o direito de seu pai a heranças de terras no Brejo, foram morar no sítio Camará, no atual município de Matinhas-PB, a época então distrito de Alagoa Nova.

Nós viemos morar em Alagoa Nova, por que meu pai era daqui e trabalhava aqui também. Mesmo a gente morando lá em Soledade. Ele resolveu vir para cá, minha mãe veio para ver se dava certo para nossa família, depois disto nós viemos pra cá, morar aqui no Brejo, ai, terminou a minha mãe vendendo as terras de lá e comprando aqui uma terra. [...] a gente veio morar então no município de Matinhas, mas na época Matinhas não era município era pertencente a Alagoa Nova⁵.

Fato importante de suas lembranças, a vinda da família para Alagoa Nova ajudou a marcar uma mudança na vida de Nêm. Aqui, ela irá traçar sua vida a partir de novos valores, chega aos oito anos de idade e aos poucos começa a criar relações de amizade com a comunidade e com os parentes próximos. Ao mesmo tempo aprofunda a relação de amor e segurança que encontra no pai, seu grande mentor intelectual, que lhe repassava os poucos conhecimentos das letras que tivera. Neste sentido, sua primeira infância será fortemente marcada pela presença constante do pai, que lhe ajuda a construir uma subjetividade forte pautada na defesa de seus direitos e dos que com ela conviveram.

E que nos fazem criar comparativos com pensamentos defendidos de que *na modernidade, o núcleo social em que, paradigmaticamente se concretizou a assunção da herança como norma, ou melhor, como dívida, foi a família (a memória do eu é*

⁵ Entrevista concedida por Nem Cobé, 09/06/2011.

sempre em primeira instância, uma memória da família) (CATROGA, 2001, p.27). Pensando o quanto ela se constrói a partir dos laços de memória que tem de sua família, nos amores que constrói com a mesma e nas experiências vividas.

A busca de melhorias para os seus, surge na infância e se perdura por toda vida, ganhando força a partir de novos encontros que a vida lhes proporcionou. No caso de Nêm Cobé, seus primeiros prazeres com a leitura foram proporcionados por um presente de uma amiga da família, que lhe deu um livro que relatava a História do 8 de Março.⁶ Estas histórias de mulheres que lutavam pelos direitos das trabalhadoras foram lhe dando inspiração para entrar nas lutas em defesa dos camponeses. *Eu lia muito a bíblia, e a primeira história diferente que li foi sobre a luta. Li sobre as mulheres, aquelas mulheres que morreram queimadas numa fábrica porque lutavam pelos seus direitos! Então pronto, foi a primeira história que eu vi e fiquei emocionada com a força da luta dos trabalhadores.*⁷

Nêm Cobé cria para sua vida um desenho de atuação dentro dos movimentos de luta pelos direitos dos/as trabalhadores/as, este faz com que uma “escrita de si” seja produzida a partir de seus relatos de memória, a forma como ela se projeta para o mundo é por si só uma maneira de ser vista como diferenciadas dos/as demais.

A ESCRITA DE SI E A PROMOÇÃO DE VALORES COLETIVOS

A escrita de si, que ela promove não é aquela dos letrados, que foram deixadas em produções livrescas e bibliográficas, não é a das cartas e correspondências trocadas entre intelectuais, nem muito mesmo a de artigos jornalísticos deixados em periódicos de circulação. Falo de uma escrita, deixada na oralidade, dela e dos que com a mesma convivem, falo dos conhecimentos que são revelados nas suas memórias e que nos enchem de prazer em uma escuta rápida de suas falas.

A escrita de si é entendida como um cuidado de si, é também como abertura para o outro, como trabalho sobre o próprio eu em um contexto relacional, tendo em vista reconstruir uma ética do eu. Portanto, mostra até a “escrita de si” dos antigos opõe-se à confissão, modo discursivo-coercitivo de relação

⁶ Dezenas mulheres operárias foram queimadas em uma fábrica têxtil nos EUA em meados do século XIX. No século XX, com as lutas dos movimentos feministas a data ficou conhecida como dia internacional de luta pelos direitos das mulheres. Ver: <<http://www.brasilescola.com/datas-comemorativas/dia-da-mulher.htm>>. Acessado em 15 de Abril de 2015.

⁷ Entrevista concedida por Nem Cobé, 09/06/2011.

com a verdade que se define desde o cristianismo e que se acentua na modernidade (RAGO, 2013 p.50).

A forma como encara o mundo e o cuidado que tem consigo e com os seus companheiros/as de luta, faz com que a “ética do cuidado” seja sempre buscada para promover uma relação de companheirismo com os outros. Desde se sua infância e perdurando-se a cada experiência vivenciada, ela vai criando um modelo de ser que lhe acompanha e que a ajuda a construir várias relações dentro de sua comunidade.

A imagem que constrói de si, é uma junção de momentos que viveu de maneira aparentemente dispersa e os momentos de profundo engajamento político que se revelam de maneira autobiográfica em seus relatos, criando de certo modo uma linearidade na construção de uma imagem sobre sua vida. Assim como Foucault (2014) disse que não *imaginem que seja preciso ser triste para ser militante, mesmo se o que se combate é abominável*, percebe-se em Nêm Cobé uma alegria em sua história de vida e de lutas que transcende a escala do individual e contagia aos que dela se aproximam. Está diante de seus relatos de infância e de vida, seria como diz Gonçalves (2007), pensar na *escolha e junção de aspectos e momentos dispersos da vida, a autobiografia organiza o quebra-cabeças da história individual e procura oferecer um relato coeso e harmônico na projeção da imagem que o sujeito busca construir sobre si mesmo* (GONÇALVES, 2007, p.113).

Na comunidade Nêm Cobé a cada dia ganha mais respeito, apesar de não ter nascido naquelas terras⁸ na sua influência construiu muitos enlaces na comunidade, desde sua juventude compartilhava amizades e experiências de grupo com os moradores.

No Engenho Geraldo, tinha festa dos santos, que a gente participava muito, e depois que eu aprendia ler com meu pai não parei de ensinar ao pessoal que não sabia ler. Nossa amizade aumentou ainda mais. Eu tirava uma hora no meio dia para ir lá ensinar a eles. Tenho tantas criaturas que já morreu e outras tantas que estão vivas que mim agradecem pois aprenderam a ler comigo, porque eu chamava eles para estudar e eles iam lá para casa e eu, moça nova, ensinava o alfabeto a eles⁹.

A relação de proximidade com a comunidade era cultivada a cada dia, seu perfil de liderança pouco a pouco era moldado. Em cada contato vivenciado, Nêm Cobé

⁸ A família de Nêm Cobé possui até hoje um pequeno lote de terras no sitio Camará, do município de Matinhos-PB, localidade próxima ao Engenho Geraldo.

⁹Entrevista concedida por Nêm Cobé, 09/06/2011.

galgava para si uma imagem de liderança que se perdurou como algo “naturalizado” entre os seus, tudo isso alimentado por indignação ao ver o sofrimento de muitos que com ela compartilharam vivências e memórias desde a infância.

Sua escrita de si que ganha força pela oralidade dos discursos proferidos nas reuniões, aulas e reforços escolares que dava aos jovens da comunidade, suas falas assemelham-se a algo semelhante ao que disse Foucault (1992), ao definir que a escrita epistolar seria um treino de si, que se faz constante nos vários momentos da vida. Através das experiências partilhadas com os outros, ela daria força as formas de saber que se constroem entorno da personalidade de Nêm Cobé.

De qualquer modo, seja qual for o ciclo de exercício em que tome lugar, a escrita constitui uma etapa essencial no processo para o qual tende toda a askesis: a saber, a elaboração dos discursos recebidos e reconhecidos como verdadeiros em princípios racionais de ação. Como elemento do treino de si, a escrita tem, para utilizar uma expressão que se encontra em Plutarco, uma função etopoiética: é um operador da transformação da verdade em ethos (FOUCAULT, 1992, p. 2).

O contexto de formação de Nêm Cobé é coincidente com toda uma conjuntura política que a Paraíba e o Brasil estavam vivenciando, períodos de instabilidades políticas da democracia brasileira nas décadas de 1950 e 1960, bem como, a época de repressão ocasionada pela ditadura civil/militar foram vivenciados e contribuíram para sua formação política. Mesmo que esta não tenha tido acesso a uma instrução escolarizada maior, estes períodos históricos em grande parte, influenciaram a construção de sua personalidade.

Pensando que a partir da década de 1970 uma série de movimentos de contestação ao poder vigente (de caráter ditatorial, direitista e repressor) começam a surgir e/ou ganhar visibilidade nas várias regiões do Brasil, na Paraíba não sendo diferente, passam haver influências destes movimentos. Basta lembrar que nos arquivos do DOPS –PB¹⁰(Departamento de Ordem Política e Social da Paraíba), são encontrados documentos e alusões a pessoas que em algum momento lutaram pela defesa dos seus direitos políticos tão duramente perseguidos naquela época.

Mesmo antes do golpe, como afirma Nunes (2009), o clima de disputas entre setores oligárquicos na Paraíba e os camponeses já se instalava. Muito fortemente a partir da década de 1960. Tais fatores faz com que vários movimentos organizados passem a surgir com o objetivo de defender os direitos destes trabalhadores, se num

¹⁰ Arquivos disponíveis no núcleo de cidadania e direitos humanos da UFPB.

primeiro momento temos a presença das Ligas camponesas, após o Golpe temos a presença de entidades que atuavam junto aos camponeses como a JAC (Juventude Agraria Católica).

A “paz agrária” no campo paraibano era garantida pelo jogo entre o Grupo da Várzea, composto, principalmente, pelas famílias Ribeiro Coutinho e Veloso Borges, e pelo Estado, e fundamentava-se na exploração máxima do campesinato. Era possível detectar a relação entre dono da terra e o Estado, este, representado na zona de latifúndio pela força policial sob o comando do delegado. A autoridade, civil ou militar, embora juridicamente designada para garantir a ordem pública, estava a serviço de um dos grupos oligárquicos no poder (NUNES, 2009, p.4).

O momento de repressão política faz deste momento histórico um ambiente onde vários movimentos surgem com intuído de articulação política de esquerda, no caso da relação de Nêm Cobé, quem irá influenciá-la fortemente serão os pensamentos difundidos pela JAC, grupo da igreja católica que terá grande influência, entre camponeses no estado da Paraíba. E, que no caso do Engenho Geraldo, atua fortemente junto a luta da comunidade. Neste sentido, se já tínhamos nessa protagonista uma forte influência da fé católica e dos sentimentos de revolta contra os maus-tratos cometidos com os/as trabalhadores/as, agora com a influência destes pensamentos de esquerda política, ela escreverá novos protagonismos para sua trajetória de lutas.

AS AMIZADES E O PODER POLÍTICO DA REZA

Ao desenhar uma imagem para sua trajetória ela busca demonstrar o respeito que os/as companheiros/as construíram sobre si. Nêm Cobé, torna-se líder que melhor puxava os cânticos e a palavra nas novenas da comunidade, se apresentava como porta-voz das angústias e das insatisfações do seu povo, eram estas características descritas por ela para falar de sua atuação dentro do movimento. *Minha voz chamava atenção mesmo e eu tinha facilidade de convencer minha gente com a palavra de Deus, isso era um dom do Espírito Santo.*¹¹

Cria para si a “potência da reza”¹² como elemento fundante da articulação política, pensa-se sua imagem como a que melhor representa a expressão pública da amizade comum as lideranças do movimento. Ela proferia falas conduzidas com a

¹¹ Entrevista concedida por Nêm Cobé, 09/06/2011.

¹² Em vários relatos Nêm Cobé, aponta que muito de suas conquistas junto à comunidade Engenho Geraldo se dava graças ao poder divino de suas rezas e novenas.

liberdade de quem no contexto social ao qual esteve inserida tinha um respeito único pelo outro. Ela institui sua vida de modo que [...] *a amizade é vista como uma prática de liberdade que propicia a autoestima a auto elaboração ética.* (IONTA, 2007, p.136).

A maneira como projeta para o mundo suas amizades faz de suas atitudes transgressoras. Nêm, foge ao padrão normativo que impõe a mulher a proibição do uso do espaço público como lugar de expressão.

Nas rezas que participara, nos encontros interpessoais e nas relações diárias com os seus, a expressão do companheirismo era preponderante, neste sentido, é pertinente a lembrança destes dois fatores (o ato de rezar e as amizades construídas no movimento) quando estamos a pensar suas trajetórias.

Eu sempre fui muito rezadeira, e o pessoal da que foram me chamando para rezar ainda mais. Aqui no Engenho Geraldo, e eu comecei a rezar o terço e ler o evangelho com o povo nas casas, com isso bem rapidamente todo mundo ficou me conhecendo e me chamando ainda mais. As pessoas daqui sempre me consideravam muito¹³.

Sobre as amizades construídas faço, aqui, um exercício de rememoração para ver que na Filosofia Ocidental a amizade foi barrada às mulheres, sendo apresentada como uma prática exclusivamente masculina é pertinente para se fazer um comparativo das maneiras de encarar o mundo criadas por ela diante das formas tidas “tradicionais” de amizade. Rosa (2013) traz a temática das relações de amizade com práticas que começam e ser impostas como categorias de poder restritas aos homens desde a antiguidade clássica, aonde a *Philia-Amicízia*¹⁴ era uma exposição pública das relações entre eles.

A relevância política da amizade foi ressaltada em diferentes momentos da tradição filosófica ocidental. Contudo, a amizade considerada ideal era a amizade entre homens. Tanto que a ideia de incapacidade da mulher para a amizade percorre os textos de Platão, Aristóteles, Cícero, Montaigner, Michelet, Kant Hegel e muitos outros. A fraternidade conferida as mulheres por estes autores afasta-se da nobreza que empunham existir na verdadeira amizade (ROSA, 2013, p. 78).

Para a história da filosofia no ocidente, as mulheres foram gradativamente reclusas ao ambiente do lar, espaço este, dominado pelo poder do homem que se apresenta como chefe da família e porta-voz da mesma para a sociedade. A mulher seria

¹³ Entrevista concedida por Nêm Cobé, 09/06/2011.

¹⁴ Conceito referente as relações de amizades na antiguidade clássica.

em certo sentido a “guardiã do lar”, cabendo-lhe atribuições impostas pela “superioridade masculina”. Nesta perspectiva as únicas formas de amizades permitidas as mulheres seriam amizades superficiais, sem uma estrutura profunda que pudesse ser exposta a sociedade.

Na Grécia antiga com a relação dos homens que se unem para expressar suas relações amistosas que eram também políticas e que se chamavam de *Philia*, Roma com a projeção de uma relação política sustentada na *Amicízia*. Com o advento do cristianismo e propagação do amor absoluto pelo divido, amor este representado na propagação do *Ágape* que se perdura pela relação fraterna-caritas e com a modernidade a ascensão do privado como esfera explicativa do “ser” faz a amizade passar por um acentuado processo de despolitização e privatização das ações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As memórias da líder Camponesa Nem Cobé são suportes para a construção de uma história de resistência dos que junto com ela lutaram com o intuito de conseguir direitos cerceados de posse da terra. Os conflitos do Engenho Geraldo são elementos que nos mostram a carga de subjetividade dos sujeitos históricos quando se propõem a lutar por um direito.

A história da comunidade contada a partir de Nêm, torna-se uma narrativa possível no momento em que a personagem histórica toma para si o papel de liderança do movimento. Ela constrói uma escrita de si, elaborada a partir das atitudes e ações que efetua nos dez anos de luta por reforma agraria na localidade.

A escrita de si de Nêm é sustentada sobretudo nas relações de amizade que elabora nos espaços públicos de luta. A amizade torna-se então elemento base para a obtenção de uma unidade política de reivindicação de direitos relacionados a posse da terra.

REFERÊNCIAS

- CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Coimbra – Portugal: Quarteto, 2001.
FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: edições graal, 2014.

- _____. **A escrita de si.** In: O que é um autor? Lisboa: Passagens. 1992. P.1-11. Disponível em <http://eps.otics.org/material/entrada-outras-ofertas/livros/a-escrita-de-si-michel-foucault/at_download/file> Acessado em 18 de Maio de 2015.
- _____. **O anti-Édipo:** uma introdução à vida não fascista. Cadernos de Subjetividade / Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP. São Paulo: v. 1, n. 1. 1993. P.197 a 200. Disponível em <<http://www.adrieldutra.com.br/wp-content/uploads/2013/12/foucault-prefacio-a-vida-nao-facista.pdf>>. Acessado em: 12 de outubro de 2014.
- GONÇALVES, Margareth de Almeida. **Viagem e escrita de si em Maria Graham.** Rev. Seropédica- RJ: Univ. Rural, Sér. Ciências Humanas. EDUR, v. 29, n. 1, jan.-jun., 2007. p. 110-122.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2006.
- IONTA, Marilda. **As cores da Amizade:** cartas de Anita Malfatti, Oneyda Alvarenga, Henriqueta Lisboa e Mario de Andrade. São Paulo; Annablume, FAPESP, 2007.
- MEIHY, Jose Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História Oral:** como Fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.
- NUNES, Paulo Giovani Antonino. **Os movimentos sociais, o governo Pedro Gondim e o golpe civil-militar na Paraíba.** Anais ANPUH – XXV Simpósio Nacional De História – Fortaleza, 2009. Disponível em <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0210.pdf>> Acessado em 18 de Maio de 2015.
- ORTEGA, Francisco, **Genealogia da Amizade.** Iluminuras. São Paulo. 2002.
- PAULILO, Maria Ignez S. **Trabalho familiar:** uma categoria esquecida de análise. Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, Estudos Feministas, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2004 P. 229 – 156.
- RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se:** feminismo, escrita de si e invenções de subjetividades. Editora Unicamp, Campinas –SP: 2013.
- ROSA, Susel Oliveira da. **Mulheres Ditaduras e Memorias:** “não imagine que precise ser triste para se militante”. São Paulo: FAPESP, 2013.
- SCOTT, Joan Wallach. **Gênero:** uma categoria útil da análise histórica. Porto Alegre: Educação e Realidade. Vol, 20, nº2, Jun./Dez. 1995, p.77-99.

O ESPETACÚLO DA MORTE: A APARIÇÃO DO HERÓI REPRESENTADO A PARTIR DA APROPRIAÇÃO MIDIÁTICA

Maiza Ribeiro de Sousa¹
Ranielton Dantas de Araújo²
Orientadora: Rosilene Alves de Melo³

RESUMO

Os estudos sobre a História da morte vem se ampliando no meio acadêmico, uma vez que há uma forte vinculação da morte, como os meios de comunicação, de tal modo os periódicos, bem como os jornais recebem notoriedade dentro dos espaços de poder. A proposta desse trabalho é refletir de que modo a mídia apropria-se da morte e usa como produto de comercialização, onde cria sujeitos, ou seja, vislumbra a figura do herói midiático, criado pela mesma. A pesquisa emprega como apporte teórico o conceito de representações e de análise do discurso do poder da mídia sobre o corpo morto, como também da morte. No emanar dessa cultura da morte, buscamos apreender como a mídia constrói esse herói, tornando a morte um espetáculo e como a coletividade representa o morto, sendo que esta forma de representação pode estar associada ao papel que o morto detém em grupo, uma vez que a morte passa a ser sentida por todos a partir do modo que ela é explorada. Neste estudo de caso, utilizamos para tal análise dois jornais online “G1 e R7” e um jornal impresso “Gazeta do Alto Piranhas” localizado na cidade de Cajazeiras. Assim, para tal discussão problematizamos seis heróis “criados” pela mídia a partir do que eram em vida e também pela forma como morreram.

PALAVRAS-CHAVE: Representações. Morte. Mídia.

INTRODUÇÃO

O espetáculo da morte sempre foi algo de destaque em diferentes sociedades, pois cada coletividade mantém padrões de comportamentos diante da morte, como formas de representá-la. Assim, cada sociedade possui suas regras próprias, onde isso nada mais é que uma medida de organização para se conviver em grupo. Vale ressaltar, que mesmo que haja progressos em nosso meio, de certa forma sempre carregamos com a gente um pouco de nossos ascendentes, e aquilo que levamos na bagagem é produto de nossa herança cultural, esta que perpassa séculos. Assim, nas sociedades atuais e com desenvolvimento mais acelerado dos meios de comunicação, a mídia torna-se objeto de destaque e também um veículo de sociabilização entre as pessoas e a morte acaba assumindo uma nova identidade, mas que não imiscui sua herança cultural.

¹ Graduanda em História pela Universidade Federal de Campina Grande, Campus Cajazeiras/PB. Email: izamataraso@hotmail.com

² Graduando em História pela Universidade Federal de Campina Grande, Campus Cajazeiras/PB.

³ Professora Doutora da Universidade Federal de Campina Grande, Campus Cajazeiras/PB.

Tal premissa parte de entender a morte voltada para um sentido de lucratividade, pois quando se pensa em morte várias visões podem ser pontudas em seu entorno, uma vez que como bem diz (CHIAVENATO,1998, p.7) “da morte podemos ter ideias definidas e não definitivas”. De tal modo, a lucratividade terá como ponto principal o papel midiático e sua exploração para com a morte, ou melhor, os mortos. Uma vez que todo processo ritual que esta por trás do óbito, está encoberta pela indústria do capitalismo, que enxerga a morte como um negócio e o morto como um produto de comercialização.

A história da morte vem ganhando destaque no meio acadêmico e tornando-se ponto de várias discursões que suscitam inquietações e questionamentos, pois embora Ariés (2003) já estivesse falado em seu livro “História da morte no Ocidente” em um modelo de morte empregado pelas sociedades industriais a partir do século XX, este que segue o modelo Tabu, percebe-se que mesmo de fato havendo tal apontamento, a morte ganha um pouco de estrelismo mediante a forma como se ocorre e quem escolhe levar. Mas vale ressaltar que, como bem pontua (DAMATTA, 1997, p. 141) onde “no Brasil se fala muito nos mortos e o foto destes receberem tal atenção é uma das formas de disfarçar a morte”.

Esse estudo não parte apenas de inquietações de trabalhos pessoais, onde versam sobre a morte. Mas, foi partindo das leituras do livro “A morte uma abordagem sociocultural” de Júlio José Chiavenato (1998), onde o mesmo atenta em um de seus tópicos “dos grandes mortos aos zés ninguém” que despertamos para as discursões que circundam o corpo morto a partir da apropriação midiática, onde contempla uma nova forma de pensar a morte como um negócio, uma vez que é preciso criar heróis, aonde o morto torna-se marionete aos olhos de quem produz a notícia.

Usando a morte como uma das matérias principais redigidas pelos jornais, utilizamos de tal modo seis mortes que nos faça perceber, como mídia jornalística apropria-se de tal fato para assim contemplar seu empreendimento, pois em cada jornal, online e impresso há um público diferente, onde a recepção da notícia no caso dos jornais online permitem a participação do leitor nos comentários abaixo do fato, e o jornal impresso mostram um outro público, onde a recepção das mesmas não vai estar nos comentários, a não ser que tal fato seja de uma ilustre figura, o jornal pode recolher os depoimento de familiares e amigos, para abrilhantar e criar o herói, caso contrário, será apenas mais um notícia e mais uma das várias mortes que acontecem corriqueiramente.

A MORTE COMO COMÉRCIO: O SENSACIONALISMO DA MÍDIA E A PRODUÇÃO DO HERÓI

Desde criança somos tomados pela imagem de um herói, que se torna nosso preferido, nosso norte, nosso referencial. Ele está em todo lugar, seja na televisão, nos quadrinhos, jornais ou revistas. O herói é sempre o vencedor final, o forte, o corajoso, o invencível. Esse personagem tido como herói, ele passa por um processo de construção até torna-se o preferido de alguém. A mídia o constrói e o faz ser assim.

A mídia tem o poder de “criar” personagens que passam a ter na sociedade um significado exacerbado. Uma vez que, ao dialogar com o texto de Tânia de Luca, onde nos faz perceber que:

[...] De fato, jornais e revistas não são no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretendem difundir a partir da palavra escrita [...] (LUCA, 2006, p.140).

No entanto, nessa pesquisa não pensamos a mídia como veículo de comunicação ou socialização entre a coletividade, mas como uma ferramenta de comercialização e como produção da figura de um herói. O herói que a mídia promove hoje, não são os heróis do tempo de criança, como *Capitão América*, *Homem Aranha*, *Mulher Maravilha*, *Lanterna verde*, *Batman*, *Super-Homem*, *Tarzan*, *Rei Arthur*, *Aladim*, *As meninas superpoderosas*, *Tartarugas ninjas*, *Capitão Caverna*, *Flash*. Os heróis produzidos pela mídia jornalística são pessoas do nosso cotidiano, uns por exercer uma vida pública, como cantores, atores, jogadores, políticos, outros meros coadjuvantes que passam despercebidos aos olhos da sociedade.

Mas, a mídia sabe como investir para assim poder ter um maior controle de seus lucros, onde utilizam mecanismos de aperfeiçoamento que faz com que a matéria torne-se mais chamativa aos olhos de quem recebe a notícia, pois os jornais se profissionalizaram ganharam um novo colorido, permitindo o caráter opinativo do público que compra a notícia. Assim, os jornais permitem uma propaganda atraente, pois partindo dessa ressalva Tânia de Luca nos mostra que:

A estruturação e distribuição interna do conteúdo alteraram-se. Ao lado das reportagens, entrevistas e inquéritos, adensavam-se as seções dedicadas a assuntos policiais, esportes, lazer, vida social e cultural, crítica literária. Os novos métodos fotoquímicos permitiram que a ilustração se incorpora-se definitivamente aos diários, o que de acordo com Herman Lima “ trouxe para o jornalismo um nota leve, espirituosa e atraente, a quebrar a monotonia das grandes folhas onde a matéria impressa se estendia, em artigos de fundo, crônicas, sueltos e noticiários, em colunas maciças de texto”(LUCA, 2006, p.138).

O foco inicial para pensarmos a produção desse herói, surge mediante o momento da sua morte. Mas, vale ressaltar que depende da forma de como se morre ou quem o herói era em vida, para haver essa promoção heroica. A mídia produz notícias passageiras, vendem relatos de sujeitos importantes da sociedade. Porém, mesmo sendo uma notícia passageira, a mídia almeja a partir do personagem em foco, dependendo da sua importância e seu status, uma repercussão que gere lucros e acabam construindo papéis para sujeitos, os quais eternizaram a partir da notícia. De acordo com Chiavenato:

O ídolo está acima da morte: quando ele morre também morre o sonho, a frustração aumenta até a mídia impor novo ídolo. [...] Do ‘outro lado’, a morte dos anônimos, daqueles desprovidos de ‘valor artístico’ ou qualquer coisa parecida, somente causa impacto quando serve de tema pra a mídia. (CHIAVENATO, 1998, p. 40)

Isso acontece por que a mídia sabe como explorar a notícia, fazendo com que ela fique gravada no nosso imaginário social, onde a coletividade possa sentir a morte do herói. De acordo com Baczkó:

[...]é assim que, através dos seus imaginários sociais, uma coletividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si, estabelece uma redistribuições dos papéis e das posições sócias; exprime e expõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de bom <comportamento>, designadamente através de modelos formadores tais como o <do chefe>, o <o bom súbdito>, o <guerreiro corajoso>, etc. Assim é produzido, em especial, uma representação lobal e totalizante da sociedade como uma <ordem> em que cada elemento encontra seu lugar, a sua identidade, e a sua razão de ser [cf. Ansart 1974, p. 14]. Porém, designar a identidade coletiva corresponde, o mesmo passo, a delimitar o seu território e suas relações com meio ambiente e, designadamente, com os outros; e corresponde ainda a formar as imagens dos inimigos e dos amigos, rivais e aliados, etc. O imaginário social elaborado e consolidado por uma coletividade é uma das respostas que esta da aos seus conflitos divisões e violências reais ou potenciais. (BACZKO; ANO, p. 309):

Assim, vale salientar que a promoção de todo esse imaginário, como também a própria exploração midiática em torno da lucratividade é uma forma de promover a

cultura de massa, pois a mesma volta-se a comercialização em torno, onde apropria-se do povo, o seja da cultura do povo com meios para uma rentabilidade, pois nesse sentido discute Trindade acerca das colocações de Robert Stam (2005), onde:

[...] a cultura popular evoca a cultura “do povo” como um signo de transformação social, enquanto a cultura de massa estimula o consumismo capitalista e a indústria do consumo. A cultura de popular é vista como estudos culturais otimistas energias rebeldes, por isso, tema a aura da novidade, que interessa à sociedade de consumo.[...] a cultura de massa explora comercialmente a cultura local, utiliza-se do povo como mero objeto de manipulação, por isso seu olhar se volta, principalmente, para a cultura popular, explorando seu imaginário[...] (TRINDADE apud STAM,2012,p.81)

Nesse sentido, a mídia utiliza de seus mecanismos comerciais, como recursos bases de atrativo para a promoção da figura do herói, pois um dos casos de morte sentida, onde a população brasileira veio a pranto, tornando-se um sentimento passional foi com a morte de Airton Sena, uma vez que aqui podemos perceber uma apropriação política da morte mediante os que buscam a lucratividade e elevação da figura do morto, uma vez que a honra do morto será inebriada por discursos sensacionalistas e sua imagem será benquista como um verdadeiro anjo maculado para a sociedade.

Assim, isso ressalta que a morte não é nutra ela detém poder sobre a sociedade, pois ao contrário do antes colocará Ariès (2003) em que a morte não altera mais os ritmos da coletividade, uma vez que esta não mais torna-se sentida por todos, pois ela se individualizou, podemos perceber que para uma pessoa que é pública e é vista como um ídolo, esta morte modificará de alguma forma o ritmo daqueles que cultuam sua imagem, uma vez que como dito *a priori* a mídia também tem o poder de reforçar para que tal acontecimento seja sentido pela sociedade a qual a mídia consegue a abranger quanto público. Nesse sentido Ariès, nos mostra como o homem encarava a morte sua relação com a mesma, onde difere do homem das sociedades contemporâneas, uma vez que os jornais ao apropriar-se dessas mortes promovem uma exaltação do morto, reintroduzindo a morte ao nosso cotidiano, esta carregada de intencionalidades por parte de quem produz a notícia, e da tal modo promovem uma mistificação do que é a morte.

Com a morte, o homem se sujeita a uma das grandes leis da espécie e não cogitada em evitá-la, nem em exalta-la. Simplesmente a aceitava, apenas com a solenidade necessária para marcar das grandes etapas que cada vida devia sempre transpor (Ariès, 2003, p. 50).

Desse modo, a morte de Ayrton Sena deixou muitos chocados e traumatizados com a sua partida prematura, pois os sonhos depositados no jovem rapaz que tinha todo um futuro de estrelismo pela frente, veio por água abaixo no dia primeiro de maio de 1994. A curva não levou apenas o ídolo, mas levou o sonho, ficando apenas a frustração do público e promoção de sua figura enquanto “ícone da morte sentida”, ou seja, um verdadeiro herói.

De acordo com (CHIAVENATO, 1998, p. 39) “[...] A morte de Ayrton Sena traumatizou mais a nação do que as milhares de crianças morrendo de fome no Brasil.[...]. Não foi a penas a morte de Ayrton, mas a apropriação política também se expande sobre a morte do presidente John Kennedy, pois (CHIAVENATO, 1998, p. 38) “[...] com baixa popularidade e rejeitado pelos eleitores, passou a herói nacional depois de assassinado em Dallas [...]”.

Então, aqueles que têm o poder de produzir o que circula em nosso cotidiano, apropriar-se da morte, e acima de tudo dos mortos e tornam em *marionetes*, em objeto de veneração e culto para os coadjuvantes. Toda sociedade é regida por um controle social, que estabelecem regras para que a mesma funcione. A sociedade forma e controla relações de poder e cria sua identidade, para que mecanismos estruturais e sociais funcionem corretamente. A mídia por sua vez, também é controlada, e ao mesmo tempo detém certo controle, molda figuras e sujeitos a fim de se beneficiarem. Assim, mais uma vez, percebemos que os costumes acabam perpassando épocas, onde a cultura se afunila uma na outra, de século a outro. Acerca disso, discute Chiavenato:

[...] quando morria uma grande personalidade, distribuíam-se entre o povo roupas de luto, geralmente capas pretas, para que ele fosse chorar o falecido e da ênfase a dor da sua perda. Com a roupa às vezes não bastasse, distribuíam comida e mesmo dinheiro. Essa encenação foi comum até o final do século XIX. Hoje, nem é preciso distribuir vestes negras: a mídia induz ao pranto e a histeria, e oferece aos que tem sorte, alguns segundos de fama, mostrando seu desespero na televisão, ou nas fotos de jornal, representando/encenando a “dor do povo”. Muita gente já deve ter observado que, na sociedade atual, tudo é espetáculo, que vivemos numa sociedade do espetáculo e que a morte não escapa disso às vezes até mesmo está no centro disso (CHIAVENATO, 1998, p.40).

Equivalente a isso, não é apenas a indústria midiática que comercializa a morte, pois como antes ressaltado, tudo o que envolva o óbito nas sociedades contemporâneas enxerga a morte como um negócio, pois não se polpa a dor da família, mas a rentabilidade que o morto poderá trazer para a sociedade. Acerca do comércio Trindade ressalta a partir das ideias de Louis – Vicente Thomas (1985) que o comércio da morte

começa desde o hospital e estendem-se as funerárias, estas que possuem a função de deixar o morto com aspecto de um quase vivo e cuidar de todo o funeral, como amenizar o sofrimento da família, pois:

[...] Ele ainda ocorre no hospital, pois existe a necessidade de substituir o doente por outro, assegurando uma rotação de leitos no hospital, visando a rentabilidade, deixando o valor da vida ser o centro da preocupação.[...] Mercadoria, suprema o corpo humano, vivo ou morto, integra esse circuito, vaio de sentido. A consciência da sua própria finitude desaparece. [...] Também temos a concorrência em relação às pompas fúnebres, que está inserida no circuito comercial. De acordo com Thomas, existe a preocupação de conquistar a clientela, para isso as empresas lançam inovações. Por exemplo, um dispositivo de refrigeração para ser instalado no caixão, que possibilita ao morto ficar em perfeito estado de conservação por vários dias. As funerárias fazem uma guerra de tarifas, investem em catálogos e encartes apresentando qualidade e preço.(TRINDADE apud THOMAS, 2012, p. 78)

The screenshot shows a news article from G1 (G1) about the death of singer Cristiano Araújo. The top navigation bar includes 'MENU', 'G1', 'GOIÁS', and 'TVANHANGUERA'. The main headline reads: 'CRISTIANO ARAÚJO Cantor morreu em acidente em GO'. Below the headline is a black and white photo of the singer singing into a microphone. To the left of the photo is a sidebar with links: 'como foi o acidente', 'fotos do carro', 'o range rover do cantor', 'despedida e enterro', and 'investigação da polícia'. To the right of the photo is a column of text: 'A morte de Allana foi confirmada por um dos empresários do cantor, Antônio Pereira dos Santos. "O corpo dela foi levado ao IML [Instituto Médico Legal] de Morrinhos, e os familiares foram ao local para a liberação", disse ao G1.' Another column below it says: 'Eles serão velados juntos. O velório vai ocorrer nesta quarta-feira, às 19h, no Palácio da Música, localizado no Centro Cultural Oscar Niemeyer (CCON), em Goiânia, e será aberto ao público.' At the bottom of this column is the sentence: 'Cristiano Araújo deixou dois filhos, João Gabriel e Bernardo.' On the far right, there is a small section titled 'O acidente' with the text: 'Segundo o Corpo de Bombeiros, o sertanejo voltava de um show em Itumbiara, no sul do estado, por volta das 3h30, quando o veículo ...'.

Sinteticamente vivenciamos o comércio da morte, pois o avançar das sociedades produzem mártires, ídolos, heróis, produzem acima de tudo a alienação por meio do discurso, promovem a apropriação do que se é banalizado, afastado, do que é tabu. Então, a morte deve ser afastada, pois partindo da premissa de se falar em morte, pode-se de fato atrair algo de ruim, assim como a morte para o cotidiano, mas a preocupação com mesma torna-se diferente, quando a questão em caso é a vida pública, pois entre

público e privado a morte muda de figura. Assim, no mundo público a morte proporciona rentabilidade e de fato não há nenhuma recusa em pronuncia-la, pois os mortos em nossa sociedade assumem um novo padrão de “quase vivos” mediante tanta promoção e investimento para com a estética mortuária e a figura do herói.

A MORTE DO HERÓI: ÍDOLO E O CODJUVANTE

Os mortos promovem uma reflexão acerca de nos percebermos enquanto seres humanos mortais, estes nos possibilitam a pensar na nossa própria morte, mas permitem antes de tudo uma reflexão social do lugar o qual estamos inseridos. As relações de poder existentes entre a promoção e não promoção daquele que jaz.

Assim, partindo para “nossos heróis” midiáticos, apresentamos a morte do cantor sertanejo Cristiano Araújo, e como a mídia se apropriou desse fato para promover o herói, tendo como objetivo, a lucratividade a partir desse espetáculo. De tal modo, para abordarmos esses “heróis midiáticos”, utilizamos dois jornais online: “G1” de Goiás e “R7” de São Paulo e um jornal impresso, o “Gazeta do Alto Piranhas” da cidade Cajazeiras-PB. Mais uma vez a morte abre uma janela para comercialização e a mídia utiliza de tal fato para lucrar com a venda da imagem do corpo morto. Dessa forma, sabe como selecionar seu discurso, a partir da apropriação da morte, fazendo com que ela seja sentida por todos e ao mesmo tempo esses meios de comunicação social controla esse discurso. Sobre a ideia de discurso, Foucault , apresenta:

[...] em toda sociedade a produção de discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo numero de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. [...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou sistema de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar. (FOUCAULT; 2013. P. 8-9-10).

Assim, diante dessa prerrogativa, percebemos que esses discursos se voltam a uma banalização, onde o espetáculo da morte promove os mortos como os joguetes a serem disputados no campo midiático. Uma vez que ao ressalvar Chiavenato, esses tornam-se ícones da morte sentida, a partir da produção do discurso jornalístico, explorado para despertar sentidos.

Para exploramos a ideia desse artigo, problematizamos seis mortes, que acabaram por produzir “heróis midiáticos”, a partir da apropriação do jornal. O primeiro

é o cantor sertanejo Cristiano Melo de Araújo, que sofreu um acidente de carro, na BR 153, no dia 24 de junho de 2015, em Goiás. O acidente aconteceu quando o artista retornava de um show, onde seu carro se desgovernou e o cantor foi arremessado fora do veículo. Segundo o jornal *G1*, a morte do cantor, provocou enorme comoção nas redes sociais. Em muitos lugares que não era conhecido, ele passou a ser.

O cantor goiano Cristiano Araújo, de 29 anos, e a namorada dele, Allana Coelho Pinto de Moraes, de 19, morreram na manhã desta quarta-feira (24) após um acidente de carro na BR-153, no km 614, entre Morrinhos e o trevo de Pontalina, em Goiás [...] Na última terça-feira (23), o cantor publicou em sua página no Instagram uma mensagem dizendo que estava partindo da Bahia, ao lado na namorada, com destino a Itumbiara. Após o acidente, muitos fãs comentaram na imagem sobre o ocorrido e mandaram mensagens de solidariedade ao cantor. (Postado e atualizado em 25/06/2015 13h52 Jornal G1)

O espetáculo da morte de Cristiano, o fez herói, pelo seu modo de morrer, tendo a mídia como principal veículo ativo nessa promoção. Assim a mídia nos fez conhecer a vida privada de Cristiano desde a infância e enquanto cantor, fazendo com que a morte torne-se sentida por todos, onde quem mesmo não conhecia, passou a conhecer, pela comoção dada a figura de Cristiano e por ter morrido tão jovem de forma brutal, onde dia 25 de junho, o Brasil parou pra ouvir parte da letra de uma música do cantor: “*o que temos pra hoje é saudade*”. Nesse evento, envolveu-se outra morte. A da sua namorada, Allana Moraes, 19 anos. Nesse espetáculo, a partir da apropriação da mídia, Cristiano torna-se o protagonista e sua namorada uma simples figurante para preencher a cena.

Ao contrário da exploração midiática acerca da morte de cantor e sua namorada, contrapõe-se o apresentador Zeca Camargo em um de suas postagens que não agradou ao público, principalmente o mundo sertanejo:

“*Como fomos capaz de nos seduzir coletivamente por uma figura desconhecida?*”, ele perguntou, entre outras provocações. “O que realmente surpreende neste evento triste da semana foi a comoção nacional. De uma hora para outra, fãs e pessoas que não faziam ideia de quem era Cristiano Araújo partiram para o abraço coletivo, como se todos nós estivéssemos desejando uma catarse assim, um evento maior que nos unisse pela emoção”, afirmou. (Postado em 29/06/2015 por VEJA/SP)

A partir dessa análise, percebemos o papel da mídia na sociedade e suas tramas, o que versa sobre a promoção de uma notícia que nos faz perceber mais uma vez que a morte exerce poder numa coletividade. Dependendo da forma como se morre ou do próprio morto, incluindo seu contexto social, a morte não é neutra, pois a mesma

promove um sentimento de comoção na sociedade, pois ao mesmo tempo em que se dá o destaque, este é passageiro, já que novos heróis precisam surgir.

A MORTE DO HERÓI: O MÁRTIR

Assim, digamos que não surgiu de fato um novo herói, mais um mártir, este também que só ganhou destaque pela consequência que o envolveu até seu momento final. A morte do menino sírio, encontrado numa praia na Turquia, serviu de plano de fundo para trazer a público a crise migratória de milhares de pessoas do oriente médio. A foto chegou a ser um dos assuntos mais comentados e compartilhados das redes sociais. O mundo sempre enfrentou essas crises desde a segunda guerra mundial, mas foi preciso um “mártir”, “anjo” para que esses problemas pudessem transparecer para o mundo, assim como é percebido na manchete a baixo.

Nesse sentido, como coloca Chiavenato:

Menino morto em praia que se tornou símbolo da crise migratória fugia de cidade dominada pelo Estado Islâmico

Corpo de criança de 3 anos foi encontrado afogado em uma praia na Turquia

R7 Página Inicial | Recomendar | 226 | Tweetar | 12 | G+1 | 0 | Pin It | RECEBA NOTÍCIAS NO SEU CELULAR | Texto: -A +A

Da Ansa



Criança viajava com sua família e tinha partido da Síria com o objetivo de chegar ao continente europeu via ilha de Kos

O menino sírio Aylan Kurdi, de 3 anos, cuja foto de seu corpo morto em uma praia do município costeiro turco de Bodrum chocou o mundo ontem (2) e ativou os debates sobre a crise migratória que atinge a Europa, estava fugindo da cidade de Kobane, que há meses é dominada pelo grupo extremista Estado Islâmico.

De acordo com a imprensa turca, Aylan viajava com sua família e tinha partido da Síria com o objetivo de chegar ao continente europeu via ilha de Kos, na Grécia. No entanto, a embarcação em que estava naufragou e matou 12 pessoas, entre elas seu irmão Ghalib, de 5 anos, e sua mãe. O único que sobreviveu ao acidente foi o pai, que agora pretende voltar à Síria para enterrar sua família no país natal.

A ideia do mártir que se sacrifica por Deus, ou do herói, que morre pela pátria, impõe-se a sociedade. Os homens comuns convencem-se de que são simples mortais e não podem “mudar o mundo” — tarefa dos poderosos que se identificam com os heroicos defuntos ou os representam. Gente humilde e sem poder quando muito é herói anônimo, para lembrar que o dever do povo é sacrificar-se pela pátria. [...] (CHIAVENATO, 1998, 38).

Assim, tal citação nos serve como guisa de esclarecimento para percebermos o caso de Aylan Kurdi, ou o menino sírio como ficou mais conhecido diante matéria nos jornais e televisão. Aylan era um garoto anônimo que ganha reconhecimento mediante seu ato heroico de atravessar o mar com o intuito de buscar refúgio em outro local. Junto a ele também morreu seu irmãozinho de cinco anos, mas este não foi tão mediatisado enquanto o garotinho de três anos. Tal fato se da pela forma de como o corpo inerte de Ayran foi encontro, de como foi produzida a notícia de sua morte e as estratégias usadas pela mídia para promover Aylan como um herói. Herói é aquele que se doa pela pátria, e Aylan ativou antes de tudo como coloca o jornal, debates sobre a crise migratória do país, esta esquecida e que veio a tona com sua morte tão prematura. O garoto sírio tornou-se um herói do povo, tornou-se um mártir, onde a mídia apoderou-se de sua morte como sistema de dominação (CHIAVENATO, 1998, p. 38).

A MORTE O HERÓI: O ANJO

Dessa forma, abrindo espaço para um novo herói que passa a surgir, podemos ressaltar a morte da menina Sofia, que serviu de pano de fundo, para mostrar a luta pela vida, onde não se cria apenas estereótipo de heróis, mais também de anjo, pelo sofrimento vivido no plano terrestre. Sofia Gonçalves de Lacerda, sofria com uma doença rara, conhecida como *síndrome de Berdon* e passou a ser conhecida nas redes sociais devido uma página criada pela sua mãe, onde a mesma ressaltou no nome da página “ajudem a Sofia”, e os internautas passaram a acompanhar o caso, como também a mídia televisiva e jornalística também começaram a acompanhar o caso da garotinha. Assim, a mesma tinha um ano e oito meses e morreu na madrugada do dia quatorze de setembro deste ano nos Estados Unidos, pois foi arremetida por um vírus resistente, *ocitomegalovirus* e devido complicações ela veio a óbito.

SOROCABA E JUNDIAÍ 

14/09/2015 09h41 - Atualizado em 14/09/2015 19h22

Morte de Sofia nos EUA causa comoção nas redes sociais: 'Um anjo'

'O Brasil inteiro está de luto', dizem internautas na web.
Menina morreu nesta segunda-feira em hospital em Miami.

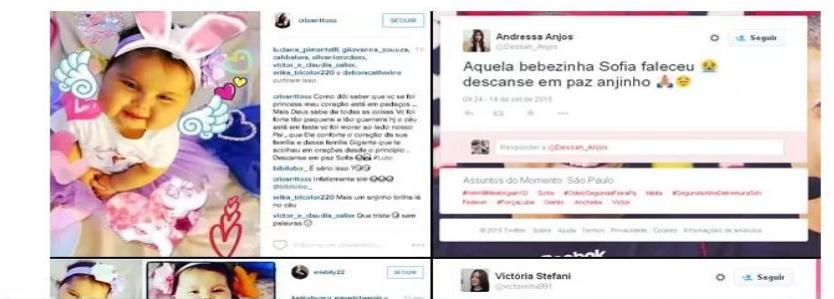
Do G1 Sorocaba e Jundiaí

 FACEBOOK

 TWITTER

 G+

 P



Nesse sentido, a morte de uma criança nos remete a caracterização de um anjo, pois tal crença esta imbricada na nossa cultura, uma vez que o anjo sempre vai ser aquele que detém a pureza e falta de malícia, ou seja, o anjo não tem capacidade para pensar, onde não exercendo a razão, torna-se um ser puro aos olhos do pai. Então, (ARIÈS, 1978 p. 52-53) nos mostra o percurso de como surgiu essa criança voltada para uma infância religiosa, pois:

Por volta do século XIII, surgiram alguns tipos de crianças um pouco mais próximas do sentimento moderno. Surgiu anjo, [...] O segundo tipo seria o modelo e o ancestral de todas as crianças pequenas da história da arte: o menino Jesus, ou Nossa Senhora menina, pois a infância aqui se ligava ao mistério da maternidade da Virgem e o culto de Maria. [...] Um terceiro tipo de criança apareceu na fase gótica: a criança nua.

De tal maneira, como é visto na imagem acima, Sofia é vista como “um anjo”. Assim, o anjo vem imbricado nesse sentimento que se assemelha a Virgem Maria, onde se atrela a sua imagem a pureza e salvação da alma, pois o anjo é um ser por onde o pecado passa longe , onde a salvação da alma esta garantida mediante seu batismo.

A MORTE DO HERÓI: “HERÓIS LOCAIS”



As imagens acima são notícias que relatam dois acidentes automobilísticos com vítimas fatais. A imagem (1) mostra a morte do vice-prefeito de Cachoeira dos Índios-PB, acontecida no dia quinze de junho do ano de dois mil e três. A imagem (2) apresenta a morte do prefeito Sousa Bandeira, ocorrida no dia trinta e um de março do ano de 2004, o mesmo era prefeito da cidade de Cachoeira dos Índios-PB. Ambas as notícias, estão nas páginas do jornal “Gazeta do Alto Piranhas” da cidade de Cajazeiras-PB.

Essas mortes, por envolverem pessoas públicas do alto sertão paraibano, vão ganhar destaque em todo jornal, contemplando os espaços desde a capa até o fim da última página, sempre com manchetes destacadas, como também ganham destaque nos cadernos, estes nos jornais servem para publicar notícias importantes, tais como as mortes. O jornal aborda e explora essas mortes em vários âmbitos: vida política, familiar e social. O jornal traça todo um panorama dos seus feitos em vida, elevando sua atuação no meio social, como pessoas que se preocupavam com a sociedade. Mostram também os sentimentos familiares, como cada um tinha um amor incondicional pela família.

Depois de traçar toda a ação e feitos dos prefeitos em vida, o jornal dedica páginas também, sobre a morte, velório e sepultamento, mostrando a dimensão do evento, sempre colocando que toda a sociedade cachoeirense e região sentiram com essa perda e se fez presente nesse momento difícil. Assim, percebemos que o modo como a mídia explora e apresenta essas mortes, colaboraram para essa morte ser sentida por todos.

A morte por esse viés torna-se uma representação heroica com também de um mártir, perpassada pela mídia, com o objetivo da lucratividade, ideia discutida e abordada nesse trabalho. Acerca de representação, discute (CHARTIER; 1985. p. 20) “[...] a representação como dando a ver uma coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que represente e a aquilo que é representado; por outro, a representação como exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou de alguém [...]”.

Dessa forma, quem recebe a notícia sobre a morte de alguém, a ver representada, como um sentimento de dor, desenvolvendo uma emoção demasiada e forte para o sentimento de perda e infinita tristeza e que não é aceitável. Já para quem produz a notícia, no caso, os jornais, a morte passa a ser representada como uma mera comercialização, um produto negociável. Nesse sentido, Roberto da Matta parte da premissa de que os mortos agregam consigo valores, mas estes dependem do status que o mesmo teve em vida, pois:

[...] Os mortos imediatamente se transformam na nossa sociedade, passando a ser pessoas exemplares e orientadoras de posições e relações sociais. O morto, portanto, serve como foco para os vivos, para a casa a para a rede de relações, vivificando e dando forma concreta aos elos que ligam as pessoas de um grupo (ou comunidade, dependendo do morto e de sua qualificação social). (MATTÀ, 1997, p. 156)

Assim, tanto o morto como a morte agregam poder em nossa sociedade. A morte consegue mexer com o ritmo de uma coletividade e ao mesmo tempo nos faz refletir sobre a brevidade da vida, assim o morto assume um papel importante dependendo do seu status, e de como foi sua morte, caso contrário não tendo interesse do jornal, suas lembranças serão apenas ativadas para aqueles por quem lhe possui afeto, no caso sua família. Assim, a exploração e exaltação dos jornais para com as mortes nós faz se inebriar pelo sentimento passional e de fato nos assemelhamos a figura da carpideira como já comentará (REIS , 1997, p. 109) onde,“ [...] choram por conta dos que pagam, pouco se lhes dando com lagrimas que vertem; mas choram pelo maior malvado, se maior espórtula receberem”.

Então, a única diferença é que não presenciamos de dinheiro para o choro, para este a mídia já sabe como conquistar e atrair mais pessoas para o seu negócio, ou seja, leitores para sua matéria, já que ao criar heróis se deposita neles a crença na imortalidade, onde nada de mal irá os afligir, mas a sua morte desterritorializa aqueles

que o cultuavam, onde a mídia ao assumir o controle da situação, torna a morte um espetáculo, tendo como ator principal o morto.

PALAVRAS FINAIS

Na guisa de conclusão, visamos que o conjunto dos acontecimentos analisados, parte de percebermos a morte não como algo natural da condição do ser, mas problematizá-la como um negócio, a partir do poder midiático. Uma vez que aqui, não deixamos de lado o poder que a morte exerce na sociedade.

Para tal estudo de caso, cada sociedade representa uma forma de lidar com a morte, pois antes de tudo, ela é um fato sociocultural. Assim, pensando a morte na sociedade contemporânea, vista como algo afastado do nosso cotidiano, uma vez que os hospitais passam a retardar esse processo natural, a morte passa a adquirir seu espaço nas margens. Mas, mesmo pertencente a tal lugar, ela possui um poder que altera todo o ritmo social de um grupo.

Pensando a morte a partir dessa apropriação midiática e modelo de heróis que são criados, podemos entender que o espetáculo ou ato de morrer, torna-se obrigação, não havendo nenhum interdito no que versa sobre a valorização do herói midiático, pois antes de tudo o sentimento deve ser valorizado, não caindo no esquecimento, pois como todo herói, ele deve se tornar imortal, como também outros heróis deverão surgir para preencher as páginas de mais uma história.

FONTES

- Jornal R7 - Disponível em : <http://noticias.r7.com/internacional/menino-morto-em-praia-que-se-tornou-símbolo-da-crise-migratoria-fugia-de-cidade-dominada-pelo-estado-islâmico-03092015> Acesso em: 25/09/2015.
- Jornal G1 - Disponível em: <http://g1.globo.com/goias/noticia/2015/06/cantor-cristiano-araujo-morre-apos-acidente-de-carro-em-goias.html> Acesso em: 26/09/2015.
- Jornal Gazeta do Alto Piranhas/ Cajazeiras Paraíba.
- Revista Veja-SP - <http://vejasp.abril.com.br/blogs/pop/2015/06/29/zeca-camargo-cristiano-araujo-morte-polemica/> Acesso em: 03/10/2015.

REFERÊNCIAS

- ARIÉS, Philippe. **História da morte no ocidente**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

- _____. **História Social da Criança e da Família.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- BACZKO, Bronislaw. **Imaginação social.** In: ROMANO, Ruggiero (org.). Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985.
- CHARTIER, Roger. **História Cultural: Entre Práticas e Representações.** Memória e Sociedade : DIFEL, 1988.
- CHIAVENATO, Júlio José. **A morte uma abordagem sociocultural.** São Paulo: Moderna, 1998.
- REIS, J.J. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil no século XIX.** São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- FOUCAULT, Michel de. **A ordem do discurso:** aula inaugural no College de França, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Moderna, 1998.
- MATTA, Roberto Da. MORTE- A morte nas sociedades relacionais: reflexões a partir do caso brasileiro. In: **A casa e a rua: Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil.** Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- LUCCA, Tania Regina de. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2006.
- TRINDADE, Alessandra Arccosi. **Percorrendo os caminhos da morte rumo á personificação em as intermitências da morte e o triunfo da morte.** Tese de doutorado apresentada ao programa de pós- graduação em Letras Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

“BORBOLETAS AZUIS”: DESCONTRUINDO VERDADES E DESFAZENDO TABUS

Julhyane Cristine Oliveira Biserra¹

Kézia Jaiane Porfírio da Silva²

Lucas Tadeu Borges Viana³

Luciano Mendonça de Lima⁴

RESUMO

O presente artigo tem como tema o movimento messiânico milenarista “Borboletas Azuis”, o qual tem esse nome intitulado através da rotulação da imprensa. A pesquisa realizada tem por objetivo desconstruir essa idealização do nome do movimento por meio da mídia, tendo como metodologia análise através da história oral de uma entrevista concedida por um ex- remanescente e utilização de fontes escritas contida em jornais, artigo e dissertação de mestrado abordando a temática. O movimento vai ganhar grande destaque não só Campina Grande – PB, após o relato de uma profecia que era tida através da destruição do mundo por um dilúvio e que só se salvaria as pessoas adeptas a ele.

PALAVRAS- CHAVE: “Borboletas Azuis”. Messiânico. Milenarista. Mídia.

ABSTRACT

This article has as its theme the messianic millenarian movement "Blue Butterflies", which is called by this name lettering press. The research, which was carried out aims to deconstruct this idealization of the name of the movement through the media, with the methodology by analyzing an oral history interview with a former, and remaining use of written sources contained in newspapers, article and dissertation Masters addressing the issue. The movement will gain great prominence not only Campina Grande - PB, after the account of a prophecy that was seen through the destruction of the world by a flood and save only the people adept to it.

KEY-WOROS: “Blue Butterflies”. Messianic. Millenarian. Media

O movimento messiânico conhecido popularmente em Campina Grande como “Borboletas Azuis” nome rotulado pela mídia teve suas doutrinas baseadas inicialmente no catolicismo, mas logo depois o seu líder seguiu o caminho da espiritualidade. O

¹ Estudante do curso de História - UFCG - Universidade Federal de Campina Grande - PB. E-mail: julhyane_cristine_oliveira@hotmail.com

² Estudante do curso de História – UFCG – Universidade Federal de Campina Grande – PB. E-mail: keziajaiane@gmail.com

³ Estudante do curso de História – UFCG- Universidade Federal de Campina Grande- PB. E-mail: lucastadeuborgesviana@gmail.com

⁴Bacharel em História pela Universidade Federal da Paraíba (1989), Mestre em História pela Universidade Estadual de Campinas (2001) e Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2008). É professor da UAHis/CH/UFCG. Tem experiência em atividades de ensino, pesquisa e extensão nas seguintes áreas: história social da escravidão e das relações raciais; movimentos populares no século XIX; arquivo, memória e patrimônio; ditadura militar e resistência no Brasil.

messianismo está ligado a uma questão de crença que envolve a volta do messias para aniquilar a sociedade a qual está instituída sem amor ao próximo cheia de vícios, mentiras dentre outros males, para se ter uma nova nação renovada cheia de amor, virtude e união entre as pessoas.

Esse movimento também pode ser instaurado como milenarista por conter esta relação de como era no início da humanidade, eles acreditavam que haveria um dilúvio assim como é narrado na Bíblia, é tinha até data certa para este acontecimento, só iria se salvar as pessoas que estivessem na Casa de Caridade Jesus no Horto em comparação com a versão cristã ela seria como a arca de Noé.

Por muitos dias os que seguiam firmemente o movimento venderam seus bens, pois depois do dilúvio tudo iria se renovar e assim reuniram alimentos para serem comportados dentro de um galpão construído na casa. Mas se tinha os que estavam na casa só por algum tipo interesse na salvação ou cura e não seguiam a doutrina do movimento realmente como ela era.

A liderança era comandada por Roldão Mangueira de Figueiredo natural de Conceição de Piancó (PB) que na década de 1930 se estabeleceu em Campina se tornando um grande comerciante⁵, através dos cultivos mais tradicionais da região naquela época como o algodão, agave e mamona. E com isso ele ganhou destaque na cidade em termos econômicos, passando a adquirir muitos imóveis dentre eles a Casa de Caridade Jesus no Horto.

Essa casa só foi fundada depois de Roldão sofrer uma grande perda econômica após um incêndio ocorrido no seu armazém e ficar emocionalmente abalado diante da situação, tentando pôr um fim ao sofrimento ele tenta se suicidar pulando de um prédio e após sua chegada no alto ele vê a figura de Padre Cícero que o manda retornar e organizar suas coisas que ainda restaram e que abra um centro espírita para acolher e fazer caridade para as pessoas onde vai ser denominado de Casa de Caridade Jesus no Horto⁶.

Uma das fontes utilizadas para elaboração de nosso artigo foi uso o da história oral, e recorremos ainda a outros recursos historiográficos como a fonte escrita em jornais e em artigos e dissertações que relatam sobre a temática escolhida, mas tendo como foco principal a narração contida na entrevista.

⁵ Segundo entrevista realizada essa designação de que Roldão se tornaria grande comerciante já teria sido relatada a ele por meio de uma visão de Padre Cícero.

⁶ Localizada até hoje no bairro do quarenta em Campina Grande situada na rua Santa Rita.

A história oral é uma metodologia de pesquisa que consiste em realizar entrevistas gravadas com pessoas que podem testemunhar sobre acontecimentos, conjunturas, instituições, modos de vida ou outros aspectos da história contemporânea. Ganhou também cada vez mais adeptos, ampliando-se o intercâmbio entre os que a praticam: historiadores, antropólogos, cientistas políticos, sociólogos, pedagogos, teóricos da literatura, psicólogos e outros.

As entrevistas de história oral são tomadas como fontes para a compreensão do passado, ao lado de documentos escritos, imagens e outros tipos de registro. Caracterizam-se por serem produzidas a partir de um estímulo, pois o pesquisador procura o entrevistado e lhe faz perguntas, geralmente depois de consumado o fato ou a conjuntura que se quer investigar. Além disso, fazem parte de todo um conjunto de documentos de tipo biográfico, ao lado de memórias e autobiografias, que permitem compreender como indivíduos experimentaram e interpretam acontecimentos, situações e modos de vida de um grupo ou da sociedade em geral. Isso torna o estudo da história mais concreto e próximo, facilitando a apreensão do passado pelas gerações futuras e a compreensão das experiências vividas por outros.

No nosso caso realizamos a entrevista com o Senhor Antonio Joaquim da Silva que nasceu no dia 21 de julho de 1942 e alega ter participado 11 anos do movimento onde era membro ativo do grupo comparecendo em todas as reuniões e encontros. Nos deu informações muitos importantes que tentaremos expor do decorrer do nosso artigo.

Neste primeiro momento vale ressaltar que o Brasil tem sido especialmente pródigo na geração de movimentos messiânicos, desde o primeiro século colonial, índios guaranis puseram-se em busca da “terra sem males” e indígenas constituíram os chamados “movimentos de santidade”.

Nesta rápida e primeira reflexão sobre o messianismo no Brasil, vale salientar os três movimentos mais instigantes e, por isso mesmo, mais estudados: pela ordem cronológica, Juazeiro do Padre Cícero (1872-1934), Canudos de Antonio Conselheiro (1893-1897) e o Contestado dos monges João e José Maria (1912-1916).

É interessante mais uma vez deixar claro por que o movimento dos adeptos a Casa de Caridade Jesus no Horto é considerado um movimento messiânico milenarista. Neste sentido, o primeiro deles diz respeito à crença em um salvador, o próprio Deus ou seu emissário, e à expectativa de sua chegada, que porá fim à ordem presente, considerada como iníqua ou opressiva, e instaurará uma nova era de virtude e justiça; o segundo refere-se à atuação coletiva (por parte de um povo em sua totalidade ou de um

segmento de porte variável de uma sociedade qualquer) no sentido de concretizar a nova ordem ansiada, sob a condução de um líder de virtudes carismáticas⁷(no nosso caso , o próprio Roldão Mangueira).

As duas características citadas acima aparecem no bojo do movimento aqui estudado onde se esperava um dilúvio que duraria quatro meses (120 dias) e aconteceria no dia 13 de maio de 1980, segundo os adeptos da Casa esse dilúvio iria vim para constituição de um novo tempo onde todas as mazelas sociais e individualismo do mundo vigente deixariam de existir, para dar espaço ao mundo cheio de harmonia, paz e humildade de toda sociedade (época de ouro).

Em nosso ponto de vista, as ocorrências destes movimentos messiânicos em todo Brasil estão diretamente ligadas com os acontecimentos vigentes no tempo de sua propagação.

Porque não pensar que o movimento liderado por Roldão Mangueira seria uma tentativa de resposta a ditadura militar vigente no Brasil que freou o desenvolvimento do país e dizimou, perseguiu e torturou os que eram considerados subversivos desse sistema infame que perdurou por longos e maçantes 21 anos (é recorrente em toda história da humanidade, as pessoas tentarem busca no divino ou sagrado a saída de momentos difíceis).

Neste sentido, como num momento de ditadura, que desmantelou em vários sentidos os movimentos sociais existentes antes de 1964 e, com a extrema vigilância do governo para evitar novas organizações, grande parte da população passou a buscar refúgio contra o clima de terror nos laços primários de solidariedade, como no da religião.

Deste modo a grande repressão vigente na primeira década da ditadura militar não impediu a existência de várias formas de resistência, mas impôs importantes mudanças no modo de estruturação e de condução das lutas.

O lema da casa espírita segundo Roldão era “a humildade, a caridade, o amor ao próximo e a Deus” (ROLDÃO DIZ, 1979), ela se desenvolveu plenamente após se espalhar que Roldão tinha o poder da cura onde ocorriam nas reuniões que as pessoas

⁷ Essas definições iniciais seguem de perto as concepções de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1965), mas não são se distanciam do que pensam maioria dos autores. A referida autora foi quem mais se preocupou em sistematizar os conceitos e distinguir suas nuances, diferenciando crença de movimento e messianismo de milenarismo.

frequentavam na casa algumas vezes por semana e que segundo Antonio Joaquim da Silva⁸:

Só bebendo é fumano [...] ai rapaz essa doença eu não sabia de nada ai depois me indicarão aqui ai mandarão eu vim [...] que lá começava o trabalho as vez na segunda-feira cinquenta, sessenta pessoa as vez até cem, era um salão grande ainda tá o salão lá.

Após a propagação desse fato a casa inicialmente teve muitos adeptos que procuravam a cura para suas doenças mas depois que a profetiza Luciene⁹ ditou umas profecias que não agradaram alguns adeptos do movimento que decidiram abandona-lo.

Umas das profecias que teve maior impacto na sociedade campinense da época é que também alcançou âmbito nacional é sobre a destruição do mundo, a qual teve início em meados de 1978 e que segundo a profetiza Luciene esse recado foi relatado por Jesus a ela avisando que no dia 13 de Maio de 1980 aconteceria um dilúvio e só permaneceria a salvo as pessoas que resolvessem aderir a doutrina espírita do movimento e adorarem a Jesus.

Outra das profecias ditas por ela é que causou perplexidade em outras pessoas que os viam andando nas ruas era o estilo da vestimenta que usavam, que só foi aderida depois que ela os impõe a usar mantos e vestidos em tons de branco e azul. Outra característica deles imposta também era que não haveria necessidade de utilização de sapatos ou sandálias nos pés, andando descalços pelas ruas ocasionando represálias a outras pessoas que os viam assim, por esse motivo a imprensa os intitularam como “Borboletas Azuis” só para ter maior rendimento em relação a propaganda é segundo Silva “o diário botou o nome Borboleta azul [...] e o nome era Casa de Caridade Jesus no Horto [...] é o reporte pra adiantar botou Borboleta azul, aumentou a propaganda...”.

Neste sentido, há uma controvérsia entre o que foi divulgado pela mídia local e o que os integrantes do movimento afirmam ter realmente ocorrido. Quando questionado a respeito do significado do nome do movimento, o senhor Antônio Joaquim da Silva, ele afirmou que esse nome foi uma invenção da mídia e que não era um movimento mas sim uma missão intitulada Casa de Caridade Jesus no Horto. O entrevistado afirmou que isso era uma construção da imprensa e que não deveríamos acreditar em tudo que a

⁸ SILVA, Antonio da Silva. Entrevista concedida a Julhyane Cristine, Kézia Jaiane e Lucas Borges em (02) de Setembro de 2014. Ex- remanescente do “Borboletas Azuis”.

⁹ Luciene era a profetiza da Casa de Jesus no Horto que dizia receber a incorporação de Jesus e Nossa Senhora, todas as profecias foram itas por ela.

imprensa divulgava sobre o assunto, pois de certa forma o que foi construído era uma imagem totalmente diferente do que realmente teria sido o chamado movimento.

De acordo com a leitura do texto de Lidiane Cordeiro Rafael de Araújo, havia uma certa aversão da população em relação ao movimento culminando inclusive com insultos e até mesmo agressão física aos membros da Casa de Caridade, o que pode ser um visível reflexo daquilo que era apresentado pela imprensa, criando uma imagem de pessoas estranhas circulando pela cidade com práticas que ia contra o comportamento comum a população. Ela explica que num dado momento a imprensa divulgou que os “Borboletas iriam atravessar o açude velho guiados por seu líder Roldão Mangueira, isso causou muito tumulto, entretanto de acordo com o entrevistado eles não iam atravessar o açude, eles teriam se dirigido até lá apenas para realizar suas orações como de costume, porém um integrante da missão teria ouvido de forma errada uma profecia que foi proferida segundo Silva, por Luciene, que afirmava que se eles cumprissem sua missão, poderia ser que assim como foi com discípulos (da Bíblia) Jesus iria passar pelas águas com eles, isso teria sido mal interpretado e a partir de então a imprensa passou a fazer a sua divulgação.

Nesse sentido percebemos a interferência da mídia ao alterar aquilo que segundo os membros de fato teria acontecido, e assim teria sido construída essa visão distorcida do que teria sido a missão dos membros da Casa de Caridade. Os integrantes da missão não gostavam de serem denominados de “Borboletas Azuis”.

E a partir da dita profecia do dilúvio eles passaram a fazer a cada 13 de cada mês uma caminhada pela cidade tentando reunir mais adeptos para o movimento e avisar as pessoas sobre esse desastre que ia acontecer, mas muitas pessoas se sentiram incomodadas com o fato da peregrinação pelas ruas e causavam danos aos membros tanto verbalmente como fisicamente.

E no dia determinado para acontecer a profecia os membros do movimento se reuniram as margens do açude velho com sentido de fazer oração, e quando as pessoas viram a aglomeração dos remanescentes ficaram sem entender, e como a imprensa só via interesse publicitário induziu que eles e o líder Roldão Mangueira iriam andar sobre as águas do açude velho segundo a relato de Silva.

Depois desse ocorrido muitos membros se afastam dentre eles Silva o que nos concedeu a entrevista, é o próprio líder Roldão Mangueira segundo rumores contados a Silva “me disseram que os filhos dele [...] tiveram vergonha né, ai levaram pro Recife

aplicaram uma injeção é terminou ele morrendo...”, Roldão acabou falecendo após algum tempo depois de toda essa bagunça que aconteceu dentro do movimento.

Após a morte de Roldão Mangueirão e o não acontecimento do diluvio, o número de integrantes diminui acentuadamente de cinquenta a setenta resistiu até os anos 1983 com pouco mais de 20, na frente do movimento ficou o senhor Antonio da França que tentou na medida do possível continuar seguindo as normas e as tarefas diárias deixadas pelo outrora líder do movimento.

Irmã Tereza, a última remanescente dos “Borboletas Azuis” se mantém firme no seu propósito de “levantar” a Igreja com a chegada de um novo líder. Alheia às piadas e comentários maldosos sobre sua maneira de viver, a fiel seguidora de Roldão Mangueira mantém sua rotina de orações e tarefas rotineiras no templo, como cuidar do jardim que fica em frente à capela (muito bem cuidado, diga-se de passagem como nós podemos constatar em nossa visita) e como no diz o policial civil e historiador Francistone Tomaz “talvez seja no jardim que essa adorável senhora encontre o significado de toda sua existência”.

Neste sentido, nós nos perguntamos se de fato é possível falar na existência efetiva do movimento hoje, já que ele mudou muito em relação aos anos 1970 e 80. As procissões de peregrinação cessaram. As instruções recebidas por meio das incorporações parecem não mais acontecer, podemos dizer que essas pessoas morreram não fisicamente, mas espiritualmente em relação ao movimento. O que observa-se hoje é a esperança dos remanescentes (principalmente na fé de D. Teresa) de que a situação irá se reverter.

Contudo, esperamos que através da elaboração desse pequeno projeto, o olhar direcionada ao movimento seja outro e tentamos desconstruir um pouco a ideia sensacionalista construída a partir dos conceitos cartesianos e cheio de preconceito feito por parte da imprensa local.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, Lidiane Cordeiro Rafael de. **“Borboletas Azuis” de Campina Grande:** crenças e lutas de um movimento milenarista. (Dissertação de mestrado em Sociologia). Campina Grande. Universidade Federal de Campina Grande.2008.
- GOHN, M.G. **História dos movimentos e lutas sociais:** a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Loyola, 1995.
- JORNAL DA PARAÍBA. **“Borboletas” prontos para o “diluvio”.** Campina Grande. 13 jul. 1980.Ano 9, nº 2453.

JORNAL DA PARAÍBA. **Triste despedida das “Borboletas”.** Campina Grande. 15 jul. 1980.Ano 9, nº 2455.

JORNAL DA PARAÍBA. **Morreu o líder dos Borboletas Azuis.** Campina Grande. 25 jul. 1980.Ano 9, nº 2513.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. **O messianismo no Brasil e no mundo.** São Paulo, Dominus/Edusp,1965.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas.** 2.ed., São Paulo, Contexto, 2008.

A ARTE DE BENZER: O TRABALHO DE MULHERES BENZEDEIRAS DA COMUNIDADE DE ZUMBI, ALAGOA GRANDE

Severino Ramos Santana da Silva¹

RESUMO

Este trabalho resultou de uma pesquisa com três mulheres da Comunidade do Zumbi, município de Alagoa Grande, no Estado da Paraíba, que se caracteriza por seus trabalhos prestados a essa Comunidade, com o intuito das crenças e uma prática religiosa, Santos e milagres atribuídos a sua fé através de um rito de cura destas Benzedeiras. Através desta pesquisa, percebemos a importância dessas prática religiosa, médicas, presente, sobretudo das classes mais populares, mas também não se restringe apenas a estas. No final de nossa pesquisa que a religiosidade popular se caracteriza por se manter na fronteira entre a fé e a vivência religiosa de cada um. Para tanto foi essencial um diálogo com a vida de cada uma destas benzedeiras, por meio da cultura que cada uma possui.

PALAVRAS-CHAVE: Benzedeiras. Crenças. Fé. Comunidade. Religiosidade.

INTRODUÇÃO

Conhecendo a Comunidade de Zumbi, ou simplesmente sendo filho dela, resolvi escrever este artigo para que todos possam conhecer ou se já conhecem esta comunidade, saiba do valor que esta comunidade tem na vida de todos nós. Onde na ocasião tentaremos falar sobre três figuras importantes para esta comunidade, que são elas: Ana da Silva Marinho de sessenta e um anos, conhecida popularmente como Ana dos Anjos, Cosma Bento dos Santos de setenta e três anos, conhecida como Dona Cosma e Valdete Santana da Silva de cinquenta e nove anos, sendo esta última minha mãe. Na ocasião essas mulheres, cada uma com sua maneira de benzedura possibilitando assim uma forma de produzir ou de tentar busca uma cura imediata para todo mal desta comunidade, mulheres de uma crença tão forte que chega a abismar cada um de nós, desta comunidade.

Onde o sagrado e o profano se encontram, onde a medicina popular marginalizada é aceita, onde pessoas excluídas de uma sociedade desigual encontram refúgio e a assistência negada pelas instituições oficiais, através da benzedura (Waldecir F. Chagas).

¹ Licenciando em História- UEPB.

Sendo este uma prática cultural que atravessou os séculos, chegando assim até os dias atuais, percebemos que estar presente no dia a dia das pessoas, sendo elas de classes inferiores ou simplesmente alcançando outros níveis de classes sociais, onde com o tempo todos estes ritos de celebração da benzeção passaram por uma mudança, seja ela corporal ou espiritual. “Com o passar do tempo meu filho, todo este ritmo que você conheceu, mudou, seja ele com ramos de pião ou com água, todo este processo já mudou e vai continuar mudando” (Dona Ana dos Anjos, 2015).

O Distrito do Zumbi está localizado na zona rural do município de Alagoa Grande, na região do Brejo Paraibano, com aproximadamente Seis mil habitantes, segundo o último IBGE (2010). Aonde a minha pesquisa vem trabalhar uma Arte revelando seus sentimentos e comportamentos acerca das mulheres benzedeiras e como elas constroem sua história religiosa. Assim podemos destacar que toda a população do distrito do Zumbi, sempre vai à busca de uma benzedeira, para assim acabar com um mal, que simplesmente ataca o espírito e afeta a alma. Uma prática religiosa muito frequente na comunidade é a presença do Catolicismo, mas com o passar do tempo, se implantou nesta comunidade, várias igrejas evangélicas, onde aparenta ter uma competição da fé.

Foi também constatado na comunidade, a influência de várias práticas da “Jurema”, onde as benzedeiras entrevistadas e todas elas da comunidade, dizem que a prática dela, não tem nada haver com a Jurema, ou simplesmente para elas uma prática de Macumba. Contudo, esta veio a se agregar a antiga fé e daí resultando a existência de diversas formas de ser Católico.

A INFÂNCIA DA BENZEDEIRA- O SURGIMENTO DA ARTE DE BENZER

Benzedeiras, rezadeiras e Curandeiras, estas são algumas das personagens que simbolizam ao mesmo tempo uma das maiores resistências às invasões tecnológicas e uma bela manutenção de uma cultura rica em simbologias.

Destacando assim o começo da infância dessas três mulheres, parecem ser idêntico, onde todas tiveram quase um mesmo começo. Todas tiveram o inicio de sua infância trabalhando na Roça (ou como elas gostam de falar: trabalhando no roçado); Assim a primeira que destacamos a senhora Ana da Silva Marinho, de 61 anos, casada, mãe de 12 filhos, onde estão 10 filhos vivos e dois já falecidos. Sua infância foi na comunidade do Sítio Queimadas, município de Serra Redonda.

Onde ela destaca que desde muito tempo, sua família se destacava na arte de benzer, onde foi uma característica de família, assim, desde criança aprendeu com seu pai que também é rezador.

Bem diferente de Dona Cosma Bento dos Santos de 73 anos, nascida nesta mesma comunidade, também filha de agricultores, trabalhou sua vida toda, na roça, justo com seus pais e irmãos. Dona Cosma nos contar que desde criança, adorava em ver, as benzedeiras, curandeiras mais antigas da comunidade rezarem, mas que tinha a vontade de aprender, mais infelizmente, as mulheres não poderia ensinar a elas, pois se tem uma grande tradição entre elas. “Onde Mulheres não poderiam ensinar a outras mulheres, elas tinham que aprender com um rezador”. (Dona Cosma, 2015).

Assim ela descobriu essa arte através de seu esposo, que também é benzedeiro e que dominar a vários anos essa arte.

E por fim destacamos a pessoa de Dona Valdete Santana da Silva, esta com 59 anos de idade, nascida no Sítio Serra do Balde, no município de Alagoa Grande, esta vem de uma família, cheia de benzedeiras, onde seu avô Severino Aleixo, era uma espécie de maior curandeiro da cidade de Alagoa Grande, sua mãe Lídia, também ainda hoje com seus 83 anos ainda continua a arte de Benzer, elas nos conta que a arte de benzer, é um dom de Deus e este dom não é pra qualquer um, mais apenas para aquele que é escolhido.

Assim podemos destacar que a benzeção como prática cultural atravessou os séculos, chegando até os dias atuais, com uma grande ruptura e permanência, bastante presente no cotidiano de cada pessoa, onde assim podemos dizer que a cultura é dinâmica, modifica-se o tempo todo, pois desta arte participa homens e mulheres, tanto seja da elite, quanto das sociedades mais marginalizadas.

A BENZEDEIRA E A PRÁTICA DA JUREMA

É comum encontrar nas casas de todas as mulheres benzedeiras, curandeiras ou feiticeiros, algumas iguarias Católicas, onde tem uma semelhança com religiões Afrodescendente. Assim na comunidade de Zumbi e principalmente nas casas destas mulheres não é diferente.

Mas, quando o assunto se diz que tenham práticas de religiões Afrodescendente, simplesmente elas começam a negar e diz que isto é coisa do demônio, mais mal sabem eles que a origem disso tudo, veio dos seus ancestrais, negros vindo da África e que

trabalharam estas práticas religiosa aqui. Na Comunidade de Zumbi, não é diferente, existe muito forte, a prática da Jurema, muito comum esta região.

Assim esse tipo de Atividade merece atenção especial devido a sua grande importância no campo da preservação cultural de práticas que estão em vias de desaparecer. Onde existe em seu âmago uma gama de simbologias e signos que nos revelam à grande mistura por assim dizer, de elementos que nos parecem assimétrico e, no entanto vivem em perfeita harmonia quando utilizados na prática e assim permanecendo dotados de sentidos.

Nesse sentido, as práticas sociais e a experiência vivida no cotidiano, através da luta e resistência, proporcionaram a sobrevivência das práticas culturais no seu cotidiano e da cultura afro-brasileira (Josemir C.de Melo).

Tal processo, através das práticas, dos saberes, dos ritos, símbolos, festas, crenças, práticas de cura, espaços de sociabilidade e várias manifestações culturais, que lhe dão significância, foram tecendo os fios de sua historicidade na contextura social; Assim como um modo de cura, ou como um instrumento de intervenção o processo histórico social, ainda que ela não o faça de forma consciente e crítica. Tal ofício é produzido e reinventado nas estreitas brechas do saber erudito e à sua revelia, quando este tenta impor-lhe a sua visão de mundo como se ela expressassem as necessidades das sociedades em seu conjunto.

Onde se cada dia mais se buscar uma cura imediata nestes benzedeiras, assim deixando de lado um médico, e se procurando mais aliviar, suas dores, tanto espiritual, quanto da carne. Existe um ligamento muito forte destas mulheres com a prática da Jurema, pois nas suas orações elas sempre invocam alguns santos ou mestres que também estão presente na prática da Jurema. Sendo assim tais rituais de cura por meio do auxílio da natureza estão presente até hoje, e nos remete muitas vezes às divindades protetoras de origem africana, indígena e europeia. As imagens de santos que aparecem grudados às paredes parece querer a existência de práticas de cura por meio de plantas e rezas, estas benzedeiras nos mostra quando criança ou adultos é levada para suas casas, antes de ser levada para um médico específico.

Assim sendo, a complexidade do ser humano o leva a buscar ritos e símbolos que torne sua vida menos dura, mais inteligível, por isso, homens e mulheres, de nossos tempo procuram a benzeção como uma forma de responder suas necessidades que a religião e medicina oficial, não respondem satisfatoriamente.

Essas mulheres se veem como portadoras de um dom, por isso não cobram pela consulta espiritual, até porque como elas próprias dizem: “Se é Dom, então esse Dom vem de Deus, todo Poderoso”; O reconhecimento do Dom é um marco na vida de uma benzedeira, porque esse dom a converte em alguém muito especial, alguém que está construindo um novo projeto de vida. Possuir esse dom é sentir-se diferente, o dom impõe um ofício, o ofício da benzenção.

Não basta apenas que a própria benzedeira reconheça a existência de um dom na sua vida. É necessário também que a própria comunidade onde ela mora, onde atuam, seus vizinhos, sua família, as pessoas que lhe são chegadas partilhem com elas desse momento singular. É necessário que essas pessoas especiais, capacitada, dotada de poderes sobrenaturais.

Contudo mostramos que tanto a prática de Benzer, quanto a prática da Jurema, é uma prática social reconhecida por esta comunidade, sendo assim social e política, porque oferece uma forma de combate à tragédia ou à doença dentre outras opções de solução, é ai que entra em confronto a medicina popular contra a medicina erudita, que esta discursa com a forma verdadeira de cura na sociedade, relegando à outra marginalidade. Além de ser uma prática religiosa vista não com bom olhos pela igreja Católica. Sendo que o ofício da benzeção sintetiza um dos momentos concretos e possíveis em que aparece o confronto popular/ erudito, onde a benzedeira antagoniza o seu conhecimento ao do médico e ao dos padres. Onde o ofício da benzeção é um momento em que a benzedeira propõe uma releitura da religião e da medicina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na tentativa de organizar esse universo variado, tentamos estabelecer uma fronteira metodológica entre o mundo das benzedeiras e este universo mágico de modo que evitando- se os modelos interpretativos, esse procedimento foi motivado pela intenção de produzir no estudo um ordenamento mínimo de vida religiosa da comunidade, no esforço de formular uma interpretação elementar.

Onde neste cenário tudo parece misturado a fé, magia, milagres, castigo, existe, porém a clareza da necessidade de afastar as forças do mal de modo que é precisamente na fronteira entre o mal e o bem, religião e magia, que o homem do campo manifesta sua dificuldade de fixar uma demarcação precisa. Suas concepções são fluidas e cambiantes ainda que presas a tradições.

Entretanto, tanto a benzeção, praticada pela população estudada constituem dimensões que dominam a vida material e coletiva do lugar, em que as diferentes formas religiosas experimentadas expressam seu caráter eminentemente social. E se a vida da comunidade é marcada por diferença e mesmo autonomia entre ela, esta é marcada pela tradição religiosa popular, encarnada pela tradição Católica, que se percebe uma unidade entre a comunidade.

REFERÊNCIAS

- MARTINS, Eliane Cordeiro: Mestre em Sociologia Rural/ UFPB e doutoranda em Teologia pelo seminário Teológico Batista do Norte do Brasil- Recife/PE.
- DE ANDRADE, Maristela Oliveira: Professora do Programa de pós-graduação em Ciências das religiões da UFPB.
- CHAGAS, Waldeci Ferreira: Professor do Departamento de História da UEPB/GUARABIRA.
- DA SILVA, José Antônio Novaes: Professor Adjunto II do Departamento de Biologia Molecular, Centro de Ciências Exatas e da natureza da UFPB.



**SESSÃO COORDENADA 02 - HISTÓRIA NAS MARGENS: SOCIEDADE,
MEMÓRIA E ECONOMIA**

COORDENADORES: TIAGO BERNARDON & RODRIGO CEBALLOS

**A TRAJETÓRIA DE UM DESCENDENTE DE CONQUISTADORES:
FRANCISCO DA ROCHA OLIVEIRA E SUAS REDES SOCIAIS NO
SERTÃO DO PIANCÓ EM FINS DO SÉCULO XVIII**

Yan Bezerra de Moraes¹
Guerhansberger Tayllow Augusto Sarmento²
Orientador: Rodrigo Ceballos³

RESUMO

Este artigo tem por objetivo apresentar, por meio da trajetória administrativa e militar de um agente social, uma análise da formação de uma sociedade colonial nos sertões da Capitania da Paraíba do Norte do século XVIII marcada pela ação e interação de diversos personagens envolvidos em dinâmicas sociais próprias àquele tempo e espaço. Para isso, damos ênfase àqueles que compunham a chamada “elite local”, a que a historiografia recente vem propondo novas formas de analisar, dando-lhes “rostos”, evidenciado sua trajetória, de forma a compreender suas posições e práticas em seu meio social (HESPANHA, 2005). A partir da análise de fontes notariais (Livros de Notas) e do Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate), foi possível mapear, a partir da trajetória de Francisco da Rocha Oliveira, Tenente-Coronel, descendente de conquistadores, homem da elite local, fundador de Catolé do Rocha, como o nome, os títulos, e as posses eram importantes para a formação de *ethos* social de destaque na região do Piancó setecentista.

PALAVRAS-CHAVE: História Regional. História da Paraíba Colonial. Sociedade Colonial.

¹ Graduando do Curso de Licenciatura Plena em História. Universidade Federal de Campina Grande. e-mail: <yanbmoraes@hotmail.com>.

² Graduando do Curso de Licenciatura Plena em História. Universidade Federal de Campina Grande. e-mail: <guehansberger@hotmail.com>.

³ Doutor. Docente do curso de Licenciatura Plena em História. Unidade Acadêmica de Ciências Sociais. Universidade Federal de Campina Grande. e-mail: <rcovruski@yahoo.com.br>.

A dinâmica sociopolítica e econômica dos sertões coloniais da Capitania da Paraíba do Norte é passível de análise através dos Livros de Notas, em nosso caso, os que foram produzidos entre 1744 e 1766. Podemos encontrar documentos como compra e venda de terras e de gado, procurações, cartas de alforria, dotes e financiamentos, permitindo um melhor entendimento sobre a sociedade sertaneja, principalmente aquela circunscrita à Povoação do Piancó no século XVIII.

A partir das relações legalizadas e redigidas em notas cartoriais, nosso trabalho procurou compreender por meio das transcrições e análises desses documentos, como as famílias partícipes do processo de conquista estavam imbricadas dentro de redes de interesse comum, usufruindo de autonomias nos tratos e contratos entre a própria elite local. Desta forma proporcionou-se a manutenção da administração local e a consolidação da povoação do Sertão de Piranhas e Piancó.

É passível analisar como aquela sociedade de meados oitocentistas tinha seu modo de vida baseado numa *economia do bem comum* em plena dinâmica comercial nos interiores da Capitania da Paraíba do Norte, expandindo-se para outras regiões, como Bahia e Pernambuco. Nessa espacialidade, assim como em diversas outras partes da colônia e do Reino, existiam ainda ramos de redes clientelares envolvendo as ribeiras do Piancó e das Piranhas. Nos sertões paraibanos, vários sujeitos históricos viveram diversas experiências que agora são trazidas para o âmbito acadêmico através do trabalho de transcrição, análise e problematização da documentação desse passado colonial. Nosso foco recai sobre uma elite local, possuidora de *ethos* social de destaque, geralmente composta pelos membros da administração e da governança, como os juízes e os militares, que também eram grandes proprietários de terras e posses e agiam no comércio, de forma que estavam sempre presentes nos livros notariais.

Esses registros são fontes peculiares, uma vez que o nome do juiz ordinário raramente aparece na documentação. Mas é ele quem detém o poder do Livro de Notas, ou seja, o poder para legitimar todas as transações por meio de seu “funcionário”, o tabelião. O juiz ordinário não precisava ser letrado para assumir o posto, embora a maioria fosse de licenciados (advogados), mas bastava ter serviços prestados para a Coroa e uma boa convivência com os moradores de cada localidade.

Quanto a essa organização administrativa, Schwartz (2011) aponta que a estrutura judicial portuguesa e a governança giravam em torno do *Concelho*, também conhecido como Senado da Câmara. Todavia, a região das Piranhas e do Piancó, entre

os anos de fundação, em 1697, e 1766 não contava com este órgão, que conservava determinado número de funcionários⁴. As funções administrativas e judiciais eram exercidas apenas pelo juiz ordinário e seus dois funcionários, o tabelião e o escrivão, que na maioria das vezes eram a mesma pessoa. Esses indivíduos detinham demasiado poder a nível local, justamente por serem os regentes de uma “sociedade do papel selado”. De acordo com Hespanha (2005), são essas sociedades coloniais onde o único meio de legitimação oficial era através do papel, tal como os Livros de Notas.

Segundo Xavier e Hespanha (1993), representantes d’El Rei na colônia desfrutavam de grande autonomia. As funções que lhes eram confiadas pela Coroa lhes davam autorização para adaptar as leis e ordens régias em prol do bom governo. Essa autonomia ocorria pelo isolamento e a distância, e em necessidade de resolver os problemas locais, não se podia esperar pelas ordens régias, que demoravam devido aos morosos meios de comunicação com a Metrópole, assim como muitas vezes, não serviam aos interesses locais, e acabavam sendo adaptadas à demanda local. Dentre tais funções, a Coroa concedia aos responsáveis pelo governo e administração ultramarinos o exercício de atos de graça, como a concessão de mercês, doação de ofícios, outorga de renda, perdão de crimes etc.

O juiz ordinário, o responsável pela boa administração da justiça a nível local, portanto, era uma pessoa que tinha serviços prestados para a Coroa⁵ e mantinha uma boa relação com os colonos. Ao tempo que era um funcionário representante da Justiça Real, era eleito pelos homens com que convivia, deveras distante do centro de poder, o Reino, criando suas próprias redes e alianças, legitimando as inúmeras transações comerciais, parentais e amigáveis dos rincões paraibanos.

Junto aos funcionários da administração da justiça, a elite local também contava com os militares. O capitão-mor era o maior exemplo de autoridade, já que era o governador do local de sua atuação. Era o capitão-mor o responsável pela boa ordem e proteção da povoação ou da vila, e, portanto, detinha, assim como o juiz ordinário, o controle e o poder sobre aquele espaço. Mas da mesma forma que o juiz administrava a

⁴ Segundo Schwartz (2011), o Concelho era formado pelos seguintes funcionários; almotacel, a alcaide, o meirinho, o tabelião e um funcionário judiciário local que era o juiz ordinário.

⁵ Esses privilégios dados aos colonos surgem, ainda nas guerras de expulsão dos mouros na Idade Média, no sentido de retribuição pelo serviços prestados. Xavier e Hespanha (1993) tratam essa relação como baseada no dom e contradom, ou seja, toda ação, ou todo *effectus*, gerava um sentimento de necessária retribuição, ou *affectus*, inserindo o rei e seus súditos numa cadeia de ações, que tendiam a ser estender e expandirem-se, formando, deste modo, um espiral de poder baseado na *amizade*, onde o cume era o rei. Ao tempo que os colonos prestavam serviços ao rei, como expandir suas possessões e lutar contra as populações nativas, o rei lhes dava cargos e títulos, ou seja, reciprocidade.

justiça com auxílio do tabelião, as ordens e terços militares contavam com outros cargos e patentes, hierarquizados, e em sua maioria, sem remuneração.

Geralmente eram estes personagens que configuravam as principais famílias da localidade. Conforme ocorriam os enredamentos dessas famílias, as posses e riquezas da região das Piranhas e do Piancó passavam a ser detidas em suas mãos, e uma das formas de assegurar e ampliar a linha de privilégios era o *dote*⁶. Os colonos, por meio de casamentos dos seus filhos, podiam consolidar tanto sua influência no âmbito horizontal, ou seja, das tramas comerciais e parentais entre os grandes proprietários, como no nível vertical, casando seus filhos com membros diretos do poder régio, embora mais difícil. Este parece ter sido um costume comum, já que estudos tratando de outras regiões coloniais do Brasil também apontam a construção de redes parentais envolvendo interesses comuns (cargos, títulos militares, posse de terras e comércio), como mostram as pesquisas de João Fragoso para o Rio de Janeiro, e Rodrigo Ricupero para a Bahia⁷. Era, então, possível fazer parte tanto das barganhas locais, como também ganhar concessões e postos estabelecendo amizades e laços familiares com os representantes do Rei na colônia.

Os Livros de Notas nos forneceram meios de compreender como se davam as relações de dotes na Povoação do Piancó, e que, sem sombra de dúvidas, foram muito importantes no processo de consolidação das principais famílias de toda essa região. Destacamos o caso de Felipe Borges Teixeira, que, no dia nove de maio de 1765, recebeu do Tenente-Coronel Francisco da Rocha Oliveira e de sua mulher Brazida Maria da Silva, ambos moradores do sítio do Catolé de Cima, na Ribeira das Piranhas, Povoação do Piancó, um dote por ter casado com sua filha Maria Francisca da Rocha:

[...] davam como de fato logo deram em dote ao dito dotado Felipe Borges Teixeira por haver este casado com sua filha Maria Francisca da Rocha para os encargos do matrimônio duzentos mil réis nesta terra do Sítio do catolé de cima tanto nas terras do dito sítio que eles dotadores arremataram como da terra que foi do Santíssimo Sacramento que pertenciam a este mesmo sítio do Catolé que eles dotadores haviam comprado ao Alferes Pedro Soares da Silva assim mais todo o gado que senhor do ferro do B. que tinha a reservado para a dita sua filha quando casasse como também doze bestas fêmeas de toda a sorte com seu cavalo por pais assim mais [doze] cavalos para fábrica do dito

⁶ Dote era uma forma de acesso à terra, principalmente para aqueles que aspiravam *status* de família senhorial casando seus filhos com as principais famílias locais.

⁷ FRAGOSO, João. A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII). *Topoi*, Rio de Janeiro, nº1, 1999, pp. 45-122.

RICUPERO, Rodrigo Monteferrante. A formação da elite colonial através da conquista territorial (c. 1530 - c. 1630). In: *XVII Encontro Regional de História – O lugar da História. Anais...* ANPUH/SPUNICAMP. Campinas, 6 a 10 de setembro de 2004. [s.p.].

sítio assim mais uma escrava mulata por nome Benta em preço de cento e trinta mil réis pelo qual preço o receberão de herança de seu pai e que assim lhe dava moura lavrado um [cópillo de breve] com uma volta de cordão fino um pentedor mais dois pentinhos de cantos um laço de peito um [Rossir] e com sua volta pequena de cordão uma gargantilha de pescoço um par de brincos de orelhas dois braceletes de cordão fino de vara e meia cada um e assim mais lhe prometiam [dez] escravos machos e fêmeas por todo este ano presente sendo estes maiores ou menores [?] bens assim dotados e dados deles sede se passavam e demitia desse toda a posse o domínio que neles tinham [oudiam] entregavam já de agora ao dito seu genro [...].⁸

Em uma sociedade na qual as alianças matrimoniais são peças-chave no processo de manutenção do poder, casar-se com a filha de um grande dignitário e possuidor de bens e títulos, como foi o caso de Felipe Borges Teixeira, significava receber um dote ou herdar bens produtivos, dinheiro, terras e escravos, viabilizando uma melhor movimentação comercial, além de prestígio social por entrar em um grupo familiar de destaque. Por parte da família senhorial, os interesses estavam ligados à riqueza monetária do genro ou o crédito no mercado trazido por seu nome. Deve-se levar em conta que numa sociedade escravista mercantil e ainda pouco capitalizada, o crédito estava diretamente ligado às relações pessoais. Alianças sociais tornavam-se, assim, fundamentais para a recriação da economia (FRAGOSO, 1998).

O Tenente-Coronel Francisco da Rocha Oliveira se apresenta nas fontes como um homem de muitos recursos pelo fato de seu nome se repetir diversas vezes em procurações, comprando e vendendo terras e dando dotes em alianças matrimoniais, peças-chave no processo de manutenção do poder.

Wilson Seixas (2004) faz a importante afirmação de que o Tenente-Coronel Francisco da Rocha Oliveira era descendente dos primeiros conquistadores da região, a família Oliveira Ledo, assim como de outra grande família local, os Rocha Pitta. Ambas eram famílias importantes social e politicamente na região. Essas ligações parentais podem, assim, justificar o seu *status* de grande proprietário de terras e de bens, chegando a estabelecer transações com juízes, capitães, licenciados e tabeliões, marcando relações verticais que facilitaram suas movimentações comerciais e parentais nessa localidade.

A família Oliveira Ledo foi a principal família na formação do Arraial de Piranhas em 1697, mais tarde Povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó

⁸ Cartório Coronel João Queiroga, Pombal-PB. Livro de Notas de 1744-1747: Escritura de dote que faz o Tenente Coronel Francisco da Rocha Oliveira, com sua esposa, Brazida Maria da Silva, a seu genro, Felipe Borges Teixeira, feita em 09 de maio de 1765. Folhas: 5, 5v, 6.

em 1702, e Vila de Pombal em 1766. Essa família de conquistadores lusos, com ligações junto às elites da Bahia, teve membros de destaque como Antonio de Oliveira Ledo, um dos primeiros a desbravar os sertões, fundador de Boqueirão, mais tarde Campina Grande. Assim também foi seu sobrinho Teodósio de Oliveira Ledo, responsável pela elevação das fazendas de gado fortificadas que deram origem ao Arraial de Piranhas. Outra personagem importante da família foi Ana de Oliveira, irmã de Teodósio, filha de Custódio de Oliveira Ledo e, portanto sobrinha de Antonio. Esta mulher estava envolvida nas tramas econômicas e políticas de sua família, especialmente mantendo laços matrimoniais (COSTA, 2012).

Ana de Oliveira era avó de Francisco da Rocha Oliveira, o que leva a crer que algum de seus três filhos casou-se com a família de conquistadores da Capitania do Rio Grande, os Rocha Pitta, dando origem a Francisco, descendente direto dessas principais famílias regionais. Logo, seu *status* como membro dessas famílias o permitiu ser aceito socialmente, conseguir posses em forma de sesmaria, cargos militares, assim como forte influência política local.

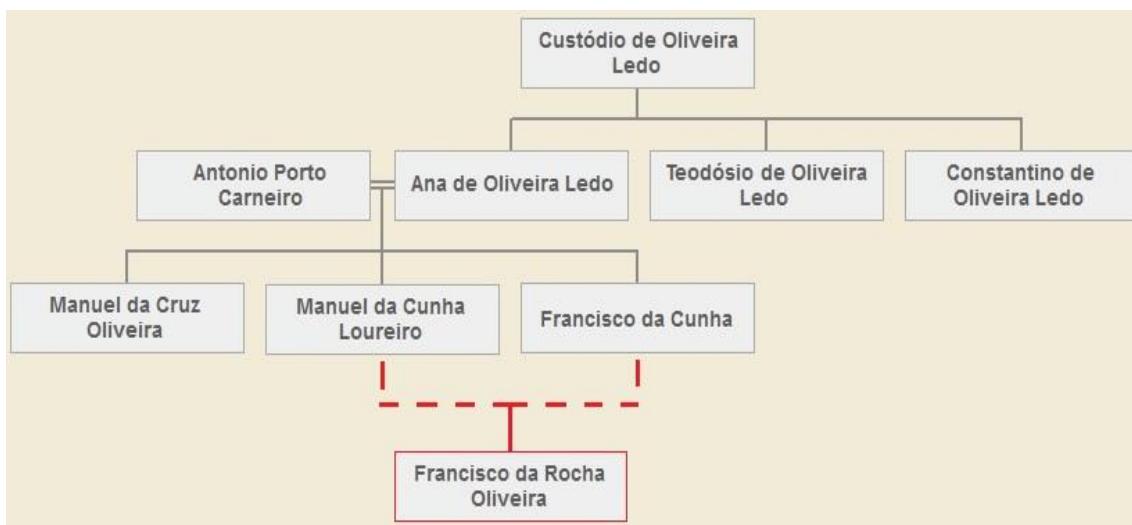
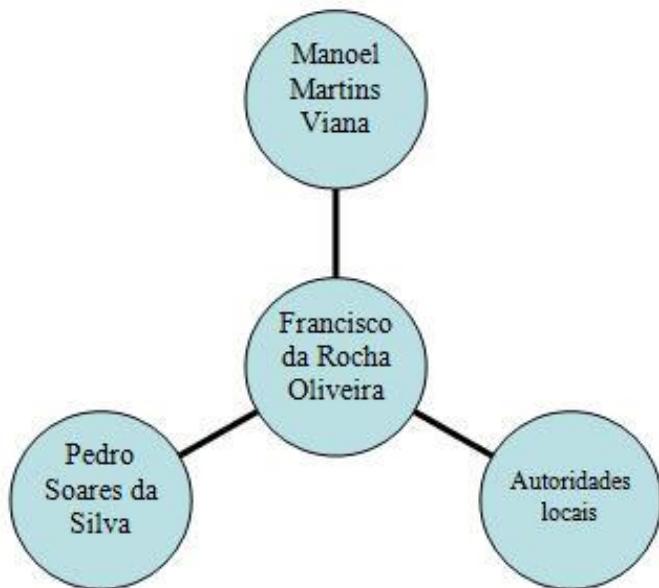


Gráfico 1: árvore genealógica de Francisco da Rocha Oliveira. Com base em Renata Costa (2012) e Coriolano de Medeiros (1910). De acordo com os autores, Francisco da Rocha Oliveira era sobrinho de Manuel da Cruz Oliveira, e, portanto, filho de Manuel da Cunha Loureiro ou Francisco da Cunha, também filhos de Ana de Oliveira Ledo. Software de auxílio: My Heritage Family Tree Builder 7.0.0, 2014.

Outro fator importante para Francisco da Rocha Oliveira ter ascendido socialmente foi o estabelecimento de relações com grandes personagens locais, como

Manoel Martins Viana⁹, advogado, Capitão de Dragões da Cavalaria e juiz ordinário, abordado em outra pesquisa recém-publicada de nossa autoria¹⁰. Outra relação importante é com o Alferes Pedro Soares da Silva, juiz ordinário daquela localidade entre 1744 e 1765, como consta em alguns documentos, o qual compra o Sitio do Catolé de Cima, onde reside o Tenente-Coronel Francisco, evidenciando mais uma vez como eram fortes as relações comerciais e políticas estabelecidas entre os colonos e os homens da justiça e da governança¹¹.



Fluxograma 1: uma rede de favorecimento que envolve o Tenente-Coronel Francisco da Rocha de Oliveira. Foi através de suas redes, junto à sua ascendência, que ele se destacou socialmente, adquirindo reconhecimento local.

Serão essas ligações no âmbito do poder local que permitiram ao Tenente-Coronel ser o fundador da região que é a atual cidade de Catolé do Rocha, nomeada em sua homenagem (SEIXAS, 2004). As terras de sua posse constam da Plataforma de Sesmarias do Império Luso-Brasileiro como conseguidas em 1752, por meio de um pedido de sesmaria concedido pelo governador da Paraíba, Antonio Borges da Fonseca.

⁹ Manoel Martins Viana é testemunha do Tenente Coronel em uma venda de terras no ano de 1765. Cartório Coronel João Queiroga, Pombal-PB. Livro de Notas de 1744-1747: Venda de terras que faz o Tenente Coronel Francisco da Rocha Oliveira, com sua esposa, Brazida Maria da Silva, ao Alferes Pedro Soares da Silva e sua mulher Maria da Costa, feita em 14 de abril de 1765. Folhas: 71, 71v, 72.

¹⁰ MORAIS, Yan Bezerra de. CEBALLOS, Rodrigo. Entre patentes e cargos: administração, *ethos* social e redes de privilégio nos sertões da Capitania da Paraíba do Norte (c.1700 - c.1750). **Revista Ultramarina**. N° 7, v. 1, 2015.

¹¹ Cartório Coronel João Queiroga, Pombal-PB. Livro de Notas de 1744-1747: Escritura de dote que faz o Tenente Coronel Francisco da Rocha Oliveira, com sua esposa, Brazida Maria da Silva, a seu genro, Felipe Borges Teixeira, feita em 09 de maio de 1765. Folhas: 5, 5v, 6.

Nesse requerimento, Francisco justifica seu pedido por ter gado cavalar, gado *vacum*, ser morador da Capitania, e portanto, pretender também cultivar, já que a terra era fértil e contava com riachos. Embora não conste em seu pedido, é possível crer que a linhagem familiar de Francisco também tenha influenciado, ainda mais pelo fato de suas terras serem limítrofes com a de sua avó, Ana de Oliveira.

Mesmo tendo chegado ao local onde fundaria Catolé do Rocha em 1752, permanece ativo politicamente na Povoação do Piancó. Em 1789, já após a elevação da Povoação à categoria de Vila, em 1766-1772, encabeça um requerimento à Câmara, para que essa solicite ao Conselho Ultramarino uma declaração de restituição ao cargo de Coronel da Ordenança a José Gomes de Sá¹², filho do importante colonizador da região José Gomes de Sá (pai), também abordado no nosso outro trabalho.

Gabriel Nogueira (2010) afirma que os homens das elites locais na colônia, mesmo aqueles que fossem descendentes dos primeiros *nobres da terra*, como Francisco da Rocha, tinham um maior e mais fácil acesso aos títulos que o definiam membro de uma nobreza civil, caracterizada pela posse de cargos e títulos e não pela linhagem sanguínea da Nobreza de Estado. Francisco Oliveira, Tenente Coronel, homem das Ordenanças, passou a deter este *ethos* nobiliárquico da elite local por carregar o nome, e provavelmente também o brasão de armas dos Oliveira Ledo e dos Rocha Pitta.

Estudos apontam que pelo fato de esse estatuto de “nobreza” existente na colônia ser totalmente diferente das definições de nobreza difundidas no Reino, a elite aqui detentora de um *status* nobiliárquico pode ser caracterizada como uma “nobreza de serviço” (ao rei, ganhando mercês e títulos), e não de sangue, como a real Nobreza do Reino, e, portanto, era preciso que esses colonos também cumprissem com outros pré-requisitos, como aponta João Fragoso (1999) para o caso da nobreza civil do Rio de Janeiro nos séculos XVII e XVIII:

— Eles seriam descendentes de conquistadores, de um grupo de pessoas (ou de uma “raça”) que, às custas de suas fazendas, guerrearam e submeteram terras e outros povos (gentio da terra e os inimigos europeus);

— Uma vez feito isto, desde esta época, exerciam os postos de mando da *República*.

— A conquista e o mando político lhes davam um sentimento de superioridade sobre os demais mortais/moradores da Colônia. Fenômeno este

¹² AHU (Projeto Resgate – Barão do Rio Branco): REQUERIMENTO do tenente-coronel Francisco da Rocha de Oliveira, e mais oficiais do Regimento Auxiliar, ao Senado da Câmara de Pombal, solicitando declaração sobre a restituição de José Gomes de Sá ao posto de coronel de Ordenanças da vila de Pombal. 7 de novembro de 1789. Disco 04, Pasta 035, Subpasta 001, imagens 0054 a 0057.

que era referendado pelas mercês dadas por Sua Majestade, pelos casamentos com pessoas do mesmo *status* e, talvez, principalmente, pelo contínuo reconhecimento dado pelos coloniais através da reiterada eleição destas famílias para os principais postos do Senado [...] (FRAGOSO, 1999, p.93).

Desta forma, Francisco da Rocha Oliveira, além de ser descendente daqueles que lutaram e conquistaram as terras dos sertões coloniais da Capitania da Paraíba, ampliando e expandindo as fronteiras às suas próprias expensas, como os Oliveira Ledo, também exercia um posto importante no mando local, já que era Tenente-Coronel, segundo posto mais alto dos terços auxiliares da cavalaria, comuns na organização militar colonial (PEREIRA FILHO, 1998). Quanto ao terceiro requisito, embora não tenhamos fontes que permitam afirmar se Francisco da Rocha foi membro do Senado da Câmara de Pombal, o seu requerimento, junto aos demais oficiais do Regimento Auxiliar, em que solicita declaração sobre a restituição de José Gomes de Sá ao posto de Coronel de Ordenanças, evidencia que o sentimento de superioridade estava presente no Tenente-Coronel, reforçando continuamente seu *status* como um dos *homens bons* pelo reconhecimento de sua autoridade mesmo talvez não sendo integrante do Senado da Câmara.

Assim, tentamos entender essa sociedade setecentista nos sertões da Capitania da Paraíba do Norte por meio da reconstrução dessas tramas formadas internamente. Esta breve apresentação busca contribuir para uma nova forma de olhar esse momento da história paraibana e do Brasil colonial. Como afirma Hespanha (2005), a historiografia colonial passa por um momento de reestruturação, e no âmbito dessa nova História sociopolítica, os homens não são analisados apenas enquanto grupos, mas seus “rostos são revelados” junto com suas trajetórias, tornando possível uma compreensão mais refinada sobre um período da História do Brasil por muito tempo carente de problematização. Deste modo, a partir da “face” de Francisco da Rocha Oliveira, descendente de conquistadores, homem influente da nobreza civil local, que estabeleceu relações elitizadas em seu espaço de vivência, é possível afirmar que as tramas sociais, comerciais, muitas vezes consequentes das tramas parentais, constituíram os modos de regulação e funcionamento da espacialidade ímpar que foram os sertões de Piranhas e Piancó.

Fontes:

CARTÓRIO CORONEL JOÃO QUEIROGA. Pombal. Paraíba.

Livro de Notas 1744-1747 (1765-1766)

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Lisboa. Portugal. **Documentação avulsa da Capitania da Paraíba.** Projeto Resgate de documentação histórica Barão do Rio Branco.

1789, novembro, 7, Vila de Pombal, Paraíba

REQUERIMENTO do tenente-coronel Francisco da Rocha Oliveira, e mais oficiais do Regimento Auxiliar, ao Senado da Câmara de Pombal, solicitando declaração sobre a restituição de José Gomes de Sá ao posto de coronel de Ordenanças da vila de Pombal.

PLATAFORMA DE SESMARIAS DO IMPÉRIO LUSO-BRASILEIRO. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em: <<http://www.silb.cchla.ufrn.br/>>. Acesso em: 10/10/2015.

Carta de sesmaria doada a Ana de Oliveira, em 02 de novembro de 1733.
Plataforma SILB – PB 0234.

Carta de sesmaria doada a Ana de Oliveira e Teodósio de Oliveira Ledo, em 07 de novembro de 1742. *Plataforma SILB – PB 0306.*

Carta de sesmaria doada a Francisco da Rocha Oliveira, em 07 de novembro de 1752. *Plataforma SILB – PB 0413.*

REFERÊNCIAS

- COSTA, Renata Assunção da. **Uma nova conquista:** a família Oliveira Ledo e o processo de ocupação espacial do sertão do Piancó (163-1730). Monografia. Departamento de História. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.
- FRAGOSO, João. A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII). **Topoi**, Rio de Janeiro, nº1, 1999, pp. 45-122.
- FRAGOSO, João; MANOLO, Florentino; FARIA, Sheila de Castro. **A economia colonial brasileira (séculos XVI- XIX).** São Paulo: Atual, 1998.
- HESPANHA, Antonio Manuel. Governo, elites e competência social: sugestões para um entendimento renovado da história das elites. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Modos de Governar:** ideias e práticas políticas no Império Português - século XVI a XIX. 2.ed. São Paulo: Alameda, 2005. pp. 39-45.
- MEDEIROS, Coriolano. Entradas. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba.** Parahyba do Norte. Ano 2, v. 2, 2010, pp. 9-32.

- NOGUEIRA, Gabriel Parente. **Fazer-se nobre nas fímbrias do império:** práticas de nobilitação e hierarquia social da elite camarária de Santa Cruz do Aracati (1748-1804). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, 2010, 358f.
- PEREIRA FILHO, Jorge da Cunha. **Tropas militares luso-brasileiras nos séculos XVIII e XIX.** Boletim da Pesquisa Genealógica Sobre as Origens da Família Cunha Pereira, Ano 03, Nº 12, de 01/mar/1998, pags. 46-80. Disponível em: <http://buratto.org/gens/gn_tropas.html>. Acesso em: 10/08/2015.
- RUSSEL-WOOD, A. J. R. Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1800. **Revista Brasileira de História.** São Paulo. v. 18, n. 36, 1998.
- SCHWARTZ, Stuart B. **Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial:** O Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- SEIXAS, Wilson. **O velho arraial de Piranhas (Pombal).** 2 ed. João Pessoa: Grafset, 2004.
- XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. As redes clientelares. In MATTOSO, José (dir.). **História de Portugal.** O Antigo Regime (1620-1807). Lisboa: Estampa, 1993.

SINAL VERMELHO: OS CARROCEIROS E O CRESCIMENTO URBANO MOSSOROENSE NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI

Marcílio Lima Falcão¹
Micarla Natana Lopes Rebouças²

O crescimento de Mossoró na primeira década do século XXI, no que concerne à expansão urbana e seus desdobramentos, tem despertado o interesse dos pesquisadores das Ciências Humanas³. Na geografia, Aristotelina Pereira Barreto Rocha fez uma análise da dinâmica econômica da cidade a partir das atividades salineiras, petrolífera e agrícola, especialmente a fruticultura irrigada, como vetores essenciais a mudança do perfil econômico do município. Seu estudo levou em consideração as condições que propiciaram a consolidação da cidade como centro regional.

Com dados sobre ao aumento das indústrias, população e expansão de novas áreas urbanas da cidade⁴, o estudo de Aristotelina evidenciou que a expansão da cidade veio acompanhada de questões sociais como o surgimento de áreas periféricas e um novo reordenamento do centro e que comunidades rurais foram utilizadas na construção de conjuntos habitacionais⁵.

Outro trabalho que versa sobre o espaço mossoroense é a tese de José Lacerda Alves Felipe. Nesta, o autor procurou relacionar “imaginário político e memória como possibilidade de entender a geografia de um lugar específico”⁶. Para tal, entre os desdobramentos de sua pesquisa estão o crescimento da cidade durante toda a trajetória de mando dos Rosados, entre os quais a expansão urbana através da construção de novos bairros da cidade foi uma das questões abordadas na pesquisa.

¹ Doutorando em História Social - Universidade de São Paulo (USP)

² Mestranda em Ciências Sociais e Humanas - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

³ Ver os trabalhos de ROCHA, Aristotelina Pereira Barreto. **A expansão urbana de Mossoró (1980-2004): geografia dinâmica e reestruturação do território**. Natal, RN: UFRN, 2005. (Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (PPGe); COSTA, Andréa Virginia Freire. **Lugares do passado ou espaços do presente?** Memória, identidade e valores na representação social do patrimônio edificado de Mossoró-RN. Recife: UFPE, 2007. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano.

⁴ Esses dados foram coletados de órgão como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Banco do Nordeste (BNB), Prefeitura Municipal de Mossoró (PMM), Relatórios da Petrobrás, Federação da Indústria do Estado do Rio Grande do Norte (FIERN), Ministério da Agricultura e Abastecimento, Tribunal de Contas da União (TCU) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

⁵ROCHA, Aristotelina Pereira Barreto. **A expansão urbana de Mossoró (1980-2004): geografia dinâmica e reestruturação do território**. Mossoró, RN: Coleção Mossoroense, 2005. p. 108. (Série C. v.1469)

⁶ FELIPE, José Lacerda Alves. **Memória e imaginário político na (re) invenção do lugar – os Rosados e o País de Mossoró**. Rio de Janeiro: UFRJ. Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza. Instituto de Geociências. Programa de pós-Graduação em Geografia. 9Tese de Doutorado), 2000.

No urbanismo, a dissertação de Andréa Virgínia Freire Costa ao analisar o patrimônio edificado de Mossoró tece amplos comentários sobre as transformações da cidade a partir de seu crescimento urbano⁷, o que contribui para a problematização da produção do espaço urbano mossoroense como algo a ser pensado temporalmente e a partir daí compreender as relações de poder e resistência como elementos do processo histórico da cidade.

Esses estudos, respectivamente observando-se suas particularidades no trato com o objeto e discussões teóricas, citam que o crescimento foi acompanhado por um processo que culminou em uma nova configuração do espaço urbano mossoroense, sendo possível perceber que junto a essas mudanças, novas formas de sentir a cidade podem ser discutidas por meio da análise sobre seus sujeitos.

Entre estes, as atividades dos carroceiros que trabalhavam no Centro de Abastecimento-Feira de Fruta (popularmente conhecida como Cobal)⁸ passou por um processo de reorganização, cujas consequências mais visíveis são o afastamento desse tipo de serviço informal (transporte por tração animal) do centro comercial da cidade.

Por esse olhar, a cidade como “relação histórica”⁹ leva a reflexão sobre a multiplicidade do espaço sentido e experienciado, onde as disputas a tornam perceptíveis como “lugar de negociação e do acolhimento dos conflitos”¹⁰. Uma relação onde as ações dos sujeitos sociais (re)elaboram seus discursos com base nas experiências sociais vividas na cidade de Mossoró¹¹ que, ao longo das últimas décadas do século XX, se consolidou como centro regional¹².

⁷ COSTA, Andréa Virginia Freire. **Lugares do passado ou espaços do presente?** Memória, identidade e valores na representação social do patrimônio edificado de Mossoró-RN. Coleção Mossoroense, 2007. p. 81. (Série C. v. 1563)

⁸ Em diversos momentos do texto, optou-se pelo nome Cobal, pois mesmo não existindo mais institucionalmente foi o nome que ficou no imaginário popular para o Centro de Abastecimento que fora inaugurado em 1977 durante a gestão do prefeito Jerônimo Dix-Huit Rosado Maia e reinaugurado em 20 de setembro de 2002 com o nome de Centro de Abastecimento Raimundo Soares de Souza (Foi deputado estadual pela União Democrática Nacional (UDN) em 1955, deputado federal entre 1960 e 1962 e prefeito de Mossoró de 1963 a 1968).

⁹ BRANDÃO, Carlos Antônio Leite (Org.). **As Cidades da Cidade.** – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 10.

¹⁰ PECHMAN, Robert. KUSTER, Eliana. **O chamado da cidade:** ensaios sobre a urbanidade. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014. p. 11-15.

¹¹ Mossoró está localizada na Mesorregião do Oeste Potiguar. Sua localização entre duas capitais (Natal e Fortaleza) é apontada como um dos indícios para o seu crescente crescimento ao longo das últimas décadas do século XX.

¹² Em estudo sobre a Área Nordestina, realizado pelo O Ministério do Planejamento/Coordenação Geral, através da Fundação IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia), Mossoró foi considerada uma cidade comercial, mas esse status não corresponde a melhorias das condições de vida da população, uma vez que entre os problemas sociais, destaca-se a precariedade da educação e saúde. Mesmo assim, consolidando-se como polo de produção e distribuição para o Oeste Potiguar, seu processo de urbanização foi rápido e

É nessa trilha, que esse artigo busca discutir, a partir das memórias dos carroceiros que trabalham na Cobal¹³, as formas de convivência e resistência ante as transformações que o crescimento urbano tem provocado em suas atividades laborais e que fazem da cidade, segundo Sandra Jatahy Pesavento, um “objeto de reflexão, a partir das representações sociais que produz e que se objetivam em práticas sociais”¹⁴. A escolha dos carroceiros foi feita a partir do discurso, presente nos relatos dos carroceiros, que os consideram representantes de um tempo destoante da visão moderna postulada para a cidade.

Assim, esses sujeitos protagonizam disputas que vão das relações de trabalho (concorrências por fretamentos) às lutas por espaço no âmbito do Centro de Abastecimento-Feira de Fruta, o que os configuraram como um dos grupos que mais sentiram as transformações em suas atividades laborais no espaço urbano mossoroense.

Trabalhadores diaristas informais, na maioria das vezes residindo em locais periféricos e distantes de onde trabalham, esses sujeitos passaram a conviver com formas de organização espacial e disciplinar que fizeram repensar suas ações diante do crescimento rápido e transformador das áreas em que atuavam.

Suas narrativas apresentam posicionamentos sobre as constantes modificações pelas quais a cidade passou. O trânsito (principalmente as dificuldades de enfrentar o centro da cidade de carroça), a concorrência com os fretistas motorizados, as rivalidades entre os companheiros de profissão e as reivindicações por melhores condições de trabalho na “Cobal” são apontadas como as principais questões de seu cotidiano, que fazem dos relatos desses entrevistados fundamentais para a análise de suas experiências na construção do espaço por eles vivenciado¹⁵.

Edson Vieira da Silva tem 40 anos de idade e trabalha como carroceiro há 20 anos na Cobal. Em sua narrativa o crescimento de Mossoró é apontado como algo assustador e impactante à atividade do carroceiro.

agressivo, sendo a reordenação e disciplinamento dos sujeitos que circulavam nas áreas centrais da cidade as consequências iniciais. Brasil, **Instituto Brasileiro de Geografia. Subsídios ao planejamento da área nordestina**. Rio de Janeiro, 1971. 16v. p. 24.

¹³ A escolha por trabalhar com os carroceiros da Cobal tomou como referência as discussões sobre a seleção e as condições para a realização das entrevistas com os sujeitos selecionados presente em MEIHY, José Carlos Sebe Bom. HOLANDA, Fabíola. **História Oral**: como fazer, como pensar. 2. ed., 2^a reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013, p. 43-62. Ver também as reflexões de FREITAS, Sônia Maria de. **História Oral**: possibilidades e procedimentos. 2. Ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006, p. 85-99.

¹⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. Revista Brasileira de História. São Paulo, vol. 27. Mº 53, jan-jun., 2007, p. 11-23.

¹⁵ Sobre as discussões do espaço como algo construído e experienciado ver: TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência; tradução Lívia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2013. p. 147-163.

Rapaz o crescimento tá enorme mesmo. Eu nunca vi. Nunca pensei de acontecer isso. Tá muito grande. Tem muito carro na cidade. Aumentou muito mesmo, demais. Andar no centro da cidade é muito complicado, porque muita gente não tem costume de trabalhar no centro com carroças. Tem animal que não é acostumado no centro. Agente que há muito tempo luta dentro do centro fazendo frete, aí se acostuma. O animal se acostuma com os carros, com o movimento.¹⁶

Para Edson, a cidade é muito mais que o lugar das transformações, da comoção que assusta e disciplina homens, domestica animais. É também o lugar onde a experiência surge como um determinante ao trabalho e a individualidade aflora como diferencial diante do outro, pois como construções do presente sobre o passado, as lembranças possibilitam perceber as particularidades que fazem do relato algo no presente¹⁷.

Essa é a cidade da experiência do carroceiro no seu vai e vem para o centro comercial. Vista como um atraso à circulação dos veículos, permite a este grupo visibilidade e sua insistência em continuar circulando nesse espaço provoca conflitos que reforçam os discursos voltados ao afastamento desse tipo de serviços em certas partes da cidade.

Os carroceiros sentem a cidade, porque são tragados pelo crescimento que os distingue pejorativamente como o outro que insiste em ficar em um lugar que já não é seu. Um lugar que tende a excluir tudo o que for considerado obsoleto e que perturbe a ordem que se estabelece seja por sinais de trânsito ou pela presença de qualquer forma de disciplinamento.

Contemporâneo desse crescimento, Edson Vieira justifica, a partir da dificuldade em trafegar pelas áreas mais comerciais, o discurso que põe na experiência e no controle do animal um diferencial entre os carroceiros que permanecem a circular pelas áreas mais movimentadas da cidade. O problema não gira apenas na dificuldade de locomoção dos carroceiros nas áreas comerciais de Mossoró. O surgimento de um sistema de entrega em domicílio mais rápido e sem custos para o cliente (oferecido pelas empresas), além da constante modificação da paisagem urbana no centro comercial que dificulta a localização dos referenciais que norteavam esses sujeitos (pelo

¹⁶ Edson Vieira da Silva. Entrevista realizada em 19 de março de 2010.

¹⁷ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História Oral:** memória, tempo, identidade. 2.ed. - Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 27-28.

menos os mais antigos) são elementos que devem ser considerados quando se procura justificar as novas condições dos carroceiros da Cobal.

Outro relato que reforça o trânsito de veículos automotores como o principal obstáculo às atividades dos carroceiros é apresentado por Walter Cruz Rocha. Ao lembrar do tempo em que começou a trabalhar como carroceiro, onde “o fluxo de carro era muito menor”, Walter afirma que “a vontade de ir ao centro da cidade. Em está na rua era grande. Não era dessa forma. Não tinha esses prédios, a Cobal era diferente”¹⁸.

Lembrar do tempo em que era fácil de transitar pela cidade e fazer seus fretes sem ter que se preocupar com as normas de trânsito, muito menos com a possibilidade de não encontrar o endereço do cliente, são experiências que trazem a imagem de uma outra cidade, cujas condições de trabalho para os carroceiros eram diferentes em muitos aspectos. A cidade lembrada mantém uma estreita correlação temporal com o presente. Esse exercício é apontado como uma contribuição da História Oral e sua relação com a História do Tempo Presente¹⁹ no que se refere a importância desta última como “um lugar privilegiado para uma reflexão sobre as modalidades e os mecanismos de incorporação do social pelos indivíduos de uma mesma formação social”²⁰.

José Emídio conta que chegou em Mossoró na década de 1960, tempo em que considera ser fácil trafegar pelas ruas da cidade, pois:

Em Mossoró não tinha sinal, nem a luz era de Paulo Afonso. Era essa luzinha de meio de rua. Antigamente não existia não. Não tinha essas poças, não tinha. Mossoró era pequena. Para o carroceiro ainda era bom. Eu cheguei aqui em Mossoró em 60, no primeiro dia de comício de Aluízio Alves. Ele fez o comício na praça do Codó. Eu apanhei os trocos na estação do trem. Aí vim morar perto da cadeia velha, no é a cadeia velha aí, que hoje é o museu. Aí, vim tocando a vida. Hoje, eu moro na Rua Epitácio pessoa, bairro Bom Jardim. A minha vida toda foi essa, só trabalhando, pelejando, lutando²¹.

As marcas temporais apontadas por José Emídio evidenciam o quanto os eventos são referenciais ao exercício de evocação ao passado²². De um tempo, cujas balizas

¹⁸ **Walter Crus Rocha.** Entrevista realizada em 20 de março de 2010.

¹⁹ Sobre a história do tempo presente ver os textos de: FAGUNDES, Bruno Flávio Lontra. *É possível fazer tábula rasa do passado... e do presente dos historiadores?* In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. FERREIRA, Marieta de Moraes. (Orgs). **História do tempo presente**. Rio de Janeiro; Editora da FGV, 2014, p. 15-34; MULLER, Helena Isabel. *História do tempo presente: algumas reflexões*. In: PÔRTO JUNIOR, Gilson. (org). **História do tempo presente**. Bauru,SP: Edusc, 2007, p. 17-29.

²⁰ FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral e tempo presente. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom. (Org.). **(Re) Introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996, p. 11-21. (Série Eventos).

²¹ **José Emídio da Silva.** Entrevista realizada em 20 de setembro de 2010.

²² *Idem*.

estão relacionadas ao próprio cotidiano da cidade e se misturam aos aspectos da vida privada dos sujeitos, que ao se referirem ao tempo de sua chegada, apontam do presente ao passado e as possibilidades do futuro, como apontadas no relato de José Emídio quando esclarece que junto ao aumento dos comerciantes em torno do Centro de Abastecimento, surgiu uma estrutura de transporte de mercadorias que enfraqueceu a atividades dos carroceiros.

Isso levou muitos a atividade dos carroceiros a ponto de recuarem para a periferia da cidade, local onde as atividades ligadas a construção civil e agropecuárias propiciaram a sobrevivência da atividade de transporte por tração animal. Junto a essas particularidades, José Emídio aponta ainda “as discussões dos carroceiros”, que segundo o narrador só serviram para enfraquecer os aliados aos problemas do trânsito fizeram com que o número de trabalhadores com carroças deixasse de frequentar o centro da cidade.

A vida é meio difícil, porque tudo fica difícil. Para gente passar pelo transito é a coisa mais difícil do mundo, pois os carros não respeitam as carroças e querem passar direto. A gente tem que vir todo santo dia para cá, ajuntando alguma coisa, né! Ainda essa semana aconteceu com o carroceiro. Ele ia na carroça, aí o carro parou de uma vez e bateu no carro. Rapaz, é porque todo mundo tem de ajudar uns aos outros. Tem que ter calma para atravessar. Às vezes vem numa rua e fica atrás dos carros. Ai a gente bota mão para passar, mas tem deles que abre e, deles que não. A gente tem de passar, né. A gente tem de vir para cá, né isso!²³

A atividade do carroceiro tornar-se ainda mais difícil por conta das poucas condições que os mesmos possuem diante dos descasos do poder público em assegurar-lhes condições dignas de trabalho. Assim, ao lembrar do tempo em que a Cobal não estava sob a sistematização das normas e que o comércio fluía livremente, José Emídio afirma que:

Era bom demais. Todo mundo era dono de si. Todo mundo vendia. Todo mundo comprava. Tinha mais rumo as coisas. Era melhor. Agora é diferente. A coisa mudou muito. Tinha gente que dormia aí. Assim, porque tinha mais movimento, mais coisas no chão para vender. Aí foi tudo organizado. Ficou ruim. Quando acontecia alguma coisa na COBAL, ele chamava lá para cima do birô. Subia lá e dizia o que tinha para dizer. Esse é ruim. Sai com coisas no meio da rua. Pelo amor de Deus, eu não gosto dessas coisas não²⁴.

²³ *Idem.*

²⁴ **José Emídio da Silva.** Entrevista realizada em 20 de setembro de 2010.

Após a reforma e a instalação de cercas em torno do estabelecimento e da criação de normas para gerir o espaço público, o carroceiro comenta que o espaço destinado as carroças fica ao ar livre, sem nenhuma proteção contra o sol. Outro ponto abordado por José Emídio está relacionado ao uso e venda de bebidas alcoólicas na Cobal, como a cachaça. Segundo o carroceiro, “a Cobal tem uma lei muito errada, porque uma pessoa toma uma dose de cachaça lá não sei onde e vem pra Cobal e é arrastado para fora. E a Cobal vende aqui dentro. Vende. Não devia vender. Não é isso! Para ser certo, não era para vender aqui”²⁵.

Já Walter Cruz, aponta que a vida do carroceiro tem piorado constantemente, pois nem mesmo a tão sonhada reforma trouxe melhores condições de trabalho. Se por um lado, as instalações para os comerciantes melhoraram, por outro as condições em que deixaram os carroceiros foi a pior possível. Em seu relato aponta como isso foi se configurando e atrapalhando a atividade de transporte por tração animal, destacando o crescimento do fluxo de veículos a partir da reinauguração da Cobal, o descaso com os carroceiros e as rápidas transformações no centro da cidade.

Quando eu comecei a trabalhar aqui na Cobal em 1990 e o fluxo de carro era muito menor, né. A gente se sentia à vontade no centro da cidade. Em estar na rua, mas hoje a dificuldade tá grande. Não era dessa forma. Não tinha esses prédios. A Cobal era diferente. A vida do carroceiro aqui na Cobal está um pouco restrita por conta do trânsito. Aumentou muito por conta do fluxo de carro que vem a Cobal e a gente sente dificuldade de transitar com a carroça. Até porque é um animal lento e quem comanda é a gente, diferente dos carros que param na hora que o motorista quer²⁶.

O olhar do carroceiro sob sua forma de lidar com a carroça e a relação com a tecnologia é apontada como o diferencial para o argumento dos motoristas em não aceitarem o tráfego de carroças no centro da cidade. Diante dos automóveis, os carroceiros se veem no dever de aprender técnicas de manejo com o animal que está sobe seu controle e de conhecer bem os espaços em que deve atuar quando estão no centro da cidade, bem como de encontrar lugares específicos para deixar a carroça no período em que faz a entrega das mercadorias. Todo esse trabalho exige um esforço e coordenação do carroceiro a fim de não atrapalhar o fluxo das vias. Em seu conjunto essas determinantes são essenciais para o evidente recuo pelo qual passam os carroceiros do Centro de Abastecimento de Mossoró.

²⁵ *Idem.*

²⁶ **Walter Cruz Rocha.** Entrevista realizada em 21 de setembro de 2010.

Tal situação aparece nas narrativas desses trabalhadores como uma forma de credenciar que a carroças possuem particularidades diante dos transportes automotores. Um desse argumentos é apresentado por Walter Cruz:

Existem algumas coisas que não dá para transportar em carro fretado. Vamos supor: Ferro, que o carroceiro tem de levar, porque bota uma parte na frente e outra atrás. Agente coloca um saquinho vermelho para identificar um pedaço de ferro. O carro não pode fazer isso, porque vai ser multado. Então, cada qual com o seu cada qual. Não houve aquele impacto maior não, porque há coisas que o carroceiro faz que o carro pequeno freteiro não faz²⁷.

Observa-se que uma das dificuldades é em relação a falta de controle do trânsito e das disputas travadas entre carroceiros e motoristas. Para Walter os carroceiros são convedores das mais simples normas de trânsito, porém, segundo o narrador, a intransigência dos motoristas tem levado os carroceiros a diminuírem o fluxo de idas ao centro da cidade ou suas saídas do Centro de Abastecimento para outras áreas em que tenham que entrar em contato com as rodovias federais.

Em 1990 o fluxo de carro era pequeno, mas os semáforos já existiam. Daí para cá, vem dessa forma. Aumentou o fluxo de carro e aumentou a necessidade de nós paramos, porque acontece acidentes. Quando os acidentes ocorrem, quem leva a culpa é o carroceiro. Isso se deve porque os carroceiros é uma classe pequena, uma classe baixa. Porque ser uma classe pequena, o pau quebra no espinhaço do mais fraco. O motorista desce já alterado, porque já sabe que o carroceiro não tem condições de pagar o conserto de um carro novo. Ele já sabe na realidade. Vamos supor: um rapaz saiu da Cobal, pegou a principal para o centro da cidade e de repente o rapaz fez isso aqui (*o entrevistado faz um gesto brusco para a esquerda*) e o carro fechou o rapaz, né. Então, se ele fechou o rapaz, a tendência era o carro bater no rapaz, mas o carroceiro correto. O carroceiro certo, mas mesmo assim, ainda houve uma pequena discussão²⁸.

As apreensões dos carroceiros não ficam somente no trânsito. Os conflitos entre os próprios carroceiros e outros transeuntes que circulam pelas vias da cidade que dão acesso ao centro comercial e a Central de Abastecimento de Mossoró aparecem na fala de Walter Cruz como um descaso do poder público municipal, principalmente após a reforma do prédio da Cobal, pois ao construírem boxes para os vendedores de frutas, verduras e carnes e ao regulamentarem os espaços voltados ao estacionamento do veículos que para lá se dirigem, o poder municipal não regulamentou a atividade dos carroceiros, o que segundo o narrador, tem causado desconforto para a manutenção das

²⁷ **Walter Cruz Rocha.** Entrevista realizada em 21 de setembro de 2010.

²⁸ *Idem.*

atividades, quer pelos conflitos com os comerciantes que vendem no varejo, quer entre os carroceiros que prejudicados pela expropriação de seus espaços de atuação se veem em constantes conflitos que vão da concorrência pelo preço do frete ao controle dos animais que de vez por outra se alimentam de frutas colhidas por outros carroceiros.

Se regularizou o trânsito, então era para regularizar o carroceiro também. Emplacar e dá direito ao carroceiro. Se existisse algum carroceiro que não quisesse ficaria para os que quisessem, melhor né! Os carroceiros que ficassem na ativa, os mais velhos, que já tem freguesia, ficariam melhor. Isso tem causado problemas entre motoristas e carroceiros²⁹.

Percebe-se que essa situação tem provocado certas transformações no espaço de atuação dos carroceiros, entre estas o afastamento desse tipo de serviço do Centro de Abastecimento de Mossoró, pois sem um fluxo contínuo de fretes, os carroceiros se veem obrigados a procurarem outras atividades de trabalho ou se afastarem do centro da cidade, mesmo que para isso eles passem a exercer o comércio de frutas em carroças em detrimento das atividades de transporte por fretamento.

Em seu relato Walter aponta que:

Já houve mais que trabalhavam pras bandas do centro da cidade. Ele encostava sua carrocinha no mercado do centro e, por conta do crescimento do centro, o frete do carroceiro foi acabando e eles vieram para a COBAL, porque a COBAL, ela tá dando condições melhores para o carroceiros. Tem a parte da fruta. Você coloca em cima da carroça e vai vender. Tem a parte do frete, onde você coloca sua frutinha e pega e coloca em cima da carroça e pega e vai deixar no centro da cidade e vem de volta. A periferia, ela não dá condições do carroceiro se manter, mas é o jeito. Explico já o porquê. Se eu pegar minha carroça e encostar na frente de minha casa. Minha carroça tem o nome “pega-se frete”, mas se eu encostar na minha e esperar que alguém venha fazer frete, eu e minha família vai morrer de fome, porque não tem. Aí o negócio é arranjar outra profissão³⁰.

Para o carroceiro Edson Vieira da Silva as dificuldades estão amplamente relacionadas ao transito e as dificuldades pós-restruturação do Centro de abastecimento.

Rapaz é complicado, porque no trânsito que a gente anda tem muita reclamação. O pessoal reclama muito das carroças no centro. Agente não pode trabalhar direito, porque o pessoal reclama muito. Ver a hora acontecer alguma coisa com agente no centro da cidade. É muito complicado. Os sinais são complicados demais. Porque a gente tem de parar no sinal. Os carros, às vezes batem na carroça. Um carro atravessa na frente e quer ter razão. Agente não tem condições de frear o animal de uma vez, porque ele é um animal. Às

²⁹ **Walter Cruz Rocha.** Entrevista realizada em 21 de setembro de 2010.

³⁰ *Idem.*

vezes agente bate no carro, mas não é porque a gente queira, mas porque a gente não pode parar o animal de uma vez, porque o animal pode escorregar e cair. E ainda tem a dificuldades de encontrar o lugar para deixar a mercadoria. Muitas vezes a gente tem, porque é complicado demais. Às vezes as pessoas dão o número da casa e a rua. Agente vai em cima, mas muitas vezes dão o número e não dão a referência, aí fica chato. Difícil para encontrar o local. Isso porque o crescimento é enorme mesmo. Eu nunca vi. Nunca pensei de acontecer isso. É muito grande. Muito carro dentro da cidade. Aumentou mesmo, demais. Devido ter muito carro em Mossoró e ter muita gente pegando frete em carro pequeno ainda tem a prefeita que não ajuda agente em nada. Não faz uma coleta de carroças para gente ganhar o pão de cada dia. Pra gente tá difícil³¹.

Diante dos relatos dos carroceiros é perceptível que os discursos foram se constituindo em busca da defesa do grupo. Todas as rivalidades são deixadas de lado para ceder espaço a luta por sua sobrevivência do grupo, que se daria a partir da organização dos carroceiros pela prefeitura. Isso aconteceria, segundo seus relatos, através da regulamentação do uso do espaço do Centro de Abastecimento – Feira de Frutas. Essa regulamentação seria uma forma de manter a atividade protegida dentro dos espaços reservados a atuação dos carroceiros.

Essas tentativas que aparecem nas falas desses carroceiros são reflexos do lugar que passaram a ocupar com a reinauguração do Centro de Abastecimento, pois segundo os dados:

Foram instaladas 144 bancas pequenas, 24 bancas médias e 96 grandes, totalizando 264 pontos comerciais. A feira possui ainda 10 boxes para peixeiros, 16 lanchonetes, 65 unidades para comércio atacadista, portanto mais 91 pontos comerciais. Mas existem outros 34 pontos de ocupação rotativa. Destes, 04 são para borracheiros, 10 para carroceiros, 14 para pequenos produtores e 06 para táxis. A feira de fruta foi implantada numa área de 9.303.13m². A área de edificação é de 2.475.00m². A feira livre ocupa área de 2.325m². A área pavimentada da feira tem 6.839m². na área pavimentada estão as bancas, estacionamento (40 veículos), vagas para motos e bicicletas (51 unidades) e carroceiros³².

Um dos objetivos da prefeita Rosalba Ciarlini, destacados na imprensa durante a inauguração, era retirar os vendedores de frutas do mercado central da cidade, isto é, acabar com um comércio desordenado que misturava vendas de produtos alimentícios, vestuário e mantinha em suas margens atividades como a dos carroceiros. Rosalba Ciarlini desde sua segunda passagem pela Prefeitura Municipal de Mossoró (1997-

³¹ Edson Vieira da Silva. Entrevista realizada em 22 de setembro de 2010.

³² Jornal Gazeta do Oeste, 21 de setembro de 2002. Caderno Cotidiano. p. 04.

2004) empreendeu transformações urbanas que visavam acabar com o comércio informal, dotando o centro comercial da cidade de uma infraestrutura mais moderna.

Essa não é a primeira vez que os ambulantes são retirados dos arredores do Mercado Público Central. Na primeira administração da prefeita Rosalba Ciarlini os feirantes, que também estavam amontoados na Praça da Independência, foram transferidos para o interior do mercado e também para o Mercado do Peixe. Os feirantes voltaram a se instalar nas laterais do mercado. Eles passaram a vender basicamente produtos de alimentação e plantas medicinais. A falta de estrutura das barracas, feitas com tábuas e lonas plásticas chegava a lembrar a existência de uma favela em pleno centro da cidade³³.

A construção de um novo espaço para os comerciantes de fruta foi realizada mediante a compra do antigo prédio da Companhia Brasileira de Abastecimento (COBAL) pela Prefeitura Municipal de Mossoró por R\$ 280 mil reais em 96 parcelas que deveriam ser quitadas junto ao Ministério da Agricultura e Abastecimento. A obra durou quatorze meses e foi inaugurada no dia 20 de setembro de 2002. Os jornais teceram posicionamentos diferentes durante a inauguração. Para o jornal *O Mossoroense* (pertencente a Laire e Sandra Rosado e oposição a prefeita Rosalba Ciarlini) os comerciantes não gostaram de ser retirados do Mercado Central e estavam preocupados com os rumos que o comércio de frutas teria na Central de Abastecimento³⁴.

O jornal *Gazeta do Oeste*, por sua vez, além de enaltecer a obra comentou que antes de serem transferidos os feirantes receberam instruções da Gerência de Desenvolvimento Social em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)³⁵. O jornal *De Fato* apresentou ao leitor os posicionamentos de alguns ambulantes da antiga Cobal, como Francimar Benício (32 anos) que afirmou ao jornal que “antes nosso ambiente era muito bagunçado. Agora está tudo bonito, organizado e limpinho. (...) Tinha muita gente que deixava de comprar aqui por causa da sujeira”, enquanto que o feirante Francisco Geomar Lima (22 anos) argumentou que “aqui tinha muita briga e roubo. Agora vamos trabalhar com mais segurança”³⁶.

Diante de toda a repercussão em sua inauguração, o Centro de Abastecimento-Feira de Fruta à medida em que sistematizou o comércio e afastou do centro os

³³ Jornal *De Fato*, 19 de setembro de 2002. **Caderno Mossoró**, p. 01.

³⁴ Jornal *O Mossoroense*, 18 de setembro de 2002. **Caderno Cotidiano**, p. 01.

³⁵ Jornal *Gazeta do Oeste*, 21 de setembro de 2002, p. 04.

³⁶ Jornal *De Fato*, 20 de setembro de 2002. **Caderno Mossoró**, p. 07.

ambulantes trouxe aos agregados destes, no caso os carroceiros, o desafio de sobreviver mediante as rápidas transformações pelas quais passavam a cidade.

Somam-se as dificuldades, as condições técnicas para manter a atividade. Isso aparece nos relatos dos carroceiros como consequência não só das mudanças que o Centro de Abastecimento passou, mas pela falta de legalização da atividade pela Prefeitura Municipal de Mossoró que no intuito de tornar a Cobal acessível às mais diversas camadas da população não tomou medidas que visassem a manutenção da profissão de carroceiro, bem como a própria trajetória individual destes sujeitos, como no caso de Benedito Alves:

Ás vezes a gente tem que procurar um canto para botar o animal para andar, porque é muito perigoso no centro. A gente tem que procurar as avenidas mais calmas que tiver para gente andar na carroça. Não andar em contramão. Tem que andar bem direitinho na mão, já para não haver acidentes. O centro é muito complicado, porque tem muitos que não tem costume de trabalhar no centro com a carroça. Tem animal que não é acostumado no centro. Às vezes se espanta com os carros, mas o dá gente não. Faz muito tempo que agente luta dentro do centro fazendo frete. Aí se acostuma. O animal se acostuma com os carros, com o movimento. Além disso, rapaz, o frete caiu muito. Muitos deixaram. É muito ruim para gente. A profissão de carroceiro caiu muito. Mas meu ramo era mais trabalhar com frutas e verduras, mas aí eu fiquei sem condições de comprar uma banca para trabalhar. Aí foi o jeito eu me sujeitar a trabalhar na carroça, pegar frete. Mas é muito complicado. O ganho só dá para comer e mal. Só para passar o tempo, trabalhando e comendo. É muito pouco mesmo. Fica chato para gente trabalhar de carroça³⁷.

Além de comentar sobre as condições de vida e trabalho dos carroceiros em Mossoró, Benedito Alves acredita que os carroceiros vão sair de circulação, pois não conseguirão se manter com os fretes ou com a venda de frutas pelas ruas da cidade. Essa situação tem um agravante à medida que o comércio vai se especializando e novos serviços vão sendo agregados ao consumidor, o que por sua vez, diminui a demanda pelos carroceiros, colocando-os como mais uma atividade informal que se esvai na cidade que cresce e, por conta disso, afasta o que considera obsoleto das áreas centrais e comerciais.

³⁷ **Benedito Alves.** Entrevista realizada em 23 de setembro de 2010.

É nesse sentido que os relatos desses sujeitos são importantes meios na compreensão dos impactos que o crescimento urbano tem provocados em seu cotidiano, bem como na formulação das expectativas sobre seus lugares na cidade³⁸.

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, Carlos Antônio Leite (Org.). **As Cidades da Cidade.** – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- Brasil, **Instituto Brasileiro de Geografia. Subsídios ao planejamento da área nordestina.** Rio de Janeiro, 1971. 16v.
- COSTA, Andréa Virginia Freire. **Lugares do passado ou espaços do presente?** Memória, identidade e valores na representação social do patrimônio edificado de Mossoró-RN. Coleção Mossoroense, 2007. (Série C. v. 1563)
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História Oral:** memória, tempo, identidade. 2.ed. - Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. FERREIRA, Marieta de Moraes. (Orgs). **História do tempo presente.** Rio de Janeiro; Editora da FGV, 2014.
- FELIPE, José Lacerda Alves. **Memória e imaginário político na (re) invenção do lugar – os Rosados e o País de Mossoró.** Rio de Janeiro: UFRJ. Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza. Instituto de Geociências. Programa de pós-Graduação em Geografia. Tese de Doutorado), 2000.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral e tempo presente. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom. (Org.). **(Re) Introduzindo a história oral no Brasil.** São Paulo: Xamã, 1996, p. 11-21. (Série Eventos)
- FREITAS, Sônia Maria de. **História Oral:** possibilidades e procedimentos. 2. Ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado:** contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. HOLANDA, Fabíola. **História Oral:** como fazer, como pensar. 2. ed., 2^a reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013, p. 43-62.
- PECHMAN, Robert. KUSTER, Eliana. **O chamado da cidade:** ensaios sobre a urbanidade. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. Revista Brasileira de História.* São Paulo, vol. 27. Mº 53, jan-jun., 2007.
- PÔRTO JUNIOR, Gilson. (org). **História do tempo presente.** Bauru,SP: Edusc, 2007.
- ROCHA, Aristotelina Pereira Barreto. **A expansão urbana de Mossoró (1980-2004): geografia dinâmica e reestruturação do território.** Mossoró, RN: Coleção Mossoroense, 2005. (Série C. v.1469)
- TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar:** a perspectiva da experiência; tradução Lívia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2013.

³⁸ Sobre o horizonte de expectativa como categoria para a reflexão sobre o tempo histórico, ver as reflexões de: KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado:** contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. p. 305-327.



SESSÃO COORDENADA 03 - TEORIA DA HISTÓRIA

**COORDENADORES: OSMAR LUIZ DA SILVA FILHO & MARIA
LUCINETE FORTUNATO**

**A CIDADE DOS HOMENS: CONSIDERAÇÕES SOBRE A IDEIA DE
HISTÓRIA EM SANTO AGOSTINHO**

Pedro Henrique Dantas Monteiro¹

Orientador: Valter Ferreira Rodrigues²

RESUMO

Ao aceitar que os filósofos são indivíduos históricos e que os mesmos compartilham as realidades históricas e sociais do seu tempo, logo se pode afirmar que suas concepções filosóficas também tomam partido deste fato e que tais apreensões não podem ser a-históricas. Neste sentido, até os mais transcendentais e metafísicos dos pensadores, respondem em suas ideias as possíveis potencialidades e limitações do seu tempo. Tendo ciência da importância de tal fato, pretende-se com este trabalho de caráter teórico-reflexivo, proporcionar algumas considerações a respeito da importância e da relevância da ideia de história contida nas abordagens de Santo Agostinho (354 – 430). Proporcionando, assim, um momento de compreensão, análise e reflexão das contribuições e relevância de tal concepção histórica, cunhada por parte de um filósofo que reúne pensamento filosófico e realidade histórica em suas reflexões. Para tanto, será usado como fonte para esta análise as obras agostinianas “A Cidade de Deus” (2014) e “Confissões” (1980), por conterem em si a forma mais expressiva do pensamento histórico de Agostinho. Como apporte teórico-metodológico se utilizará Vaz (2009), Collingwood (2001), Reis (2011) e outros.

PALAVRAS-CHAVE: Ideia. História. Agostinho.

¹ Graduando no curso de licenciatura plena em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Centro de Formação de Professores (CFP) Cajazeiras – PB.

² Professor da Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Formação de Professores; Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Mestre em Filosofia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Bacharel em Filosofia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE).

INTRODUÇÃO

Historiadores mais empiristas tendem a desconsiderar análises de natureza teórico-reflexivas, relegando à História um caráter puramente empírica e positivista. Esta prática empobrece o potencial analítico, crítico e reflexivo da ciência em questão, pois ao desconsiderar o aprofundamento e as apreensões das formas de pensamento histórico ao longo do tempo, apagam a própria característica histórica da historiografia. Uma vez que, o próprio processo de mudança histórica traz consigo sempre o novo, deve-se considerar que este novo vem com a conservação do germe das apreensões anteriores, já que esta nova forma de pensar não vem do nada. Assim, refletir sobre as ideias de história ao longo do tempo é refletir, de certo modo, a realidade histórica atual, já que a mesma traz em si as marcas do seu percurso.

Tendo ciência da importância de tal fato, pretende-se, com este trabalho de caráter teórico reflexivo, proporcionar algumas considerações a respeito da importância e da relevância da ideia de história contida nas abordagens de Santo Agostinho (354 – 430). Proporcionando, assim, um momento de compreensão, análise e reflexão das contribuições e relevância de tal concepção histórica cunhada por parte de um dos maiores filósofos da história do pensamento ocidental. Buscando, desta forma, compreender esta ideia de história, em meio à realidade do seu tempo, evitando anacronismos que, de maneira bastante clara, persiste em apreensões que dispensam este elemento de suas análises.

O método empregado para execução deste trabalho baseia-se na leitura, análise e reflexão das fontes de caráter bibliográfico, referentes, as obras agostinianas “A Cidade de Deus” (2014) e “Confissões” (1980). Para tanto, esta leitura, análise e reflexão, foi dividido em dois momentos, cada um com objetivos particulares para uma maior eficácia na conclusão do objetivo geral da pesquisa. No primeiro momento, foram realizadas leituras de caráter científica e técnica das duas obras em particular, com o objetivo de apropriar-se dos conceitos, da linguagem, dos métodos e dos objetivos das obras em questão. No segundo momento se efetuou uma reflexão dos resultados que foram identificados no procedimento anterior, com a finalidade de efetuar um segundo pensamento de caráter reflexivo do conteúdo das obras, ou um *filosofar*³, sobre a ideia de história agostiniana.

³ Este conceito define a própria atitude filosófica, que repousa no ato de pensar, problematizar, criticar e analisar a realidade nas mais variadas perspectivas. Sendo desta forma, a própria capacidade de gerar

Neste sentido, para um desenvolvimento mais amplo da discussão, serão abordadas, de início, algumas reflexões sobre a situação histórica a qual Agostinho viveu e desenvolveu sua ideia de história. Logo, acredita-se aqui que Agostinho não apenas compartilhou as condições que seu tempo lhe impunha, como também os apresentou e desenvolveu em sua ideia de história, reunindo assim seu pensamento filosófico e sua realidade histórica, dando-lhe, portanto, a característica de representante da consciência histórica do seu tempo.

Outro fator que se torna um tanto interessante, e em certa medida, detém um papel importante para compreensão de seu pensamento histórico, revelando-se como uma contribuição importante, repousa na sua concepção de homem e de tempo. Ambas reúnem os potenciais e jogo lógico que desenvolverão o lugar da história no pensamento de Agostinho, como também revelarão as contribuições e heranças das apreensões anteriores à sua, que foram conservadas e mudadas sob a influência das novas concepções que o cristianismo e sua nova visão de mundo traziam consigo. Por último, será reunido todo o desenvolvimento antes apresentado, com o intuito de proporcionar a análise da ideia de história em Santo Agostinho como um percurso temporal que busca nos ensinar algo.

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A SITUAÇÃO HISTÓRICA

Ao aceitar que os filósofos são indivíduos históricos, e que os mesmos compartilham as realidades históricas e sociais do seu tempo, logo se pode afirmar que suas concepções filosóficas também tomam partido deste fato, e que tais apreensões não podem ser a-históricas. Neste sentido, até os mais transcendentais e metafísicos dos pensadores respondem em suas ideias as possíveis potencialidades e limitações do seu tempo. Deste modo, cabe aqui uma reflexão sobre a situação da realidade histórico-social a qual viveu o bispo de Hipona, com o intuído de viabilizar uma maior compreensão das suas ideias. Para que desse modo torne-se possível considerar Agostinho como um dos maiores representantes da consciência histórica⁴ do seu tempo.

pensamento filosófico (KANT, 2004); (RODRIGUES, 2014). Tendo em vista que este pensar filosoficamente, também se apresenta como uma reflexão de segundo grau, ou um pensar melhor sobre aquilo que foi pensado em primeiro plano, utiliza-se neste trabalho o *filosofar*, também como um método ou uma ferramenta, que proporciona a possibilidade de pensar e repensar a ideia de história agostiniana, e seu lugar na História e na historiografia.

⁴Antes de tudo deve-se compreender este conceito cunhado por José Carlos Reis (2011), como a reunião entre pensamento filosófico e realidade histórica que é percebido “como a capacidade de cada época se

Alguns autores tendem a considerar Agostinho com “um filósofo adiante de seu tempo”⁵. Esta afirmação, de certo modo, é errônea ou equívoca. Na medida em que se comprehende a realidade histórica, tal afirmativa torna-se mítica, pois não há homens à frente do seu tempo, não existem indivíduos a-históricos ou, de certa forma, que se projetem para além de sua realidade. Como se percebe ao analisar a filosofia agostiniana juntamente com a sua realidade histórica, pode-se compreender que suas reflexões externalizam sua realidade social e histórica, como também as inquietações relativas a seu período.

De todo modo, *Aurelius Augustinus Hippoensis* (nome este de Agostinho), nasceu em meados do século IV d.C., na região norte da África, sob domínio romano, mais especificamente na província da Numídia, hoje, atual Argélia (AGOSTINHO, 1980). É interessante compreender, mesmo que de maneira ainda que um tanto superficial, a realidade a qual o Império romano se encontrava neste período, que deverá ser feito aqui levando apenas alguns aspectos de relevância para a discussão proposta. Como aponta Perry Anderson (2007), Roma neste período atravessava uma instabilidade em vários setores de sua sociedade, o Império detinha problemas tanto econômicos como político/administrativos. A extensão do território, unido às pressões e invasões bárbaras das fronteiras, os conflitos políticos internos e a crise econômica, levaram o Império, que já estava dividido administrativamente entre Ocidente e Oriente, a uma instabilidade sem precedentes, em particular o Ocidente, que viria a ruir pouco tempo depois. “Assim, em um duplo final sombrio, com o Império fendido de alto a baixo por forças internas, antes que forças externas aplicassem o golpe de misericórdia.” (ANDERSON, 2007, p. 99).

Deve-se levar em conta esta realidade de inconstância na qual o Império está inserida, pois a mesma desempenha um papel fundamental para a compreensão do pensamento agostiniano, e, em especial, sua ideia de história. Neste sentido, Agostinho compartilhou e experimentou este clima de incertezas e instabilidade na qual sua sociedade estava inserida, que de certa maneira se expressa em particular na sua concepção histórica, como se tornou perceptível de forma bastante clara, na avaliação feita a uma das suas obras fundamentais, *De Civitate Dei* (A Cidade de Deus).

representar e se atribuir uma identidade e um sentido, mesmo estando a própria consciência submetida às contingências do tempo” (REIS, 2011, p. 9).

⁵Fazendo referência ao subtítulo do livro: Matthews, Gareth B. **Santo Agostinho**: a vida e as idéias de um filósofo adiante de seu tempo. Trad. Álvaro Cabral. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

Outro fato que marca este período da história do Império Romano e que desempenhou um profundo impacto no pensamento agostiniano é sem dúvida o cristianismo. Esta que foi uma seita vinda do Oriente próximo, mais especificamente da região da Palestina, teve em si uma grande expansão por boa parte do Império, chegando a criar grupos bem organizados e estruturando comunidades religiosas locais. De forma inicial, como apresenta alguns especialistas da área, o cristianismo não era realmente perseguido ou notado como algo relevante por parte dos romanos. Só, mais especificamente no século I d.C, em especial no reinado de Nero, é que iniciou-se uma significativa perseguição ao culto. (FUNARI, 2002).

Durante todo o século IV a Igreja, deixando de ser perseguida, como o fora frequentemente desde há três séculos, terá sido amparada de todas as maneiras pela maioria dos Césares, convertidos ao cristianismo; de tal forma que, no século VI, o Império será quase só povoado por cristãos e, nos nossos dias, há um bilião e meio de cristãos no nosso planeta (VEYNE, 2007, p. 10).

Continuando o raciocínio, a partir da conversão de Constantino I, imperador romano, o cristianismo ganhou bastante força em todo o Império, pois se tornou a religião do imperador. E, finalmente, com o Édito de Tessalônica, em 380 d.C., “o cristianismo passou de religião do imperador para religião oficial.” (FUNARI, 2002).

Neste ponto alguns fatores devem ser levados em consideração. Primeiro, os modos pelos quais o cristianismo foi difundido, dentro e fora dos domínios do Império. Em seguida, as estruturas e relações político/administrativas que a religião comece a desenvolver com o Estado romano. Estes fatores são de grande importância, não só para esclarecer o papel que o cristianismo desempenha neste período, como também a relevância que a religião desenvolveu no pensamento histórico agostiniano. Analisando o primeiro ponto em questão, percebe-se alguns detalhes fundamentais da difusão do cristianismo no Império em dois períodos específicos, um fazendo referência ao período anterior a 313 d.C, ano do Edito de Milão, e o outro, posterior a 313 d.C.

Neste recorte temporal anterior ao Edito, compreende-se o início da difusão da religião, no próprio território da Palestina e ao longo de algumas províncias do Império, unido à estruturação primitiva da própria Igreja, e às perseguições ao culto. Em seguida, com referência ao período de 313 em diante, onde se concorda com Paul Veyne (2007), quando desconsidera o papel histórico de Constantino como responsável em por fim às perseguições aos cristãos, pois segundo o autor, a mesma já havia cessado há dois anos. Assim, considera-se que sua relevância repousa no fato de “fazer do cristianismo a

religião que adoptara, uma religião favorecida de todas as maneiras, ao contrário do paganismo” (VEYNE, 2007, p. 12). Logo este fato leva a necessidade de explicar o ponto referente “às estruturas e relações político/administrativas que a religião começa a desenvolver com o Estado romano.” Pois, é neste favorecimento do cristianismo que está alguns dos seus impactos político/administrativos importantes como revela Anderson:

Ao mesmo tempo, a composição da aristocracia através do império como um todo foi modificada drasticamente pela grande mudança institucional no reinado de Constantino – a cristianização do Estado, depois da conversão de Constantino e de sua vitória sobre Maxêncio na Ponte Mílvia. (...) Imediatamente, talvez o efeito institucional mais importante da mudança religiosa tenha sido a promoção social de grande número de “cristãos de serviço”, que fizeram suas carreiras administrativas por sua lealdade à nova fé, entrando nas ampliadas fileiras dos *clarissimi* do século IV (ANDERSON, 2007, p. 87).

Com relação à difusão do cristianismo para além das fronteiras que demarcavam o Império, o que interessa aqui é faz referência às relações iniciais que contemplam este fato que correspondem ao século IV e início do V. Este acontecimento é compreendido de maneira bastante clara por Anderson (2007), ao apontar que este evento se relaciona com os cruzamentos de fronteiras entre os povos bárbaros, que adentravam nos territórios compreendidos como romanos, por meio das invasões. Logo,

Isto não foi fruto dos esforços missionários da Igreja Católica, que ignorava ou desprezava os recém-chegados ao Império. Foi obra, objetivamente do próprio processo remodelador de transplantação, do qual a mudança de fé foi um sinal interior. A religião cristã consagrou o abandono do mundo subjetivo da comunidade de clã: uma ordem divina mais extensa era o complemento espiritual de uma autoridade terrestre mais firme. Aqui também, a primeira onda de invasores germânicos reproduzia a mesma combinação de respeito e distância às instituições do Império. Eles adotaram unanimemente o arianismo, em vez da ortodoxia cristã, e assim asseguraram uma identidade religiosa separada dentro do universo comum da cristandade (ANDERSON, 2007, p. 114).

Este ponto é importante para que se possa perceber a difusão do cristianismo além dos territórios que faziam referência ao Império, como também as consequências que isso acarretou. Pois, deve-se observar em especial o choque de doutrinas que passará o cristianismo neste período. Que se desenvolveu tanto fora dos domínios do

território romano, como dentro do Império⁶. Tais eventos serão de muita importância, pois tornam-se tema de muitas inquietações de Agostinho ao longo de muitas de suas obras, em particular às que fazem menção à sua visão histórica.

O HOMEM E O TEMPO EM AGOSTINHO

Alguns historiadores lúcidos tendem a concordar que uma das definições mais claras de História, certamente, repousa na afirmação de Marc Bloch (2001) como a “ciências dos homens no tempo”. Esta afirmação, em certa medida, não detém seu brilhantismo por apenas conter em si uma definição clara, lógica e racional da História, mas por sua capacidade de dispensar maiores explicações sobre seu objeto de pesquisa, portanto, tal afirmativa já define por si quem ela é, e o que busca. Mesmo os historiadores que se afastam em grande medida desta definição tendem a concordar que tanto o “homem” quanto o “tempo” são elementos primordiais para designar o objeto de pesquisa da História. De modo um tanto interessante, estas duas concepções são fundamentais nas reflexões históricas de Agostinho, e por este motivo, torna-se importante apresentar alguns diálogos sobre as duas apreensões em questão.

A concepção antropológica de Agostinho repousa na tradição platônica apreendida pelo neoplatonismo de Plotino e Porfírio, e neste sentido, Agostinho concorda com a definição de Platão de que o homem é “como uma alma que se serve de um corpo” (AGOSTINHO, 1980). É importante fazer algumas ressalvas com relação a esta definição: a primeira, é que a compreensão agostiniana permanece com muitas das consequências lógicas que esta concepção platônica traz consigo, em destaque aqui, a hierarquização da alma sobre o corpo, onde este fato é de fundamental importância para que se compreenda a relação dualista que está presente na ideia histórica agostiniana. Por outro lado, deve-se compreender que o dualismo entre alma e corpo em Agostinho não está propriamente representada em um caráter de oposição entre os lados, como o dualismo característico do maniqueísmo, movimento este que o santo fez parte antes de sua conversão cristã, e que posteriormente veio a combater e refutar em muitos de seus escritos. Pois, como diz o próprio santo “o corpo não é apenas ornamento do homem, adjutório exterior; faz parte de sua natureza” (AGOSTINHO, 2014, p. 58).

⁶Outro problema para além do secretismo religioso que Agostinho chama de heresias, é certamente a permanência do paganismo dentro do Império. Como apresenta Veyne (2007) ao fazer referência da presença das antigas práticas religiosas greco-romano neste período.

Esta concepção é tão importante para a história do pensamento ocidental que Lima Vaz (2009) arrisca afirmar que o mesmo “alcança uma amplitude e uma profundidade que fizeram dela um marco decisivo na história da cultura ocidental” (VAZ, 2009, 54). Três pontos são fundamentais para compreensão da singularidade e relevância do pensamento antropológico agostiniano, e como aponta Vaz (2009, p. 55,56), os três correspondem à concepção neoplatônica, à antropologia paulina e, por último e mais importante para esta discussão, à antropologia da narrativa bíblica. O primeiro, em especial, já foi exposto no início da discussão e faz referência à tradição platônica, que é herdada por Agostinho, do neoplatonismo latino de Plotino e Porfírio, onde neste ponto, é interessante ressaltar esta relação alma/corpo, onde a alma comanda por completo as ações corpóreas e, assim, possui uma superioridade sobre o corpo.

A segunda refere-se à concepção cristã que o mesmo recebe de Paulo de Tarso. Paulo, certamente, é um dos primeiros a buscar reflexões racionais e lógicas para compreensão da fé cristã, questão essa que Agostinho persistira do momento da sua conversão em até o fim da vida. A partir de Paulo, Agostinho desenvolve, como nos mostra Lima Vaz,

Uma visão do homem eminentemente soteriológica, a partir da qual ele formulará a doutrina do pecado original e da graça e aprofundará, no contexto da controvérsia antipelagiana, o problema da liberdade e do livre-arbitrio, introduzindo no pensamento antropológico ocidental uma temática que se tornará, a partir de então, uma matriz fundamental para a elaboração da idéia do homem característica de nossa civilização (VAZ, 2009, p. 55).

É importante citar que é neste ponto das contribuições do pensamento de Paulo de Traso que repousa a característica do pessimismo próprio do pensamento agostiniano, que será marcante em sua compreensão histórica (VAZ, 2009). Pois, o homem está condenado “à danação eterna e o só recuperável mediante a graça divina” (AGOSTINHO, 1980).

O terceiro ponto é certamente o mais importante, pois é nele que repousa o conteúdo que desenvolverá o pensamento histórico agostiniano. Neste ponto referente à antropologia bíblica, um tópico apresentado por Vaz (2009), em especial deve ser colocado em destaque, onde se faz alusão ao “homem como ser itinerante”,

A itinerância do homem segundo a visão agostiniana é essencialmente um aspecto da concepção do tempo como caminho para a eternidade: um caminho que se faz e avança no próprio desenrolar da vida humana. O itinerário é, portanto, em primeiro lugar um itinerário da vida pensado

segundo a radical ordenação do homem para Deus e no qual o evento da “conversão” — categoria que, para Agostinho, deriva diretamente da metânoia evangélica — passa a ser o evento central e decisivo (VAZ, 2009, p. 57).

É neste ponto onde tempo e homem compartilharão o mesmo espaço na lógica histórica agostiniana. O homem passa por um percurso dentro do tempo onde buscará de forma inquieta a Deus. Este percurso se mostra visível na relação entre as duas cidades da obra agostiniana (VAZ, 2009).

Tendo compreendido assim sua concepção antropológica, pode-se perceber na reflexão da itinerância humana, como o tempo apresenta-se com um percurso a ser trilhado até a eternidade. Neste sentido, algumas análises do que Agostinho concebe como tempo torna-se necessária. Certamente sua concepção temporal ainda hoje é uma das mais respeitadas e desponta um lugar de relevância fundamental, principalmente no que diz respeito à percepção do tempo por parte dos indivíduos ou mais exatamente o que se chame de tempo psicológico. (AGOSTINHO, 1980).

De início, Agostinho estipula que o tempo só tem princípio com a criação do mundo, pois para Agostinho o tempo é criação divina e, assim, Deus não está inserido no mesmo. Esta consideração é importante para que se possa compreender que apenas as criações estão inseridas no tempo e, assim, apenas elas sofrem qualquer reação do mesmo, como sua mutabilidade. Já Deus, pelo contrário, “permanece sempre o mesmo, e seus anos não morrem” (AGOSTINHO, 1980). Para Agostinho, Deus é um ser eterno e sua eternidade permanece como um sempre hoje, um presente contínuo que não sofre mudança.

Já o tempo em si é mutável. Ele está para Agostinho em um jogo entre o ser e o não-ser. O filósofo logo comprehende o tempo em três divisões clássicas, passado-presente-futuro. Ele mostra como o presente é o tempo em seu estado de ser, pois existe e apresenta-se no agora, já os outros dois estados, passado-futuro, são o não-ser, pois um ainda não existe (futuro) e o outro era o presente que deixa de existir (passado). Agostinho apresenta esta lógica de variadas maneiras em sua reflexão, partindo de uma relação macro, como exemplifica em um período de 100 anos, a uma relação micro, como um percurso de um dia (AGOSTINHO, 1980). Esta relação e compreensão do tempo possibilita um movimento progressivo onde,

A leitura teológica da história humana apóia-se aí numa visão linear do tempo, não como mera sucessão cronológica, mas, segundo o modelo da vida

humana, como crescimento para a consumação final na segunda e definitiva manifestação do Cristo. Ao esquema circular do tempo, imagem de uma perfeição que retoma eternamente sobre si mesma, conforme a tradição platônica, sucede o esquema linear de uma história orientada radicalmente para Deus pela *dispensatio temporalis* do Verbo feito carne ou pelo envolvimento dramático da eternidade no tempo (VAZ, 2009, p. 58).

Para resolver o problema da apreensão do não-ser temporal, expressos pelo passado-futuro, Agostinho apresenta em suas reflexões a possibilidade do homem captar os mesmos por meio de seu potencial sensível por vias da alma. Ele apresenta o que hoje podemos denominar de percepção psicológica do tempo. Agostinho explica que o passado deixa de existir, mas suas apreensões por parte da alma permanecem por meio da “memória”, em contrapartida apresenta que, apesar da não existência do futuro, pois ele ainda está por vir, a alma ainda consegue formular “prognósticos” no presente sobre o mesmo (AGOSTINHO, 1980).

Por conseguinte, a minha infância, que já não existe presentemente, existe no passado que já não é. Porém a sua imagem, quando a evoco e se torna objeto de alguma descrição, vejo-a no tempo presente, porque ainda está na minha memória. (...) Ora, o que já existe não é futuro, mas presente. Por conseguinte, quando se diz que se vêem os acontecimentos futuros, não se vêem os próprios acontecimentos ainda inexistentes — isto é, os fatos futuros —, mas sim as suas causas, ou talvez os seus prognósticos já dotados de existência (AGOSTINHO, 1980).

De modo geral as duas concepções aqui apresentadas revelam, de certa maneira, a complexidade e riqueza do pensamento agostiniano e, como tais reflexões convergem para a formação de um pensamento histórico que vai se efetivar de maneira mais clara em seu trabalho que pode-se considerar historiográfico, “A Cidade de Deus”. Onde será debatida com mais clareza adiante, buscando mostrar as características de um pensador que expressava a consciência histórica do seu tempo.

A HISTÓRIA E SUA FINALIDADE

A obra mais expressiva do pensamento histórico de Agostinho e que marca seu lugar de excelência como formulador de uma filosofia ou mais exatamente uma teologia da história, é sem muitas suspeitas *De Civitate Dei*. Apesar da cunhagem e uso do termo “filosofia da história” só ser utilizado no século XVIII pela primeira vez por Voltaire, pode-se apropriar e utilizar de tal termo para designar o conteúdo da obra e do pensamento de Agostinho na Cidade de Deus. Pois, aceitando a compreensão do que

caracteriza uma filosofia da história segundo Collingwood (2001, p. 11), onde a mesma apresenta-se como um pensamento de segundo grau, ou melhor dizendo, um *filosofar* que se investe sobre a realidade histórica, podendo, assim, encontrar esta concepção nas reflexões feitas por Agostinho na Cidade de Deus, compreendendo que a ideia de história agostiniana, traspassa uma visão puramente teológica da história.

Agostinho se apropria das reflexões filosóficas, as quais desenvolve ao longo dos seus escritos, para formular e desenvolver seu pensamento histórico. Categorias como o homem e o tempo, os quais foram apresentados anteriormente, ganham lugar ao longo do raciocínio exposto pelo santo. De forma que alguns detalhes são primordiais para um entendimento mais amplo, tanto da expressão representativa da consciência histórica que o pensamento agostiniano expõe na Cidade de Deus, como sua análise de uma história que apresenta-se com um percurso temporal que busca nos ensinar algo. Desta forma, deve-se em primeiro lugar, levar em conta os motivos principais aos quais levam Agostinho a desenvolver esta obra e apresentar sua ideia de história, pois, tal fator de início revela a expressão da realidade histórica que se apresenta ao mesmo neste período.

Como mencionado anteriormente, Agostinho viverá em um momento conturbado da história romana, tanto para sua realidade política/econômica como religiosa. Roma passava por momentos tempestuosos e, em 410 d.C, um acontecimento que abalava o Império ganhou a atenção de Agostinho, de tal forma que o levou a redigir sua Cidade de Deus e este fato repousa na invasão dos Visigodos sob o comando de Alarico, seu rei, à cidade de Roma. A tomada e o saque de Roma por parte de Alarico, trouxe um abalo para além da realidade material do Império, chegando ao cristianismo. Tal religião estava passando de religião do imperador para religião oficial do Império, como mencionado anteriormente. E este fato despontou um momento de questionamento frente o papel que desempenhava a nova religião na vida romana. As lembranças das glórias passadas, unidas às associações com a antiga religião pagã, levantavam dúvidas e críticas ao cristianismo. (AGOSTINHO, 2014, p. 29). Esta situação inquietou Agostinho e o levou a sair em defesa da religião cristã, formulando e apresentando, por meio de reflexões e investigações históricas, seu amparo ao cristianismo.

Mas lembra-te de que, assim, continuo pelejando contra aqueles cuja ignorância fez nascer este provérbio: *Se não chove, a culpa é dos cristãos.* Encontram-se, entre eles, vários cujo espírito culto gosta da história, em que

sem dificuldade aprenderam os fatos que vou referir. Mas, a fim de levantar contra nós a multidão ignorante, fingem ignorá-los e procuram persuadir o povo de não terem semelhantes desastres, que a certas distâncias de tempo e lugar necessariamente afligem o gênero humano, outra causa senão o cristianismo, que, para ruína dos falsos deuses, propaga por toda parte seu imenso renome, sua brilhante popularidade (AGOSTINHO, 2014, p. 93).

Certamente, as colocações contrárias de muitos adeptos das antigas práticas religiosas não apresentaram-se apenas no momento da invasão visigoda, mas certamente o impacto que tal fato teve foi importante para o fortalecimento das críticas. Neste sentido, Agostinho mostra que a vivência com o paganismo ainda, de certo modo, era bastante presente neste período e tal fato apresentava um certo clima de desconforto por parte do cristianismo, que crescia bastante como fala o autor. Esta realidade histórica, como pode-se perceber, desponta uma certa centralidade nos objetivos de formular suas reflexões históricas. Portanto, não nega-se aqui que este trabalho histórico não seja guiado por um fator ideológico, mas, neste sentido, qual trabalho histórico não o é?

Analizando mais profundamente a obra, pode-se perceber um trabalho genuinamente histórico, pois Agostinho, para defender suas ideias, não poupou esforços para investigar e apropriar-se da história romana. Passando pelas fundações da cidade, por seus períodos administrativos e pelas formas de governo que fizeram parte da mesma ao longo da sua história, fazendo assim, alusão a variados fatos e acontecimentos, apropriando-se de material histórico deixado por muitos historiadores como Salústio. O santo analisou até discursos célebres de Cicero, sem contar o uso de literatura clássica, como as obras de Virgílio, na busca das referências ligadas à história romana. Citando até, por exemplo, sua ligação lendária com Troia, como mostra a literatura clássica.

Troia, como afirmei, Troia, mãe do povo romano, não pôde, nos templos das divindades, defender seus próprios cidadãos contra as chamas inimigas, contra o gládio dos gregos adoradores dos mesmos deuses. Na *casa da própria Juno, o terrível Ulisses e Fénix, sentinelas escolhidas, velam os despojos. Amontoam-se, no lugar, vindos de toda parte, os tesouros de Troia, roubados aos santuários em chamas, as credências dos deuses, as taças de ouro maciça e mais presa tomada ao inimigo* (AGOSTINHO, 2014, p. 93).

Agostinho apresenta, deste modo, por meio da referência de fatos históricos, uma defesa bem fundamentada da sua parte. Ele demonstra por vias das suas análises, o longo processo histórico de Roma, onde as catástrofes assolaram a mesma em variados períodos da sua história, e que os deuses que muitos dos pagãos adoravam e que muitas

defendiam naquele momento nunca haviam feito nada de bom para Roma, muito pelo contrário, os mesmos nunca foram relevantes para mudar o curso da sua história e, se realmente foram, eram no sentido negativo. Com isso, Agostinho mostra um olhar um tanto pessimista da história, onde por meio das catástrofes e declínio da cidade dos homens – denominação esta que ele dá à história – é eminente e, só por meio da graça divina que guia o homem itinerante no tempo, pode levá-lo a conseguir a glória da cidade de Deus.

A gloriosa Cidade de Deus prossegue em seu peregrinar através da impiedade e dos tempos, vivendo cá embaixo, pela fé, com paciência espera a firmeza da mansão eterna, enquanto a justiça não se converte em juiz, o que há de conseguir por completo, depois, na vitória final e perfeita paz (AGOSTINHO, 2014, p. 39).

A sua reflexão da história repousa no seu caráter dualístico, entre corpo e alma, tempo e eternidade, cidade dos homens e a cidade de Deus. Apresentando, assim, uma história pedagógica, que nos ensina a sua finitude, referente ao percurso a ser trilhado por parte da humanidade, que vive aqui apenas de passagem na busca da eternidade que se reflete em uma realidade a-histórica, metafísica e transcendental da gloriosa morada de Deus⁷. (AGOSTINHO, 2014).

Com tudo, o pensamento agostiniano não está distante da sua realidade, ao contrário, expressa o potencial do seu tempo, um período histórico de calamidades, crises e incertezas pelo qual passava. Onde, sua fé trazia uma proposta nova e reconfortante, proporcionada pela ideia de uma realidade atemporal, que se colocava hierarquicamente acima da história, e que guiava o percurso do mundo para seu caminho de verdade, glória e plenitude, muito distante do que se apresentava naquele momento. Sua jovem religião, que ganhava forças no Império, lutando contra as resistências das antigas práticas religiosas que buscavam sua permanência em um movimento de reação as mudanças revolucionárias do cristianismo. Como também, as novas concepções religiosas que surgiam a esmo, provenientes do sincretismo religioso que causara problemas doutrinários para a Igreja Romana que se firmava, ameaçando sua estabilidade. Mostrando que seu pensamento histórico é uma visão que não

⁷A relação entre antropológica agostiniana e suas heranças gregas antigas nos leva a fazer referência à sua ideia da relação corpo/alma. Esta relação faz alusão a um comentário feito por Werner Jaeger na sua *Paidéia* (2001) onde na religião grega desde o século VI a.C. a alma apresentava-se como um espírito caído, no cárcere do corpo, que a partir de uma série de “reencarnações regressa à sua pátria divina” (JAEGER, 2001, p. 531).

transcende sua realidade ou que baseia-se em fundamentos exclusivamente religiosos e metafísicos, mas que de fato, expressa a materialidade e mentalidade que marcam seu lugar histórico.

Não podendo perder vista que esta ideia de história corresponde a uma das grandes crises da história da historiografia europeia, como apresenta Collingwood (2001). Onde, a mesma é referente à segunda que ocorreu entre o séculos IV e V, “quando a ideia de história foi remodelada pelos efeitos revolucionários do pensamento cristão” (COLLINGWOOD, 2001, p. 65). Esta situação representa de forma bastante clara as mudanças que o pensamento agostiniano traz em sua lógica que, como diz o autor, chegou a alijar as duas ideias mestras do pensamento historiográfico greco-romano: “a) o conceito optimista acerca da natureza humana; b) o conceito substancialista de entidade eterna, subjacente ao processo da transformação histórica” (COLLINGWOOD, 2001, p. 65). Neste sentido,

Uma terceira modificação baseava-se no universalismo da atitude cristã. Para os cristãos, todos os homens são iguais perante Deus; não há povo eleito, não há raça ou classe privilegiadas, não há nenhuma comunidade, cujo destino seja mais importante do que o de outra. Todas as pessoas e todos os povos são abrangidos pela realização dos desígnios divinos. Portanto, o processo histórico é, sempre e em todos os lugares, da mesma espécie, sendo cada uma das suas partes uma parte do mesmo todo (COLLINGWOOD, 2001, p. 65).

Agostinho rompe a cadeia cíclica da história apresentada pelo pensamento clássico greco-romano, ele apresenta uma ideia de história guiada pelos desígnios divinos, representa pela linearidade que vai da criação a segunda vinda de Jesus, trazendo o fim da cidade dos homens e a plenitude da eterna Cidade de Deus (VAZ, 2009, p. 58).⁸ Onde a história se representa como uma escola, onde os homens aprendem e conhecem as verdades da sua realidade e da sua condição como pecadores que buscam a redenção ao longo dos tempos. Considerando assim, que tal pensamento histórico é expressado por um filósofo que, como o povo romano de sua época, buscava um caminho para a redenção em tempos tão incertos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

⁸ Em uma leitura dialética do pensamento agostiniana, percebe-se a antítese do pensamento cristão negando as concepções tradicionais do pensamento greco-romana. Tendo no pensamento de Agostinho uma segunda negação, que sintetiza as partes, trazendo deste modo uma nova forma de pensamento, que pode ser percebida nos traços da negação/conservação das suas concepções antropológica/temporal.

Perceber o legado e as marcas deixadas por parte das concepções da história ao longo do tempo, é de certo modo, buscar compreender de maneira um tanto profundo os elementos que formam o pensamento historiográfico, como também, as características que estão conservadas nas concepções históricas atuais, e que de certa forma, lhes dão sua própria identidade. Compreendendo assim, os fundamentos que dão sustentação para que se possa seguramente formular e construir o novo com o intuito de alçar outras percepções.

Neste sentido a ideia de história agostiniana se posiciona em um lugar de destaque, pois traz consigo o potencial que seu período histórico favorece: uma nova visão de mundo que o cristianismo proporciona. Isso, sem medidas, é um marco importante, pois vai caracterizar profundamente a mentalidade ocidental, construindo, assim, sua identidade e singularidade. De certo modo, muito se critica e se questiona atualmente se tal fato realmente pode ser considerado como uma contribuição. Neste aspecto, o que muitas vezes se perde de vista, em muitas destas críticas, é a própria singularidade dos períodos históricos, sua própria historicidade, onde cada concepção e cada pensador traz consigo os limites e potencialidades da sua época.

Com isso, deve-se buscar compreender cada apreensão dentro da sua realidade para, desta forma, identificar as características que permanecem, buscando conservar e reconhecendo suas contribuições com o intuito de explorar de forma consciente suas insuficiências, formulando assim o novo. Entender a ideia de história de Santo Agostinho é compreender uma percepção da história que reflete a identidade e realidade de um período histórico. É compreender um filósofo que posiciona-se como um representante legítimo da consciência histórica do seu tempo, trazendo consigo o germe do pensamento greco-romano negando/conservando suas características, proporcionando, deste modo, um pensamento novo que merece destaque e relevância na historiografia. Que, de maneira ainda um tanto tímida, buscou ser apreciada aqui.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO, Santo. **A Cidade de Deus (Contra os Pagãos)**. Trad. Oscar Paes Leme. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Federação Agostiniana Brasileira, 2014. [original latino: *De civitate Dei*]
- _____. Confissões; Do mestre. In: **Os pensadores**. 2. Ed. – São Paulo: Abril Cultural. 1980.
- ANDERSON, Perry. **Passagens da Antiguidade ao feudalismo**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador.** Rio de Janeiro: ed. Zahar, 2001.
- COLLINGWOOD, R. G. **A ideia de história.** Portugal: Editorial Presença, 2001.
- FUNARI, Pedro Paulo. **Grécia e Roma.** Editora Contexto: São Paulo, 2002.
- JAEGER, Werner. **Paidéia** a formação do homem grego. Trad. Artur M. Parreira. São Paulo:
Martins Fontes, 2001.
- KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura.** São Paulo: Ed. Martin Claret, 2004.
- REIS, José Carlos. **História da “Consciência Histórica” Ocidental Contemporânea: Hegel, Nietzsche, Ricoeur.** Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- RODRIGUES, Valter Ferreira. **O ensino de filosofia como experiência crítico-criativa do filosofar:** limites e possibilidades / Valter Ferreira Rodrigues.-- João Pessoa, 2014.
- VAZ, Henrique C. de Lima. **Antropologia Filosófica I.** São Paulo: Loyola, 2009.
- VEYNE, Paul. **Quando Nosso Mundo se tornou Cristão (312-394).** Rio de Janeiro: CAMPUS, 2007.



SESSÃO COORDENADA 04 - LITERATURA E HISTÓRIA

**COORDENADORES: JOEL CARLOS DE SOUZA ANDRADE,
FRANCINALDO BANDEIRA & JOACHIN DE MELO AZEVEDO
SOBRINHO NETO**

A REPRESENTAÇÃO DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL POR MACHADO DE ASSIS NO CONTO *PAI CONTRA MÃE*

Ferdinando de Oliveira Figueirêdo (UFCG)
Elri Bandeira de Sousa (UFCG)

RESUMO

O presente artigo objetiva analisar o conto *Pai contra mãe* (1906), de Machado de Assis (1839-1908), considerando a apropriação de alguns elementos históricos do contexto da escravidão no Brasil para a construção do texto ficcional em estudo. Machado de Assis insere em suas obras aspectos da sociedade brasileira do século XIX, apresentando o enredo como uma discussão desses aspectos. Assim, esse trabalho pretende discutir a leitura que esse conto nos apresenta da escravidão no Brasil, detendo-se no estudo do protagonista Cândido Neves e nas modalidades de ironia com que o conto se constrói ao mesmo tempo em que constrói uma visão crítica dessa questão histórica, com foco no século XIX, como sugere o conto. Utilizamos, como apoio teórico a este estudo, Antonio Cândido (2006), especialmente no que concerne às relações entre literatura e sociedade, as contribuições dos historiadores Conrad (1978) e Mattos (2004), no que diz respeito à história da escravatura no Brasil, Kothe (1987), para a apreciação do conceito de anti-herói, além de Muecke (1995), que define diversas modalidades de ironia.

PALAVRAS-CHAVE: Conto. História. Escravidão. Ironia.

INTRODUÇÃO

Um dos aspectos mais evidentes no estilo de Machado de Assis compreende a apropriação de elementos históricos imediatos e o tratamento irônico dado a esses elementos como base para a construção de suas obras.

Ao contrário de boa parte da literatura romântica, a obra desse autor prende-se ao aqui e agora do século XIX, especialmente a cidade do Rio de Janeiro, capital do Império. É o que Chalhoub (2003, p. 08) afirma, com outras palavras: a obra desse autor é um comentário sobre a sociedade brasileira no século XIX, e esse comentário põe em evidência aspectos importantes das estruturas sociais da época das composições.

O presente trabalho estuda o conto *Pai contra mãe* (1906), escrito cerca de dezessete anos após o fim da escravidão no Brasil, enfatizando o tratamento irônico dado pelo autor a certas práticas relacionadas à escravidão, instituição que vigora até o ano de 1888, e que se implantara ainda no Brasil Colônia, constituindo-se num dos alicerces de nossa formação social. Uma dessas práticas era a captura de escravos fujões. Outro tópico destacado por este estudo é a imagem do anti-herói, aqui representada pelo caçador de escravos, Cândido Neves, protagonista do enredo.

Trata-se, portanto, de análise de tópicos históricos e sociais assimilados pelo conto e, ao mesmo tempo, sua conversão em discurso literário.

MACHADO DE ASSIS: VIDA E OBRA

Joaquim Maria Machado de Assis, conhecido na literatura brasileira apenas como Machado de Assis, nasceu no Rio de Janeiro em 1839, e tornou-se um dos autores consagrados da literatura nacional. Após os estudos iniciais, assumiu vários empregos com o intuito de ajudar à família no seu sustento. Apesar das dificuldades, inseriu-se nos círculos literários, ao conhecer Paula Brito, e estréia um soneto em 1854, no *Periódico dos Pobres*.

Em 1858, começou a se dedicar com mais afinco à literatura, recebendo apoio de autores da época para continuar a escrever. Após um ano, atuou como revisor e colaborador no *Correio Mercantil*. Em 1869, casa-se com Carolina Xavier de Moraes e, após quatro anos, se torna oficial da Secretaria de Estado do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Devido a essa nova condição, começa a trabalhar na criação de suas próprias produções. Em dezembro de 1896, juntamente com outros escritores, funda a Academia Brasileira de Letras, tornando-se assim seu primeiro presidente. Em 1904, falece sua esposa e, em 29 de setembro de 1908, falece Machado de Assis, considerado, então, um dos maiores nomes da literatura brasileira.

Sua obra é vasta e se distribui por vários gêneros: os romances *Ressurreição* (1872), *A Mão e a Luva* (1874), *Helena* (1876), *Iaiá Garcia* (1878), *Memórias*

Póstumas de Brás Cubas (1881), *Quincas Borba* (1891), *Dom Casmurro* (1899), *Esaú e Jacó* (1904) e *Memorial de Aires* (1908); as coletâneas de contos nos livros *Contos Fluminenses* (1870), *Histórias da Meia-Noite* (1873), *Papeis Avulsos* (1882), *Várias Histórias* (1896), *Páginas Recolhidas* (1899) e outros; por fim, produções teatrais como *Desencantos* (1861), *Os Deuses de Casaca* (1866), *Tu Só tu, Puro Amor* (1881), além de poesia e crônica.

É comum que os críticos apresentem sua produção distribuída em dois momentos:

Duas fases têm sido apontadas, convencionalmente, na carreira de Machado de Assis, a romântica, que enfeixa os romances desde *Ressurreição* até *Iaiá Garcia*, portanto a criação literária entre 1870 e 1880; e a realista, após as *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Divisão esclarecedora, e de certo modo valorativa [...] (MOISÉS, 2001, p. 80).

Essa divisão corresponde às duas escolas literárias dominantes na literatura brasileira do século XIX: o Romantismo, movimento caracterizado pelo sentimento nacionalista e pela visão de mundo centrada especialmente no indivíduo; e o Realismo, que se iniciou justamente com a publicação das *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, e que se pauta pelo desvendamento, denúncia ou tratamento irônico da realidade, seja nos seus aspectos sociais, seja na caracterização psicológica das personagens.

Embora não se possa submeter a obra de Machado de Assis a classificações simplórias, em linhas gerais ela se pauta pelos procedimentos realistas, sobretudo a produção da segunda fase. Nos contos, por exemplo, o autor se apropria do cotidiano como matéria para a produção ficcional, e apresenta ao leitor narrativas que se concentram “ao redor do instante em que as personagens vivem o clímax em suas vidas” (MOISÉS, 2001, p. 100). Em outras palavras, o enredo se constrói sem idealização romântica e tem como eixo uma problemática que põe a nu a personagem e seu mundo imediato.

A escrita de Machado de Assis influenciou as produções de autores posteriores. Sua fortuna crítica cresceu não só no Brasil, mas no exterior, a exemplo de estudiosos como a professora americana Helen Caldwell (que estudou e traduziu *Dom Casmurro*), e o crítico inglês John Gledson (que se dedicou a produzir mais de um estudo sobre a obra do escritor brasileiro).

A ESCRAVIDÃO NO BRASIL, NO SÉCULO XIX

Quando se discorre sobre a escravidão no Brasil, muitos tópicos podem ser destacados no que diz respeito a esse aspecto da formação da nossa sociedade. O século XIX brasileiro, quase todo ele transcorrido sob o peso da escravidão, é o contexto de que se serve Machado de Assis para a composição do conto *Pai contra mãe*. Segundo Hebe Maria Mattos (2004, p. 13), “[...] o Brasil comportava não apenas uma das maiores populações escravas das Américas, mas também a maior população de descendentes livres de africanos do continente”, o que significa que a sociedade brasileira apresentava em si uma quantidade considerável de escravos a ponto de o Brasil ser visto como um dos países que mais usufruíam da prática escravista. No final do período colonial, por exemplo, o Brasil já contava com uma população de 3.500.000 habitantes, dos quais 40% eram escravos. Em algumas regiões do país, os escravos eram quase sempre em número maior que o das pessoas livres. Sobretudo nos grandes centros, sua mão de obra era utilizada em quase todas as atividades, desde a produção agrícola até o trabalho doméstico.

A propriedade de escravos, entretanto, não se limitava a uma pequena classe dominante. Apesar dos ricos fazendeiros terem sido sempre os donos da maioria dos escravos brasileiros, particularmente nos últimos anos, havia muitas pessoas pobres que viviam do trabalho de um ou mais cativos. Para muitas pessoas, os escravos eram a única fonte de renda. (CONRAD, 1978, p. 13)

Ademais, observamos que, no Brasil que vai da Colônia ao Império, embora ocorram outras formas de exploração da mão de obra, a escravidão era a forma dominante, de modo que a posse de escravos não era apenas um modo de fortalecer a economia, de garantir renda e capital, mas um tipo de bem que garantia a seu proprietário uma posição privilegiada na ordem social. Os escravos conferiam, portanto, *status* e distinção pessoal a seus proprietários. Mesmo com as leis que proibiam o tráfico, na primeira metade do século XIX, esta prática continuou, agora através do contrabando, que só veio a declinar na segunda metade do século.

O escravo era uma mercadoria cara, sobretudo quando passou a fazer efeito a Lei Eusébio de Queirós, de 1850, que proibia, com mais rigor, o tráfico negreiro. Por isso, tentar recuperar o escravo fujão era comum. Na imprensa da época, era freqüente o uso de anúncios classificados para a venda, aluguel de escravos, ou mesmo para a captura de fugitivos. Conrad (1978, p. 17) afirma que “o escravo era o servidor na casa

e na rua, a ama de leite dos filhos legítimos do dono e, em muitos casos, a mãe de seus filhos ilegítimos". Portanto, sua fuga causava grandes transtornos e prejuízo financeiro a seus proprietários.

Durante a década de 1880, os líderes do movimento abolicionista começaram a estabelecer suas metas. A respeito disso, se verifica que os objetivos dos revolucionários se limitavam “a uma aceitação da necessidade da libertação e a uma esperança de que o fim da escravatura trouxesse alguns benefícios imediatos para a totalidade da nação” (CONRAD, 1978, p. 191). A campanha ocorreu em diversos pontos do país, e o ato que declarou o fim da escravatura no Brasil e estabeleceu a liberdade de milhares de escravos foi aprovado pelo Senado e sancionado pela Princesa Isabel em 13 de maio de 1888. De acordo com Hebe Maria Mattos (2004, p. 59), “os últimos cativos que tiveram sua liberdade reconhecida pela Lei Áurea [...] não somavam mais que 700 mil almas entre milhões de afrodescendentes livres. Todavia, por conta dessa lei, a Princesa Isabel ficaria conhecida como a ‘redentora de uma raça’”.

Apesar do fim do sistema escravista, o debate ainda continuou em produções literárias como uma forma de criticar uma realidade que perdurou no Brasil durante séculos. A herança da escravidão, ainda hoje visível, ocupou a atenção de um escritor como Machado de Assis no conto em apreço, assim como em outras obras, embora não tenha se dedicado com mais afinco ao tema, segundo certo segmento da crítica literária.

PAI CONTRA MÃE: ABERTURA E ENREDO

A abertura do conto *Pai contra mãe* é uma descrição de alguns elementos relacionados ao período de escravidão no Brasil, desde instrumentos de tortura até o ofício de caçador dos escravos fujões. São cinco parágrafos iniciais, inteiramente descriptivos e dissertativos, sem que o narrador introduza a personagem e a história. Arturo Gouveia (2009, p. 32), discutindo as impertinências do conto machadiano e de outros autores consagrados frente aos limites das teorias ou das supostas teorias do conto, atenta, em nota de rodapé, para uma observação feita pela professora Wilma Martins Mendonça, em argüição em uma banca de mestrado: “segundo ela, esses parágrafos iniciais de ‘Pai contra mãe’ podem ser lidos como uma crítica radical de Machado de Assis à política dos republicanos, especialmente Rui Barbosa, responsável pela destruição de vários arquivos da escravidão”. Não conhecemos com detalhes o ponto de vista da citada professora, mas, diante de tal hipótese, podemos arriscar uma

afirmação: deparamo-nos, aqui, com a primeira ironia na construção do conto: a literatura, que é o espaço da ficção, documenta aquilo que o Estado e a História, em certa circunstância, negam.

O ofício de pegar escravos fugidos não seria nobre, conclui o irônico narrador no quinto parágrafo, mas era instrumento da força com que se mantinham a lei e a propriedade e só podia ser exercido por aquele que se sentisse “rijo” o suficiente para por “ordem à desordem” (ASSIS, 2000, p. 20).

Depois de tentar se fixar em várias profissões e sem a qualificação necessária para tais, Cândido Neves decide tentar a sorte nessa atividade.

Cândido se apaixona pela jovem Clara, que vivia com uma tia chamada Mônica, que trabalhava como costureira. O relacionamento entre os dois leva-os ao casamento e à constituição de uma família. Os três passam a morar juntos, mas, devido à condição de pobreza, motivada, sobretudo pela indefinição profissional do protagonista, tia Mônica era contrária a que o casal tivesse um filho. Esse passa a ser o eixo do conflito que move a trama do conto.

Com a gravidez de Clara avançando, a tia sugere que os pais entreguem a criança à Roda dos Enjeitados, um lugar de caridade que recebia recém-nascidos nessa condição. Todavia, Cândido e Clara, em princípio, resistem a tal recurso.

As dificuldades na vida do casal aumentam, ainda mais com a pressão imposta pelo proprietário da casa onde moravam, que exigia em pouco tempo o pagamento do aluguel que já estava atrasado em três meses. Para ajudar na situação, Mônica consegue alguns cômodos de favor na parte baixa de uma casa de uma conhecida sua. Persistindo em sua ideia, a tia convence o casal a tomar a difícil decisão de se desfazer da criação do filho.

A criança nasce e é do sexo masculino. Pouco depois, Cândido leva-a para a Roda dos Enjeitados. Quando estava a caminho, se depara com Arminda, uma escrava mulata que havia fugido e que Cândido procurava há bastante tempo. Caso a capturasse, receberia o valor de cem mil-reis em pagamento – conforme anunciado no jornal, quantia essa que o auxiliaria, temporariamente, no provimento das necessidades da família. Rapidamente, ele deixa a criança em uma farmácia cujo proprietário era seu conhecido e, logo em seguida, parte em busca da escrava.

A perseguição do protagonista a Arminda obtém sucesso. Ao alcançá-la, amarra-a e a leva a seu proprietário. Arminda revela a Cândido que está grávida e adverte que os castigos corporais a que seria submetida pelo seu senhor poderiam ter graves

consequências. Apesar dos apelos, Cândido não a escuta e a devolve a seu dono. A escrava luta para se livrar do destino, mas o seu esforço resulta no aborto da criança. Após o episódio, o conto se encerra com Cândido recebendo a recompensa, após o que apanha o filho que deixara na farmácia

O ANTI-HERÓI E A CONSTRUÇÃO IRÔNICA DO CONTO *PAI CONTRA MÃE*

A assimilação de um fator social por uma narrativa é bastante comum, de maneira que muitos escritores, ao compor um enredo, utilizam essa alternativa como uma forma de, através da ficção, propor uma visão acerca de determinado tema que se plasma na vida social. Para melhor captar de forma crítica essa interface entre o social e o estético, a criação e a representação do real, vale a pena atentar para o que nos diz Cândido:

Do ponto de vista metodológico, [...] o estudo da função histórico-literária de uma obra só adquire pleno significado quando referido intimamente à sua estrutura, superando-se deste modo o hiato frequentemente aberto entre a investigação histórica e as orientações estéticas (CANDIDO, 2006, p. 198).

Apesar de *Pai contra mãe* ter sido publicado, conforme já assinalamos, anos após a abolição, é curioso observar como Machado de Assis volta a esse tema, talvez de forma mais enfática que em obras anteriores, como se desejasse restabelecer a verdade dos fatos – daí a minúcia descritiva dos primeiros parágrafos – e escapar de possíveis críticas segundo as quais teria negligenciado, no conjunto de sua obra, a apreciação do cativeiro como tema literário. Além do conto aqui em estudo, e além de diversas obras em que a escravatura figura num segundo plano, vale lembrar pelo menos mais duas: o conto *O caso da vara* (os castigos sofridos pela negrinha Lucrécia) e o romance *Memórias póstumas de Brás Cubas* (particularmente a história do moleque Prudêncio). Nestas duas narrativas, a questão ganha algum relevo, embora sem a contundência e a centralidade temática com que é tratada em *Pai contra mãe*.

Os primeiros parágrafos do conto consistem, conforme já assinalamos, de uma descrição de meios e procedimentos repressivos, destacando-se ofícios e instrumentos como a máscara: “A máscara fazia perder o vício da embriaguez aos escravos, por lhes tapar a boca. Tinha só três buracos, dous pra ver, um para respirar, e era fechada atrás

da cabeça por um cadeado” (ASSIS, 2000, p. 19). Em seguida, outro objeto que visa tolher a liberdade é descrito:

O ferro ao pescoço era aplicado aos escravos fujões. Imaginai uma coleira grossa, com a haste grossa também à direita ou à esquerda, até ao alto da cabeça e fechada atrás com chave. Pesava, naturalmente, mas era menos castigo que sinal. Escravo que fugia assim, onde quer que andasse, mostrava um reincidente, e com pouco era pegado (ASSIS, 2000, p. 19).

O ofício de capturar escravos é descrito na sequência. Essa prática, muito comum entre homens livres das classes baixas em ambientes urbanos, justifica a apresentação do protagonista, Cândido Neves, homem pobre, sem profissão definida, que se dedica a ela como forma de garantir a sobrevivência da família.

Apesar das dificuldades financeiras, Cândido e Clara geram um filho em um momento em que o protagonista não estava obtendo sucesso na atividade de caçador de escravos. Sendo assim, surge a ideia de Mônica de abandonarem o filho na Roda dos Enjeitados, que era um mecanismo no qual o recém-nascido era exposto para, em seguida, ser acolhido por uma instituição de caridade. A famigerada Roda tinha o formato de tambor ou portinhola giratória, era embutida em uma parede, de maneira que quem colocava a criança nesse mecanismo não era visto pelo receptor. Parecia preparada para dissimular não só a atitude de quem ali abandonava o filho, mas o caráter de uma sociedade que reservava não só aos filhos de escravos um cruel destino.

A sociedade brasileira, até o ano de 1888, ano da Lei Áurea, repousava sobre o seguinte tripé: o latifundiário, o escravo e o homem livre. Cândido Neves era homem livre nessa ordem escravocrata. “Tinha um defeito grave esse homem, não agüentava emprego nem ofício, carecia de estabilidade; é o que ele chamava caiporismo” (op. cit., p. 20). Trata-se de personagem que não consegue se estabelecer em nenhuma atividade – tipografia, comércio, caixeiro, entre outras – por não ter paciência para aprender os ofícios a que tentava se dedicar. Tentar ganhar a vida recuperando escravos para seus senhores resultava não só dessa inaptidão para outros ofícios, mas da pobreza consequente e da necessidade de buscar meios de sobrevivência.

Numa sociedade de classes, certamente nenhum personagem é herói ou anti-herói unanimemente. Cândido, perante os segmentos dominantes da sociedade da época e perante os que pensam sob influência desses segmentos, seria uma espécie de benfeitor, embora atuasse mediante remuneração. Entretanto, do ponto de vista de Armênia e dos escravos em geral, afastar-se-ia, certamente, da figura do herói. Aqui,

vale lembrar que Cândido, além de devolver Arminda à escravidão, ainda contribui para a perda do seu filho. Desse ponto de vista, o personagem seria um anti-herói, a realizar tarefas contrárias à luta pela liberdade.

Conforme Carlos Reis e Ana Cristina M. Lopes (1988, p. 192), “a peculiaridade do *anti-herói* decorre de sua configuração psicológica, moral, social e econômica, normalmente traduzida em termos de desqualificação”. Ainda conforme esses autores, o anti-herói é atravessado por angústias e frustrações, “concentra em si os estigmas de épocas e sociedades que tendem a desagregar o indivíduo e a fazer dele o homem sem qualidades...”, encarna o processo de uma sociedade em crise e “os oprimidos e ofendidos por um sistema social cruel” (op. cit., p. 192-193). É especialmente no Naturalismo e Realismo que esse herói às avessas aparece sem as marcas de excepcionalidade que o caracterizavam no Romantismo. Sobre esse tipo de herói, Flávio Kothe destaca que “a vida aparece como um duro processo de engano e desilusões” (1987, p. 63).

A crueza com que age o protagonista na captura da escrava Arminda reforça o ponto de vista que o assimila ao anti-herói, conforme se vê no fragmento abaixo:

Arminda voltou-se sem cuidar malícia. Foi só quando ele, tendo tirado o pedaço de corda da algibeira, pegou dos braços da escrava, que ela comprehendeu e quis fugir. [...] Cândido Neves, com as mãos robustas, atava-lhe os pulsos e dizia que andasse. A escrava quis gritar, parece que chegou a soltar alguma voz mais alta que de costume, mas entendeu logo que ninguém viria libertá-la, ao contrário. Pediu então que a soltasse pelo amor de Deus (ASSIS, 2000, p. 26).

Cândido e Arminda representam, cada um a seu modo, o desejo de escapar da desgraça e proteger seus filhos do que mais já os aflige: respectivamente, a ameaça da fome e a perda da liberdade. Mas a vitória de um depende da derrota do outro. É esse impasse o que dá sentido ao título do conto *Pai contra mãe*: dois personagens que entram em conflito em busca de um mesmo fim.

A situação geral de Cândido nos leva a aproximá-lo, em alguns aspectos, do “pobre diabo”, definido por José Paulo Paes (1988, p. 39-40) como subcategoria do anti-herói, incontrável no conto e no romance. O “pobre diabo” situa-se especialmente no funcionalismo público mal pago, distinto do proletariado e do lumpemproletariado. É vocacionado para o fracasso e vive incidentes medíocres em si mesmos. Paes descreve-o, enfim, como personagem que “vive à beira do naufrágio econômico que ameaça tirá-

lo a todo instante à porta da fábrica ou ao desamparo da sarjeta, onde terá de abandonar os restos de seu orgulho de classe” (op. cit. p. 40).

Alguns desses traços do “pobre diabo” aparecem em Cândido Neves, embora este não seja funcionário público: era profissionalmente instável e orgulhoso. Em consequência disso, suas ações são uma sequência de pequenos fracassos – inclusive a última, a caça a Arminda, que é uma vitória aparente e circunstancial. A recuperação da escrava não o liberta da quase miséria em que se acha. Assim como Naziazeno Barbosa, protagonista de *Os ratos*, de Dionélio Machado, um dos exemplos de “pobre diabo” discutidos por José Paulo Paes, Cândido Neves parece obter uma vitória momentânea, o que indica que seus problemas persistem, pois se relacionam com sua caracterização fixa e sua condição social. As andanças de Cândido Neves à procura de escravos fujões se aproximam, estruturalmente, da *via crucis* de Naziazeno Barbosa: ambos, à beira da miséria, buscam recursos para salvar a vida do filho. Mas suas ações, medíocres em si mesmas, não são capazes de mudar nada, nem sua própria condição, nem o mundo ao redor.

Aqui não há, sequer como em D Quixote, a busca de um ideal. O “podre diabo” é ainda mais degradado. Desprovido de qualquer idealismo, luta, apenas, pela sobrevivência, realizando atos sem nenhuma grandeza épica. Embora Cândido Neves não seja propriamente um malvado, a condição de Arminda a torna mais elevada, do ponto de vista da ação, que seu perseguidor. Arminda luta solitariamente e sabe que está sozinha. Cândido Neves a detém, usando da força física e do amparo legal, que lhe permite por “ordem à desordem”, como ironicamente assinala o narrador.

Tratemos, agora, da forma como o narrador apresenta uma visão crítica dos eventos que narra.

A tão conhecida ironia de Machado de Assis também faz parte da construção desse conto. Através desse recurso estilístico, podemos deduzir o posicionamento do narrador frente ao tema da escravidão e, especialmente, ao tema da repressão às fugas. Há, a nosso ver, ironia em três situações: 1 – no discurso das personagens e do narrador; 2 – nos nomes das personagens e das ruas; 3 – no próprio evento.

Discutiremos, inicialmente, a forma de ironia que aparece nos discursos do narrador e das personagens. Esta seria a que D. C. Muecke (1995, p. 112-117) define como Ironia Verbal, que flagra, em especial, as intromissões realizadas pelo narrador. Nesse tipo de ironia, esteja o narrador opinando sobre a situação ou sobre a personagem,

o que importa, a nosso ver, é que ela se ocupa de apreciar tais objetos, introduzindo-se, de maneira sutil ou não, nas brechas da narrativa.

Logo nos primeiros parágrafos, o narrador discorre sobre a escravidão e formula, aqui, aquela que parece a mais obvia das ironias do conto: “há meio século, os escravos fugiam com freqüência. Eram muitos, e nem todos gostavam da escravidão. Sucedia ocasionalmente apanharem pancada, e nem todos gostavam de apanhar pancada” (ASSIS, 2010, p. 19). Chamam-nos a atenção o emprego do verbo “gostar” e do advérbio “ocasionalmente”. Se muitos fugiam, seriam mesmo ocasionais as fugas e havia mesmo os que gostassem da escravidão? Essa não é a única intrusão do narrador. Já nos referimos, acima, à expressão “ordem à desordem”, que encerra o quinto parágrafo do conto. Vale citar uma que ocorre no primeiro parágrafo: diz o narrador que a máscara tinha por função combater o vício da embriaguez. Não contente com essa informação objetiva, o narrador interfere e opina: sem beber, os escravos não furtavam os vinténs do senhor. Assim, extinguiam-se dois vícios – o alcoolismo e o furto – e são salvas duas virtudes: a sobriedade e a honestidade. Acrescenta que “era grotesca tal máscara, mas a ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel” (op. cit., p. 19). Nada mais irônico que se referir a um regime social chamando-o de “ordem”, mas atentando para o fato de que essa mesma ordem só se mantém por meio do grotesco e do cruel. Por fim, mais um exemplo de ironia levada a efeito pelo narrador, embora pudéssemos relacionar tantos outros: “um dia, porém, deu sinal de si a criança; varão ou fêmea, era o fruto abençoado que viria trazer ao casal a suspirada ventura” (op. cit., p. 21). No decorrer da leitura, no entanto, constatamos que o nascimento daquele filho haveria de trazer mais desventuras, dadas as condições de miserabilidade daquela família.

Soa irônica a forma como Clara encara o futuro de seu filho: “Nossa Senhora nos dará de comer” e “Deus nos há de ajudar” (op. cit., p. 21), era o que dizia Clara frente às preocupações da tia Mônica. “Deus não me abandona, e preto fugido sabe que comigo não brinca; quase nenhum resiste, muitos entregam-se logo” (op. cit., p. 22), é o que responde Cândido Neves frente às preocupações da mesma tia Mônica. Embora possamos denominar tais discursos de Ironia Verbal, não se trata, porém, de ironias pronunciadas conscientemente pelas personagens. São discursos que resultam irônicos quando tomados como parte de um contexto maior, o contexto dos eventos narrados. Em outras palavras, as personagens não pronunciam ironias; vivem ironias. Como

entender que Deus e Nossa Senhora dariam alívio ao casal com o sacrifício de Arminda e seu filho?

O segundo tipo de ironia se verifica nos nomes de alguns personagens e de ruas por onde se desenrolam as ações. Recorremos, novamente, a Muecke (op. cit., p. 109), para tentarmos aproximações. Há algo, aqui, da Ironia Autotraidora. Cândido Neves, em família, é tratado por Candinho. Os dois vocábulos que formam o nome do personagem sugerem pureza e leveza, qualidades essas que não parecem as mais imprescindíveis a um caçador de escravos. Namora e casa-se com Clara. O nome da moça – que dependia de uma tia para sobreviver – parece reforçar a construção irônica do nome do noivo. O narrador chega a chamar a atenção para a possibilidade de trocadilhos que esses nomes ofereciam, dado o humor da família – tia, sobrinha e esposo – que passaram a morar juntos: “a alegria era comum aos três. O casal ria a propósito de tudo. Os mesmos nomes eram objeto de trocados, Clara, Neves, Cândido; não davam que comer, mas davam que rir, e o riso digeria-se sem esforço” (ASSIS, 2000, p. 21). Observemos que, além da ironia dos nomes, aparece, mais uma vez, a cortante ironia do narrador, que contrapõe riso e dificuldade de sobrevivência.

Passemos às ironias implicadas nos nomes das ruas. Enquanto conduzia o filho recém-nascido até a Roda dos Enjeitados, Cândido Neves passa pela Rua da Guarda Velha e pelo Largo da Ajuda, em cujas proximidades depara-se com Arminda e a alcança na rua S. José. Todos esses nomes de rua parecem indicar não uma situação de perseguição, mas de apaziguamento. É justamente nesse percurso que a escrava encontra de volta a escravidão, que perde a liberdade que fora tão breve. Ante os apelos de Arminda, Cândido Neves a repreende com palavras que muito bem poderiam servir a ele próprio: “– Você é que tem culpa. Quem lhe manda fazer filhos e fugir depois?” (op. cit., p. 27). E a arrasta pelas ruas do Ourives e da Alfândega, nomes que sugerem relações comerciais.

As ironias verificadas nos nomes de pessoas e das ruas são sutis e dependem do contexto. Sendo a ironia uma figura que diz o contrário do que parece afirmar, seu efeito aparece, claramente, no confronto entre os nomes e as ações.

O terceiro tipo de ironia aqui apontado é o que se dá no próprio evento. A captura de Arminda, que estava grávida, seguida de aborto, parece ser a condição para que o filho de Cândido Neves e Clara sobreviva em casa dos pais, numa sociedade radicalmente excludente. A frase final, atribuída pelo narrador ao protagonista, parece coroar a sequência de ironias com que o conto se constrói: “– Nem todas as crianças

vingam” (ASSIS, 2000, p. 27). Antes, porém, o apelo de Arminda é significativo. Está no discurso da personagem, mas resume a estrutura irônica do conto: “estou grávida, meu senhor. Se Vossa Senhoria tem algum filho, peço-lhe por amor dele que me solte...” (op. cit., p. 26).

A vitória de Cândido é circunstancial, enquanto a derrota da escrava é definitiva. Não se pode deduzir, seguindo Muecke (op. cit., p. 108-109) em seu comentário a Lukács, que aqui, também, o herói comprehende que realizou algo totalmente diferente do que pretendia. A nosso ver, a mais significativa das ironias é a que está no próprio enredo do conto. Se, por um lado, Cândido é responsável por seus atos, por outro as condições sociais concretas reduzem drasticamente as alternativas. “Nem todas as crianças vingam” é a sentença que descreve a ironia estrutural do conto, que não está apenas no plano da fala da personagem nem só no posicionamento do narrador, mas na força das circunstâncias sociais e históricas, que são mais fortes. Frente a elas, sucumbem heróis e anti-heróis. Pelo menos é o que nos sugere, de algum modo, a narrativa de pendor realista.

Pai contra mãe, sem empregar linguagem panfletária, sem recomendação moralizante, nos oferece uma denúncia contundente da sociedade escravista e de seus métodos de perpetuação institucional.

CONCLUSÃO

A análise que ora realizamos procura evidenciar o modo como a ficção machadiana se apropria de um aspecto da história do Brasil das últimas décadas do século XIX, qual seja, a instituição da escravidão e seus métodos de perpetuação. O conto *Pai contra mãe* adota um procedimento comum à tradição literária – a escolha de aspectos da realidade social e histórica para a construção de um enredo ficcional. Essa escolha não resulta, porém, em recriação fiel do real, pois se submete ao critério artístico. O fazer literário se dá na construção de personagens e no viés irônico com que a temática é tratada.

Dessa forma, é importante ressaltar que, ao compor o conto em análise, Machado oferece uma visão do tema e cria condições para que o leitor faça uma reflexão sobre as práticas escravistas, entre elas a captura de escravos. Por esse viés, podemos constatar uma das funções da literatura: mesmo o plano da ficção serve à

reflexão sobre a História e sobre as relações humanas, sobretudo em uma sociedade de classes e, no caso, escravista.

A análise do conto desenvolvida neste artigo constrói-se com o reconhecimento da incorporação e transfiguração de traços da História do Brasil por parte da obra, o que pode ser estendido ao estudo de outros contos e romances de Machado de Assis.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, Machado de. **Pai contra mãe**. In: MORICONI, Ítalo. **Os melhores contos brasileiros de todos os tempos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ediouro Publicações, 2000.
- CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis Historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- CANDIDO, Antônio. **Literatura e Sociedade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.
- CANDIDO, Antônio. **Vários Escritos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.
- CONRAD, Robert. **Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil: 1850-1888**. Tradução de Fernando de Castro Ferro. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- KOTHE, Flávio R. **O herói**. Série princípios. 2. ed. São Paulo: 1987
- MATTOS, Hebe Maria. **Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- MOISÉS, Massaud. **História da Literatura Brasileira: Realismo e Simbolismo**, v. 2. 5. ed. São Paulo: Cultrix, 2001.
- MUECKE, D. C. **Ironia e o irônico**. Trad. Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- PAES, José Paulo. **O pobre diabo no Romance Brasileiro**. Novos Estudos, São Paulo, n. 20, p.38-53, mar. 1988.
- REIS, Carlos; M. LOPES, Ana Cristina. **Dicionário de teoria da narrativa**. São Paulo: Ática, 1988.

HISTÓRIA, LITERATURA E REPRESENTAÇÕES NO “ROMANCE DE AÇÚCAR” DE JOSÉ LINS DO REGO

Maria Thaize dos Ramos Lira¹

Orientador: Francisco Firmino Sales Neto²

RESUMO

O romance de 1930 torna-se emblemático por enfatizar a realidade nordestina, no qual vários intelectuais vão narrar situações de seu cotidiano, atendo-se a elementos característicos da sua região. Dentre os romancistas deste período, José Lins do Rego (1901-1957) destacou-se por retratar aspectos da sociedade açucareira nordestina, em particular a decadência dos engenhos e a ascensão da usina. A presente pesquisa tem por objetivo problematizar o romance de José Lins do Rego, publicado na década de 1930, na expectativa de perceber na obra Menino de Engenho, obra que compõem o “Ciclo da cana-de-açúcar”, característico por narrar eventos memorialísticos, as representações de Nordeste. Fundamentando teoricamente, faremos uso do conceito de representação proposto por Roger Chartier.

PALAVRAS-CHAVE: Romance de 1930. José Lins do Rego. Representação.

O objetivo deste trabalho é compreender como o romancista paraibano José Lins do Rego (1901-1957) representou o Nordeste em suas obras, particularmente no romance Menino de Engenho (1932), analisando o caráter narrativo, memorialista e regionalista de seus escritos.

O interesse por discutir a relação entre história e literatura surgiu no decorrer da graduação por conta de inquietações provocadas a partir das disciplinas, provocando-me a levar esta discussão para o trabalho de conclusão de curso. Vários literários me vinham à mente, notadamente aqueles voltados para o chamado regionalismo literário. Neste sentido, já conhecia alguns romances de José Lins do Rego e foi então que decidi pesquisar alguns aspectos de sua produção.

Sendo assim, com o desejo de contribuir para o debate atualmente travado no campo da história a respeito das suas interfaces com a literatura, este trabalho consiste num exercício de problematização e utilização da literatura como fonte histórica. Particularmente, esta pesquisa problematiza os escritos de Lins do Rego, atentando para o fato de que se apresentam como produtos sociais, historicamente localizados, que representam importantes testemunhos da sociedade em que se situam e que se

¹ Mestranda pelo Programa de Pós- Graduação em História: História Social da Cultura Regional pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: thaize_ramosjp@hotmail.com.

² Professor Adjunto na Universidade Federal de Campina Grande (Centro de Formação de Professores, Cajazeiras - Paraíba). Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2013). E-mail: nassausiegen@yahoo.com.br.

relacionam com o mundo intelectual de seu tempo, no caso os romancistas de 1930.

A escrita da história, assim como a de um texto em moldes literários, passa pela tessitura de um fio que deve unir os acontecimentos, até mesmo aqueles que num primeiro momento parecem distantes, a fim de lhes conferir uma significação. No debate entre história e literatura, as narrativas ditas ficcionais possuem a vida como referência. Por isso, ao construírem, tecerem e elaborarem novas versões sobre o real, apresentam possibilidades de leitura dos mais variados aspectos referentes a uma determinada época. Sobre isso, assim expressou Pesavento:

O mundo da ficção literária – este mundo verdadeiro das coisas de mentira – dá acesso para nós historiadores, às sensibilidades e às formas de ver a realidade de um outro tempo, fornecendo pistas e traços daquilo que poderia ter sido ou acontecido no passado e que os historiadores buscam. Isto implicaria não mais em buscar o fato em si, o documento entendido na sua dimensão tradicional, na sua concretude de “real acontecido”, mas de resgatar possibilidades verossímeis que expressam como as pessoas agiam, pensavam, o que temiam, o que desejavam (PESAVENTO, 2006, p. 6).

Dessa maneira, as aproximações e distanciamentos entre História e Literatura não podem restringir-se apenas ao debate entre realidade versus ficção ou em outros termos ciência versus arte. É conveniente também pensar as possíveis formas de apreensão da realidade que são constituídas, levando-se em conta as possíveis diferenças entre ambas e delimitando os saberes que são produzidos.

No âmago das produções que visam apresentar relações entre a História e a Literatura, Albuquerque Júnior (2007) vai estabelecer discussões acerca da relação entre História e Literatura, a partir da possibilidade de se pensar uma articulação entre ambas. Desta forma não se propõem fazer uma distinção entre História e Literatura, pois,

Talvez a diferença entre a História e a Literatura seja mesmo uma questão de gênero. Não apenas de gênero discursivo, pois pertencem as ordens diversas do discurso, seguem regras e formas diferenciadas; mas o gênero no sentido de que o discurso historiográfico pertenceria ao que na cultura ocidental moderna se define como sendo o masculino, enquanto a Literatura estaria colocada ao lado do que se define como sendo o feminino (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 49).

O interesse dos historiadores por traços do cotidiano e pelos imaginários sociais coloca em questão o estatuto teórico da disciplina História. Burke (2013, p. 3) atenta que foi o “desejo de uma história com uma face humana, em reação contra a macro-história, a história quantitativa e o determinismo, que atirou os historiadores nos braços

dos romancistas”. É possível considerar a Literatura e a História como versões possíveis da recriação do “real”. Sendo assim, podemos pensar a Literatura como um “mundo reconstruído” pelas palavras e representações que o autor faz a partir da sua “operação literária” historicamente situada.

Com efeito, é no interior desse debate que se inscreve este trabalho, cujo objetivo central é analisar a escrita de José Lins do Rego em uma interface que aproxima a História e a Literatura no Brasil, em inícios do século XX.

O Brasil vivenciou na década de 1920 duas importantes manifestações literárias que tem sido preocupações constantes dos historiadores: o modernismo e o regionalismo. O José Lins do Rego, objeto de minhas preocupações acadêmicas, adotou as propostas do regionalismo, enfatizando os aspectos memorialísticos do período no qual passou no engenho do seu avô. O que deu notoriedade para que seus escritos tenham como cenário a decadência da sociedade açucareira.

Para dar suporte bibliográfico ao entendimento da vida desse sujeito e da sociedade em que viveu, utilizaremos, dentre outros, os seguintes autores: Castello (1961), quando apresenta a trajetória intelectual de José Lins do Rego; Oliveira (1997), ao tratar da construção da ideia de decadência do patriarcado rural nas primeiras décadas da República; Albuquerque Junior (2006), tratando da institucionalização da ideia de invenção do Nordeste; Arrais (2006), quando propõe a leitura do Recife como uma “capital da saudade”.

A produção literária de José Lins do Rego foi dividida por ele e pela crítica literária em ciclos. Inicialmente, tivemos os romances do “Ciclo da cana-de-açúcar” que é composto pelos livros que retratam a rememoração de sua juventude nos engenhos nordestinos. Temos como obras Menino de Engenho (1932); Doidinho (1933); Banguê (1934); O Moleque Ricardo (1935); Usina (1936). Em seguida, tivemos o “Ciclo do cangaço, misticismo e seca”, característico por narrar aspectos de um outro Nordeste, aquele da caatinga, com seus heróis e santos fora da lei. As obras que compõe este ciclo são: Pedra Bonita (1938) e Cangaceiros (1953). Por fim, tivemos o ciclo das “Obras independentes” que apresentam temas diferentes, com lutas prioritárias, lirismo erótico e memorialismo. As obras são: O Moleque Ricardo (1934); Pureza (1937); Riacho Doce (1939); Água Mãe (1941); Eurídice (1947) e Meus Verdes Anos (1956).

Desta forma, iremos nos deter ao “Ciclo da cana-de-açúcar”, particularmente, Menino de Engenho (1932), por apresentar como se deu, no Nordeste açucareiro, a decadência do engenho, seria a representação literária da percepção daquele “menino de

engenho” que vivenciou essa mudança social no tempo. Não se trata de apresentar um Nordeste “perdido”, mas de atribuir sentidos à região e à tradição gerada no interior dos engenhos de cana-de-açúcar. Portanto, busco perceber como José Lins (re)apresenta o Nordeste; como ele, enquanto romancista, se vê participando de um sentimento de perda das referências espaciais e, com isso, passa a escrever sobre a saudade de um Nordeste interiorizado e remetido a sua infância e adolescência nos engenhos.

Situamos esta pesquisa no campo da História Cultural, em especial, nas articulações entre práticas e representações. A representação assume um dos papéis essenciais da história cultural, na qual “tem como objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p. 17).

Isso significa dizer que nosso aporte teórico baseia-se nas discussões de Roger Chartier (1990 e 2002) acerca da representação. Importante destacar que Chartier confere à representação do mundo social um “diagnóstico fundado na razão, [e que] são sempre determinados pelos interesses dos grupos que os forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza” (CHARTIER, 1990, p. 17).

Vemos que a representação não é um elemento neutro, sem intenções, mas que busca apresentar a percepção de mundo em um determinado grupo, que elabora as suas estratégias e que impõe sua autoridade. Assim, o ato de representar passa pela ideia de “descrever a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que ela fosse” (CHARTIER, 1990, p. 19).

Pensando o conceito de representação neste trabalho, entendemos que José Lins do Rego apresenta a sua ideia de Nordeste como reação às mudanças que poderiam afetar o seu espaço de conforto. Um descendente do patriarcado açucareiro que resolveu narrar acontecimentos importantes da sua juventude, mas que não deixa de demonstrar a sua saudade, a sua memória e o seu interesse para que aquele mundo não se perca, que as tradições não sejam esquecidas. A representação de uma saudade.

Mas como se deve trabalhar a literatura na pesquisa histórica? De acordo com Ferreira (2009), cabe ao historiador refletir sobre o que é literatura; estar atento às várias formas literárias no decorrer do tempo e às circunstâncias em que foram construídas e perpetuadas; não estabelecer valores de juízo estético, pois não lhe cabe eleger entre os clássicos, populares ou malditos; cabe questionar o público a que o texto literário se destina e o papel que desempenha nas condições culturais e sociais de sua época.

Recomenda, ainda, que não se deva ficar preso unicamente ao texto literário, deve-se confrontá-lo com outras fontes que permitam uma contextualização da obra para percebê-lo na relação com outros textos coetâneos e, logo, entender suas variadas inserções e construções sociais. Vejamos no dizer de Ferreira,

O historiador deve ficar atento ao considerar os movimentos literários e as vanguardas artísticas que, ao legarem sua própria memória e versão dos embates culturais, promovem a auto consagração e criam marcos periodizadores estanques na história da literatura, subordinando seus significados históricos a uma visão unilateral. É nossa tarefa colocá-los à prova (FERREIRA, 2009, p. 75).

Nesses termos, metodologicamente falando, analisaremos o livro Menino de Engenho, destacando quais representações de Nordeste podem ser identificadas na obra de José Lins do Rego. Para melhor apresentar nosso trabalho, ele foi dividido em três capítulos.

No primeiro capítulo, intitulado “José Lins do Rego: vida e formação consiste em refletir sobre a vida e a formação de José Lins do Rego. Buscamos demonstrar a importância que a cidade do Recife teve na sua formação, a constituição de suas redes de amizade e a sua ida para a cidade de Maceió, onde aconteceu a sua efetivação como romancista do chamado romance de 1930. Nossa principal inquietação neste capítulo é perceber como se deu a formação de um intelectual nordestino a partir do seu lugar social³, mais particularmente um sujeito que percebia os seus alicerces serem substituídos pelo advento da modernidade. Um menino que habitou o interior dos engenhos nordestinos e, a partir desse fato, atribuiu a si a tarefa de, juntamente com outros intelectuais, constituir tradições para a região.

Buscamos compreender o período da vida de José Lins do Rego que circunda até a década de 1930. Para tanto, como tratamos com aspectos biográficos, não podemos esquecer que o seu lugar social está relacionado a produção de uma “escrita de si”, conceito trabalhando por Gomes (2002,) ou seja, muitos dos escritos de José Lins do Rego se referem a suas próprias rememorações da infância e juventude. Foi deste lugar que ele se construiu enquanto um intelectual nordestino.

³ Pensamos o lugar social a partir das reflexões de Michel de Certeau (2000) quando nos aponta que o lugar social é construído historicamente e funciona ao mesmo tempo como uma possibilidade e como uma limitação, posto que é através dele que uma narrativa é pensada, construída e torna-se conhecida. Desta maneira, “toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar social de produção socioeconômico, político e cultural” (CERTEAU, 2000, p. 66). Assim, o lugar social de José Lins do Rego é o de neto de senhor de engenho, herdeiro da sociedade patriarcal que corrobora em seus escritos para a ideia de decadência.

No segundo capítulo, intitulado “Os anos 1920 e 1930”, refletimos sobre as condições de possibilidade que permitiram o romance regionalista ganhar a conotação de denúncia social. Assim sendo, apresentaremos os principais acontecimentos que marcaram os anos de 1920 e o início dos anos de 1930, que contribuíram para as manifestações artísticas e para a tomada de consciência por parte dos intelectuais em relação à necessidade de apresentarem em seus escritos as condições sociais, políticas, econômicas e culturais de suas regiões. Naqueles anos, o cenário nacional vivenciava ainda uma reordenação dos muitos aspectos da vida política e econômica do Brasil, ocasionado pela crise do poder oligárquico na década de 1920, pela crise da produção cafeeira em 1929 e pela chamada “revolução de 1930”.

O ano de 1922, aglutinou uma sucessão de eventos que alteraram de maneira significativa o cenário político e cultural brasileiro. A Semana de Arte Moderna, a criação do Partido Comunista Brasileiro, o movimento tenentista, a criação do Centro Dom Vital, a comemoração do centenário da Independência e a própria sucessão presidencial de 1922 foram elementos importantes dos novos rumos que estavam se aproximando, apontando para as questões culturais e políticas da Primeira República.

E por fim, no terceiro capítulo, “As representações de Nordeste açucareiro”, voltamos nossa atenção para a análise dos escritos de José Lins do Rego, particularmente aqueles que foram produzidos junto ao Romance de 1930 e, notadamente, com ênfase nos engenhos nordestinos. Em especial, iremos nos deter na reflexão acerca das formas como José Lins apresentou e representou o Nordeste açucareiro no livro *Menino de engenho* (1932).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisamos neste trabalho como José Lins do Rego representou o Nordeste em sua obra Menino de Engenho. Partimos do pressuposto de que o romancista paraibano dedicou parte de sua produção literária ao mundo do engenho. Após as discussões, podemos concluir que a formação do intelectual José Lins do Rego foi marcada por muitas redes de amizade, polêmicas, envolvimento na imprensa e pelo pensamento voltado para o regionalismo literário.

A trajetória de José Lins do Rego foi marcada por sua participação em periódicos regionais, fato que o tornou conhecido nos meios da imprensa. A sua opção por não se dedicar exclusivamente às letras Jurídicas, uma vez que se formara em

Ciências Jurídicas, propiciou que tivesse contato com vários outros tipos de escrita: ao mesmo tempo, havia um cronista, um romancista e um crítico literário.

A cidade do Recife foi o local onde José Lins do Rego começou a se formar intelectualmente. Estudou na Faculdade de Direito da cidade, estabeleceu laços de amizade com Osório Borba, José Américo de Almeida e Gilberto Freyre dentre outros; teve contato com as ideias do Movimento Regionalista e Tradicionalista e passou a divulgar a ideia de revalorização das tradições.

As manifestações literárias, culturais, sociais e políticas dos anos 1920 ocasionaram a revalorização dos elementos regionais, das tradições, daquilo que caracterizava cada região. No Nordeste, a presença de vários intelectuais provocou uma escrita cheia de sentimentos regionais e em José Lins do Rego, foi o medo da perda do seu espaço, que contribuiu para a que seus romances fossem marcados pela saudade e pelas memórias. Recife foi o ambiente em que José Lins do Rego viveu a efervescência das manifestações literárias.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes.** 2. ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana; São Paulo: Cortez. 2011.
- _____. De amadores à Desapaixonados: eruditos e intelectuais como distintas figuras de sujeito do conhecimento no Ocidente. **Trajetos**, Fortaleza, v. 03, n. 06. p. 43-66, 2005.
- _____. História e Literatura. In: _____. **História a arte de inventar o passado**. Ensaios de teoria da história. Bauru: Edusc, 2007. p.19-97.
- _____. **Nos destinos de fronteira**: história, espaços e identidade regional. Recife: Bagaço, 2008.
- _____. **Nordestino**: uma invenção do “falo” - uma história do gênero masculino (1920-1940). 2. ed. São Paulo: Intermeios, 2013.
- ARRAIS, Raimundo. **A capital da saudade**: destruição e reconstrução de Recife em Freyre, Bandeira, Cardoso e Austregésilo. Recife: Bagaço, 2006.
- ARIAS NETO, José Miguel. Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. In: FERREIRA Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano**: o tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República à Revolução de 1930. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 191-228.
- AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. **Modernismo e regionalismo**: os anos 20 em Pernambuco. 2. ed. João Pessoa: Ed. da UFPB, 1984.
- BARROS, Souza. **A década 20 em Pernambuco**: uma interpretação. Rio de Janeiro: Graf. Ed. Acadêmica, 1972.

- BORDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). **Usos e abusos da história oral.** 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 181-191.
- BUENO, Luís. **Uma história do Romance de 30.** São Paulo: Editora da USP; Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.
- CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: Uma discussão conceitual. In: **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, nº 2, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-25811997000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08. mar. 2015.
- CASTELLO, José Aderaldo. **José Lins do Rego:** modernismo e regionalismo. São Paulo: Edart, 1961.
- CEBALLOS, Rodrigo. **Os “maus costumes” nordestinos:** invenção e crise da identidade masculina no Recife (1910-1930). 2003. 142f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2003.
- CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: _____. **A escrita da história.** 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. 65-109.
- CHAGURI, Mariana Miggiolaro. **Do Recife nos anos 20 ao Rio de Janeiro nos anos 30:** José Lins do Rego, regionalismo e tradicionalismo. 2007. 211f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1990.
- _____. **As escritas do lugar.** Regiões e regionalismos em José Lins do Rego e Érico Veríssimo. 2012. 394f. Tese (Doutorado em Sociologia). - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2012.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural:** entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- _____. **À beira da falésia:** a história entre incertezas e inquietações. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.
- COELHO, Elisa Domingues. **O romance secundário no decênio de 30.** 2010. 62f. Monografia. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2010.
- CORDEIRO, Maria de Fátima. **Pelos olhos do menino de engenho: os personagens negros na obra de José Lins do Rego.** 2010. 129f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2010.
- CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira: notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil. In: CORRÊA, M. (Org.). **Colcha de retalhos:** estudos sobre a família no Brasil. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- DECCA, Edgar Salvadori de. **1930:** o silêncio dos vencidos: memória, história e revolução. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.
- FERREIRA, Antônio Celso. Literatura a fonte fecunda. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina (Orgs.). **O historiador e suas fontes.** São Paulo: Contexto, 2009. p. 61-91.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. PINTO, Surama Conde de Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano:** o tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República à Revolução de 1930. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 387-416.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; SARMENTO, Carlos Eduardo. A República brasileira: pactos e rupturas. In: GOMES, Ângela de Castro; PALDOLF, Dulce Chaves;

- ALBERTI, Verena (Orgs.). **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC, 2002.
- FORTUNATO, Maria Lucinete. **Coronelismo e a imagem do coronel**: de símbolo a simulacro do poder local. 2000. 227f. Tese (Doutorado em História social) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, São Paulo, 2000.
- FORTUNATO, Maria Lucinete. ANDRADE, Raquel Thomaz de. Narração histórica, narração literária: uma aproximação possível. **Saeculum - Revista de História**. João Pessoa, jan./ jun. 2009. p. 111-118.
- FREIRE, Diego José Fernandes. **Contando o passado, tecendo a saudade**: a construção simbólica do engenho açucareiro em José Lins do Rego (1919-1943). 2014. 316f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-Graduação em História, Natal, 2014.
- FREYRE, Gilberto. **O manifesto regionalista**. Recife: INPJN, 1976.
- _____. **Nordeste**: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. 7.ed. São Paulo: Global, 2004.
- GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de um prólogo. In: ____ (Org.). **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004. p. 7-23.
- HOBSBAWM, Eric. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBSBAWM, Eric; TERENCE, Ranger (Orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p. 9-23.
- LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In: FERREIRA Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano**: o tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República à Revolução de 1930. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 313-349.
- MICELI, Sérgio. **Poder, sexo e letras na República Velha**. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- NASCIMENTO, Luiz do. **História da imprensa de Pernambuco**. Recife: Imprensa Ed. Universitária, 1967. v. 3.
- OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. **Gritos de vida e de morte**: A construção da ideia de decadência do patriarcado rural nos discursos da primeira República. Dissertação (Mestrado em História) 1997. 155f – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 1997.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & Literatura: uma velha-nova história. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos, (Online) Debates**, Paris, 2006. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/1560>>. Acesso em: 21 nov. 2011.
- PONTES, Maria das Neves Alcântara de. O engenho e o menino de engenho de José Lins do Rego: perspectiva sócio-linguístico-cultural. **Graphos**, João Pessoa, dez. 2000, p. 81-94.
- RIBEIRO, Marília Andrés. O modernismo brasileiro: arte e política. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 9, n. 14, p. 115-125, jan./jun. 2007.
- SANTOS, Gladson de Oliveira. **José Lins do Rego e a modernização da economia açucareira nordestina**. 2010. 115f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Departamento de Ciências Sociais, Natal, 2010.
- SOARES, Valter Guimaraes. **História & literatura**: é possível sambar? Disponível em: <http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh_II/valter_guimaraes_soares.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2013.

SOUSA, Elri Bandeira. **Fogo Morto:** uma tragédia em três atos. 2010. 171f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Letras, Campina Grande, 2010.

SILVA, Simone. A “roda de Maceió” e o projeto regionalista: uma perspectiva etnográfica das disputas corridas no mundo do livro dos anos 1930. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 42, n. 2, jul./dez, 2011, p. 91 – 107.

VELLOSO, Mônica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs). **O Brasil Republicano:** o tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República à Revolução de 1930. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011a. p. 351-385.

_____. Os intelectuais e a política do Estado Novo. In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano:** o tempo do nacional-estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b. p. 147-177.

VIVIANE, Fabrícia Carla. **A trajetória política tenentista enquanto processo:** do Forte de Copacabana ao Clube 3 de Outubro (1922-1932). 2009. 202f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-graduação em Ciência Política, São Paulo, 2009.

THE IMPORTANCE OF BEING EARNEST: UMA CRÍTICA A SOCIEDADE VITORIANA

Alyne Ferreira de Araújo¹
Francisco Edson de Freitas Lopes²

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar a subversão dos valores cultuados na Inglaterra durante a Era vitoriana, período em que o país estava sob o governo da Rainha Vitória, através da notável obra *The importance of being earnest*, escrita em 1895, por um dos mais importantes escritores da época, Oscar Wilde (1845 – 1900). Para tanto, é necessário estabelecer uma relação entre texto e contexto, ou seja, observar o elo existente entre a obra e o seu contexto histórico. Em sua obra, Wilde ridiculariza, com sutileza e humor, a moral e os bons costumes vitorianos, fazendo uma crítica aos valores da época. Superficialidade e hipocrisia são constantes na Inglaterra vitoriana e a obra denuncia isso. Em suma, o enredo da peça gira em torno de dois casais, duas jovens moças que são apaixonadas por um ideal, casar com um homem chamado Ernest, e dois rapazes que usam o codinome Ernest, para atingir seus objetivos. Marcada por ironia, paradoxos e situações cômicas, *The importance of being earnest* (1895) tornou-se um cânone da Literatura Inglesa e universal, bem como um dos mais melhores trabalhos do autor. Nesse contexto, será analisada nesse artigo, a forma como Wilde critica a sociedade vitoriana, o comportamento dos personagens, ressaltando também a ironia e os paradoxos, jogos de palavras e o tom usados no texto.

PALAVRAS-CHAVE: Sociedade Vitoriana. Literatura. Ernest.

O objetivo deste trabalho é analisar uma das mais importantes peças da literatura inglesa *The importance of being earnest* (*A importância de ser prudente*), escrita em 1895, por um dos mais populares e brilhantes escritores da época, Oscar Wilde (1845 – 1900). Wilde foi um grande dramaturgo, ensaísta, poeta e novelista de origem irlandesa. Alguns de seus trabalhos se tornaram clássicos da literatura inglesa, a exemplo de *O Retrato de Dorian Gray* (1890) – seu único romance – e *The importance of being earnest* (1895), objeto de estudo desse trabalho. Considerado um dândi³ e, ao mesmo tempo, um contestador da época na qual viveu, Oscar Wilde apresenta um estilo literário marcado pela crítica aos valores vitorianos, tais como: seriedade, religiosidade e moralidade, desvelando a hipocrisia da sociedade vitoriana.

Marcada por uma ironia bem humorada, *The importance of being earnest* (1995) é considerada uma das melhores comédias do teatro britânico. Através desse trabalho, Wilde ridiculariza a moral e os bons costumes vitorianos. Em linhas gerais, a peça

¹ Graduada do Curso de Letras – Língua Inglesa da Universidade Federal de Campina Grande, UFCG.

² Graduando do Curso de Letras – Língua Inglesa da Universidade Federal de Campina Grande, UFCG.

³ Dândi – homem de bom gosto, extremamente refinado, mas que não pertencia a nobreza, levava uma vida superficial, embora fosse considerado uma espécie de intelectual. Não se preocupava em acumular riquezas, e não tão pouco com sucesso profissional.

retrata a vida de dois casais ingleses do século XIX: John Worthing e Gwendolen Fairfax; Algernon Moncrieff e Cecily Cardew. John Worthing, personagem protagonista da história, tem origem desconhecida, pois foi abandonado numa estação ferroviária, sendo encontrado e posteriormente adotado por um homem importante e rico, o que o proporcionou fazer parte da alta sociedade de Londres. Com a morte do seu pai adotivo, John torna-se tutor de Cecily Cardew, uma bela e superficial jovem.

John mora no campo com Cecily e, para justificar suas constantes viagens à cidade, inventa ter um irmão irresponsável chamado Ernest, o qual leva uma vida escandalosa à procura de prazer, estando sempre envolvido em problemas. Jack quando vai à cidade, assume a identidade de Ernest, já que considera seu nome muito comum. Na cidade, apaixona-se por Gwendolen, filha de Lady Bracknell e prima do seu amigo Algernon, a quem ele propõe casamento.

Algernon, por sua vez, ao saber da existência de Cecily decide visitá-la e chegando ao campo, apresenta-se como Ernest, irmão imaginário de John, e também propõe casamento a Cecily. Porém, John havia resolvido pôr fim ao seu irmão imaginário, e chega à sua casa de campo informando a morte do suposto irmão ao mesmo tempo em que Algernon se passa por ele, causando assim um mal entendido. Assim, depois de explicada a confusão, ele se dão conta que tanto John como Algernon ficaram noivos sob o nome de Ernest.

Gwendolen desobedece às ordens de sua mãe, que não aceita o casamento da filha com “Ernest”, e parte em busca do seu amado no campo. Quando Gwendolen e Cecily começam a conversar, descobrem que estão noivas de Ernest e pensam se tratar da mesma pessoa. Sem saída, os “Ernests”, John e Algernon, afirmam que mentiram sobre seus verdadeiros nomes, e prometem se rebatizarem para satisfazer as garotas.

Quando Lady Bracknell chega ao campo para levar de volta sua filha, ela toma conhecimento do interesse de Algernon em casar-se com Cecily e da fortuna da jovem e consente o casamento dos dois, porém continua sem aceitar o casamento de Gwendolen e John. Todavia, através de Miss Prism, governanta de Cecily, a Senhora Bracknell descobre que John é seu sobrinho e irmão mais velho de Algy (apelido atribuído a Algernon na peça).

The importance of being earnest (1995) é uma história cômica e extremamente crítica. Pode ser classificada como uma comédia de costumes, que é, conforme afirma Patrice Pavis (1999), em seu *Dicionário de Teatro*: “Estudo do comportamento do homem em sociedade, das diferenças de classe, meio e caráter.” Nesse tipo de

subgênero, as principais preocupações dos personagens estão ligadas ao dinheiro e status social, o tom é sempre cômico, satírico, e os diálogos cheios de ironia e paroxo. Todas essas características podem ser identificadas na obra em análise, Wilde as retrata com muito humor e leveza, porém a crítica é profunda.

A já citada peça foi escrita no fim da era vitoriana, em 1895 e os personagens retratam os valores e costumes da sociedade Inglesa da época, representando a sociedade vitoriana tal como ela era ou como Wilde a interpretava. Nesse sentido, o foco desse trabalho é analisar a forma como o escritor irlandês critica a sociedade chamada vitoriana. Para tanto, é preciso salientar alguns aspectos acerca de como essa sociedade funcionava.

Ficou conhecida como “A Era Vitoriana” o período no qual a Rainha Vitória governou a Inglaterra, de 1837 a 1901. Nessa época, a sociedade inglesa compartilhava valores morais e religiosos da sociedade vitoriana, a família tornou-se a base dessa sociedade, a qual deveria apreciar a moral e as boas maneiras. As normas vigentes eram demasiadamente repressivas e sufocantes. Dessa forma, as pessoas preocupavam-se mais em demonstrar que as seguiam, do que viver de fato conforme os valores vigentes da época, a preocupação era somente em demonstrar, publicamente, mas nunca de seguir tais normas. A imagem e o dinheiro eram algumas das coisas mais importantes a serem valorizadas naquela sociedade.

Os personagens de Wilde, como de costume nas comédias, vivem de aparência, e muitas vezes, em função do dinheiro. Jack Worthing e Algernon Moncrief são bons exemplos desse tipo de personalidade. Ambos têm vida dupla. Como já foi ressaltado, Jack criou um irmão imaginário, chamado Ernest, para justificar suas constantes saídas à cidade. Entretanto, mesmo levando uma vida dupla (Ernest na cidade e Jack no campo), ele mostrava concordar com a moral vitoriana e os padrões sociais, visto que no campo, ele leva uma vida de seriedade e respeitabilidade, às vezes, até de forma exagerada:

Cecily: O querido tio Jack é tão sério! Às vezes, ele é tão sério que eu penso que ele não está bem. Senhorita Prism: eu não conheço ninguém que tenha tanto comprometimento com a obrigação e a irresponsabilidade (WILDE, 1995, p. 332).⁴

⁴ Cecily: Dear Uncle Jack is so very serious! Sometimes he is so serious that I think he cannot be quite well.

Senhorita Prism: I know no one who has a higher sense of duty and responsibility.

No campo, Jack é o perfeito símbolo da seriedade, entretanto, quando está em busca de prazer, ele usa uma falsa identidade, Ernest, o que é para ele, apenas um álibi que o permite desaparecer por uns dias e fazer o que realmente deseja. Sendo assim, é possível ver que esse personagem representa os valores convencionais da sociedade vitoriana, ele deseja que os outros pensem que ele vive conforme os valores prezados pela sociedade.

Algernon, por sua vez, é Algy na cidade e Ernest no campo. Ele representa a classe livre desocupada, esta sempre em busca de diversão, de prazer. Além disso, ele é esperto e engenhoso, usa um amigo imaginário, Bunbury, para escapar de compromissos enfadonhos e se divertir. Algy é mais feliz quando escapa das regras. Esse personagem representa também a figura do *dândi*, é solteiro, inteligente, charmoso e egoísta. Seus discursos são paradoxicais e profundos.

Esses dois homens, Jack e Algy, criam uma falsa identidade para mostrar que eles realmente são e como são. Eles só encontram a liberdade quando estão forjando uma identidade. Essa é a maneira que encontraram de fugir das suas responsabilidades e de buscarem prazer, de fazer o que eles realmente desejavam sem julgamentos. Através desses dois personagens, Wilde mostra, perfeitamente, a repressão às normas sufocantes da sociedade vitoriana.

Outro aspecto válido a se destacar é como Wilde retrata o casamento vitoriano. Para Algy, o casamento era visto como um negócio:

Jack: Estou apaixonado por Gwendolen. Eu vim para a cidade para propor casamento a ela.

Algernon: Eu pensei que fosse por prazer? ... Eu chamo isso de negócios (WILDE, 1995, p. 316 – 317)⁵

Para Algy, o casamento é a única coisa capaz de por fim a vida de prazer e irresponsabilidade, este significava o fim da liberdade e começo de uma vida de seriedade e respeitabilidade. Mas, não passava de um negócio. Assim eram os casamentos vitorianos, apenas negócios.

Na sociedade vitoriana, o casamento era uma seleção cuidadosa feita pela família da moça, a qual era acostumada a obedecer, a aceitar a escolha dos pais. O noivo era escolhido por diversas razões, tais como fortuna, posição social ou simplesmente um acordo entre as famílias. Nesse sentido, o casamento era apenas um contrato legal, no

⁵ Jack : I am in love with Gwendolen. I have come up to town to expressly to propose to her.
Algernon: I thought you had come up for pleasure? ... I call that business.

qual duas famílias concordavam em associar suas fortunas. Sendo assim, o amor era considerado um sentimento supérfluo.

A Senhora Bracknell faz diversas perguntas a Jack, sobre seus pais, sua fortuna, propriedades, política, endereço, para saber se este preenche todos os requisitos para casar-se com Gwendolen. Nesse caso, o dinheiro é, inquestionavelmente, muito importante, porém não é suficiente. Havia outro aspecto essencial na sociedade vitoriana, o sistema de classes. Pessoas que pertenciam à mesma classe social deveriam se casarem entre si. Como Jack fora encontrado numa estação ferroviária, Lady Bracknell não aceitou o casamento dele com sua filha, a menos que ele encontrasse pais aceitáveis. Com isso, Wilde mostra mais uma vez a superficialidade e a vida de aparências que caracterizavam a sociedade vitoriana:

Jack: Eu poderia perguntar-lhe o que você me aconselha fazer? Eu poderia dizer seriamente que faria qualquer coisa no mundo para assegurar a felicidade de Gwendolen.

Lady Bracknell: Eu recomendo seriamente a você, Senhor Worthing, a tentar adquirir relações o mais rápido possível e fazer um esforço definitivo para conseguir um pai, de qualquer sexo, antes da estação acabar (Wilde, 1995, p.327).⁶

Embora, Lady Bracknell não aceite o casamento de Gwendolen e Jack, ela aceita o casamento de Algy e Cecily, já que a garota não é simplesmente muito rica, mas tem uma boa posição social, é neta de um homem bastante rico e importante da sociedade inglesa. Dessa forma, Wilde mostra mais uma vez a superficialidade e a vida de aparências que caracterizava a sociedade vitoriana, e ademais, ele enfatiza, categoricamente, que os casamentos vitorianos eram apenas relações de interesses, negócios, que nada tinham a ver com amor ou qualquer sentimento semelhante.

A Senhora Bracknell é o símbolo perfeito da seriedade vitoriana. Ela é arrogante, tirana e conservadora, acredita que um bom marido é alguém que pode oferecer uma vida de riqueza e um bom status social. Wilde mostra através dela o conservadorismo e os valores repressivos da sociedade vitoriana. A mãe de Gwendolen é um exemplo de futilidade e isso se torna evidente quando ela pergunta o endereço da

⁶ Jack: May I ask you then what you would advise me to do? I need hardly say I would do anything in the world to ensure Gwendolen's happiness.

Senhora Bracknell: I would strongly advise you, Mr. Worthing, to try and acquire some relations as soon as possible, and to make a definite effort to produce at any rate one parent, of either sex, before the season is quite over.

casa de Jack na cidade, e quando Jack responde ela diz que o endereço 149 Belgrave Square não é o lado chique da cidade:

Lady Bracknell: Ah, hoje em dia não é garantia de respeitabilidade. Qual é o número da casa em Belgrave Square?

Jack: 149

Lady Bracknell (balançando a cabeça): O lado fora de moda (WILDE, 1995, p.326).⁷

Gwendolen e Cecily também demonstram ser fúteis e superficiais. Ambas têm ideais e comportamentos semelhantes, embora a primeira seja da cidade e a última do campo. Gwendolen é muito sofisticada e confiante, porém para ela ter estilo é uma das coisas mais importantes na vida. Cecily também é sofisticada, mas ela parece ser mais inocente, uma sonhadora, está sempre fantasiando tudo.

As duas garotas, Gwendolen e Cecily sonham com o ideal de casar-se com alguém chamado Ernest:

Gwendolen: ... Sr. Worthing, em uma época de ideais. O fato é constantemente mencionado nas revistas mensais mais caras, e já atingiu os púlpitos provinciais, segundo me disseram, eo meu ideal sempre foi o de amar alguém de nome de Ernest (WILDE, p.323).⁸

Gwendolen: É um nome divino. Tem uma música própria. Produz vibração (WILDE, 1995, p. 324).⁹

Cecily: Você não deve rir de mim, querida, mas ele sempre foi um sonho de menina da mina de amar alguém cujo nome era Ernest. Há algo em que o nome que parece inspirar confiança absoluta. Tenho pena pobre mulher cujo marido não é chamado Ernest (WILDE, 1995, p.343).¹⁰

Gwendolen and Cecily queriam casar-se com um homem chamado Ernest, simplesmente, por causa da sonoridade e conotação desse nome. Elas estavam apaixonadas não pelos seus noivos, de fato, mas sim pelo ideal de casar-se com alguém chamado Ernest. Para elas, o nome é mais importante que o amor. Daí, o título da obra, *A importância de ser earnest*. *Ernest* e *Earnest* são palavras homófonas, ou seja, têm a mesma pronúncia, a primeira se refere ao nome próprio e a segunda ao adjetivo que

⁷ Lady Bracknell: Ah, nowadays that is no guarantee of respectability of characters. What number in Belgrave Square?

Jack: 149.

Lady Bracknell (shaking her head): The unfashionable side”.

⁸ Gwendolen: [...] Mr. Worthing, in an age of ideals. The fact is constantly mentioned in the more expensive monthly magazines, and has now reached the provincial pulpits, I am told; and my ideal has always been to love someone of the name of Ernest.

⁹ Gwendolen: It is a divine name. It has a music of its own. It produces vibrations.

¹⁰ Cecily: You must not laugh at me, darling, but it had always been a girlish dream of mine to love some one [sic] whose name was Ernest. There is something in that name that seems to inspire absolute confidence. I pity poor woman whose husband is not called Ernest.

significa alguém sério, sincero. Nesse sentido, Oscar Wilde critica a hipocrisia da sociedade vitoriana, é importante ser chamar *Ernest* e fingir que é *Earnest* (sério, sincero).

Outra personagem importante em *The importance of being earnest* (1995) é Senhorita Prism, que representa uma figura muito importante na sociedade vitoriana, a governanta, o símbolo da seriedade e da boa moral vitoriana. Ela é a governanta de Cecily e a educa de acordo com a moralidade da sociedade da época. Contudo, ela não segue rigidamente a moral e bons costumes, uma vez que revela ter uma paixão secreta pelo padre local. Outra característica dessa personagem importante a ser ressaltada é que, constantemente, ela faz julgamentos morais, com a finalidade de mostrar que vivia conforme as severas normas vitorianas:

Chasuble: Seu irmão Ernest morreu?

Jack: Completamente morto.

Senhorita Prism: Que lição para ele! Acredito que ele lutará com isso (WILDE, 1995, p. 337).¹¹

Assim, por meio da obra em tela, Wilde mostra as inversões de valores na sociedade Inglesa vitoriana, especialmente em Londres. Cecily fica decepcionada ao conhecer Algy, que se passa por Ernest, porque ele não parece ser mau caráter, como Jack havia falado. No final da peça, Jack ao ter sua identidade revelada, pede desculpas por ter dito a verdade durante sua vida toda. Então, pode-se concluir que Wilde, fazendo uso de muita ironia e humor, critica em sua importante obra *The importance of being earnest* (1995) os valores subversivos da sociedade vitoriana, mostrando que a hipocrisia e a falsidade eram constantes naquela sociedade.

REFERÊNCIAS

- LAVER, James. Ensaio Biográfico-crítico. In: WILDE, Oscar. **Obra completa**. Organizada, traduzida e anotada por Oscar Mendes. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995. p. 13-39.
- PAVIS, Patrice. **Dicionário de teatro**. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- SCHEIDT, Déborah. **Oscar Wilde e a fórmula cômica clássica**. Disponível em: http://www.fecilcam.br/nupem/anais_iv_epct/PDF/linguistica_letras_artes/02_SCHEIDT.pdf. Acesso em: 02 de abril de 2013.

¹¹ Chasuble: Your brother Ernest dead?

Jack: Quite dead.

Miss Prism: What a lesson for him! I trust he will profit by it.

- WILDE, Oscar. **Obra completa.** Organizada, traduzida e anotada por Oscar Mendes. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995.
- WORTH, K. The Importance of Being Earnest. In: FREEDMAN, J. (Ed.) **Oscar Wilde, A Collection of Critical Essays.** Upper Saddle River, New Jersey: Prentice Hall, 1996. p. 122-138.



SESSÃO COORDENADA 05 - HISTÓRIA E PATRIMÔNIO

COORDENADORAS: ANA RITA UHLE, ELIANA ROLIM & ROSILENE ALVES DE MELO

O ENSINO DO PATRIMONIO IMATERIAL COMO RECURSO PARA APRENDIZAGEM CULTURAL

Floreni Nunes de Carvalho

Orientadora: Juliana Ricarte Ferraro

“Por todo o seu potencial criativo e pela abertura que proporciona à exploração do real como campo de possibilidades do viver e do conhecer é que podemos afirmar, sem medo de incorrer em erro, que brincar é coisa séria!” (ROSA, 2002, p.45)

RESUMO

Este artigo tem como finalidade mostrar para ao alunos, a importância do ensino do Patrimônio cultural imaterial nas salas de aula, e a incentivar o conhecimento e a preservação desse patrimônio. A educação patrimonial, nesse sentido, possui importância ímpar nessa função. É esse tipo de educação, embasada tanto nos objetos da disciplina histórica, bem como das demais áreas do conhecimento que se dedicam ao estudo das variadas faces do patrimônio, é que possui a qualidade diferenciada em construir o sentimento de pertencimento, através da constituição de uma identidade que perpassa o privado e o público.

PALAVRAS CHAVE: Patrimônio imaterial. Educação. Memória.

INTRODUÇÃO

Este trabalho envolve o repensar das práticas de educação patrimonial nas salas de aula, objetivando discutir e avaliar as práticas educativas desenvolvidas nas escolas. Levar para os alunos o quanto é importante a preservação do patrimônio cultural imaterial, visando a eles a conscientização e valorização em sala de aula. Do qual busca um fortalecimento das ligações entre o educando e suas heranças culturais de modo que

ira auxiliar a compreender os seus bens histórico e artístico, fazendo com que eles valorizem mais, a preservação dessa herança e fortalecendo sua identidade dentro da sua comunidade. Tem como finalidade mostrar a importância do conhecimento e preservação do patrimônio da comunidade local. Durante as aulas administrada foram feita alguma oficinas, no qual foram desenvolvidas; brincadeiras, danças e visita em Igrejas da localidade. O projeto foi desenvolvido pelo programa (PIBID) A situação didática canalizará os conteúdos referentes as turmas do 6º ao 9º ano do ensino fundamental. Durante a realização da regência nessas séries, buscará enfatizar os alunos da escola Dr. Pedro Ludovico Teixeira do setor Novo Planalto da cidade de Porto Nacional- TO. Essa será uma prática visando a aproximação dos conteúdos com a realidade local dos alunos. Fará oficina no qual terão por finalidade apresentar o Patrimônio cultural imaterial histórico de sua comunidade, na construção de uma identidade local.

A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL NAS ESCOLAS

Este trabalho põe em discussão as questões relacionadas as atividades do programa institucional de bolsa de iniciação a docência (PIBID) da Universidade Federal do Tocantins, Campus de Porto Nacional- TO, do curso de Licenciatura em História, o qual está sendo realizado em parceria com o colégio Estadual Dr. Pedro Ludovico Teixeira. O trabalho si iniciou no dia 03 de fevereiro de 2015. Através do programa foi possível colocar em prática tudo que foi aprendido durante a fase de estudo teóricos do programa, dando ênfase a temática patrimônio cultural imaterial, trabalhar sobre patrimônio para melhor compreensão dos alunos.

No programa do PIBID atende alunos do 6º ao 9º ano com encontros realizados uma vez por semana e busca despertar nos alunos o interesse pela história e valorização do patrimônio Cultural imaterial da comunidade Local. Porque trabalhar em sala de aula patrimônio cultural? Qual o significado de patrimônio? Ao decorrer do trabalho serão respondidas as perguntas.

A historiadora Maria de Lourdes (1999) identifica a educação Patrimonial como um processo permanente e sistemático de trabalho educacional, centrado no Patrimônio cultural como fonte primária [...] que leva os individuos a um processo ativo de apropriação e valorização de sua herança cultural.

Durante as aulas pude notar o quanto os alunos ficaram impressionados, pois foi uma grande satisfação deles, no entanto muitos nem sabiam o significado de Patrimônio cultural imaterial.

Segundo (Pallotti, 1998). Um dos objetivos da Educação Patrimonial é envolver a comunidade e seus indivíduos no gerenciamento do patrimônio, pois somente quando se sente parte integrante de uma cidade ou comunidade é que o indivíduo irá valorizar e preservar as suas referências culturais. Nesse sentido, a Educação Patrimonial passa a ser um instrumento de prática da cidadania e, concomitantemente, de resgate da identidade e dignidade local dos grupos culturais.

De acordo com (Pallotti, 1998) A Educação Patrimonial é de significativa importância para os membros de cidades com um reconhecido valor artístico e cultural, como, por exemplo, Ouro Preto, porque, sem ela, os indivíduos poderiam não observar esse patrimônio como “bens”, mas sim considerá-los como “restos” culturais, restos sem valor que logo tenderiam ao esquecimento. Assim, toda herança legada pelos antepassados patrimônios estaria fadada ao desaparecimento.

Por ser um assunto pouco discutido em sala de aula os alunos muitas vezes não sabem distinguir patrimônio material de imaterial. Porem a educação patrimonial nas escolas pode se dizer que, é uma nova temática a ser debatido nas escolas.

Segundo os autores Marli e Ricardo (2008) A palavra *patrimônio*, bem como *memória*, compõe um léxico contemporâneo de expressões cuja característica principal é a multiplicidade de sentidos e definições que a elas podem ser atribuídos.

Portanto percebe a importância da rememoração de cada individuo a memória coletiva. Segundo Maurice Halbwachs

[...] Nossas lembranças permanecem coletivas, e elas são lembradas pelos outros mesmo que se trate de acontecimento nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. E porque em realidades nunca estamos sós. (HALBWACHS. 1968.p, 26)

Note-se a coerência do pensamento de Halbwachs: o que rege, em ultima instancia, a atividade mnêmica é a função social exercida aqui e agora pelo sujeito que lembra. Há um momento em que o homem maduro deixa de ser um membro ativo da sociedade, deixa de ser um propulsor da vida presente do seu grupo: neste momento de velhice social resta-lhe, no entanto, uma função própria: a de lembrar.

Segundo Ecleia Bosi (1994) a memória encontra-se no estudo das lembranças das pessoas idosas. Elas já viveram quadros de referencia familiar e cultural igualmente

reconhecível: enfim, sua memória atual pode ser desenhada sobre um pano de fundo mais definido do que a memória de uma pessoa jovem, ou mesmo adulta, que, de algum modo, ainda está absorvida nas lutas e contradições de um presente que a solicita muito mais intensamente do que de uma pessoa de idade.

Segundo Maltês (2010) A ideia de patrimônio cultural, a princípio, abrangia apenas a importância histórica de diversos locais em cidades brasileiras, sendo considerados como patrimônio cultural apenas sítios arquitetônicos e edificações. Esta concepção restrita de patrimônio cultural consagrou-se entre os estudiosos a partir do termo “de pedra e cal”, uma vez que se dava ênfase apenas a construções e demais edificações, desconsiderando-se, assim, a dimensão imaterial do patrimônio cultural.

De acordo co o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) criada em 1937, os quais permitem se pensar em práticas a serem realizadas na escola, serão apresentados os principais fatores que ainda mantêm uma visão parcial acerca da amplitude do tema.

OFICINA

Durante os encontros foram realizados as oficinas, no qual foram trabalhadas algumas particularidades sobre Patrimônio cultura imateriais como; as danças, brincadeiras e religiões. As danças mostram a reconstrução de seus antepassados que hoje é tombado com Patrimônio cultural imaterial do Brasil, um exemplo foi a Súcia. A brincadeira foi a, amarelinha sendo uma mais próximo de suas realidade, que foram repassado pelos seus pais. As Religiões foram visitadas, a Igreja Evangélica a Católica, a religião de Candomblé Afro Brasileira, do qual foi a mais resistente por parte deles, alguns alunos não quiseram entrar no terreiro e outros adoraram, onde despertou a eles o interesse a fazer alguns questionamentos sobre o assunto.

Portanto destacarei somente a oficina realizada sobre as religiões. A primeira instituição a ser visitada foi uma Igreja Evangélica, que fica localizada próximo ao colégio, fomos recebidos pelo pastor, que muito gentilmente nos agradeceu por estar levando as crianças até sua Igreja. Após esse momento de receptividade eu fiz uma breve apresentação dos alunos ao pastor e pedi para que ele explanasse sobre sua religião e sua Fé. O pastor finalizou e abriu para um debate sobre os aspectos religiosos. Depois disso agradecemos a oportunidade e ao pastor por ter feito essa apresentação e nos dirigimos para nosso próximo destino.

A segunda instituição foi o Terreiro da Mãe Fátima, ao chegarmos à porta nos deparou com uma mulher de estatura baixa e de vestes brancas, nesse momento nos bolsistas ficamos inquietos por não saber como os alunos da escola reagiriam, mas seguimos com o planejamento. Na entrada Mãe Fátima explicou que para entrarmos teríamos que passar por uma purificação, um ritual de entrada, ela pegou água de um vaso e jogou atrás da gente, ela falou que assim os maus espíritos ficam na porta. Duas alunas preferiram não entrar, e isso foi respeitado, após a entrada de todos os alunos e os bolsistas, pedimos a Mãe Fátima que nos apresentasse sua cultura religiosa, ela não perdeu tempo, começou dali mesmo explicando por que o seu jardim ter tanta planta e uma fonte de água. Depois entramos no seu templo de rituais, os alunos ficaram fascinados com a quantidade e a diversidade de imagens ali, logo foram indagando, pra que serve isso?, aquilo é usado como? e assim a Mãe Fátima foi explicando o que cada objeto significava e como é feito seus rituais de iniciação. Segundo (CONSORTE, 1998, p.3).

[...] de fato, não poderia ter sido mais propício ao fortalecimento do candomblé o contexto em que naquele momento se movia o mundo do povo de santo em Salvador. Marcado por medidas oficiais de proteção e defesa da memória da presença africana em terras baianas, [...] Primeiro Encontro de Nações do Candomblé, [...] II Conferência Mundial da Tradição Orixá e Cultura, que fez convergir, de todas as partes da África e das Américas para Salvador o que havia de mais representativo neste particular em termos de autoridades civis e religiosas, pesquisadores, estudiosos, artistas, etc.

CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES REALIZADAS

Data	Planej	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex
03 /02/2015	Planej.		X		X	X
06 e 10	Planej.		X		X	X
13 até o dia 26	Planej.		X		X	X
27/02	reconhecer a comunidade com os alunos		X		X	X
05/03	Planejamento da oficina		X		X	X
06/03	realização da oficina		X		X	X
10/03	planejamento da oficina		X		X	X

13/03	<i>realização da oficina</i>		X		X	X
17/03	<i>planejamento da oficina</i>		X		X	X
24/03	<i>revisão e avaliação sobre a oficina</i>		X		X	X
26/03	<i>planejamento da oficina</i>		X		X	X
07/04	<i>Planej.</i>		X			
24/4	<i>Planej.</i>				X	
12/5	<i>Planej.</i>		X			
15/5	<i>Oficina</i>					X
19/05	<i>Planej.</i>				X	
21/5	<i>Oficina</i>					X
28/05	<i>Oficina</i>					X

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante as atividades desenvolvidas no PIBID, houve aproveitamento devido ao ganho de experiência, como futura profissional da área da educação nas escolas publica. Nessa perspectiva posso garantir que estou adquirindo conhecimento como futura docente.

Portanto a educação patrimonial imaterial nas salas de aula, é significativo para os alunos, conscientizar sobre a preservação desse patrimônio em seu cotidiano.

Segundo Polati (1998), “toda herança legada pelos antepassados patrimônios estaria fadada ao desaparecimento”. Nota-se, que esse desaparecimento remoto ao esquecimento, onde entra a importância da preservação do patrimônio material e imaterial nas escolas.

Em relação às oficinas realizadas, acredito que houve interesse e acima de tudo, reflexão dos alunos diante a temática apresentada, os objetivos foram literalmente alcançados por ambas as partes, pois todos os que participaram das oficinas obteve conscientização da importância da preservação e valorização do patrimônio local.

REFERÊNCIAS

- BOSI, Ecleia. **Memória e sociedade:** lembrança dos velhos 3. ed. São Paulo: Companhia das letras, 1994.
- COSTA, Marli Lopes; CASTRO, Ricardo Vieiralves. **Patrimônio Imaterial Nacional:** preservando memórias ou construindo histórias? Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2008.
- CONSORTE, Josildeth Gomes. "Os caminhos da religião na passagem do milênio". VIII Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina são Paulo, 22 a 25 de setembro de 1998
- HALBWACHS, Maurice. **La memoire collective.** (2º. Ed.) Paris, França, 1968.
- HORTA, Maria de Lourdes. *et al.* **Guia Básico de Educação patrimonial.** Brasília: IPHAN/ Museu Imperial. 1999.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de educação patrimonial.** Brasília: IPHAN, 1999.
- MALTÊZ, Camila Rodrigues. SOBRINHO, Cristiane Paula Corrêa. BITTENCOURT, Daphne Lorene Alves. MIRANDA, Kelly dos Reis.
- MARTINS, Lilian Nascimento. **Educação e Patrimônio:** O papel da Escola na preservação e valorização do Patrimônio Cultural. 2010.



SESSÃO COORDENADA 06 - GÊNERO E SENSIBILIDADES
COORDENADORAS: ROSEMERE OLÍMPIO DE SANTANA & MARIANA MOREIRA NETO

**AFIRMANDO A VIDA, ELABORANDO O FEMINISMO NA PARAÍBA:
APONTAMENTOS A UMA ABORDAGEM HISTÓRICA**

Dayane Nascimento Sobreira¹

RESUMO

A História, longe de ser uma narrativa mais verdadeira do passado, corta, tece, elaborando sentidos ao que cabe ser dito, lembrado. Nessa perspectiva, a entendemos como uma construção de significações que leva em conta o dispositivo da sexualidade e o controle biopolítico, análises trazidas pelo filósofo Michel Foucault. A história é sexuada, portanto, já sinalizava Tânia Swain (2013). Nesse sentido, visamos tecer considerações desse campo teórico levando em conta possibilidades de articulações com as subjetividades e investimentos libertários possibilitados pelos feminismos, com ênfase no feminismo paraibano, grande área de estudo de nossa pesquisa de mestrado. Dessa forma, esperamos contribuir com uma abordagem possível para a história do movimento feminista, entendendo este como um lugar propulsor da elaboração de artes da existência e de cuidados consigo e com o outro.

PALAVRAS-CHAVE: Feminismo. Dispositivo de sexualidade. Cuidado.

“- *Ô mãe, me explica, me ensina, me diz o que é feminina?*
- *Não é no cabelo, no dengo ou no olhar, é ser menina por todo lugar.*
- *Então me ilumina, me diz como é que termina?*
- *Termina na hora de recomeçar, dobra uma esquina no mesmo lugar.*

*Prepara e bota na mesa com todo o paladar
Depois, acende outro fogo, deixa tudo queimar”*

(Feminina. Intérprete: Joyce)

¹ Mestranda em História pela UFPB. Trabalha com a história do movimento feminista na Paraíba pós-década de 1970, com enfoque sob a história, memória e trajetórias ligadas ao Cunhã Coletivo Feminista, cuja sede situa-se na cidade de João Pessoa-PB. Contato: dayanesobreira26@gmail.com.

Um círculo vicioso: “ser mulher”, Amélia, dona de casa e guardiã do lar. Uma mulher fadada à servidão alheia. Essa canção, eternizada na voz de Joyce Moreno, evidencia tal destino, já colocado em xeque na década de 1980 e com fios históricos que nos levam a pensar nas sufragetes, em episódios como a queima de sutiãs ou na trajetória histórica do feminismo francês e norteamericano. Lançada nessa mesma década, nos põe a refletir acerca da cristalização da mulher enquanto pautada no biológico. Perguntamos como fez Swain (2000): Como pode o corpo, o sexo, deixar de ser sexo e se tornar uma identidade? O que seria então, o feminino? Nessa verve, marcada por obrigações culturais, sociais e simbólicas, as mulheres aparecem capazes de instaurar revoltas capilares, desvios e reapropriações: “acende outro fogo, deixa tudo queimar”. Sim, essa labareda coloca sob cinzas o destino culturalmente reservado ao feminino e faz alçar o voo da fênix do cuidado e da vontade de potência.

Feminina foi utilizada em uma das oficinas matrizes realizadas pelo Cunhã Coletivo Feminista no início da década de 1990. Essas oficinas geralmente contavam com discussões supervisionadas pelas facilitadoras, o fim era a vivência coletiva e a sensibilização para opressões vividas e muitas vezes automatizadas. Pensar na realização dessas oficinas é pensar em um patamar de reflexão sobre as mulheres, suas condições e subjetividades e do desdobramento de ideias feministas no Estado da Paraíba. Fundada em 1990 por seis mulheres vindas de grupos feministas anteriores, a exemplo do *Grupo Feminista Maria Mulher*, *Grupo de Trabalho Mulher e Favela* e *Grupo Raízes*, o Cunhã é a primeira organização não governamental (ONG) feminista do Estado. Sediada na capital João Pessoa, atualmente trabalha sob quatro eixos: *Direitos Sexuais e Reprodutivos*, *Enfrentamento à Violência Contra a Mulher*, *Fortalecimento do Movimento de Mulheres e Trabalho* e *Autonomia das Mulheres*. Desses, dois foram os motores de toda a história da fundação que ainda hoje atua sob os mais diferentes setores da sociedade, realizando desde mobilizações até formações e intervenções, além de contar com um polo de atuação na mesorregião do Cariri². Com um link, então, nos grupos feministas primeiros, o Cunhã continua na ativa com 25 anos de história e será nosso enfoque no texto da dissertação a ser defendido no final de 2016.

De 1979, o primeiro grupo feminista do Estado nasceu no cerne da Universidade Federal da Paraíba, encabeçado por mulheres intelectuais das ciências humanas e da

² Para conhecer mais sobre a ONG: <http://www.cunhanfeminista.org.br/>.

saúde. Dois anos depois, emergiu o Grupo de Mulheres de Campina Grande. Trazendo experiências políticas do exílio e de combate à ditadura, algumas dessas mulheres vinham do exílio na França, tendo passado por países como o Chile. Esses grupos foram responsáveis pela propagação de ideias libertárias na Academia e pela atuação junto às comunidades do Bairro dos Novaes, Beira Rio em João Pessoa, Álvaro Gaudêncio e Pedregral em Campina Grande, além de prestar assessoria aos grupos camponeses do Brejo³, então em organização.

Ao longo da década de 1980, esses grupos se autodissolveram, contudo, a semente já tinha sido lançada e frutificou o Grupo Raízes, em Campina Grande, e vários núcleos de estudos nas universidades, a exemplo de eixos de estudo no Núcleo de Documentação Histórica e Regional (NDHIR – UFPB/Campus João Pessoa) e no Núcleo de Estudos da Mulher Sertaneja (NEMES – UFPB/Campus Cajazeiras). Como em um rizoma, metáfora conceitualizada por Deleuze (apud GUATTARI; ROLNIK, 1996), os ideais feministas foram pulverizados, tomando uma nova proporção ao longo da década de 1990.

Temos portanto, uma sucessão de encontros, fazendo minha solidão povoada, como disse Rosa inspirada em Deleuze, quando de meu estudo da dimensão dessas lutas de mulheres e de constituições de si. Para citar a autora: “O mundo é uma indagação permanentemente instigada a cada encontro” (ROSA, 2013, p. 53). Dessa feita, meu mundo não parou de mudar desde o início da sistematização dessa história que começou a tomar forma quando da escrita de meu trabalho de conclusão de curso, em 2014.

Sistematização, visto entendermos a História enquanto um dos discursos acerca do passado, ela tem seu lugar próprio no panteão das ciências. Como traz Ankersmit (2012) ao falar das contribuições da Virada Linguística e da teoria literária para o campo historiográfico, representamos, atribuímos, damos significância, logo a verdade jamais poderá ser nosso guia. Na guisa dessa conclusão, estaria uma das vantagens da Virada: a desconfiança para com a linguagem. “Máquina complexa”, o texto histórico suprime, corta, é uma operação cirúrgica como já disse Certeau (2007).

Como numa pintura de Magritte, olhamos para o texto historiográfico e para seu fora, este que é concebido aqui “como a superfície de uma pintura figurativa que deve provocar no espectador a ilusão de verdade, de que não está olhando para a pintura, mas a própria realidade” (ANKERSMIT, 2012, p. 233). É assim que a linguagem e o próprio

³ Microrregião do Agreste paraibano, da qual pertencem os municípios de Alagoa Grande, Alagoa Nova, Areia, Bananeiras, Matinhas, Pilões e Serraria.

olhar são constituidores de sentidos, de representações. O texto e a linguagem são maquinarias de encarnação como aponta Alômia Abrantes (2008) ao discorrer sobre a emergência de Anayde Beiriz como mulher macho e da Paraíba masculina, estudo fruto de sua tese de doutoramento.

O que é a história, finalmente, senão uma imensa lacuna, uma interrogação sem fim, um silêncio sem limites, cujas margens possíveis encontram-se no ruído do tempo, alcançado apenas através de algumas páginas em rascunho, algumas inscrições veladas, inapreensíveis traços do humano? (SWAIN, 1996, p. 130).

Com essa pergunta, Tânia Swain evidencia a impossibilidade de narração mais verdadeira do passado, ela faz isso ao mesmo tempo que analisa as representações ditadas sob as mulheres e mais especificamente sob as mulheres nativas no século XVI. Excluídas e marginalizadas do imaginário social, o sentido histórico atribuído a elas passa pelo crivo do dispositivo de sexualidade, conceito a ser discutido mais à frente, e que é responsável pelo silenciamento de figuras – que beiram até a mitologia – como as amazonas das florestas americanas, negadas segundo a autora, de suas próprias existências. O discurso então invisibiliza, apagando, silenciando, criando, atribuindo significações.

Visamos costurar memórias, criar outras, contribuir com a elaboração de estudos sobre o feminismo e as trajetórias de vida ligados a ele no Estado da Paraíba. Não nos interessa o fechamento definitivo de fronteiras temporais e espaciais visto que o movimento emerge aqui como fruto de influências exógenas.

Pensar esse campo é entender a construção histórica de forma sexuada, em que o masculino encarnou a imagem e a representação do humano como fonte de toda produção e criação humana. A história é sexuada, portanto, e omite atos e realizações das mulheres (SWAIN, 2013). O feminismo como movimento social, semeou bases para ir amenizando esse silêncio. Sem dúvidas, instaurou uma série de críticas culturais, teóricas, epistemológicas que reverberaram no cotidiano das relações sociais. Pensando nas configurações contemporâneas, avanços se processaram embora as raízes do patriarcado ainda permaneçam. Muito ainda há de se percorrer nessa era do feminismo interseccional⁴. Muito se fez, contanto, no viés das críticas e de um modelo branco, heterossexual, civilizado e de primeiro mundo. Via de regra, evidenciou relações de

⁴ Por feminismo interseccional entendemos a análise conjunta pelo crivo da crítica feminista a partir de eixos como: gênero, etnia, classe social e da construção cultural dessas categorias.

poder constitutivas de saberes (RAGO, 1998) e poderes que se processam a partir da biopolítica, instauradora de normas, de controle social e dos corpos.

O feminismo se projeta, então como um contradiscurso cujo aporte é libertário, energizante, que instala novas relações teoria/prática, permitindo à subjetividade ser uma forma de conhecimento. Não deixando de pensar a diferença, o feminismo em muito se aproxima das formulações foucaultianas como nos diz Rago (Idem). Aqui, entendemos o poder como uma analítica, como uma pulverização de forças dinâmicas que atravessa o corpo social, como um constructo que envolve produção e resistência. Sendo capilar, é um poder produtor e onipresente “é o nome dado a uma situação estratégica complexa” (FOUCAULT, 2014a, p. 101).

Nesse ínterim, o poder pontuado pelo feminismo é o poder do qual trata Foucault! O poder que opõe, que atravessa corpos, que dita o sexo, que controla. A falar sobre o sexo, Foucault dedicou seus últimos escritos: teoriza as maquinarias de poder e segundo ele, nossa sociedade carrega o problema da curiosidade sobre o sexo, vivendo numa eterna busca por sua verdade. Como dizer então uma verdade sobre ele? Sendo o discurso um veiculador e também produtor de poder, teve-se a partir do século XVIII a produção da própria sexualidade a partir de dispositivos específicos que foram eles: a histerização do corpo da mulher, a pedagogização do sexo da criança e a psiquiatrização do prazer perverso. O dispositivo de aliança tão logo foi substituído pelo dispositivo de sexualidade, que: “Tem como razão de ser, não o reproduzir, mas o proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global” (FOUCAULT, 2014a, p. 116). Nascendo incestuoso, a família, depois médicos e pedagogos atuaram no agenciamento desse dispositivo.

Ainda Foucault nos diz que existem duas rupturas no trato com a história da sexualidade: no século XVII com as grandes proibições e no século XX com afrouxamentos decorrentes do desenvolvimento da psicanálise. Vale ressaltar que o dispositivo aparece como uma nova distribuição dos prazeres, dos discursos, da verdade e dos poderes, é o dispositivo que dita e esteve comprometido com a garantia de perpetuação de força e perenidade pela burguesia, expoente máximo nessa elaboração. Por ele entendemos a cristalização de alguns lugares relegados ao feminino, ao marginal em nossa sociedade. O dispositivo da sexualidade que nasce em substituição ao dispositivo de aliança e que se institui preocupado com articulações higienistas, mais puras, biopolíticas.

Sob inspiração deleuziana, a filósofa espanhola Beatriz Preciado (2011) nos fala da sexopolítica, na política ditada a partir do sexo cujos discursos e tecnologias de normalização das identidades sexuais são um agente de controle da vida. Na era do *queer*, o sujeito central do feminismo é colocado em xeque: a mulher. Estamos diante de redefinições que colocam questões, inclusive, para o movimento feminista atual: Com a categoria mulher desnaturalizada para além do biológico, transexuais entram ou não no movimento?

Como se deu a construção então, do feminino através do dispositivo? Como elucida a historiadora Tânia Swain, a invenção do corpo feminino sexuado se pauta na naturalização do biológico passando pela associação da verdadeira mulher à figura da mãe. Dentro dessa lógica, o sexo é o verdadeiro sentido, a essência dos corpos através do crivo da heteronormatividade e da tentativa de controle por esse dispositivo. Assim, “o sexo é incorporação, criação de corpos sexuados inseridos em uma ordem sóciohistórica, definida através de suas práticas discursivas, normativas, pedagógicas” (SWAIN, 2000, p. 68).

Foco de ação política, o sexo é acesso à vida do corpo e à vida da espécie e logo se tornou ferramenta de regulação das populações. Encontrando refúgio na norma, se instituiu como um misto desejável e como um entrelaçamento de finalidades e significações. Nas palavras de Michel Foucault:

O sexo, essa instância que parece dominar-nos, esse segredo que nos parece subjacente a tudo o que somos, esse ponto que nos fascina pelo poder que manifesta e pelo sentido que oculta, ao qual podemos revelar o que somos e liberar-nos o que nos define, o sexo nada mais é do que um ponto ideal tornado necessário pelo dispositivo de sexualidade e por seu funcionamento (FOUCAULT, 2014a, p. 169).

Foi na lógica do controle que Foucault situou o dispositivo da sexualidade. Pela gestão calculista da vida, o corpo entrou no campo das técnicas políticas, do biopoder. Diferente das sociedades soberana e disciplinar, na sociedade de controle, a morte já não seria valorizada, importava distribuir os vivos em um domínio de valor-utilidade. Se na sociedade soberana, matava-se para viver, na sociedade disciplinar havia o sufrágio, a exposição, o corpo domesticado. O controle, por sua vez pacífico, fez a vida entrar no domínio dos cálculos explícitos de fortes investimentos na valorização e gestão dos corpos vivos. Assim, passamos de um direito de morte a um poder sobre a vida.

No mesmo sentido, Deleuze analisou novos mecanismos de controle e a constituição do que Foucault chamou de sociedade empresarial. Usando a metáfora da serpente/toupeira, situa mudanças dessas sociedades com base nas transmutações do capitalismo. E alerta: “Os anéis de uma serpente são ainda mais complicados que os buracos de uma toupeira” (DELEUZE, 2008, p. 226), ao se referir respectivamente à sociedade de controle e disciplinar. Vale ressaltar que essas sociedades coexistem, uma não suplantando a outra: agora, ao mesmo tempo que aqui escrevo, alunos de uma escola pública do bairro do Tambauzinho em João Pessoa, estão em fila na minha frente aguardando a vez de assinarem uma lista de controle na biblioteca onde estudo. São estes corpos moldáveis, corpos dóceis que coexistem na sociedade do controle, corpos que são pacificados nessa anátomo-política que vigia e pune. Não nos deteremos à conceitualização do poder disciplinar, visto enfocarmos o poder controlável da sociedade empresarial – traçando um link aqui entre Foucault e Deleuze – embora não negando a dimensão de suas (des)continuidades.

Em meio a esse controle, contudo, a vida escapa. Escape que é trazido por Susel Oliveira da Rosa (2013) ao falar das trajetórias militantes de Nilce Cardoso, Flávia Schilling e Danda Prado, mulheres que resistiram à ditadura civil militar brasileira potencializando a vida. Sob tempos sombrios, calcaram a imanência da vida, buscando suplantar suas dimensões objetivas com a constituição de tecidos afetivos, de cuidados consigo e com o mundo.

Sobre a cultura de si, Foucault inspirado nos gregos, fala da necessidade de “ter cuidados consigo”, cuidados que fazem vibrar cuidados com a alma; cuidados que acionados, nos distinguem dos animais, meros viventes. Laborioso, é um exercício de intensificação das relações sociais e de autoconhecimento. “Pertencer a si”, “ser seu”, “o acesso a si é suscetível de substituir uma forma de prazer que, na serenidade e para sempre, se tem consigo mesmo” (FOUCAULT, 2014b, p. 85).

Nessa feita, o feminismo denunciou uma cultura do narcisismo, de não preocupação pelo outro e de olhar agora para uma luta comum, para a condição das mulheres (entendida durante muito tempo pelo movimento tomando por base o biológico), uma cultura pautada em valores masculinos, em futilidades que são o inverso do conceitualizado por Foucault e pelos gregos através da cultura de si. Esse olhar para si constituía verdadeiras práticas de liberdade. Hoje, parecemos estar esvaziados dos sentidos da experiência, como nos diz Rago (2006), o ocupar-se de si é visto como vaidade, concepção que como vimos, se transmutou através das epistemes.

A partir de W. Benjamin e sobre a experiência, J. Gagnebin (2009) comenta que ela é responsável por atravessar existências individuais, sua ausência acarreta o desaparecimento de formas tradicionais de narração, que tem sua fonte na transmissibilidade.

O cuidado de si, fundante da ética do indivíduo, vivenciado coletivamente constitui um verdadeiro cuidado com o mundo. Esse cuidado atravessou e atravessa o feminismo paraibano. São muitos os fios desse tecido afetivo, muitas as redes que fazem dialogar amizade e luta, no ápice das paixões, do grego: pathos. Essa dimensão é percebida pelas integrantes dos grupos e é transparente nas vivências pessoais e coletivas dessas mulheres, revelando o escape da biopolítica através de modos de vida libertários. Cuidado que Susel da Rosa traz a partir da trajetória de Nilce Cardoso quando da visualização de possibilidades de vida em estado de exceção.

Ainda sobre as possibilidades de resistência, Guattari e Rolnik nos trazem ingredientes para pensar focos de reappropriação nesse limiar. A singularidade, relacionada à sociedade do controle – chamada por eles de sociedade capitalística – abre eixos de desvio, elecendo brechas no sistema de subjetivação dominante. Assim: “Todos os devires singulares, todas as maneiras de existir de modo autêntico chocam-se contra o muro da subjetividade capitalística” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 50).

Sem dúvida, o feminismo representa uma fuga da teia biopolítica, ele que foi criando novos efeitos de sensibilidade e no imaginário social, novas configurações da relação entre os sexos. Criando modos específicos de existência, renovou e atualizou o imaginário cultural e político de nossa época (RAGO, 2004). Muito embora isso não represente o esgotamento de lutas, para a autora, vivemos um processo de feminização cultural em curso: o mundo tem se tornado mais feminista e libertário. Dessa forma, em um mundo mais libertado, é que as subjetividades femininas se configuram, se tornam móveis e incômodas: ser link de afirmação de vida é algo altamente desestabilizador.

Assim, as identidades ligadas à segunda geração do feminismo paraibano ainda estão em mutação: são subjetividades nômades. Muitas dessas trajetórias ainda se mantêm juntas às bandeiras de luta feminista seja na instância pública (exercendo cargos de confiança) a nível estadual e federal, na bancada legislativa ou à frente da instituição que ajudaram a criar: o Cunhã Coletivo Feminista. São as trajetórias de Gilberta Soares, Estela Bezerra e Soraia Jordão que serão trabalhadas por nós no texto de dissertação. “É cansativo ser sempre o mesmo”, já dizia Foucault. Nesse sentido, as

identidades feministas são mutáveis, configurando novas demandas e novos cuidados, perfazendo verdadeiras artes feministas da existência.

REFERÊNCIAS

- ANKERSMIT, Franklin Rudolf. **A escrita da história**: a natureza da representação histórica. Tradução: Jonathan Menezes [et al.]. Londrina: Eduel, 2012.
- CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2. ed. 3^a reimpr. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2007.
- DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Tradução: Peter Pál Pelbart. 7^a reimpr. São Paulo: Editora 34, 2008.
- Feminina. Intérprete: Joyce. In: **Joyce**, 1980, Odeon LP/CD, faixa 01.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: A vontade de saber. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: Paz e Terra, 2014a.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade III**: O cuidado de si. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque. São Paulo: Paz e Terra, 2014b.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2009.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. Subjetividade e História. In: _____. **Micropolítica**: cartografias do desejo. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- PRECIADO, Beatriz. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”.
- Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 1, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104026X2011000100002/18390>>. Acesso em: 22 fev. 2015.
- RAGO, Luzia Margareth. Feminismo e subjetividade em tempos pós-modernos. In: **Poéticas e Políticas Feministas**. Claudia Lima Costa; Simone Pereira Schmidt. (Org.). Florianópolis: Editora das Mulheres, 2004.
- _____. Epistemologia feminista, gênero e história. In: Joana M. Pedro; Mirian Grossi (Orgs.). **Masculino, Feminino, Plural**. Florianópolis: Ed.Mulheres, 1998.
- _____. Narcisismo, sujeição e estéticas da existência. **Verve** – Nu-Sul, São Paulo, n. 9, 2006. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/5147>>. Acesso em: 05 jun. 2014.
- ROSA, Susel Oliveira da. **Mulheres, ditaduras e memórias**: “não imagine que precise ser triste para ser militante”. São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2013.
- SILVA, Alônia Abrantes da. **Paraíba Mulher-Macho**: Tessituras de gênero, (des)afios da história. 2008.Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- SWAIN, Tânia Navarro. A história é sexuada. In: Luzia Margareth Rago; Ana Carolina A. de Toledo (orgs.). **Paisagens e tramas**: o gênero entre a história e a arte. São Paulo: Intermeios, 2013.
- _____. A construção imaginária da história e dos gêneros: o Brasil no século XVI.
- Textos de História**, Brasília, v. 4, n. 2, 1996. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/5789/0>>. Acesso em: 01 jul. 2015.
- _____. A invenção do corpo feminino ou “a hora e a vez do nomadismo identitário?”.
- Textos de História**, Brasília, v. 8, n. 1-2, 2000. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/5904>>. Acesso em: 16 jul. 2015.

**POR UMA HISTÓRIA DO AMOR E DAS SENSIBILIDADES: ANÁLISE DO
PROCESSO-CRIME DE DEFLORAMENTO NA CIDADE DE
CAJAZEIRAS-PB EM 1935**

Katiana Alencar Bernardo

Risoneide silva de Araújo

Orientadora: Rosemère Olímpio de Santana

RESUMO

Este trabalho emerge a partir de resultados adquiridos na pesquisa PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação científica) e de discussões realizadas nos grupos de estudo de gênero e de história cultural. Tendo como fonte de análise um processo crime de defloramento do ano de 1935, no qual buscaremos visualizar a construção do corpo feminino, a partir da análise das relações de gênero, além disso discutiremos as diversas vivências, os amores, as tramas, as subversões, os desejos, as sensibilidades não esquecendo que estes estavam perpassados por um olhar jurídico que por hora ditava normas de condutas, decorridos pelo discurso de advogados, promotores e juízes Sendo assim, refletiremos sobre os interesses presentes dentro dessas relações e como eram criados e recriados os lugares do feminino. O caso analisado nessa pesquisa é muito singular, Trata-se de defloramento, nesse processo, é possível discutir as redes de relacionamento entre as pessoas, os simbolismos utilizados pelos envolvidos para confirmar a culpa ou inocência, a violência naturalizada no que diz respeito as relações sexuais e os jogos de interesses presentes nas relações amorosas.

PALAVRAS-CHAVE: Processos-crime. Sensibilidades. Relações de gênero.

No que tange as relações amorosas percebemos que ainda é um campo pouco discutido na academia, principalmente no sertão paraibano. Entretanto o estudo da história cultural possibilitou no sentido de problematizarmos e percebermos essas relações como capazes de recriar formas de ser e viver, que são entrelaçadas por jogos e relações de interesses, que desde sempre conduzem as práticas que envolvem os sentimentos e gerem as vidas de homens e mulheres. É em meio a essas relações que as histórias de vida vão sendo constituídas e recriadas interligadas a outros espaços socioculturais.

Os sentimentos assim são capazes de administrar a vida de homens e mulheres, essas relações são constituídas e estão presentes em um contexto social e cultural, nesse sentido pensar as emoções dos sujeitos não é algo simples de acordo com Pesavento (2007), “O conhecimento sensível opera como uma forma de reconhecimento e tradução da realidade que brota não do racional ou das construções mentais mais elaboradas, mas dos sentidos, que vêm do íntimo de cada indivíduo”.

Em meio a essa discussão emerge o projeto que encontra-se em andamento que intitula: "Por uma cartografia das práticas amorosas os crimes de amor enquanto espaço de outras sensibilidades 1890- 1940 Cajazeiras-PB", o projeto objetiva cartografar uma história dos sentimentos e das sensibilidades a partir das análises de processos crimes de sedução e defloramento, como também possibilitar uma discussão entorno das relações de gênero.

Muitos trabalhos já problematizam as fontes judiciais, para tanto muitos destes estavam preocupadas em problematizar o discurso judiciário entorno do cotidiano dos populares, os sentimentos foram durante muito tempo não colocados em evidência, pois as pesquisas estavam mais preocupadas com os discursos normatizadores do que entender essas redes sentimentais que circunscrevia essas relações que estavam presentes nos processos.

O recorte temporal do processo em análise compreende um período marcado pelas discussões sobre os valores morais, principalmente envolvendo as mulheres. O Brasil agora republicano prezava por uma mudança baseada nos moldes europeus, marcada pela modernização não só das ruas, como também dos costumes. Martha Abreu Esteves (1989), discute e aponta como os juristas, tentaram manter um controle social, diante dos costumes dos mais populares a partir de um discurso moralizador que buscava punir aqueles que atentassem contra aquilo que a sociedade instituía como correto, os comportamentos amorosos dos populares no Rio de Janeiro foram os principais alvos de análise nessa pesquisa.

O trabalho de Esteves (1989) é considerado um clássico, pois, foi um dos primeiros que rompeu com a ideia de uma ideologia dominante sobre os valores morais impostas e consumidos pelos populares, para fugir dessa interpretação a autora utiliza o conceito de circularidade cultural, desta forma, tanto os populares almejam e desejavam os valores morais pregados pelas instituições disciplinares, como também se apropriavam deles. Mas, o inverso não foi discutido, essa "circularidade" só acontecia em uma via.

No entanto, essas transformações não foram as mesmas para todo país é nesse sentido, que problematizamos como na cidade de Cajazeiras esses discursos estavam sendo produzidos e consumidas pelas pessoas comuns que recorriam a justiça para resolver problemas íntimos que envolviam suas escolhas amorosas ou em alguns casos marcado pela violência. Para este trabalho analisaremos um processo de defloramento

do ano de 1935 onde o desenrolar do processo se dá no município de Cajazeiras-PB, no sitio catolé.

Francisca, menor de idade jovem "inocente" e boba, como assim deixa transparecer nos discursos das testemunhas é levada a cometer o ato que mudaria o rumo da sua pacata vida. Amâncio homem "misterioso" que sempre tinha a sua companhia armas, recém chegado nas redondezas do sitio catolé, vai chegando devagarinho e ganhando a cada dia a confiança e atenção da família da dita ofendida, e é nessas visitas demoradas de Amâncio a casa de Francisca e com a permissão da mãe da menor que daria início às eloquentes trocas de "olhares apaixonados".

Amâncio segundo a mãe da menor foi mostrando-se de início um homem "respeitoso" e de boa "índole", incapaz de levantar qualquer suspeita sobre a sua honestidade, esta confiança para tanto foi quebrada a partir da desonra cometida contra a menor Francisca da Conceição. Foi em uma tarde diferente das demais que a sua casa chegou o acusado, lá estando Francisca solitária, sem a companhia de seus familiares, o mesmo a questiona sobre a ausência destes, a menor o responde afirmando que todos haviam ido ao roçado.

É nesse momento que começa o desenrolar dessa história que daria abertura para o surgimento deste processo, Francisca alega que após Amâncio ter a inquirido, ter prometido contar-lhe um grande segredo, mas que usou como condição a sua ida a um riacho nas proximidades de sua casa, a mesma alegando ingenuidade decide o acompanhá-lo, mas que ao chegar ao destino pedido, Amâncio transforma-se em um homem violento e a obriga a manter relações sexuais, apontando-lhe uma arma na cabeça caso a mesma gritasse, assim consegue leva-la ao coito, condenando essa "pobre infeliz".

A mãe da dita menor descobrindo o acontecido, vai até a uma delegacia de polícia e abre uma queixa, é nesse cenário que os jogos de interesses e enunciações são postos, observamos que no depoimento da mãe da menor a arma que o acusado portava até então, não era motivo pelo qual impedisse o convívio e a confiança que fora dada a Amâncio, mas que a partir do momento que necessita evidenciar que esse homem era violento e perigoso a arma passa a ser um artifício sempre apontado nos depoimentos como meio de evidenciação da falta de caráter e da agressividade do acusado.

Ao contextualizar essas falas notamos um jogo de palavras. Amâncio era um administrador de uma fazenda, nos questionamos se o uso da arma naquele contexto e no trabalho que ao mesmo foi incumbido, era algo incomum? E se de fato era, por que

não foi motivo de estranhamento, capaz de impedir o convívio do mesmo com Francisca e sua família? São algumas questões que são postas, ao entrar em contato com os discursos presentes nos processos.

Esses discursos, nos possibilita refletir essas relações, o fato de Amâncio ser um homem recém chegado na região e com pouco tempo ganha a confiança da família de Francisca é no entanto inquietador. Deste modo nos leva a pensar, será que Amâncio era qualquer um? Pelo que podemos analisar, não, pois caso contrário não teria conseguido em tão pouco tempo ganhar a confiança da família da menor.

Percebemos que o cargo que o mesmo ocupava era relevante, tendo em vista o contexto da época, assim possibilitando despertar o interesse da família da menor, dessa forma tomando o mesmo com um bom partido, já que Francisca já contava com a idade de 16 anos, que para a conjuntura do momento seria uma idade apropriada para encontrar um pretendente e constituir um enlace.

A imagem de Francisca em meio a todos os depoimentos é sempreposta como ingênuas, boba, recatada e de moral irretratável esses discursos contribuíam para consolidar a imagem defendida como correta para aquela época. Para a justiça a mulher não podia desejar tanto quanto o homem, para ser honesta era necessário negar seus sentimentos ou ser seduzida. Segundo Foucault (1995) "o corpo feminino está preso no interior de poderes que lhe impõe limitações, proibições ou obrigações". No emanar desses discursos presentes nos processos são determinados lugares, onde percebe-se que era delimitado um ideal de feminino e masculino, o que estes não esperavam eram as astúcias dos sujeitos envolvidos.

Mas será que Francisca era tão inocente aponto de acreditar em um segredo? Será que ela não poderia perceber as consequências de ir até o Rio? será que ela não poderia imaginar o que aquele lugar lhe reservava? E a troca de olhares apaixonados que a mãe de Francisca demonstra ter existido em um de seus depoimentos, onde fica?

Não pretendemos defender um lado, saber quem está falando a verdade ou não, o nosso intuito é perceber as redes que interligam esses relacionamentos e os sentimentos envolvidos. Grinberg (2009) nos apresenta bem isso, através da discussão metodológica para o uso dos processos- crime, para a autora antes de partir para análise do processo, é necessário entender o que é um processo, e do que ele é constituindo como também entender as leis existentes em cada momento histórico.

Assim, o processo parte de um acontecimento, que não pode ser resgatado, pois estamos lidando com diversas versões e essas são repletas de intenções, o historiador

assim tem como papel, refletir sobre o processo de produção da fonte, perceber as formas como os personagens apresentam cada versão do fato, compreender a realidade com a qual se está trabalhando, entender ainda que os processos são formas de controle social, e que muitas vezes os personagens envolvidos, buscaram estratégias de romper com esse controle, portanto esses conflitos representam o jogo de interesses de cada lado.

Como afirma Certeau (1994), apesar da rede de vigilância, uma sociedade inteira não se reduz a ela, pois existem outros procedimentos populares que jogam com estes mecanismos de disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los. E nesse sentido nos mostra como os sujeitos são capazes de recriar estratégias para driblar o que lhe é imposto, com táticas sutis, silenciosas e camoufladas.

É nesse cenário que aparece as redes de interesses e as palavras de enunciações no intuito de defender as suas falas. Amâncio em um dos seus depoimentos alega de fato ter desvirginado a menor, mesmo esse sendo casado afirmava querer reparar o erro casando com Francisca. As palavras de Amâncio nos levar a supor que já existia um relacionamento entre eles.

A fala do acusado nos remete a algumas questões que eram naturalizadas naquele momento, o fato dele demonstrar interesse em casar com a menor possibilita perceber o quão o casamento seria a única maneira de reverter a situação. Até porque o que significa ser desvirginada antes do casamento? A integridade, honestidade estava intrinsecamente ligada a virgindade a perda poderia simbolizar a não realização dos sonhos e anseios que só seria possível a partir da pureza que se remete a conservação do hímen, caso contrário essas poderiam ser renegadas pela sociedade que ditava normas e posturas para o corpo feminino, uma vez que existia uma série de discursos médicos que permitiam a legitimidade dessas questões.

Esses discursos normatizadores, no entanto não resumem a totalidade e complexidade presente nos corpos femininos e masculinos, uma vez que os sujeitos utilizavam de maneiras de burlar e vivenciar suas práticas cotidianas e amorosas. Assim, Louro (2001) concebe que é possível pensar as identidades de gênero como continuamente se construindo e se transformando. Em suas relações sociais, atravessadas por diferentes discursos, símbolos, representações e práticas, os sujeitos vão se constituindo como masculino e feminino, arranjando e desarranjando seus lugares sociais, suas disposições suas formas de ser e estar no mundo, nesta perspectiva pensamos Francisco e Amâncio em suas mulheres múltiplas identidades.

Para pensar essas relações a discussão, pautada a partir das relações de gênero é fundamental. Joan Scott (1989) em seu célebre texto “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” mostra o quanto as categorias feminino e masculino são amplas, e problematiza ao afirmar que o termo gênero enquanto uso analítico de significações deve ser utilizado politicamente, uma vez que a produção dos discursos que determinam lugares e identidades, está presente nos espaços institucionais.

[...] “homem” e “mulher”, são ao mesmo tempo categorias vazias e transbordantes; vazias porque elas não tem nenhum significado definitivo e transcedentes; transbordantes porque, mesmo quando parecem fixadas, elas contém ainda dentro delas definições alternativas negadas ou reprimidas (SCOTT, 1989; s/p).

Para tanto é relevante pensar como era instituídos os lugares para Francisca e Amâncio, ressaltando que os discursos colocados pelo processo não consegue dar de conta da complexidades das relações existentes. Os sentimentos aqui também serão retratados, a partir das sensibilidades dos envolvidos, pois as tramas inseridas no documento, mesmo que de forma singular nos permite analisar essas sensibilidades.

As sensibilidades são sutis, difíceis de capturar, pois se inscrevem sob o signo da alteridade, traduzindo emoções, sentimentos e valores que não são mais os nossos. Mais do que outras questões a serem buscadas no passado, elas evidenciam que o trabalho da história envolve sempre uma diferença no tempo, uma estrangeiridade com relação ao que se passou por fora da experiência do vivido (PESAVENTO, 2007, p.15).

Nesse sentido embora os discursos sejam costurados pelo discurso judiciário, esses ainda deixavam transparecer afetos, emoções, sonhos, desejos, angustias, medos e anseios. Não trata-se de querer reviver esses sentimentos, mas de pensar que é possível através dos rastros do passado, tentar explicar como esses poderiam ter acontecidos. Deste modo Francisca e Amâncio como também as testemunhas deixaram transparecer seus medos e desejos através das suas falas.

É a partir da experiência histórica pessoal que se resgatam emoções, sentimentos, idéias, temores ou desejos, o que não implica abandonar a perspectiva de que esta tradução sensível da realidade seja historicizada e socializada para os homens de uma determinada época. Os homens aprendem a sentir e a pensar, ou seja, a traduzir o mundo em razões e sentimentos” (PESAVENTO, 2007).

Assim, o caso analisado é muito singular, trata-se de um defloramento, nesse processo, foi possível discutir as redes de relacionamento entre as pessoas, os

simbolismos utilizados pelos envolvidos para confirmar a culpa ou inocência, a violência naturalizada no que diz respeito as relações sexuais e os jogos de interesses presentes nas relações amorosas. Não buscamos tornar a mulher heroína ou vítima dos homens, mas de pensar que na prática, era necessário aprender a jogar com o que se dispunha ou com o que era possível dispor, o que também não significava o fim dos sonhos e das expectativas de homens e mulheres apaixonados.

REFERÊNCIAS

- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. vol. 1. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas**: Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- GRINBERG, Keila. **A história nos porões dos arquivos judiciários**. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de. (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009. P. 119-139.
- LOURO, Guacira Lopes. (Org.) **O corpo educado**. Pedagogias da sexualidade. Tradução:
Tomaz Tadeu da Silva. 2^a ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História cultural**. 2^a. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. LANGUE, Frédérique. **Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais**. Porto alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/generodh/gen_categoria.html>. Acesso em: 15/02/2014.
- SOIHET, Rachel. Pedro, Joana Maria. **A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero**. Revista Brasileira de História. São Paulo. v. 27, n. 54. pp. 281, 2007.



SESSÃO COORDENADA 07 - HISTÓRIA E MEMÓRIA

COORDENADORES: FRANCISCO FIRMINO SALES NETO & HELMARA GICCELLI FORMIGA WANDERLEY

NOS TERRITÓRIOS DA “LUTA DO Povo DE ALAGAMAR”: MEMÓRIAS E NARRATIVAS TECIDAS NA HISTÓRIA

*Lidiane Maria da Silva¹
Gildivan Francisco das Neves²*

RESUMO

Em diversos momentos históricos, homens e mulheres têm se organizado em movimentos sociais almejando a obtenção e manutenção de seus direitos e a construção de uma sociedade mais justa e equânime. Recorrer às memórias e narrativas destas ações coletivas é trazer à tona capítulos significativos da História marcados pela luta e pela resistência de sujeitos excluídos de seus direitos sociais e marginalizados nos olhares da oficialidade, dentre eles, os trabalhadores rurais. Este artigo remete a um diálogo entre duas pesquisas cujas abordagens tiveram como pilar a “Luta do Povo de Alagamar”, movimento social do campo ocorrido na década de 1970, na Comunidade de Alagamar localizada entre os municípios de Salgado de São Félix e Itabaiana – PB. Nesta perspectiva, nos debruçamos na “Luta do Povo de Alagamar”, tomando como referência as narrativas dos trabalhadores rurais e de fontes impressas, para analisarmos a trajetória do movimento social, no contexto da realidade social paraibana. As fontes pesquisadas, enquanto lugares de memória, apresentam olhares diferenciados para o movimento social em foco e apontam indícios da tensão política e social da época, principalmente, no que se refere à questão da posse da terra.

PALAVRAS-CHAVE: Memória. Narrativas. Fontes Orais. Fontes Impressas.

INTRODUÇÃO

¹Graduada em Comunicação Social pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB (2010). Pós-graduanda em Jornalismo Empresarial e Assessoria de Imprensa (MBA) pela Faculdade Estácio de Sá (2015). Assessora de Comunicação do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB.

²Graduado em História pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB (2011). Mestre em Educação, na linha de Educação Popular, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE da Universidade Federal da Paraíba – UFPB (2014).

Quando direcionamos os nossos olhares para a História enquanto ciência, observamos que muitos segmentos sociais, dentre eles os trabalhadores rurais, tiveram suas narrativas silenciadas ou tratadas de maneira estereotipadas. Neste sentido, urge a construção de um novo direcionamento para as canetas que escrevem a História para que as histórias de vida, as memórias e as narrativas dos homens e mulheres comuns, os vindos de baixo como referenciou Thompson (1987, 1998) sejam contemplados e suas vivências trazidas para o debate e pensadas como fontes que possibilitam problematizar determinadas questões e momentos históricos.

É nesta perspectiva que direcionamos o nosso olhar para a “Luta do Povo de Alagamar”, movidos pela inquietude científica de registrar e de apresentar para a discussão aspectos da História de um movimento social que no contexto histórico em que ocorreu teve uma repercussão significativa, mas que nos dias atuais não é conhecido, por exemplo, pelos jovens que residem nas localidades em que a referida ação coletiva foi desencadeada.

Tomamos como ponto de referência a compreensão de que “Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para libertação e não para a servidão dos homens” (LE GOFF, 2012, p.457), ou seja, a nos debruçarmos na “Luta do Povo de Alagamar” estamos trazendo para o debate aspectos de um movimento social que nos permitem problematizar algumas contradições sociais e econômicas que vivenciamos de maneira a buscar a construção de outra realidade mais equânime e caracterizada pela libertação dos indivíduos.

Cabe acrescentar que as reflexões apresentadas neste texto são um diálogo entre dois trabalhos que versaram acerca do movimento social ocorrido em Alagamar, a saber, o artigo *Comunicação na Luta de Alagamar (1975-1980): do boca a boca às manchetes de jornais*, trabalho de conclusão de Lidiane Maria da Silva apresentando em 2010 no curso de Comunicação Social da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB e que possuía por objetivo analisar o papel da comunicação no referido movimento social, pensando as estratégias de comunicação que foram desenvolvidas pelos trabalhadores rurais e de que maneira contribuíram para o desfecho da ação coletiva, e, a monografia *Na Pedagogia de um Movimento Social, uma escrita da História: agenciando experiências, construindo saberes e fazendo Educação Popular na “Luta do Povo de Alagamar” (1975-1980)*, monografia apresentada por Gildivan Francisco das Neves como requisito para a conclusão do curso de História na Universidade Estadual da

Paraíba – UEPB. Somos de Salgado de São Félix – PB e, em específico, Lidiane Maria da Silva é oriunda da comunidade rural de Alagamar o que nos motivou a quando ingressamos no meio acadêmico construir narrativas que versassem acerca do movimento social em estudo. Nesse sentido, tomando como referência as pesquisas que empreendemos anteriormente, no presente artigo tomamos como referência as narrativas dos trabalhadores rurais e de fontes impressas, para analisarmos a trajetória do movimento social, no contexto da realidade social paraibana.

Iniciamos o artigo apresentando aspectos atinentes à realidade de Alagamar anterior a eclosão da “Luta do Povo de Alagamar”, focando nas relações trabalhistas existentes à época e, em um segundo momento, enveredamos por alguns caminhos da memória do movimento social em foco na perspectiva de perceber as mudanças desencadeadas em Alagamar, e, as estratégias adotadas pelos trabalhadores rurais partícipes da ação coletiva e que resultaram na permanência destes sujeitos na comunidade rural.

ANTECEDENTES DE UM MOVIMENTO SOCIAL

Para melhor entender o clima que foi instaurado em Alagamar após 1970, bem como as alterações que foram desencadeadas no cotidiano de seus moradores, torna-se pertinente tecermos considerações acerca da localidade anteriormente a este momento. No trecho do documento eclesiástico que segue, encontramos aspectos que nos permitem entender a dinâmica da comunidade rural neste contexto. Vejamos:

Alagamar, ou como já é conhecida hoje, “A GRANDE ALAGAMAR”, é uma grande propriedade de 13.000 hectares. Esta propriedade fica entre os municípios de Itabaiana e Salgado de São Félix. Ela é formada por um bocado de sítios, entre eles: Alagamar, Piacas, Caipora e Maria de Melo. Moram lá cerca de 700 famílias. Até 1975, a vida em Alagamar era assim: o povo pagava o foro e plantava mandioca, macaxeira, milho e outras lavouras (INFORMATIVO ARQUIDIOCESANO n.83, 1980, p.01. Grifo do autor).

O referido documento nos possibilita entender a extensão territorial de Alagamar, bem como a quantidade de famílias que tinham nesta propriedade rural a sua fonte de subsistência e de construção de suas relações cotidianas. Além disso, permite compreender qual o elemento balizador das relações trabalhistas na localidade, a saber, o pagamento do foro. Como ressalta Cantalice (1984) os foreiros ou rendeiros remetem a uma categoria de trabalhadores rurais que utilizam uma determinada extensão

territorial em troca de um pagamento fixo seja em dinheiro, produtos ou dias de trabalho.

O pagamento do referido foro era direcionado ao proprietário do latifúndio, o Arnaldo Maroja e, como veremos posteriormente, será em um desses momentos de pagamento que começará a sistematização de uma ação coletiva que adquiriu repercussão nacionalmente e se tornou símbolo da luta pela posse da terra na Paraíba. Cabe ressaltar que este pagamento não dava o direito aos trabalhadores rurais de desenvolver todo tipo de plantio ou de cultivo como podemos ver no trecho de um depoimento que segue:

O quadro ao qual os trabalhadores rurais de Alagamar estavam submetidos pode ser notabilizado a partir da narrativa de Manoel Justino de Araújo (2010), quando este ressalta que: Na época do dono ou o donatário, agente trabalhava aqui, nós pagava foro em outras palavras arrendamento, e agente só podia, tinha o direito de criar duas cabras, colocar roçado e não criava nenhum animal bovino e tudo abaixo das ordens do fazendeiro do ex-donatário. E o pior era os capataz da fazenda, tinha uma coleção de forma relevante (Manoel Justino de Araújo, 2010) (NEVES, 2011, p.35).

O trecho apresenta como em Alagamar existia uma “liberdade condicionada” em que os trabalhadores rurais possuíam as terras para trabalhar, mas não poderiam fazer uso das mesmas da maneira como compreendessem pertinente para o seu sustento e de suas famílias. Cabe ressaltar que as taxas de arrendamentos eram um dos temas, mas debatidos no âmbito dos movimentos sociais campesinos como assinala Medeiros (1989, p.24) ao afirma que: “Eram de dois tipos as reivindicações apresentadas por essa categoria, ora apresentando um caráter combinado, ora não. De um lado, colocava-se a luta pela redução das taxas de arrendamento. De outro, a luta pela permanência na terra”. Foi na perspectiva da permanência na terra que foi sistematizada a “Luta do Povo de Alagamar” como veremos *a posteriori*.

A relação trabalhista existente em Alagamar perpassava gerações e muitos dos trabalhadores rurais que residiam nesta localidade nos anos 1970 haviam nascido, passado infância e juventude na área e a compreendiam como um espaço de vida e de trabalho. Os versos de cordel que seguem escritos por trabalhador rural residente em Alagamar e participe do movimento social, nos elucida este fato ao afirmar que “Nascemos aqui para ficar/Deus nos deu cobertura” (EXPEDITO FRANCISCO GONÇALVES, 2013, p.08). O poeta nos ajuda a compreender o sentimento de pertencimento que os trabalhadores rurais possuíam em relação ao espaço territorial em

que residiam, possibilitando que possamos pensar que a terra de Alagamar representava para estes sujeitos não apenas um espaço de produção, mas de vivências, de histórias, de lembranças e de memórias tecidas no decorrer de décadas e perpassando gerações.

Era justamente a terra, a posse da terra que aferia ao proprietário a capacidade de exercer influência em diversos espaços da vida dos moradores, bem como que legava para este a figura do pai e do protetor. Era o desejo de permanecer na propriedade, de ter um espaço para cultivar que fazia com que os trabalhadores rurais se “adequassem” a “liberdade condicionada” que elucidamos anteriormente. Lembramo-nos de Freire (2011) quando ao refletir sobre a opressão, evidencia como os opressores lançam mão de meios materiais, de bens, de objetos para exercer o seu domínio sobre aqueles que não os detém. Em Alagamar o pilar do domínio e do controle era a posse da terra.

Porém, um elemento desencadeia uma modificação no cotidiano e nas relações estabelecidas anteriormente, a saber, a morte de Arnaldo Maroja no ano de 1975. A Carta Pastoral sobre o Compromisso da Igreja com os Fracos e Oprimidos escrita publicada em 1978 por Dom José Maria Pires, nos apresenta indícios acerca deste acontecimento quando destaca que:

O Sr. Arnaldo Maroja faleceu no dia 7 de novembro de 1975. Não tinha herdeiros necessários. Mas deixou um testamento em que determinava que as terras fossem vendidas e o dinheiro distribuído com as pessoas cujos nomes estão no testamento. Tratava-se, portanto, de uma terra desimpedida eposta à venda (PIRES, 1978, p.43).

Complementando as informações expressas nesta Carta Pastoral, apresentamos um trecho do Informativo Arquidiocesano n.83 de 1980 onde consta que:

Mas com a morte do proprietário, o senhor Arnaldo Maroja, no dia 7 de novembro de 1975, começaram os aborrecimentos. Como o senhor Arnaldo Maroja era solteirão e não tinha filhos, as terras dele ficaram num testamento para ser dividido com 42 herdeiros. Foi aí que o doutor José Valdomiro Ribeiro Coutinho, parente do senhor Maroja, e o administrador Arlindo Paulino, venderam as terras sem avisar aos moradores arrendatários. E aí começou A LUTA DO POVO DE ALAGAMAR; PORQUE OS NOVOS PROPRIETÁRIOS ESTAVAM DESPEJANDO MUITA GENTE (INFORMATIVO ARQUIDIOCESANO, 1980, p.01. Grifo do autor).

Os documentos evidenciados possibilitam perceber o impacto que a morte de Arnaldo Maroja teve para os trabalhadores rurais na perspectiva que gerou um clima de incertezas e de modificações nas relações que estavam estabelecidas, impacto este gerado principalmente pela venda sem a prévia comunicação aos antigos moradores. Na maioria dos diálogos que estabelecemos com os partícipes da “Luta do Povo de

Alagamar” percebemos associações do Arnaldo Maroja ao pai, ao protetor, e a morte deste representava, também, um momento de luto e de tristeza para a comunidade rural o que ocasionou um estranhamento na relação destes sujeitos com os novos proprietários.

Um das modificações foi, inclusive, a maneira como se dava a comprovação do pagamento do foro, elemento que foi crucial para que os homens e mulheres de Alagamar iniciassem um processo de busca dos seus direitos e de “luta” pela permanência na terra, como podemos observar no depoimento que segue. Vejamos:

Compadre Manoel Justino, que sabia ler e tinha mais entendimento, disse a Arlindo Paulino: peraí, dotô, cadê o recibo que o senhor vai dar pra gente provando que a gente tá pagando o direito? O senhor tem que dar o comprovante à gente! Ai ele disse: não, aqui é assim. Eu assinei o nome de vocês, você pagou tá pago. Eu levei os comprovantes dos dezoito foros que eu já tinha pagado ao finado Arnaldo Maroja e disse: se o senhor me der o comprovante assim, olhe, tá pago, eu pago agora. Ai ele disse: ah, pode se danar, não quero vê-lo. E expulsou a gente: eu, compadre Manoel Justino e compadre Otávio Correia (José Inácio da Silva) (SILVA, 2010, p.10-11).

A não expedição do recibo alterava os costumes que eram praticados pelos trabalhadores rurais e pelo Arnaldo Maroja e, além disso, cabe considerar que o comprovante do pagamento se constituía como o direito de que moradores poderiam permanecer na propriedade exercendo as suas atividades trabalhistas. Foi, justamente, a ausência do recibo que desencadeou um processo de conscientização que desencadeou um movimento social em busca da permanência na terra via desapropriação a partir da legislação vigente e que resultou na permanência de centenas de famílias em parcelas da propriedade, como veremos a seguir.

UMA COMUNIDADE RURAL EM MOVIMENTO: A ECLOSÃO DA “LUTA DO POVO DE ALAGAMAR” E SEU DESENROLAR

Como evidenciado, um dos elementos que desencadeou o início de um processo de sistematização de uma resistência foi o pagamento de foro. No dia posterior a este episódio, era véspera de Natal, e muitos trabalhadores rurais se dirigiram a Timbaúba – PE para a feira e neste espaço começaram a circular as informações do que havia acontecido com um grupo de moradores ao tentar realizar o pagamento do foro, ressoando, assim, os comentários de que estes sujeitos haviam sido expulsos pelo novo administrador.

Frente a estes acontecimentos, um grupo de trabalhadores rurais resolveu realizar uma reunião para pensar quais direcionamentos seriam tomados para buscar a permanência na propriedade, como pode ser verificado nos versos de cordéis escritos por outro trabalhador rural de Alagamar onde consta que: “Num pagamento de foros/ Surgiram alguns desaforos/ Foi um descontentamento/ Final de setenta e seis/ Primeira reunião/ De sete agricultores/ Criou-se uma comissão” (SEVERINO IZIDRO FAUSTINO, 2013, p.01-02).

O primeiro direcionamento foi à ida a João Pessoa – PB para procurar a Federação dos Trabalhadores na Agricultura – FETAG e relatar o acontecido, sendo recepcionados pelo presidente do órgão, Álvaro Diniz e o advogado Sebastião Geriz. No retorno, os trabalhadores rurais procuraram o então pároco da cidade de Salgado São Félix – PB, José Diácono, e relataram a situação que estavam vivenciando. Em seguida o pároco repassou a Arquidiocese da Paraíba o que havia dialogado com os trabalhadores rurais, marcando assim o primeiro contato dos moradores de Alagamar com os religiosos, e, em específico, com Dom José Maria Pires que tiveram um papel significativo no acompanhamento dos homens e mulheres no decorrer do movimento social em estudo.

Mediante aos relatos dos trabalhadores rurais que haviam sido expulsos, outros moradores começaram a também não pagar seus foros em protesto aos últimos acontecimentos e a buscar se integrar para fortalecer as ações e buscar a permanência na terra como podemos ver no depoimento da trabalhadora rural que segue:

Ai, [...], foram pagar o foro dele e o Arlindo Paulino soltou as piadas. Ai disseram: a gente vai procurar os direitos da gente. Foi à sorte dada por Deus. Tinha os direitos né. Quando eles chegaram que buscaram os direitos e a justiça informou, aí começou tudo, aí não foi só os três não, invadiu tudo. Todo mundo se reuniu e foi um por todos e todos por um (Severina Maria de Araújo Justino, 2011) (NEVES, 2011, p.43).

O depoimento apresentado nos permite compreender como processualmente os trabalhadores rurais de Alagamar foram se percebendo como pertencentes a uma coletividade que estava tendo os seus direitos negligenciados e, ao mesmo tempo, foram percebendo que a união seria um elemento que contribuiria significativamente na busca pela permanência na terra. Observamos, assim, a construção de um “fazer-se” enquanto classe por parte de uma parcela dos homens e mulheres de Alagamar.

Concordamos com Thompson (1987, p.12) quando afirma que “[...], estou convencido de que não podemos entender a classe a menos que a vejamos como uma

formação social e cultural”, e, no caso de Alagamar esta construção foi se gestando a partir do momento da não expedição do recibo de pagamento de foro, perpassando as diversas ações desenvolvidas no decorrer do movimento social.

Uma das primeiras orientações recebidas pelo grupo dos trabalhadores rurais de Alagamar foi de que a “solução” para a permanência das famílias na propriedade seria a desapropriação via Estatuto da Terra como podemos ver no trecho a seguir:

Veja o que os agricultores fizeram, contado pela boca deles mesmos: “Nós somos associados no sindicato, então fomos ao sindicato e à Federação dos Trabalhadores na Agricultura, a FETAG da Paraíba. Ela disse que a solução era a desapropriação pelo Estatuto da Terra” (INFORMATIVO ARQUIDIOCESANO n 83, 1980, p.3).

Aprovado pelo Congresso Nacional no ano de 1964 pelo Congresso Nacional, no âmbito da Ditadura Militar, juridicamente representava uma possibilidade para repensar a distribuição das terras no Brasil. Porém, Welch (2012, p.147-148) ressalta que “Contudo, tal como a Lei de Terras de 1850, o estatuto de 1964 foi escrito ‘para inglês ver’”. Quando nos direcionamos a Alagamar para fazer a pesquisa de campo ou até mesmo em outras situações e espaços informais como na feira, bares, oficinas mecânicas, percebemos a forma esperançosa como alguns trabalhadores rurais que a época participaram da ação coletiva se referem ao Estatuto da Terra. Evidenciam a referida lei como o mecanismo que assegurou a continuidade na terra e como o aparato que foi utilizado todo tempo para evidenciar que aqueles trabalhadores possuíam o direito de continuar residindo e desenvolvendo suas atividades trabalhistas naquela localidade.

Seguindo a orientação dada pela FETAG-PB de que a desapropriação ocorreria via Estatuto da Terra e, também, do segmento católico relacionado à Teologia da Libertação e que esteve acompanhando a situação dos trabalhadores rurais, os homens e mulheres de Alagamar sistematizaram diversas ações de resistência tais como expulsão dos gados das propriedades que eram soltos pelos novos proprietários para destruir as lavouras dos agricultores. Cada ação de resistência era antes planejada em espaços de diálogo, em reuniões realizadas tanto na comunidade rural como em espaços externos a esta. Tais reuniões se constituam como espaços de diálogo, de reflexões, de tomadas de decisões e de aprendizagem.

Devido à influência de um segmento católico, as reuniões realizadas seguiam a metodologia comumente utilizada nas Comunidades Eclesiais de Base- CEBs, a saber, o método ver, julgar e agir. Acerca da referida metodologia vemos que:

[...], o povo leva sua família, seu bairro, ou seus problemas trabalhistas para a reunião. Este é o “ver”, seguido da busca das causas e consequências de tais problemas à luz da leitura da Bíblia: é o “julgar”, no terceiro momento, o do “agir”, o grupo traça uma estratégia de ação (PUNTEL, 1994, p.232).

As reuniões eram um momento não apenas de pensar a realidade de Alagamar, mas de problematizar esta realidade em articulação com a problemática da terra no Brasil de maneira ampla, estabelecendo conexões com outras comunidades rurais que estavam passando por situações semelhantes. Nestes encontros participavam não apenas os adultos da comunidade, mas, também existiam momentos e espaços direcionados para as crianças como podemos observar no depoimento de Maria da Conceição Dias Silva, hoje professora de História e Geografia e que a época do movimento social era uma criança. Vejamos:

Eu tinha onze anos, mas era consciente de tudo o que se passava. Eles orientavam a gente a lutar pelos direitos da gente. Mostrava o risco que tinha se os fazendeiros ficassem com a terra, que a gente ia pra portas das ruas, morar em favela, barraco. Só era pra onde ia mesmo, ninguém tinha recurso nenhum, não tinha como morar num lugar bom. Ai como era que a gente ia sobreviver morando na rua sem ter um trabalho, sem ter de onde tirar nada? Porque aqui você faz um roçado, de qualquer maneira é muito bom, né (Maria da Conceição Dias da Silva, 2010) (SILVA, 2010, p.14).

A resistência pacífica e a articulação daqueles agricultores tornou-se nacionalmente conhecida em 1979, através da Cantata para Alagamar, com posta pelo Maestro José Alberto Kaplan (1935-2009). Ele, que foi regente da Orquestra de Câmara do Estado da Paraíba e um dos criadores do departamento de música da UFPB, esteve na localidade a convite de Dom José Maria Pires. Inspirado pelo que vira e ouvira no local, Kaplan, em parceria com o escritor e poeta, Waldemar J. Solha, compôs a Cantata, que foi executada por corais e encenada por grupos de teatro de várias partes do país, difundindo a imagem da luta como símbolo da não-violência. Vejamos um trecho da obra:

Ao ilustre senhor que é presidente desta grande nação que é brasileira/ General que usa estrelas da bandeira/ nos seus ombros/ sinal de onipotência/ Nós queremos pedir pela presente/ atenção às famílias da pobreza/ que [...]

vem agora erguer este lamento, por desmando dos donos da riqueza/ Confiando em seu dinheiro, pronto pra acudir, é que os grandes se botam a invadir, essas terras que são de subsistência. O senhor, porém, sabe, Sua excelência, que dentro dessa sua revolução, o estatuto nos dá a proteção e hoje nós invocamos essa lei, contra quem na barriga tem um rei, praticando assim a subversão. (KAPLAN, SOLHA, 1979).

À medida que a sociedade tomava conhecimento a cerca do que acontecia em Alagamar, a pressão para que os governantes resolvessem a situação aumentava. Assim, em janeiro de 1980 o governo federal e o estadual se comprometeram a resolver o problema através da retirada do gado das lavouras e a criação de uma cooperativa para ser a concessionária das terras. Em junho do mesmo ano, o então presidente da república, João Batista Figueiredo, acompanhado do cantor Luiz Gonzaga e do Governador Tarcísio Buriti, foi pessoalmente à localidade e entregou o título de posse da terra aos agricultores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando nos reportamos a História do Brasil, uma das problemáticas centrais é a desigualdade social e, em específico, a questão das disparidades na distribuição das terras. Embora sendo um país com uma extensão territorial de dimensões continentais, diversas são as pessoas que ainda não possuem uma parcela mínima de terra em que possam residir e desenvolver suas atividades laborais. Frente a esta desigualdade, é notória a militância e ação dos movimentos sociais na perspectiva de buscar uma distribuição mais equânime das terras.

É no contexto de repensar a posse da terra que se insere a “Luta do Povo de Alagamar”, movimento social protagonizada por homens e mulheres com suas trajetórias de luta ensinaram que é possível romper com os grilhões da opressão e construir outras realidades não mais pautadas em “falsas liberdades” ou em “liberdades condicionadas”, mas realidades nas quais tais indivíduos se assumem enquanto protagonistas e fazedores de suas histórias.

Retomar aspectos da memória de um movimento social da envergadura do ocorrido em Alagamar é trazer à tona capítulos da História da Paraíba marcados por resistências, por lutas e pela busca da garantia dos direitos para um segmento social. É, também, reverter a caneta da escrita da História de maneira a contemplar não apenas os grandes homens e seus feitos como buscava a historiografia tradicional, mas trazer para

a cena as narrativas de homens e mulheres comuns que em seus cotidianos contribuíram para um repensar da posse da terra e que através de nossas falas nos educam e nos ensinam que as contradições sociais não são um dado natural e que são passíveis de desconstrução.

REFERÊNCIAS

- CANTALICE, Dulce Maria. **Alagamar:** um conflito solucionado? Campina Grande: Universidade Federal da Paraíba, 1984. [Dissertação de Mestrado].
- INFORMATIVO ARQUIDIOCESANO. **A Luta do Povo de Alagamar.** n.83. Jan/Fev 1980.
- KAPLAN, José Alberto; SOLHA, W.J. **Cantata Para Alagamar.** São Paulo: Discos Marcos Pereira, 1979. Vinil
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Trad: Bernardo Leitão. 6.ed. São Paulo: Unicamp, 2012.
- MEDEIROS, Leonilde Servólo. **História dos Movimentos Sociais no Campo.** Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- NEVES, Gildivan Francisco das. **Na Pedagogia de um Movimento Social, uma escrita da História:** agenciando experiências, construindo saberes e fazendo Educação Popular na “Luta do Povo de Alagamar” (1975-1980). Monografia (Graduação em História). Campina Grande: UEPB, 2011.
- PIRES, José Maria. **Do Centro para a Margem.** 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1980.
- PUNTEL, Joana T. **A Igreja e a Democratização da Comunicação.** São Paulo: Paulinas, 1994.
- SILVA, Lidiane Maria da. **Comunicação na Luta de Alagamar (1975-1980):** do boca à boca às manchetes de jornais. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social). Campina Grande: UEPB, 2010.
- THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da Classe Operária.** Trad.: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- WELCH, Clifford Andrew. **Movimentos Sociais no Campo até o Golpe Militar de 1964:** a literatura sobre as lutas e resistências dos trabalhadores do século XX. In: Revista Lutas e Resistência. Londrina, vol.1, p.60-75, Set. 2006.

Cordéis:

- “A Luta de Alagamar contada pelo Poeta Expedito” escrito por Expedito Francisco Gonçalves;
- “A História de Alagamar em Cordel” escrito por Severino Izidro Faustino.



SESSÃO COORDENADA 08 - EXPERIÊNCIAS DE ENSINO

COORDENADORES: ISAMARC GONÇALVES LÔBO, IVANALDA DANTAS NÓBREGA DI LORENZO & GUSTAVO ALENCAR DE FIGUEIREDO

O ESPAÇO DAS RUAS E AS POSSIBILIDADES DO ESTUDO HISTÓRICO NA EDUCAÇÃO

João Paulo França¹

RESUMO

O presente trabalho procura inserir o espaço da Rua nos estudos históricos e análises da cidade moderna na Educação. Entendendo o mundo urbano como plural e marcado pela diversidade de pessoas e grupos sociais que cotidianamente transitam e voltam sua atenção para tal ambiente, procuramos apresentar os diferentes olhares e percepções sobre este espaço, que acaba sendo criado, não só arquitetonicamente, mas também simbolicamente. Como um *flâneur* que faz sua imersão na urbe, tentamos encontrar os possíveis percursos pelo progresso material da cidade. Assim, é construído todo um processo de memória coletiva dominante que tem como objetivo lembrar e perpetuar certos grupos sociais abastados, em detrimento de outros, como os populares por exemplo. Tentamos identificar no caso concreto de Campina Grande-PB, exemplos das possibilidades do uso do espaço da Rua para atrair maior atenção dos estudantes para o Componente Curricular História.

PALAVRAS-CHAVE: Cidade. Rua. Território. Educação.

INTRODUÇÃO

O ensino do Componente Curricular História no âmbito da Educação Básica no Brasil atual é um importante desafio que cotidianamente atraí a atenção dos professores, pesquisadores, estudantes e demais profissionais que debatem os rumos da formação humana no âmbito do ensino da população.

¹ IFRN - joao.paulo@ifrn.edu.br

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96) e os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) são os documentos básicos que norteiam a Educação no Brasil, todavia não se observa um aprofundamento na forma como a educação será pensada para tornar mais próximo do cotidiano dos estudantes às ciências que tratam da formação humana dos indivíduos.

Uma especial dificuldade se coloca em relação ao componente Curricular História, haja vista seu caráter eminentemente discursivo. Trazer seus conteúdos programáticos e postulados para o cotidiano do educando não é tarefa fácil para o professor, que mais das vezes tem que enfrentar perguntas clássicas, tais como: este conteúdo vai me auxiliar em quê? Por que história é tão distante da realidade? Vou fazer curso técnico, ou faculdade na área *x*, logo não necessito saber história... Ressalte-se que muitos estudantes só enxergam a importância do estudo da História no contexto de vestibulares ou das avaliações nacionais, a exemplo do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) que qualifica para a entrada no Ensino Superior e uma série de programas educacionais atuais, a exemplo do PROUNI (Programa Universidade para Todos) e o FIES (Fundo de Financiamento Estudantil).

Neste cenário, este trabalho trás a perspectiva, não necessariamente inédita, de contribuir para o ensino de História no sentido de lançar luz sobre uma maneira de conhecer a História Urbana Brasileira, utilizando como caso concreto a cidade de Campina Grande, Paraíba, mas que certamente poderia ser expandida para os estudos de outras experiências urbanas, onde o estudante esteja inserido.

Seguindo os passos daqueles que se encantaram com a vida nas cidades, a exemplo de Cronistas como João do Rio, em seu livro *A Alma Encantadora das Ruas*, ou mesmo do campinense Cristino Pimentel, em sua coluna *Coisas da Cidade*, editada em diferentes jornais, procuramos captar um pouco desta “alma encantadora” das Ruas, fazendo assim um movimento de apresentação, descrição e conhecimento das “coisas da cidade”, contribuindo para lançar luz sobre o passado, captando passagens e aspectos das esquinas, das praças, dos bancos a sombra das gameleiras, das marquises, dos “vazios” e das “multidões”. Neste aspecto, a Rua se desnuda em sua arquitetura e em seus territórios, dando vida ao mundo urbano, e por consequência a História local².

Após pontuarmos as mudanças físicas do espaço urbano e como os moradores e transeuntes acolhem tais transformações, procuramos por fim compreender o processo

² Utilizamos o conceito de “território” baseado em ROLNIK,1992.

de disputa no campo da memória. Nomear Ruas e Praças não é um mero ato de Governo distante do cotidiano. Na verdade, este processo passa pelo campo da disputa da memória dominante do lugar, onde podemos compreender o que se buscou lembrar e o que se procurou esconder. Neste sentido, nomes de pessoas e datas são enaltecidos, ao passo que outros nomes e grupos populares, como os negros, mulheres, foram relegados ao esquecimento.

A HISTÓRIA A PARTIR DO ESTUDO DAS RUAS

Aliar os conhecimentos teóricos da ciência História com a realidade vivida pelo educando é um importante desafio que se apresenta cotidianamente no chão da sala de aula nas escolas brasileiras. Neste sentido, os Parâmetros Curriculares Nacionais propõem:

O ensino e a aprendizagem de História estão voltados, inicialmente, para atividades em que os alunos possam compreender as semelhanças e as diferenças, as permanências e as transformações no modo de vida social, cultural e econômico de sua localidade, no presente e no passado, mediante a leitura de diferentes obras humanas (BRASIL, PCNs, 1997, p.49).

Percebe-se que o “ensino e a aprendizagem de História”, segundo os PCNs, devem ser norteados pelo cotidiano do educando, para que assim ele possa compreender as “permanências e transformações no modo de vida” de “sua localidade”. Seguindo este mote, compreendemos que o estudo a partir das ruas pode ser uma importante porta de entrada para atrair, dinamizar e tornar próximo a realidade vivida do educando os conceitos e fundamentos básicos do componente curricular História. Conceitos tais como tempo, sujeito histórico, fontes históricas podem ser observados a partir de uma realidade concreta, ou seja, o espaço da Rua³.

A análise de imagens em uma sequência temporal pode nos dar importantes pistas acerca da noção de tempo e sua passagem certamente será melhor capitada pelo educando. Fotografias, jornais, propagandas, crônicas, relatos de vizinhos e outros meios constituem importantes fontes, portas de entrada para desvendar o passado de

³ Etimologicamente a palavra Rua vem do Latim *ruga*, “ruga, dobra, sulco”. Uma explicação possível seria porque na época do início de Roma, as ruas tinham profundos sulcos, deixados pelas rodas das carroças, o que lhes dava um aspecto de enrugadas, sulcadas. Informações constatadas IN: www.origemdapalavra.com.br, acesso em 06/06/2015.

uma Rua e consequentemente seus sujeitos históricos, que serão “revelados” pela pesquisa empreendida pelo estudante.

Vivemos em maioria num mundo urbano, que longe de ser unificado se mostra de maneira plural, marcado principalmente pela diversidade. Esta é perceptível pelas características de cada Rua, pelas especificidades criadas por seus moradores e transeuntes. Sendo assim, os pressupostos da História Cultural nos permitem compreender, através das fontes, como os diferentes grupos sociais recebem as transformações que ocorrem nas Ruas da cidade e como os indivíduos dentro destes grupos se apropriam das mudanças e as redimensionam no seu dia-a-dia⁴.

A Rua é um canal que, utilizamos baseados em Michel de Certeau, para observar as práticas cotidianas dos diferentes segmentos sociais em sua relação com a cidade moderna⁵. Assim, a história se torna mais próxima do estudante, pois o mesmo passa a compreender que está inserido em um mundo construído temporalmente, tomando conhecimento mais profundo da realidade circundante, logo trazendo os conceitos históricos para sua prática cotidiana.

Para estudar o cotidiano, o educando pode ser levado a refletir sobre as transformações pelas quais passaram as cidades, principalmente, a partir das mudanças nas Ruas. Vejamos o que Maria Paula do Amaral Dick nos diz:

A rua é ponto singular de atração da cidade, um verdadeiro microcosmo dentro do organismo maior do aglomerado urbano. Para ela tudo converge, desde o fato corriqueiro do dia a dia, o simples entra e sai das casas até as grandes comemorações solenes ou festivas (DICK, 1996. p. 133).

A vida urbana tem seu pulsar no espaço das ruas. O passar do tempo pode ser apreendido não só nas fachadas das casas e nas mudanças arquitetônicas, mas também na memória de seus moradores e na captação das mudanças funcionais que as ruas sofrem ao longo do tempo, seja com o passar dos anos, ou mesmo no cotidiano, com a constituição dos diferentes territórios. A Rua não é um espaço frio e imutável, ela

⁴ Sobre os conceitos de “representação” e “apropriação” ver CHARTIER, 1990. Estes conceitos são importantes para a nossa investigação histórica no sentido que compreendemos, baseados em Chartier, que há uma representação do mundo exterior, de uma Rua, por exemplo, e esta representação é “apropriada” pelos transeuntes, pelos moradores, pelas autoridades, nem sempre de forma harmônica, mas com a reconfiguração que cada grupo ou indivíduo imprime a sua experiência com tal espaço representado.

⁵ Utilizamos o conceito de “práticas cotidianas” de Michel de Certeau, para compreender as ações do “homem ordinário”, com suas “astúcias” e suas “táticas” para desenvolver suas práticas no cotidiano de resignificação da realidade vivida. O mesmo não é um agente passivo, mas com suas burlas e desvios (re)inventa o cotidiano Ver: CERTEAU, 2009.

carrega consigo os diferentes registros da história do lugar e por consequente dos sujeitos históricos.

A RUA E OS SENTIDOS: UMA INTERPRETAÇÃO DA DINÂMICA URBANA PELO ATO DE ‘FLANAR’

Para compreender os processos de transformações históricas do espaço urbano recorremos também ao método de “flanar” pela cidade, por intermédio das fontes. “O *Flâneur* ou o ato de Flanar como método e metodologia de análises dos espaços urbanos revela uma postura de análise miúda, em que o centro de preocupação está estabelecido nos processos cotidianos e na percepção diretamente vinculadas àqueles que vivem na cidade” (NÓBREGA, 2010, p.166).

Assim, encontramos em Walter Benjamin e seus estudos sobre Baudelaire, aquilo que procuramos compreender acerca deste personagem da cidade, o ‘*flâneur*’. Como nos diz Walter Benjamin, citado por Nóbrega:

O flâneur, com a sua capacidade de observação, consegue identificar as questões mais diversas na dinâmica da cidade, ele não só a observa, mas, interfere astutamente, pois, é frente à cidade um detetive, um investigador ou algo parecido. Os atributos do flâneur são de fundamental importância para estabelecer os vínculos, identificar as falhas, ou seja, para recompor, ainda que mentalmente, os diálogos próprios à cidade e ao meio que ela evoca. Justificando um controle social elaborado pelos que a habitam e não por elementos externos ao tecido cotidiano que não entendem os nuances que compõem o mosaico complexo que a cidade enreda. (BENJAMIM, Apud NÓBREGA, 2010, p.164-165)

Portanto, assumir a postura do ‘*flâneur*’ com o objetivo de apreendermos um pouco da dinâmica das Ruas é uma forma de compreensão do passado e da história local. Seguimos desta forma, os passos de Cronistas como João do Rio, ou Lima Barreto, que com sua caderneta e lápis na algibeira saía às Ruas e subúrbios do Rio de Janeiro para captar esta espécie de pulsação da cidade⁶. Também, assim o fez Gilberto Freyre, quando ao longo do ano de 1924, percorreu ao lado de seu irmão Ulisses, montado em sua bicicleta inglesa, boa parte dos Logradouros do Recife, procurando “reminiscências mouriscas nas Ruas velhas do Recife”⁷. Como destaca Arrais, podemos

⁶ RIO, 2007 e BARRETO, 1995.

⁷ Informação constatada por Raimundo Arraes, In MONTENEGRO, 2008. p. 405.

percorrer a cidade por meio da evocação dos sentidos, e particularmente, do olhar e do olfato, para compreendermos o espaço das Ruas:

O narrador exercita seus sentidos na contemplação das Ruas, dos Largos, praças e sobrados e na absorção dos odores que escapam das velhas janelas, impregnam os sentidos e arrancam vagas, mas marcantes “sugestões” daquele que se entrega à experiência de percorrer a cidade (ARRAIS, 2008, p. 404.)

Partindo das memórias de indivíduos podemos traçar diferentes percursos pelo espaço urbano de uma cidade. E ao caminhar por tais espaços presenciamos não só construções físicas, edifícios, Ruas e praças edificadas, mas passamos a conhecer os diferentes territórios construídos historicamente.

O NOME DA RUA: A DISPUTA DA MEMÓRIA⁸

Pensemos no seguinte itinerário no Centro de Campina Grande-PB: Saindo da *Rua das Barrocas*, pela *Rua do Meio*, atravessando pela *Rua do Emboca*, subindo pelo *Beco dos Bêbados* até a *Rua das Gameleiras*, atravessando pelo *Beco do Atoleiro* até atingir a *Rua dos Armazéns*, de onde ao Norte pode-se ir pela *Rua das Areias* ou ao Sul pode-se ir pela *Rua da Cadeia* até a *Rua do Rói Couro...*

Difícil de caminhar e, certamente, mais difícil encontrar um morador de hoje que consiga dar conta de mostrar todo este percurso ao nobre leitor. Também não adianta buscar informações nas placas das Ruas, ou nos mapas atuais. Isto se dá exatamente porque não foi esta, a nomenclatura acima, a dominante na memória das Ruas da cidade. Os nomes que esquadrinhamos no nosso percurso, provavelmente, seriam bem mais conhecidos no início do século XX pelos habitantes de Campina Grande.

O que chamamos de “memória dominante” diz respeito ao que hoje conhecemos de nossa história e foi construído com o processo temporal por meio das Ruas⁹. Os populares nomeiam o espaço e o Poder Público interfere de modo a estabelecer suas diretrizes, deixando aquilo que pretende ser lembrado e expurgando o que se almeja esconder ou renegar ao esquecimento. Como nos diz Tríssia Ordovás Sartori:

⁸ A temática em relação ao estudo da Toponímia (do Grego, *tòpos*, ‘lugar’, e *ònoma*, ‘nome’, ou seja, estudo dos nomes dos lugares) e uma de suas subdivisões Hodonímia (do Grego, *hodòs* ‘via, estrada’ e *ònoma*, ‘nome’, ou seja, o estudo dos nomes das Ruas e Praças) são campos de estudos bastante difundidos no campo das Letras. Em relação ao estudo da Toponímia Ver: DICK, 1980; e DICK, 1996.

⁹ Utilizamos o conceito de “memória”, baseado em NORA, 1993 e POLLAK, 1989.

Para nomear é preciso fazer uso da língua e é através dela que se revelam as facetas do Poder. Segundo Trask (2004, p. 164), a língua pode ser usada como instrumento de pressão política e esse uso está longe de ser raro. Visivelmente, a língua pode ser usada quer para validar um grupo social ou entidade política, quer para negar sua validade (SARTORI, 2010, p. 70).

Determinadas nomeações das Ruas de Campina Grande possuíram este pensamento intrínseco. Ao analisarmos os atos de escolhas de um nome próprio, de um enunciado ou até mesmo de palavras, compreendemos que isto não ocorre de forma aleatória, sempre há desejo e valores, ou seja, uma “intenção” por trás de cada significado. O espaço público, a partir do momento que é nomeado, contém a memória de um grupo que o ‘batizou’, ou de parte dos indivíduos deste grupo que fizeram prevalecer sua vontade, tornando-a ‘dominante’. Estabelece-se, desta forma, uma identidade que produz a significação do espaço, cuja denominação de alguma forma está inserida no contexto social, político ou mesmo cultural da Urbe.

Segundo Maria Vicentina do Amaral Dick, citando Marx, o nome dos lugares lança luz sobre a “evolução” das cidades e abrem novas perspectivas para o estudo da urbanização, da vida e do espaço urbano em geral. A história demonstra a importância dos nomes que se dão aos logradouros públicos. Esses registram no tempo e na memória a evolução sociopolítica e cultural de um lugar. São espelhos de uma época, registros da memória (DICK, 1992, p. 21).

Como o espaço físico, também o espaço da memória é disputado. As denominações pelas quais os populares nomearam os logradouros sofreram o processo de intervenção governamental. Mas, aí temos dois caminhos: ou o novo nome torna-se aceito e “cai na boca do povo”, ou é relegado ao esquecimento. Um exemplo típico é o famoso calçadão da cidade de Campina Grande. Cotidianamente, camelôs expõem seus produtos, velhinhos se encontram e colocam o papo em dia, intelectuais fazem análises políticas, esportivas, culturais, etc. e transeuntes passam as centenas de um lado para o outro. Este espaço tem o nome oficial de “Rua Jimmy Oliveira”, contudo, para os usuários trata-se do “Calçadão”, simplesmente, ou do “Calçadão da Cardoso Vieira”, designação do prolongamento da Rua.

De maneira especial os nomes dos espaços físicos não escapam do desejo de certa camada social, representada por políticos ávidos por nomear Praças, Ruas, Viadutos, Escolas, ou o que mais lhe for útil para garantir a perpetuação dos nomes de pais, parentes ou de famílias “influentes”, em detrimento de nomes de populares e camadas sociais diferentes, como negros e mulheres, por exemplo. Desta forma, a

própria nomenclatura oficial sofre suas mudanças, ao sabor do grupo político que seja o dominante em determinado período. Exemplificando, podemos observar o percurso histórico da *Rua das Areias*.

Com certeza, este não seria o nome pelo qual o Poder Público desejava que fosse conhecida uma importante Artéria do Município de Campina Grande. Para os populares tratava-se de um lugar que predominava muita areia, mas que o Poder Local preferiu “batizá-la” com o pomoso nome de Rua Dr. João Leite. Com a morte do então presidente do Estado em 1930, cuidaram logo de mudar o nome desta Artéria para Rua João Pessoa. Ressaltamos que em Campina mudaram apenas o nome desta Rua e fizeram uma Praça com estátua em sua homenagem no mesmo espaço, mas, na capital cuidaram de mudar o próprio nome da cidade de Parahyba para João Pessoa, nome atual, além é claro da própria Bandeira do Estado, onde se mudou das cores “verde-e-branco” para o atual “rubro-negro”¹⁰.

Observemos o roteiro que propomos inicialmente: Saindo da *Rua Vila Nova da Rainha*, pela *Rua Afonso Campos*, atravessando pela *Rua Peregrino de Carvalho*, subindo pela *Travessa Cavalcanti Belo* até a *Rua Maciel Pinheiro*, atravessando pela *Rua Monsenhor Sales* até atingir a *Rua Marquês do Herval*, de onde ao Norte pode-se ir pela *Rua João Pessoa* ou ao Sul pode-se ir pela *Praça Clementino Procópio* até a *Rua Major Jovino do Ó*. Pois bem! A canseira para os pés continua, afinal é uma grande volta pelo Centro de Campina Grande, porém, certamente o leitor encontrará tal nomenclatura nas placas, afinal, foi esta a memória que triunfou e foi dominante até esta data de 2015 nas Ruas centrais de Campina Grande.

Compreendemos que o simples ato de aposição de uma placa para indicar o nome de uma Rua não é um ato deslocado, alheio a realidade das vivências e territorialidades da Urbe. Paradoxalmente, ela pode até conter certa falta de conhecimento (em relação ao morador não saber quem foi Maciel Pinheiro, por exemplo), mas até mesmo nisso estão ocultos interesses do ponto de vista histórico e são importantes para a compreensão das relações sociais e da memória que foi triunfante por meio da nomeação e renomeação dos Logradouros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

¹⁰ A estátua de João Pessoa foi em 1931 colocada na antiga “Praça do Algodão” (entre as ruas Marquês do Herval, João Leite e Sete de Setembro), que passou a chamar-se Praça João Pessoa. Todavia, em 1937 foi removida pelo prefeito Vergniaud Wanderley para a Praça Cel. Antonio Pessoa, no final da Rua Irineu Joffily, onde se encontra atualmente. (CÂMARA, p. 116 e p.127).

As possibilidades de estudarmos e tentarmos compreender o passado são diversas. Neste sentido, reiteramos que as Ruas são um palco privilegiado para a compreensão das vivências dos habitantes de uma cidade. Analisando as transformações físicas pelos quais os Logradouros passaram, é possível identificar algumas das mudanças de hábitos e práticas de sociabilidade dos moradores em certos momentos históricos dentro do recorte espacial e temporal. Esta forma de adentrar os estudos históricos passa a ser uma forma interessante de trazer o estudante da educação básica para a realidade a qual o mesmo está inserido.

Caminhar pelas Ruas das metrópoles hoje, igualmente a investigar as mudanças do espaço urbano e as implicações destas alterações na vida dos moradores não é algo fácil, e novos desafios sempre se impõem à pesquisa histórica. Em cada esquina, a cada cruzamento, nas praças e jardins da Urbe, múltiplas vivências e encontros se dão todos os dias entre indivíduos que, com suas particularidades (re) significam os ambientes e criam territórios para si e para seus grupos. Todavia, não é sempre que encontramos de forma clara estes territórios, pois muitos sujeitos históricos atuaram para enaltecer, ou em sentido contrário, silenciar os indivíduos de determinadas camadas sociais e seus territórios.

Diante deste quadro, podemos perceber que o historiador tem um trabalho árduo, todavia, muito importante, no sentido de tentar captar esta multiplicidade de sentidos e formas da cidade moderna e de seus habitantes, tornando possível aos contemporâneos compreenderem um pouco das lógicas urbanas. No presente lançamos luzes com possibilidades de conhecimento do passado através do ambiente “concreto” e ao mesmo tempo “simbólico” das Ruas.

Cabe-nos ressaltar ainda que as fontes pesquisadas nos informaram mais que meras descrições dos ambientes e personagens. Elas nos apresentaram singularidades que permitiram “visitar”, ou melhor, “flanar” por tão amplos espaços de sociabilidade.

Tendo como ‘fio condutor’ o estudo das ‘Ruas’, primeiro, em sua dimensão física, considerando o surgimento das trilhas e caminhos até chegar às construções arquitetônicas, e secundariamente, na dimensão simbólica, no caso, o processo de nomeação e renomeação do espaço e a construção de uma memória coletiva dominante, apresentamos uma possibilidade de uso na educação dos preceitos do Componente Curricular História para trazer ao educando uma forma de aproximar a escola do cotidiano vivido.

REFERÊNCIAS

- ARRAIS, Raimundo. Possuindo os lugares: Gilberto Freyre e a mobilização dos sentidos na apreensão da cidade In: **História: Cultura e Sentimento: outras Histórias do Brasil.** MONTENEGRO, Antonio Torres *et al* – Co-Edição. Recife: Ed. da UFPE; Cuiabá: Ed. da UFMT, 2008.
- BARRETO, Lima. **Crônicas Escolhidas.** São Paulo: Editora Ática, 1995.
- BRASIL, MEC. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC, 1997.
- _____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília: MEC, 1997.
- CÂMARA, Epaminondas. **Datas Campinenses.** Campina Grande: Ed. Caravela, 1998, 164 p.
- _____. **Os Alicerceis de Campina Grande.** 3^a Edição. Campina Grande, Edições Caravela, 2006. 120 p.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano:** 1- Artes de fazer. 16^a Edição. Trad.: ALVES, Ephraim Ferreira. Petrópolis, Vozes, 2009.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural.** Entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1990.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A motivação toponímica.** Princípios teóricos e modelos taxeomônicos. Tese de Doutorado. FFLCH-USP, 1980.
- _____. **Toponímia e Antropónima no Brasil.** Coletânea de Estudos. São Paulo: FFLCH/USP, 1992, p. 21.
- _____. O nome da Rua IN: **A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo 1554-1897.** São Paulo, 1996. p 131-269.
- MONTENEGRO, Antônio Torres. **História, metodologia, memória.** São Paulo: Contexto, 2010, 187 p.
- NÓBREGA, Pedro Ricardo da Cunha. **Antigos lugares, novos temas:** os sinais do tempo no bairro da Boa Vista. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010.
- NORA, Pierre. **Entre Memória e História - A problemática dos lugares.** In: Proj. História. Tradução: KHOURY, Yara Aun. São Paulo, 1993.
- PESAVVENTO, Sandra Jatahy, **História e História Cultural,** Belo Horizonte, Ed. Autêntica, 2008.
- PIMENTEL, Cristiano. **Abrindo o livro do passado.** 1^a Edição. Campina Grande: Editora Teone, 1956.
- _____. **Abrindo o livro do passado.** 2^a Edição. Campina Grande: EDUFCG, 2011.
- POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silencio.** In: Estudos Históricos. Tradução: FLAKSMAN, Dora Rocha Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
- RIO, João do, **A alma encantadora das ruas – Crônicas,** São Paulo, Ed. Martin Claret, 2007.
- RODRIGUES, José Edmilson et al. **Memorial Urbano de Campina Grande.** Paraíba. Prefeitura Municipal de Campina Grande. João Pessoa: A União, 1996.281 p.
- ROLNIK, Raquel. História urbana: História na cidade? In: **Cidade e história.** FERNANDES, Ana e GOMES, Marco Aurélio A F. Salvador: UFBA/ Faculdade de Arquitetura. Mestrado em arquitetura e urbanismo: ANPUR, 1992.
- SARTORI, Tríssia Ordovás. **Ruas de minha cidade - um estudo hodonímico.** Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade, Caxias do Sul, UCS, 2010.

SITE

www.origemdapalavra.com.br, acesso em 06 de junho de 2015.

“BRINCANDO” COM OS DOCUMENTOS TRABALHISTAS: PROPOSTAS E POSSIBILIDADES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

João Batista Gonçalves Bueno¹

Sandeilson Beserra Nunes²

Mirelly Maciel Silva³

RESUMO

Este ensaio tem por objetivo relatar as atividades desenvolvidas acerca da pesquisa com os processos trabalhistas provenientes do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região (TRT-13). Logo esta pesquisa possibilitará o uso destes processos como elemento potencializador para o ensino da História local. Este traz para o arcabouço das possibilidades inovadoras de pesquisa para professores da escola pública de nível fundamental e médio. Deste modo, fazendo um recorte mais específico entre os períodos de 1980 a 1992. Desta forma com estes processos podemos enxergar várias possibilidades de atividades para ensino de História seja a; Escravidão no Brasil, Era Vargas e tantos outros acontecimentos. Desta forma, a pesquisa só se torna possível devido aos recortes historiográficos feitos a luz da leitura e suas relações entre ensino de História e mundo do trabalho, ou seja, buscamos correlacionar o ensino e as questões inerentes ao trabalho ao decorrer deste período fazendo paralelos entre passado e presente. Utilizamos de início referências teóricos para produção como J. Le Goff e W. Benjamin, EP. Thompson e historiadores ligados ao ensino de História dando dinamismo e corpo a pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de História; Documentos; Justiça do trabalho.

INTRODUÇÃO

A história se faz com documentos escritos, sem dúvida, quando eles existem. Mas ela pode ser feita, ela deve ser feita com tudo o que a engenhosidade do historiador lhe permitir utilizar (FEBVRE, 1974, p. 21)

Não se produz conhecimento histórico sem o amparo das fontes históricas, ou seja, sem o manuseio de vestígios ou registros do passado que possibilitem a construção do olhar do historiador a partir de questões de seu tempo, isto é, a partir das indagações que o presente permite fazer sobre o documento histórico. Entretanto o modo, e os objetivos do saber histórico escolar diferenciam-se do saber histórico acadêmico: enquanto o pesquisador direciona seus esforços para elaborar interpretações sobre o passado a partir de fontes históricas, o professor de História se procura em contribuir

¹ Coordenador de área do PIBID, Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira-PB, e-mail: joaobgbueno@hotmail.com

² Graduando do Curso de História, Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira-PB, e-mail: sandeilson@hotmail.com

³ Graduanda do Curso de História, Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira-PB, e-mail: mirellymaciel95@hotmail.com

para o desenvolvimento de habilidades e competências indispensáveis à construção de um pensamento histórico.

Deste modo, cumprindo as exigências referentes às atividades parciais do Programa de Iniciação Científica (PIBIC), cota 2014/2015, do projeto “Levantamento e elaboração de propostas de ensino de História a partir do uso de processos da Justiça do Trabalho da Paraíba”, desenvolvido no curso no Núcleo de Documentação Histórica do Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba (NDH-CH/UEPB), sob orientação do professor Dr. João Batista Gonçalves Bueno.

Assim, partindo desse ponto o uso de documentos propicia a universidade a criar estruturas que possibilitem o contato com uma fonte histórica que dentro da mesma é possível perceber várias outras fontes interligadas formando uma espécie de “teia” que paulatinamente vai sendo alinhavado e construído essa concha de retalhos do passado, trazendo inúmeras contribuições para as pesquisas acadêmicas dando suporte para a pesquisa histórica.

Um dos fundamentos principais do ofício do historiador é a análise de documentos. A historiografia no século XX ampliou as dimensões da pesquisa para o historiador ao valorizar todo e qualquer registro humano como uma fonte potencial de interpretação da sociedade. Os documentos, nessa perspectiva, são registros das ações humanas, seja de qualquer natureza: escritos, visuais, orais, monumentos etc.; são datados e localizados em tempos e espaços específicos; expressam o contexto histórico de uma dada época, pois revelam e evidenciam sentimentos, costumes, valores, ideologias.

Trabalhar com os processos trabalhistas provenientes do Tribunal Regional do Trabalho da 13^a Região (TRT-13) do Núcleo de Documentação Histórica do Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba (NDH-CH/UEPB). Logo estes documentos nos dão inúmeras possibilidades de trabalho acerca do ensino de História a fim de despertar o caráter crítico e reflexivo dos alunos e colaborar com um suporte para aulas de História dos professores da escola básica.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Justiça do Trabalho foi criada durante o governo de Getúlio Vargas, em 1º de maio de 1941, para tentar estabelecer a conciliação entre patrões e trabalhadores, e atenuar os conflitos na relação capital/trabalho através da execução da Consolidação das

Leis Trabalhistas – CLT. A CLT foi criada, em 1943, contemplando a garantia de uma série de direitos para os trabalhadores urbanos. As leis trabalhistas não surgem do dia para à noite, as leis foram fruto de intensos conflitos, principalmente, durante o período da Primeira República. Como afirma Claudio Batalha:

Os primeiros anos do século XX reuniram algumas condições favoráveis à eclosão de movimentos reivindicativos dos trabalhadores: por um lado, uma conjuntura econômica propícia à obtenção de ganhos, com uma fase de expansão da economia iniciada em 1903; por outro, a proliferação de organizações operárias voltadas para a resistência, isto é, para a luta sindical. Em alguns casos essas organizações surgiram em decorrência de movimentos grevistas, em outros precederam as greves; em todo caso, nasceram em momentos de mobilização das categorias que as criaram. Desse modo, categorias inteiras que não haviam passado por experiências prévias de organização formaram sociedades. Em São Paulo, por exemplo, houve aumento significativo do número de greves nos primeiros anos do século com relação ao período precedente; em contrapartida verificou-se um incremento na organização dos trabalhadores em sociedades de resistência. (BATALHA, 2000, p. 39)

Partindo dessa propostas, a nossa temática do projeto contempla eixos principais de pesquisa no âmbito do Ensino das disciplinas escolares que ratificam as perguntas “o que ensinar?” e “como ensinar?”. Tendo em vista que buscamos investigar de forma aprofundada os níveis de compreensão do passado e do presente dando maior dinamismo e suporte para os alunos da escola básica, buscando sentidos e significados nos propósitos da História. (BARCA, 2011).

Os processos da Justiça do trabalho, vistos assim como documentos monumentos, trazem consigo História do seu tempo e nos faz compreender o presente. Observamos nestas suas relações sociais e culturais que por muitas vezes se encontram Livros Didáticos e conteúdo de História que nos apresentam várias visões de mundo em um desdobramento de um documento, que foi escrito em um tempo para explicar outro tempo.

Finalmente esta análise dos documentos elucida que o ensino não se restringe aos fatos e conteúdo do passado, mas sim do desenvolvimento em conexões de diálogos fazendo paralelos entre passado, presente e futuro. A partir disso, acreditamos que o indivíduo consiga produzir uma relação de conhecimento que vá além do conhecimento prático do passado pragmático, “dado pronto e acabado”, criando significados para o presente e possibilidades para uma projeção crítica do seu futuro.

METODOLOGIA

Para o levantamento do projeto usamos critérios intencionais na seleção dos documentos, que foram feitos através de leitura e análise em conjunto dos processos da Justiça do Trabalho, e o que sem encontrar escrito nos processos e se possuem relação com o tempo presente. Destacamos recortes historiográficos que elucidem as visões de mundo e os sujeitos nela inseridas e suas relações com o trabalho e como estas se associam com as relações acerca do ensino de História.

Sendo assim buscamos analisar tais perspectivas e se correlacionam com emaranhado universo do trabalho tendo nos documentos da Justiça do Trabalho o ponto de partida para a elaboração de um ensino de História que construa no documento possibilidades inovadoras para relação ensino aprendizado da escola básica.

Utilizamos os seguintes critérios para levantamento da pesquisa:

- I. Apontar e averiguar as representações trabalhista da região de Guarabira nas últimas duas décadas do século XX;
- II. Mostrar sobre a produção do conhecimento histórico-escolar, a partir das complexidades de significados e interpretações suscitadas pela leitura das fontes do arquivo;
- III. Apresentar questões que contribuam para as discussões e reflexões sobre novas possibilidades de ensino-aprendizagem de História, via a utilização de processos da Justiça do Trabalho;
- IV. Conceder ao site do NDH, sugestão de atividades que possam ser utilizados em sala de aula.

RESULTADOS

É na escola que se fundamenta, a formação e perpetuação de valores e convenção de uma sociedade. É nesse meio lúdico que se busca permear o Ensino de História trazendo sentido e significado tanto para o aluno quanto para o professor. Em meio a essa cultura escolar o Livro didática foi aos poucos se tornando protagonista do Ensino de história, gerando um mercado lucrativo e importante para educação.

Nesses últimos anos o Livro didático adotado nas escolas públicas vem sendo adulterado, deixando o conteúdo de lado e dando lugar a ilustrações cada vez maiores, dando aos alunos mais atratividade. Outro ponto relevante é que os Livros dão mais facilidade aos professores, pois nele existem manuais que dão todo suporte que o professor necessita, transformando assim o Ensino de História em “receita” que deve ser testada em sala de aula. Deste modo, o Livro Didático auxilia no preparo da aula, por

outro ele tira sensibilidade dele e do aluno já que são leitores prementes, que se isolam as possibilidades criativas, muitos historiadores chamam o Livro Didático de “máquina de moer celebro”.

Alterações no governo, elaborações de novas metodologias educacionais, que sejam implementadas e adotadas em sala de aula, que são rapidamente absolvidas pelos livros didáticos, para desprezo dos professores, quem vem no Livro a facilidade e praticidade para solucionar seus problemas. Nesta ótica de constante discussão dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que vem criando propostas de diversificação de abordagens, além de objetivos e temas, que podem ser trabalhados e explorados no cotidiano escolar.

Ao lado do Livro Didático, relações iconográficas, cinema, dinâmicas em equipe e o documento contribuem para potencialização da aprendizagem. Os documentos históricos seja ele de origem; sonora, visual ou escrita, tendo cada um uma forma peculiar de se trabalhar em sala de aula.

Para criar corpo este projeto se interessa na discussão dos documentos históricos escrito, os documentos de processos trabalhistas provenientes do Tribunal Regional do Trabalho da 13^a Região (TRT-13) do Núcleo de Documentação Histórica do Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba (NDH-CH/UEPB) e como estes podem ser utilizados como eixos temáticos de atividades de história. Para tanto procuramos aproveitar um tema muito presente nos bancos escolares O Trabalhismo Na Era Vargas e seu período (1930 a 1945), coordenado pelo prof. Dr. João Batista Gonçalves Bueno da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.

O objetivo deste projeto era compreender, através dos autos findos da justiça, como a história do trabalho pode ser contada, como por meio dos processos trabalhistas, e compreender suas relações e como isto pode ser aplicado dentro da sala de aula sendo mais um suporte didático para o professor, a pesquisa tem recorte regional no estado da Paraíba em Especial o Agreste, Brejo e Zona da Mata.

Dentre inúmeros processos localizados chamou a atenção o processo de M. R.M. um agricultor que reivindica seus direitos trabalhistas perante a uma oligarquia rural que não o reconhece como trabalhador apenas o explora como escravo. Vejamos um trecho do processo:

O reclamante iniciou sua prestação laboral para o reclamado (...) onde, trabalhando na produção segunda a sexta feira e as vezes aos sábados quando via transportes. Que sua remuneração não atingia o salário: mínimo da

categoria e nem mesmo o nacional, uma vez que no ato da demissão recebeu uma última remuneração (...) NDH-CH/EUPB. Processo TRT-13 JCJ-Guarabira 1840/92 (Grifos nossos)

Com isto podemos fazer vários links com o conteúdo de história tendo em vista o latente anseio de um trabalhador receber aquilo que lhe garantido pela CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas, tornando esse fragmento do processo um elemento para uma aula intuitiva de História, mostrando rupturas e permanências dos processos históricos.

Sabemos como é difícil retirar esse aluno da inércia, da realidade decorativa da história, tendo em vista a carga elevadíssima de conteúdos maçantes que o mesmo recebe durante todo o ano letivo. Toda via acreditamos e procuraremos mostrar como que se for permitido ao aluno perceber que a utilização de documentos retira o ensino de história de um campo, que aproxima o campo do aluno do “virtual” para o “real” mais palpável, próximo de sua realidade, ou seja, gera um evento “sedutor” tornando o aprendizado produtivo trazendo a aluno para ser pesquisador, produtivo e desafiador.

Tendo como suporte que os PCNs em suas diretrizes incorporam novas fontes, para o ensino de História, que dão direção nas aulas desta disciplina. Chamando a atenção para que:

Utilizar documentos históricos na sala de aula requer do professor conhecer e distinguir algumas abordagens e tratamentos dados às fontes por estudiosos da história. Requer dele a preocupação de recriar, avaliar e reconstruir metodologias do saber histórico para situação de ensino e aprendizagem (MEC/SEF, 1998, p. 89).

Compreendendo, a proposta do PCNs, percebe-se que não é uma tarefa fácil, pois trabalhar com documentos em sala de aula, exige do professor compreensão, e dinamismo para que o mesmo consiga atingir os objetivos desejados a esse conteúdo, logo o conhecimento histórico parece “petrificado e estabelecido para todo o sempre” (MEC/SEF, 1998), e, portanto, supostamente vedado a reavaliações, questionamentos e reconstruções.

Para atingir o objetivo se faz necessário, um deles é que o professor precisa ciente do conhecimento prévio do aluno sobre o assunto que pretende trabalhar em sala de aula, para que ele estabeleça conexões entre seu aluno o objeto e seu conteúdo dado, proporcionando desdobramentos indispensáveis criando parcerias com a proposta instigando aprendizagem.

Para que isso aconteça precisamos de uma metodologia própria que permita ao aluno tirar proveito do material que tem em mãos, segundo Lee:

Para compreendermos a História, precisamos falar de situações específicas do passado e promovermos a sua interpretação. Não se trata de trabalhar livremente com documentos. Se apenas damos às crianças fontes históricas, damos simplesmente conhecimentos desagregados. Se apenas damos diferentes versões, elas poderão entender que uma é certa e a outra é errada (LEE, 2001, p. 14).

Peter Lee nos faz compreender a necessidade de trabalharmos com o documento e levar este objeto para a sala de aula, tendo em vista, que não é só levar o documento em si mais sabe-lo interpretá-lo, pois cada um tem suas especificidades e partir do cabedal infinito de interpretações que este documento possibilita realizarmos.

Precisamos destacar que o professor deve ter “afinidade” com o documento que escolhe para trabalhar em sala de aula. Quando isto não ocorre os feitos desejados não passaram para o aluno, transformando a atividade em “lazer”, ou para o professor que não tem esmero pela sua profissão criando assim apenas um espaço de preenchimento do tempo na sala de aula. Em contraponto se o professor tiver o “macete” necessário para trabalhar o documento como elemento integrante do ensino, demonstrando a sua importância e elevada carga de conhecimento, logo o aluno saberá reconhecer a dimensão relevante que o documento tem para o aprendizado.

Outros pontos que vão do afínco entre professor e documento, que o mesmo faça a separação entre este e a ilustração, e que por traz do documento existe uma voz, tem um algo mais nas entrelinhas de cada processo, despertando no aluno senso investigativo. Sendo assim, este projeto busca aliar as tarefas de ordem prática, o trabalho com o documento, uma relação teórica trabalhando no alunado conceitos básicos de estudo da História, como; o que se tende por passado. Qual o sentido da ideia de processo histórico. Quais os papéis assumidos pelos indivíduos em uma sociedade, nas mudanças e permanências.

AUTOS FINDOS DO TRT 13^a E RELAÇÕES DE TRABALHO NA ERA VARGAS RELAÇÕES POSSÍVEIS

Em meados da década de 30, vislumbramos um novo cenário político no Brasil onde os laços que conectavam cidadãos e instrumentos de controle político sofreram mudanças significativas. A nação sofreu mudanças em sua esfera política, neste período

a população rural deixa de ser a maioria dos trabalhadores do Brasil, configurando-se um novo cenário para o país, onde o processo de industrialização e urbanização são de extrema importância.

As representações expostas neste tempo, são cristalizadas na memória do povo como momento importante para criação das Leis trabalhistas que estão vigentes até hoje em nosso meio logo, este processo se torna peculiar para esse momento:

Com relação a garantia salarial assegurada à categoria foi a base de 10% (dez por cento) nunca inferior ao salário mínimo, portanto, declina o postulante ter sido dispensado em março de 1992, época que o salário mínimo importava em Cr\$ 96.037,33 (noventa e seis mil, trinta e sete cruzeiros e trinta e três centavos). O salário do postulante representava a quantia de Cr\$ 105.641,06 e não o valor de Cr\$ 230.000,00, constante da inicial postulada pelo mesmo.
NDH-CH/EUPB. Processo TRT-13 JCJ-Guarabira 1840/92

Com esse pequeno trecho o professor pode explanar como as leis trabalhistas fizeram de Getúlio um governante extremamente popular. Além disso, o professor pode indicar de que maneira leis de controle sobre os sindicatos foram de grande relevância nesse processo de controle desejado pelas autoridades da época. Ou seja, os processos podem trazer em suas entrelinhas elementos riquíssimos que dão um significado diferenciado a aula de história potencializando teoria e prática.

Descabido é o pleito de postulante no que se refere ao pagamento do título de aviso prévio, uma vez que o mesmo foi pago quando da rescisão contratual de trabalho devidamente homologada pelo sindicato da categoria em conformidade com o artigo 477 da consolidação das leis do trabalho. NDH-CH/EUPB. Processo TRT-13 JCJ-Guarabira 1840/92

Nas tessituras dos autos findos da justiça do trabalho são comuns os direitos e garantias do trabalhador e a CLT – Consolidação da Leis Trabalhistas, é latente discursos dos excluídos na luta por uma melhoria de vida e os mesmos tem seus direitos negados, ou seja, fica claro os vários desdobramentos que são possíveis quando se trata de trabalhar com o documento. É visível negação de 1/3 de férias, FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, Férias simples.

Sendo assim em 1933, Vargas aprova concessão de férias anuais para os trabalhadores, tendo em vista, que podemos ver que esses direitos nos autos dos processos do NDH, são constantemente negados, criamos aqui uma possibilidade segundo Walter Benjamin, onde saltamos como o tigre em direção ao passado.

Somente, ele se dá numa arena comandada pela classe dominante. O mesmo salto, sob o livre céu da história, é o salto dialético da Revolução, como o concebeu Marx.

O “salto do tigre no passado” pode conduzir a saídas de sentidos contrapostos, conforme advenha “na arena onde manda a classe dominante” (identificação) ou “sob o céu livre da história”. Tal como a moda, a história é revivida, mas segundo essa duplidade: como repetição ou como sentido inédito, como catástrofe ou como redenção. O que subjaz à abordagem de Benjamin é a crítica à noção de continuidade temporal: “A história é o objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio”, como interrupção do devir abstrato do tempo. A ideia segundo a qual a história é sempre escrita pelos vencedores é a ideia da “catástrofe” como continuidade da história: “A continuidade da história”, diz Benjamin, “é a dos oprimidores” e “a história dos oprimidos é uma descontinuidade”.

Se refletirmos entre os anos de 80 e 90 é visível um desenvolvimento democrático, ao logo de anos difíceis e um acelerado processo de privatizações e de redução do papel social do Estado vemos a importância de “brincar” com esses documentos, percebemos como eles nos dão possibilidades de criarmos e inovarmos dando saltos no passado e vindo para o presente.

Os autos findos do Tribunal Regional do Trabalho da 13^a Região (TRT-13) do Núcleo de Documentação Histórica do Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba (NDH-CH/UEPB) estão aí para ser saboreados por professores sedentos por novos métodos que socializem e aproximem o aluno da realidade tirando este da sua zona de conforto tornando aluno professor pesquisador. A luta pelos direitos trabalhistas tem um longo caminho pela frente. Ela interessa não apenas aos trabalhadores, mas a todos os que se batem pela ampliação do mercado interno e por uma convivência mais harmônica e democrática entre os brasileiros.

CONCLUSÕES

A utilização das fontes jurídicas em andamento no acervo documental do Núcleo de Documentação Histórica do Centro de Humanidades da UEPB tem demonstrado ser um material riquíssimo e que a todo tempo nos faz suscitar questões e formular hipóteses. Questões essas que a cada dia vão se aprimorando com a leitura dos autos-findos. Deste modo, por mais que tenhamos nos empenhado para o cumprimento das

atividades, o trabalho ainda é muito intenso, sendo impossível concluir-lo neste momento.

Isso permitirá compreender aspectos da história paraibana, através das fontes judiciais. Poder ter acesso a estas fontes permitirá aos pesquisadores perceber relações sociais mais amplas possibilitando novas abordagens acerca do ensino de história observando no documento pessoas “anônimas” e dos “de baixo” na História⁴, que até então, estavam presas aos cordões de amarras dos autos-findos.

REFERÊNCIAS

- BATALHA, Claudio H. M. **O movimento operário na Primeira República.** Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- BARCA, Isabel. **Educação Histórica: uma nova área de investigação.** Revista da Faculdade de Letras. Porto, III Série, vol. 2, pp. 013-021. 2001.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos.** São Paulo: Cortez, 2009.
- BRASIL. MEC. Secretaria Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais (1^a a 4^a séries) - História.** Brasília, 1997.
- _____. MEC. Secretaria Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais (5^a a 8^a séries) - História.** Brasília, 1998.
- LEE, Peter. Progressão da compreensão dos alunos em História. In: BARCA, Isabel (Org.) **Perspectivas em Educação Histórica:** Actas das Primeiras Jornadas Internacionais de Educação Histórica. Braga: MINHO, 2001.

⁴ SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: Novas perspectivas.** São Paulo: UNESP, 1998, p. 39-62.



SESSÃO COORDENADA 09 - IMAGEM E HISTÓRIA

COORDENADORES: ELSON DE ASSIS RABELO, ANA RITA UHLE & ROSILENE ALVES DE MELO

**A IMAGÉTICA NA LITERATURA DE CORDEL: ANÁLISE DO ACERVO
JOSÉ ALVES SOBRINHO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA
GRANDE**

José Rodrigues Filho¹
Orientadora: Rosilene Alves de Melo²

RESUMO

Ao longo de aproximadamente um século, as imagens presentes nas capas dos folhetos constituem uma memória visual do cordel no Brasil ao veicular uma visibilidade e uma imagética por meio de uma estética singular, especialmente após a introdução da xilogravura como técnica de ilustração. No projeto de pesquisa “Memória visual do cordel no Brasil: uma análise iconográfica do acervo da UFCG” (PIBIC/CNPq/UFCG) objetivamos problematizar as imagens presentes nas capas dos folhetos de cordel editados no Brasil ao longo do século XX. A pesquisa tem como referência as contribuições de Aby Warburg com vistas a entender como as imagens presentes nas capas dos folhetos de cordel são portadoras de mensagens e significados. Notamos também como imagens de tempos distintos se relacionam com outras, observamos ainda entender que a escolha das imagens não é feita de forma aleatória, mas sim por escolhas. Em meio a isso, pretendemos neste artigo apresentar os resultados e discussões obtidas até o momento na pesquisa do referido projeto referente à primeira vigência 2014/2015.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura de cordel. Cultura visual. Iconografia. Acervo José Alves Sobrinho.

¹Bolsista PIBIC/CNPq/UFCG e graduando em História pela Universidade Federal de Campina Grande, campus de Cajazeiras (UFCG/CFP).

² Professora da Universidade Federal de Campina Grande, campus de Cajazeiras (UFCG/CFP). Unidade Acadêmica de Ciências Sociais (UACS). Contato: rosileneamelo@gmail.com

INTRODUÇÃO

Segundo Marlyse Mayer(1980), o termo literatura de cordel como conhecemos atualmente é resultado de uma “reintrodução da denominação portuguesa”, esse conceito teria sido definido pelos estudiosos. Para os produtores e leitores nordestinos ela era conhecida anteriormente de literatura de folhetos.

Segundo a antropóloga Ruth Brito Lemos Terra (1983) por volta do ano de 1893 surge à literatura impressa no Nordeste, quando o poeta Leandro Gomes de Barros passou a publicar seus primeiros folhetos. Segundo Ruth Terra, a literatura de folhetos do Nordeste surgiu em um período onde as camadas populares tinham sua condição de vida colocada em segundo plano, ou seja, não se era dado nem voz nem vez a elas. É neste período onde acontece um rompimento de valores e costumes, os quais eram baseados em relações de dominação que estavam ligadas a uma ponte de serviços e valores. Em meio a isso, surgem os poetas “populares”, “homes pobres” que utilizavam a realidade presente para fabricarem seus poemas.

A ideia de rimar histórias há muito tempo conhecidas no Nordeste é mérito do cantador Silvino Pirauá. Todavia, “do rimar a história a imprimi-la, havia um outro passo, e este foi dado por Leandro Gomes de Barros” (MAYER, 1980). O poeta Leandro Gomes de Barros é considerado o patrono na arte de produção regular de folhetos de cordel, não permanecendo sozinho, passa a ser seguido por outros poetas como: Francisco das Chagas Batista e João Martins de Athayde, estes, começando a publicar seus folhetos nos primeiros anos do século XX.

O surgimento da literatura de cordel se relaciona de certo modo a cantoria de viola, praticada por violeiros que em suas andanças pelo Brasil, sobretudo as regiões Norte e Nordeste, declamavam seus versos de amor, alegria, mágoas, esperanças, protestos contra a carestia, assim como de insultos a outros poetas quando ocorriam as conhecidas pelejas. Contudo, a maior parte desses versos se perderem por não haver um suporte que permitisse o registro escrito dos mesmos. Diante disso, grande relevância se tem a imprensa, pois, a mesma possibilita o registro escrito dos poemas, ocorrendo dessa forma uma transição dos versos orais para um suporte escrito, o livro.

A literatura de cordel permaneceu durante muito tempo enquanto domínio dos folcloristas, não sendo dada a mesma neste período uma importância por parte da historiografia. Somente a partir do século XX com o surgimento da História Cultural a

mesma passa a ser inserida nas discussões historiográficas, passando a ser considerada uma importante fonte para o estudo histórico.

De outro modo, a análise das imagens durante séculos foi um campo de estudos restrito aos historiadores da arte. As imagens quando utilizadas pela historiografia, eram tomadas como simples ilustrações dos textos, não havendo dessa forma nenhuma ou muito pouca atenção dada a elas enquanto fonte histórica. Segundo Paulo Knauus (2006), durante muito tempo a única fonte admissível para o estudo histórico seria a documento escrito, considerado um “padrão de fonte histórica”. O resultado disso foi o negligenciamento dado as fontes imagéticas, as quais, quando utilizadas pela historiografia, serviam somente e raramente quando as fontes escritas não eram suficientes.

Segundo Meyer (1980), as imagens na literatura de cordel começam a ser inseridas pelos poetas e editoresa partir das primeiras décadas do século XX, essa técnica está associada ao pioneiro desta literatura, o poeta Leandro Gomes de Barros. Vale salientar que esta prática não se restringiu a Leandro Gomes de Barros, a mesma passou a ser utilizada e ganhou uma maior difusão com outros poetas, a exemplo de João Martins de Athayde, que recorria com frequência a desenhistas do Recife encomendando-os trabalhos artísticos para ilustrar as capas dos seus folhetos.

As imagens pressupõem um leitor, um destinatário; portanto, toda imagem é uma modalidade de comunicação. Por outro lado, o leitor também estabelece significações e correlações entre aquilo que vê na capa do cordel com outras imagens e outras experiências. Nestes termos o leitor confere sentidos ao que vê ao buscar no seu “arquivo de memória”, no seu próprio repertório de imagens, na sua cultura e nos processos de apropriação cultural, os elementos para elaboração de sentido.³

Diante disso, consideramos nesta pesquisa que as imagens que ilustram os folhetos de cordel são utilizadas com propósitos e finalidades. Para Ana Maria Maud (1996), determinadas opções realizadas pelo fotografo no momento da captura da imagem partem em meio a uma coleção de escolhas possíveis, e ao se fazer essa escolha assim como o fotografo, acreditamos que os poetas e editores dos folhetos de cordel transmitem através da imagem certos significados e anulam ao mesmo tempo outros.

³Citação referente a artigo apresentado no II Seminário Nacional de História e Contemporaneidade da URCA na cidade de Crato-CE, realizado entre os dias 13-16 de outubro de 2015. Autores: Profa. Rosilene Alves de Melo (UACS/CFP/UFCG) e José Rodrigues Filho (Bolsista/PIBIC/CNPq/UFCG).

A partir da contribuição do historiador da arte AbyWarburg objetivamos compreender como a imagem presente na capa do folheto de cordel é portadora de uma mensagem presente, um significado. Nos questionamos ainda como imagens de tempos distintos se relacionam com outras. Em suma, objetivamos analisar como o folheto de cordel seleciona, produz e protege imagens ao longo do tempo, procurando entender como as imagens constituem uma memória visual do cordel no Brasil. Faremos um breve apanhado do estudo da iconografia dentro do campo da historiografia e logo em seguida será apresentado a análise de algumas imagens resultados do relatório final da primeira vigência do projeto de pesquisa PIBIC/CNPq/UFCG “Memória visual do cordel no Brasil: uma análise iconografia do acervo da UFCG”, vigência 2014/2015 que tem como objeto de investigação o conjunto de mais de três mil folhetos de cordel do acervo José Alves Sobrinho localizado na Biblioteca da UFCG campus de Campina Grande. Este acervo foi resultado do trabalho do poeta, repentista e pesquisador José Alves Sobrinho.

HISTÓRIA E IMAGEM

Do ponto de vista metodológico, entendemos que ao considerarmos as imagens não mais como simples ilustrações, devemos, a priori, “aprender a ler imagens”. Boris Kossoy (1993) nos chama atenção para o fato de buscarmos “contextualizar as imagens” em seus diversos meios históricos: político, social, econômico e cultural. O historiador Eduardo França Paiva (2006), apresenta que um dos aspectos fundamentais na leitura de imagens é entender as categorias históricas de permanência e continuidade, de ruptura e descontinuidade, segundo ele, são essas categorias que constituem a base de estudo das fontes icônicas. Em outras palavras, deve-se tomar e transformar tais categorias em questões e problemas, indagações que devem ser feitas as fontes icônicas, assim como a outras. De acordo com ele, é a partir disso que se tornará possível entendermos como algumas imagens permanecem sendo referências para nós e porque outras não, porque algumas se perpetuam enquanto outras são deixadas no passado.

Em meio a isso, partimos inicialmente de uma pesquisa bibliográfica sobre a história da literatura de cordel juntamente com discussões teóricas no campo da história cultural e da arte, afim de procurarmos entender como proceder a análise de imagens. Como respaldo teórico utilizamos as contribuições do historiador da arte AbyWarburg, o qual rompe com a perspectiva tradicional da história da arte de entender o objeto

apenas como sinônimo de beleza. Para ele, a arte seria muito mais do que o belo ela seria portadora de um pensamento de uma ideia, a obra de arte apresentaria sentidos e significados.

Se foi analisado em meio a isso o conjunto de seis imagens⁴ sobre os seguintes temas: Antonio Silvino, onde se foi abordado às diferentes formas de ilustração do mesmo na literatura de cordel. O segundo tema se refere a uma imagem reapropriada do cinema, onde, o poeta José Costa Leite utiliza uma imagem (um clichê de artistas de cinema) para ilustrar dois folhetos de cordel com temas distintos. Diante do exposto, procuramos entender como proceder uma análise das imagens presentes nas capas da literatura de cordel, considerando sobretudo, que autores e editores desta literatura não estampam os folhetos de forma ingênua, inocente, entendemos que os mesmos utilizam as imagens baseadas em seus interesses.

ANALISANDO IMAGENS

Os poetas e editores de cordel descobriram na capa do folheto um espaço privilegiado para associar a trama do texto escrito a uma imagem. Todavia, os primeiros folhetos de cordel não possuíam ilustração nas capas, continham apenas algumas informações relevantes para o público, como: o título da história e o autor, outras capas traziam ainda o local de comercialização do folheto, editora de publicação, juntamente com o preço do folheto e número do volume em que se encontrava a publicação. Por não possuírem ilustrações nas capas esses folhetos ficaram conhecidos como folhetos “sem capa” ou de “capa cega”.

⁴ No conjunto de imagens, analisamos quatro capas de folhetos de cordel juntamente com imagens de uma notícia de jornal.



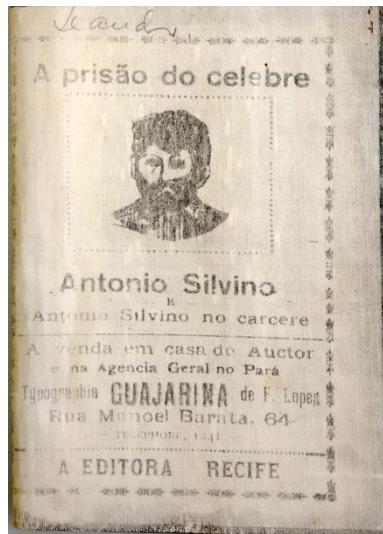
Folheto “sem capa” (PEREIRA NETO, 1985).

Alguns desses primeiros folhetos possuíam algumas diferenças de tamanho no que diz respeito ao estilo de variação sobre algumas informações. Vejamos o folheto acima apresentado. Percebemos que há uma diferença de tamanho do nome do autor para o título da história *A carta que veio do céu*, essa estratégia de se utilizar um tamanho maior da fonte no título objetivava chamar atenção para os leitores pouco familiarizados com a leitura, possibilitando assim, um foco e reconhecimento maior da história. Após o título do folheto segue um ornamento centralizado que separa o autor e o título da obra das informações editoriais e comerciais: preço e local de publicação. A capa do folheto apresenta duas mensagens distintas e separadas tipograficamente: as informações que apontam para o conteúdo do livro que se distinguem das informações comerciais. Com isto o editor deseja chamar atenção para o conteúdo do livro e seduzir o leitor pela mensagem centralizada no folheto.⁵ Podemos concluir assim, que essa característica tinha como objetivo central agradar esteticamente o leitor e impulsionar a venda destes livros.

Com o passar dos tempos, mas especificamente nas primeiras décadas do século XX as imagens começam a ser inseridas na literatura de cordel, inserção que se da pelo pai desta literatura, o poeta Leandro Gomes de Barros, sendo seguida de forma continua por João Martins de Athayde, Francisco das chagas Batista e outros poetas.⁶ Vejamos o folheto a seguir:

⁵ Relatório final do projeto: “Memória Visual do cordel no Brasil: uma análise iconográfica do acervo da UFCG” (PIBIC/CNPq/UFCG). Vigência 2014-2015.

⁶MEYER, Marlyse. *Autores de cordel*. São Paulo: Abri Educação, 1980.

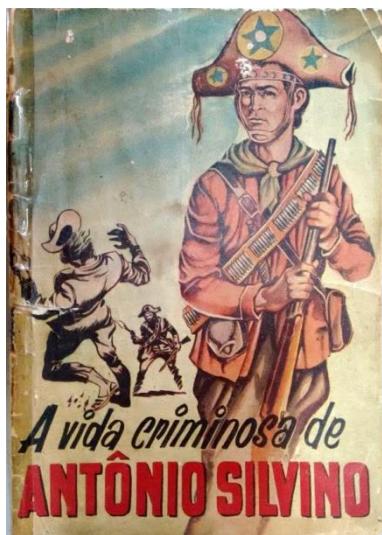


A prisão do celebre Antonio Silvino e Antonio Silvino no Carcere. Leandro Gomes de Barros/ Data aproximada de publicação: 1914

No folheto do poeta Leandro Gomes de Barros, o qual noticiava a prisão do cangaceiro Antonio Silvino se faz presente umas das primeiras ilustrações na literatura de cordel do cangaceiro Antonio Silvino⁷. O folheto foi publicado pela Editora Guajarina localizada na cidade de Belém estado do Pará. Esta se caracterizou por ter sido a primeira editora de cordel do Norte do Brasil.

O próximo folheto de cordel apresenta uma imagem do cangaceiro Antonio Silvino não mais em xilogravura (como a anterior), mas sim um desenho em cores, técnica desenvolvida pela Editora Preludio da cidade de São Paulo - SP. Esta editora se caracteriza no mundo do cordel por ter entrado no mercado já inovando na década de 1950, onde uma das suas principais características diz respeito a uma diferenciação das técnicas de impressão do folheto de cordel. Diferentemente das editoras do Norte e Nordeste, a Preludio não faz uso de imagens em xilogravuras e clichê, mas passa a utilizar-se da técnica desenhos em policromia, imprimindo nas suas capas, imagens coloridas. Vejamos a imagem que se segue:

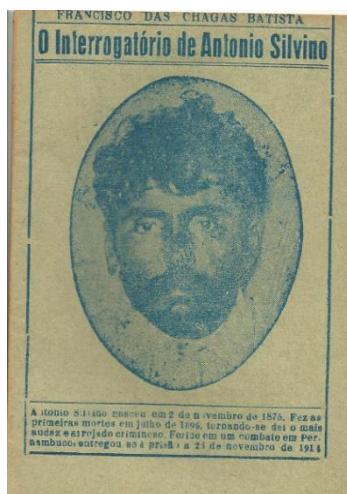
⁷ Em uma breve pesquisa não localizamos nenhuma ilustração em um folheto de cordel mais antiga do que a apresentada.



A vida criminosa de Antônio Silvino. Autor: Não identificado/ Data: Não identificada/ Técnica: desenho em policromia/ Editora: Luzeiro

Essa técnica nos permite ter a noção de perspectiva do desenho, o que consente ao leitor da imagem visualizar não de modo bidimensional – onde se observa a imagem somente com a noção de altura e largura -, mas sim de maneira tridimensional - observamos o objeto (a imagem neste caso) não apenas com a noção de altura e largura, passamos a observar também a sua profundidade. Em meio a isso, a perspectiva nos leva a observarmos a imagem no plano sequência, isso implica no fato de podermos ter a noção do primeiro (cangaceiro Antonio Silvino com suas armas), segundo (sujeito sendo atingindo por Silvino no que parece ser um confronto), terceiro (Antonio Silvino efetuando um disparo) e demais planos do desenho.

Tenhamos agora bastante atenção para as duas imagens que se seguem:



Autor: Francisco das chagas batista/ **Título:** O Interrogatório de Antonio Silvino/ **Data de publicação:** 1914-1915 (aproximadamente)



Fonte: <http://honoriodemedeiros.blogspot.com.br/2013/11/o-misterio-acerca-da-amante-do.html>

Fotografia: Lanarte

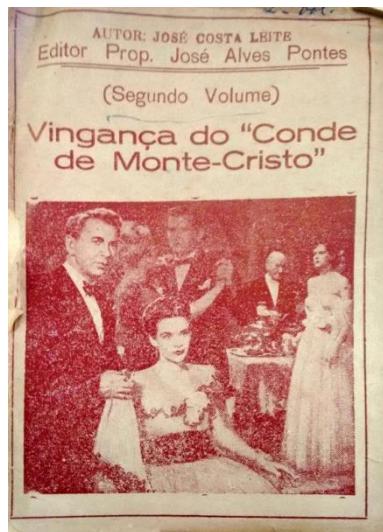
As primeiras imagens que se fazem presentes nas capas dos folhetos de cordel são apropriações de outras imagens advindas sobretudo dos jornais. Na capa do folheto intitulado *O Interrogatório de Antonio Silvino* do poeta Francisco das Chagas Batista podemos observar a fotografia do cangaceiro Antonio Silvino, que durante o final do século XIX e início do século XX aterrorizou os sertões nordestinos, mas que no ano de 1914 foi preso por tropas policiais numa cidade do estado de Pernambuco. Contudo, o que nos interessa inteirasse aqui é a ilustração presente na capa deste folheto. Aparentemente uma imagem inocente que o ilustrador ou poeta buscou utilizá-la apenas para ilustrar mais um de seus folhetos.

Todavia, ao observarmos a notícia de um jornal da cidade do Recife – PE, percebemos um conjunto de imagens que se fazem presentes nesta notícia, podemos notar na segunda imagem da esquerda para a direita a fotografia do cangaceiro Antônio Silvino preso. Diante disso, notemos que o poeta buscou a imagem que estampa o folheto de cordel na notícia de um jornal do Recife intitulado “O Malho”, podemos observar que ambas são idênticas. Ou seja, o poeta não ilustrou o folheto por ilustrar, mas sim buscou através da notícia de um jornal a imagem a qual ele decidiu utilizar com o intuito de apresentar aos leitores de classe baixa que não tinham acesso ao jornal, a fotografia da prisão do cangaceiro Antonio Silvino, e não precisamente o seu interrogatório como nos remete o título.

O poeta Francisco das Chagas Batista estampava corriqueiramente a fotografia de Antônio Silvino em muitos dos seus folhetos, fazia isto para facilitar a

divulgação da imagem do cangaceiro – e consequentemente a captura pela polícia – todavia, também, introduz o rosto do indivíduo na memória coletiva .

Nas próximas capas de folhetos de cordel que se seguem do mesmo autor, o poeta José Costa Leite, podemos observar como o autor faz uso da apropriação da linguagem cinematográfica para ilustrar os seus dois folhetos: *Vingança do “Conde de Monte-Cristo”* e *Rogaciano e Dorotéria – Sofrimento, Amor e Aventuras!*.



Vigança do “Conde de Monte-Cristo”. **Autor:** José Costa Leite **Data:** Não localizada/ **Obs:** apropriação da linguagem cinematográfica



Rogaciano e Dorotéria – Sofrimento, Amor e Aventura! **Autor:** José Costa Leite/ **Data:** Não localizada

Vejamos como no caso destas duas capas de folhetos de cordel o poeta José Costa Leite faz uso de uma mesma imagem para estampar dois folhetos distintos. Notemos em meio a isso que a literatura de cordel se caracteriza também por meio da

repetição do mesmo repertorio de imagens, imagens que são advindas dos diversos meios de informação, e das diversas vivencias cotidianas, assim como o contato com outros meios informacionais que se caracterizam tambem enquanto espaço mutiplo de “imagens de memória”. O contato do poeta com a televisão, com a leitura de jornais e de outros códigos, e atualmente da internet, o possibilitam de buscar nos diversos meios em que ele se encontra, a imagem que melhor servirá para transmitir os seus interesses e suas intencionalidades para o público que irá adquirir o seu cordel.

Sendo assim, podemos notar que o poeta não utiliza a imagem presente em um folheto de cordel inocentemente, mas sim com interesses, seus interesses. Assim como Warburg fez ao relacionar em painéis as linguagens simbólicas que as imagens apresentam, o mesmo podemos fazer com as ilustrações utilizadas na literatura de cordel, tendo em vista os diversos meios de informação que os poetas utilizam assim também como o seu cotidiano para selecionar diante de uma gama de imagens aquela que melhor atenderá aquilo que ele deseja, fazendo com que ela fique gravada na memória dos seus leitores.

Sendo assim, se observa de forma clara que a imagem presente no folheto de cordel pode ser interpretada, analisada, assim como ressalta Luli Hata (1999) “A imagem produzida para uma capa de cordel pode ser lida porque descreve, desenha ideias e, muitas vezes reitera o tema central do texto” (HATA, 1999: p. 81). Ou seja, a imagem presente em um folheto de cordel pode narrar um conteúdo do texto assim como pode também reelaborar o seu sentido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em meio à iconografia analisada neste momento, pudemos observar a partir da contribuição do historiador da arte, AbyWarburg (2010), como a imagem presente na capa do folheto de cordel é portadora de uma mensagem presente, um significado. Notamos também como imagens de tempos distintos se relacionam com outras, observamos ainda que a escolha das imagens não é feita de forma aleatória pelos poetas e editores mas sim por escolhas que advêm do seus interesses, a observação do cotidiano e da vida social, da leitura de jornais, da leitura de códigos, livros, da televisão, e atualmente da internet.

REFERÊNCIAS

- BARTOLOMEU, Cesar – Dossiê Warburg. In: **Revista Arte&Ensaios**, nº 19. Janeiro – 2010.
- BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- CARDOSO, Ciro Flamaron; MAUAD, Ana Maria. **História e Imagem**: os exemplos da fotografia e do cinema.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. **A imagem sobrevivente**: história da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.
- GONÇALVES, Marco Antônio. Cordel híbrido, contemporâneo e cosmopolita, in: **Textos escolhidos de cultura e arte populares**, Rio de Janeiro, v.4, n 1, 2007, pp. 21-38.
- HATA, Luli. **Representações de leitura nas capas dos folhetos de cordel**. Disponível em <<http://www.unicamp.br/iel/memoria/projetos/ensaios/ensaio29.html>> Data de acesso: 24/02/2015.
- KNAUSS, Paulo. **O desafio de fazer História com imagens**: arte e cultura visual. ART CULTURA, Uberlândia, v. 8, n. 12, jan.-jun. 2006, p. 97-115.
- MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, n °. 2, 1996,p. 73-98.
- MEYER, Marlyse. **Autores de cordel**. São Paulo: Abri Educação, 1980.
- RAMOS, Everardo. **Ilustração dos folhetos de cordel**: o romance dos esquecidos ou a peleja do popular com o moderno. In: NEMER, Sylvia (org.). **Recortes contemporâneos sobre o cordel**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008.
- _____. **Origens da imprensa ilustrada brasileira (1820-1850)**: imagens esquecidas, imagens desprezadas. pp. 285-309.
- TERRA, Rute Brito Lemos. **Memória de lutas**: literatura de folhetos do Nordeste (1892 a 1930). São Paulo: Global, 1983.

A IMAGEM DO NEGRO NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA COMO FONTE HISTÓRICA

João Felix da Silveira Neto¹

Roberta Araujo Melo²

Orientadora: Maria Lindaci Gomes de Souza³

RESUMO

A Escola dos Annales revolucionou a historiografia ao propor a utilização de novas fontes para a pesquisa histórica. Dentre essas fontes destacamos as imagens, que na contemporaneidade têm adquirido uma importância significativa. Os livros didáticos de História têm utilizado amplamente o recurso imagético, trazendo em suas páginas imagens que representam os mais variados temas e períodos históricos, entendendo que elas contribuem para a compreensão do assunto abordado. Porém, em muitos casos, as imagens apresentadas pelos livros didáticos de História não recebem o tratamento que lhes é conferido pela historiografia. Tais imagens na maioria das vezes não são tratadas como fontes históricas, passíveis de investigações e análises críticas, mas simplesmente como ilustrações que comprovariam o texto escrito. Nesse sentido, discutiremos como as imagens de pessoas negras são apresentadas nos livros didáticos de História do Ensino Fundamental, analisando outras formas possíveis de apropriação desse material.

PALAVRAS-CHAVE: Imagens. Livro didático. Fonte histórica.

INTRODUÇÃO

O livro didático de História se constitui um objeto polêmico. As abordagens sobre este material são diversas, indo desde avaliações positivas, que o consideram um importante recurso para alunos e professores nas aulas de História a duras críticas, considerando-o um instrumento ideológico e um empecilho na construção de um conhecimento histórico crítico. Muitos pesquisadores têm se dedicado a analisar esse material didático sob variados enfoques como a transposição do conhecimento acadêmico para suas páginas, os aspectos políticos, mercadológicos e ideológicos de sua produção, determinados conteúdos apresentados, etc.

Há mais de um século as imagens fazem parte do conteúdo dos livros de História, e atualmente tais imagens tem recebido maior ênfase, tendo em vista a importância dos recursos visuais para a sociedade contemporânea. Somam-se a isso as

¹ Graduando do curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.
E-mail: j-fs-neto@hotmail.com

² Graduanda do curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.
E-mail: robertaraajo_melo@hotmail.com

³ Doutora. Professora do Departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.

inovações propostas pela Escola dos Annales, dentre as quais destacamos a ampliação do conceito de fonte histórica, no qual as imagens passaram a estar incluídas.

Neste sentido, pretendemos discutir a utilização das imagens de pessoas negras neste objeto didático. Analisamos obras didáticas de História a fim de percebermos o tratamento conferido à imagem do negro em suas páginas, se estas imagens são apresentadas como fontes históricas, problematizadas a partir de seu contexto de produção e intencionalidade de suas representações.

O LIVRO DIDÁTICO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

O livro didático ocupa um lugar de destaque na prática docente, sendo, em muitos casos, o único material impresso que os alunos têm acesso e o único recurso disponível para o professor. Por outro lado, esse material didático também tem sido objeto de muitas discussões e críticas. No Brasil, após a Segunda Guerra Mundial, os livros didáticos em geral, e em especial o livro didático de História, foram apontados como instrumentos ideológicos a serviço da manipulação, da dominação e da propagação de valores de determinadas classes sociais (MUNAKATA, 1998).

Apesar dessa abordagem negativa, os livros didáticos continuam a circular amplamente no ambiente escolar, tendo um importante papel para os professores e alunos na medida em que se constituem um suporte de métodos pedagógicos, são utilizados para a seleção dos conteúdos, além de serem os responsáveis pela transposição do saber acadêmico para o escolar.

Conforme Circe Bittencourt, não devemos avaliar o livro didático de História partindo do pressuposto de que ele deve solucionar os problemas relacionados ao ensino desta disciplina. O livro didático precisa ser entendido como um objeto construído historicamente, em cuja elaboração estão envolvidos aspectos políticos, sociais, econômicos, ideológicos, etc.

O livro didático possui limites, vantagens e desvantagens como os demais materiais dessa natureza e é nesse sentido que precisa ser avaliado. Para que o livro didático possa desempenhar um papel mais efetivo no processo educativo, como um dos instrumentos de trabalho de professores e alunos, torna-se necessário entendê-lo em todas as suas dimensões e complexidade. (BITTENCOURT, 2009, p. 300, 301)

Um aspecto importante a ser observado é que com a criação do PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) em 1985, os livros didáticos passaram a ser avaliados e distribuídos para as escolas a partir de critérios estabelecidos pelo MEC. Dessa forma, houveram muitas mudanças em relação à produção de tais livros, que passaram a ser elaborados segundo as regras de um mercado consumidor.

Tornando-se um objeto bastante lucrativo, a produção de livros didáticos recebeu maior atenção das editoras, que se tornaram verdadeiras empresas especializadas nesse tipo de livro. Vários profissionais passaram a ser contratados pelas editoras, tornando-se responsáveis por aspectos específicos como edição, copidesque, diagramação, ilustração, etc. Assim, acirrou-se também a competição entre as editoras pela produção de livros com qualidade gráfica superior e que atendesse aos critérios do MEC.

Entretanto, não é apenas a produção que afeta a trajetória do livro didático até chegar às mãos de professores e alunos nas salas de aula. Cabe-nos ressaltar que regulamentada pelo PNLD, ainda resta a escolha das obras didáticas pelos professores. Neste sentido, como observa Munakata (2012, p.189) “a escolha do professor está restrita ao repertório que compõe o Guia de livro didático, que publica o resultado da avaliação realizada pela comissão instituída pelo Ministério da Educação”.

Segundo estudiosos desse processo, nem sempre a qualidade do livro é o fator determinante na escolha. Há algumas dificuldades com o *Guia*, que não está disponível em alguns casos, para análise das obras com antecedência, como também muitos professores reclamam que os pareceres do *Guia* não são suficientes para definir a qualidade de ensino propiciado pelo material. Além disso, há casos estudados onde se constatou a influência das editoras na escolha das obras didáticas.

Igualmente, as relações que professores e alunos estabelecem com o livro didático são variadas e podem ir da simples utilização deste livro como veículo portador de verdades inquestionáveis a usos onde se priorizam atitudes críticas, e se incentivam posturas questionadoras diante do conhecimento histórico apresentado pelo livro.

HISTÓRIA E IMAGENS

A Escola dos Annales revolucionou a historiografia ao propor ideias inovadoras em relação ao fazer História. Dentre estas destacamos a “história problema” em substituição à uma história que se ocupava apenas na ordenação cronológica e narração

dos acontecimentos e o fato histórico que ao invés de ser “dado” nos documentos passou a ser entendido como uma construção do historiador.

Outra inovação proposta pelos Annales foi o alargamento das fontes históricas utilizadas pelo pesquisador. Todos os vestígios deixados pelo homem passaram a ser entendidos como documentos e não mais apenas os registros escritos oficiais. Conforme Reis (2004, p.17),

O historiador não pode se resignar diante de lacunas na informação e deve procurar preenchê-las. Para isto, usará os documentos não só de arquivos, mas também um poema, um quadro, um drama, estatísticas, materiais arqueológicos. O historiador tem como tarefa vencer o esquecimento, preencher o esquecimento, recuperar as palavras, a expressão vencida pelo tempo.

Dentre as novas fontes que passaram a compor o acervo de documentos que podem ser utilizados pelo historiador estão as imagens. Embora imagens sejam produzidas pela humanidade desde os tempos mais remotos, como demonstram as pinturas nas cavernas de Lascaux, apenas recentemente os historiadores tem se dedicado a investigá-las.

A importância dos registros iconográficos para a história não pode ser negada. Tomemos como exemplo as pinturas nos túmulos egípcios e o seu papel na compreensão da história do Egito antigo. Porém, ao utilizar as imagens os historiadores precisam lhes conferir o mesmo tratamento dado aos documentos escritos, ou seja, não podem ignorar a sua historicidade e intencionalidade, pois de forma semelhante aos registros escritos a história não encontra-se por si só nesses registros iconográficos.

Conforme Pesavento (2003, p.48, 49), “tal como os discursos, as imagens têm o real como seu referente, não sendo a sua mímese” e na medida em que se propõem a reproduzir o real, seja de forma realista ou através de símbolos, as imagens o decompõem e o transformam, deformando-o. Esta autora ainda enfatiza que “a redescoberta da imagem pela História deu-se pela associação com a ideia de representação”, pois “palavras e imagens são formas de representação do mundo que constituem o imaginário”. Dessa forma, a concepção da imagem como representação do real e não o próprio real deve estar sempre presente nas análises que o historiador fizer a partir de documentos iconográficos.

Chartier (2002, p.21) propõe que a relação de representação deve ser entendida como o “relacionamento de uma imagem presente e de um objeto ausente, valendo

aquela por este". A imagem presente para o historiador pode ser um quadro, uma pintura em um túmulo, um afresco, uma iluminura, uma fotografia, etc. Já o objeto ausente é a realidade passada que o registro iconográfico se propõe apresentar.

Ao utilizar imagens, o historiador também precisa conhecer os signos ou ícones e os códigos especiais que indicam a lógica de significados presentes nas imagens em determinadas épocas. Esse conhecimento permitirá uma leitura das imagens e uma interpretação do seu significado enquanto representação de um período histórico. Nessa tarefa o historiador pode contar com o auxílio da Semiótica, a teoria dos signos e das representações, que lhe oferecerá o arcabouço teórico necessário para sua análise.

Embora as imagens possuam um valor documental para o historiador, este não deve ater-se à temporalidade ou conteúdo representado, mas buscar perceber o sentido da representação, como os homens da época em que foi produzida a imagem representavam a si mesmos, como se percebiam e compreendiam o que procuravam representar, como também quais os valores, sentidos e sentimentos que pretendiam transmitir através dos signos contidos nas imagens.

A IMAGEM DO NEGRO NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA

As editoras de livros didáticos de História, percebendo o valor das imagens para a sociedade atual, assim como a sua utilização na pesquisa histórica como fontes documentais, têm inserido uma grande quantidade de recursos iconográficos em suas páginas. São imagens dos mais variados tipos e tamanhos, como gravuras, pinturas, desenhos, fotografias, quadrinhos, etc.

Neste artigo nos ocuparemos em analisar apenas a utilização de imagens de pessoas negras nos livros didáticos de História. Para tanto selecionamos duas obras didáticas do 7º ano: Saber e Fazer História – História Geral e do Brasil e Projeto Araribá História. Estes livros estão entre os aprovados e sugeridos pelo MEC através do Guia do Livro Didático de História do PNLD 2011.

A maior parte das imagens de pessoas negras nestes livros referem-se ao período colonial brasileiro e à escravidão. Destacamos duas posturas em relação ao uso das imagens dos negros nos livros didáticos de História. Podemos observar primeiramente que muitas destas imagens aparecem nos referidos livros didáticos como simples ilustrações que complementam ou resumem a temática abordada. Neste sentido, a perspectiva historiográfica de que os registros iconográficos devem ser considerados

testemunhos da época em que foram produzidos, cabendo ao pesquisador investigar a sua intencionalidade e sentidos pretendidos por quem o produziu é deixada de lado, ficando a utilização das imagens relegada a simples reforços, comprovações ou resumos do conteúdo escrito. Como destaca Bittencourt (2004, p. 75),

A importância das imagens como recurso pedagógico tem sido destacada há mais de um século por editores e autores de livros didáticos escolares de História [...] “Ver as cenas históricas” era o objetivo fundamental que justificava, ou ainda justifica a inclusão de imagens nos livros didáticos em maior número possível, significando que as ilustrações concretizam a noção altamente abstrata de tempo histórico [...] Nesse sentido, as vinhetas ou legendas explicativas, colocadas abaixo de cada ilustração, indicavam o que o aluno deveria observar e reforçava a ideia contida no texto.

A permanência do uso das imagens do negro no livro didático de História como meras ilustrações pode reforçar visões estereotipadas do passado, que inclusive, vêm sendo questionadas por alguns historiadores. As imagens dissociadas do seu contexto social e histórico de produção podem contribuir para uma concepção de História onde as pessoas negras são vistas como meros sujeitos do trabalho, simples peças da engrenagem do sistema colonial, como pessoas que aceitavam passivamente a escravidão e os castigos decorrentes desta condição, ignorando o seu potencial de resistência e luta pela mudança da ordem estabelecida. Diante dessa forma de utilização apresentada pelo livro didático é necessária uma postura questionadora por parte do professor, problematizando tais imagens e incentivando uma leitura crítica dos signos iconográficos nelas representados.

Por outro lado, também observamos algumas imagens recebendo certo tratamento documental. Em alguns momentos, os livros analisados apresentam informações importantes quanto ao autor, à data da produção, local onde se encontra, e até mesmo sobre o contexto histórico de produção da obra que figura em suas páginas. Sugestões de atividades são também propostas em relação a algumas imagens como análises e comparações com textos escritos. Tomemos como exemplo a imagem abaixo.



Figura 1⁴

O livro onde está inserida traz na legenda o título, nome do autor, ano de produção e local onde se encontra atualmente, além de instigar o leitor a observar os aspectos que o artista procurou representar na imagem. Essas informações apresentadas pelo livro didático devem levar o professor e os alunos a uma leitura crítica das representações dos negros na gravura.

Deve-se observar que o artista que a pintou, no caso exemplificado, Debret, chegou ao Brasil no início do século XIX e em suas pinturas buscava representar um Brasil civilizado, com exaltação do elemento monárquico e ênfase na convivência harmônica entre negros, indígenas e brancos, sendo estes últimos os responsáveis pela condução da nação. Dessa forma, a utilização das imagens do negro no livro didático como fontes históricas parte da problematização desse contexto histórico e das concepções do pintor, indo além de uma simples observação e aceitação passiva do suposto caráter realista da obra.

É interessante destacar que algumas imagens trazem em sua legenda a descrição de que são representações idealizadas de determinadas situações históricas, o que demonstra uma mudança, ainda que tímida em relação à utilização das imagens como fontes documentais nos livros didáticos de História. Cabe, portanto, ao professor, partindo dessas informações disponíveis inicialmente, fomentar uma postura crítica nos

⁴ Família de fazendeiros. Gravura de Jean-Baptiste Debret, 1835. Museus Castro Maya, Rio de Janeiro. p. 234 do livro Projeto Araribá História.

alunos, desmistificando a naturalidade dessas representações, e o seu lugar enquanto fonte documental na construção do conhecimento histórico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo procuramos analisar como os livros didáticos de História utilizam os recursos imagéticos em suas páginas com destaque para a imagem do negro. Observamos que grande parte das imagens analisadas ainda não recebe uma ênfase historiográfica, ou seja, não são tratadas como documentos, pois aparecem desvincilhadas dos seus aspectos históricos de produção, surgindo aos olhos do leitor apenas como ilustrações do conteúdo apresentado ou como resumo do que se pretende afirmar.

Entretanto, de forma incipiente, podemos perceber certa mudança em relação a algumas imagens em cujas legendas estão inseridas informações importantes sobre seu autor, data e local de produção, bem como questionamentos sobre seu conteúdo. A percepção de que a imagem apresentada é uma fonte histórica, uma representação da realidade e não a própria realidade pode ser notada em alguns registros iconográficos que figuram nos livros analisados. Porém, mesmo nesses casos é necessária uma análise mais aprofundada uma utilização crítica destes recursos imagéticos.

Dessa forma, destacamos a importância do papel do professor para que as imagens do negro nos livros didáticos de História sejam entendidas enquanto fontes históricas. É necessário que o professor esteja atento à forma como os negros são representados em tais livros para que concepções tradicionais de História não sejam reforçadas, e a construção histórica seja possível através da problematização e leitura crítica das fontes iconográficas disponíveis no livro didático.

REFERÊNCIAS

- APOLINÁRIO, Maria Raquel (editora responsável). **Projeto Araribá: História.** 7º ano. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2010.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História:** fundamentos e métodos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- _____. **Livros didáticos entre textos e imagens.** O saber histórico na sala de aula. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural:** entre práticas e representações.. Lisboa: Difel, 2002.

COTRIM, Gilberto; RODRIGUES, Jaime. **Saber e fazer história:** história geral e do Brasil, 7º ano. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

Guia de livros didáticos: PNLD 2011 : História. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.

MUNAKATA, Kazumi. **Histórias que os livros didáticos contam, depois que acabou a ditadura no Brasil.** In. FREITAS, Marcos Cezar (org.) Historiografia Brasileira em perspectiva. 2ª Ed. São Paulo: Ed. Contexto, 1998. (p.271-296)

_____. **O livro didático: alguns temas de pesquisa.** Revista Brasileira de História da Educação, Campinas-SP, v.12, n. 3, set./dez. 2012, p. 179-197. Disponível em: <<http://doi.editoracubo.com.br/10.4322/rbhe.2013.008>>. Acesso em: 26 out. 2015.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

REIS, José Carlos. **O surgimento da “Escola dos Annales” e o seu “programa”.** In: A Escola dos Annales – A inovação em História. SP: Paz e Terra, 2. Ed, 2004.

A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL A PARTIR DAS OBRAS DE LEANDRO GOMES DE BARROS

Thiago Acácio Raposo¹

José Rodrigues Filho²

Orientadora: Rosilene Alves de Melo³

RESUMO

O poeta Leandro Gomes de Barros começou a escrever seus primeiros poemas a partir do ano de 1889, e a imprimi-los quatro anos depois, no ano de 1893. Entre os mais diversos temas abordados por ele está um evento que causava grande tensão em todo mundo, a Primeira Guerra Mundial. Não sendo registrado somente pelos meios oficiais de divulgação (a exemplo do jornal), esse acontecimento não passou despercebido do olhar atento dos poetas “populares” através dos seus poemas em folhetos. O cordelista foi um desses atentos observadores a tudo que acontecia no Brasil e na Europa, registrando através dos seus poemas o conflito armado. Esta comunicação propõe uma breve reflexão sobre a maneira com que a Primeira Guerra Mundial é relatada nas obras do poeta já citado, entendendo a funcionalidade do cordel enquanto jornal “popular”, capaz de alcançar um público não-letrado, mas que estava atento as leituras coletivas dos versos. Para tanto, partiremos dá uma análise de três folhetos escritos pelo poeta, são eles: *Echos da Patria - O torpedeamento do vapor Macáu* (publicado entre 1917 e 1918), *O tempo de hoje - O sorteio militar* (1918), *A Allemanha Vencida e humilhada - Victoria dos Aliados - Os horrores da Influenza Hespanhola* (1918). Utilizaremos como referencial teórico Roger Chartier, Micheal de Certeau e a historiografia referente ao tema.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura de cordel. Leandro Gomes de Barros. Primeira Guerra Mundial.

LEANDRO GOMES DE BARROS E A LITERATURA DE CORDEL

A literatura de cordel, como chamamos hoje, nem sempre recebeu essa nomenclatura. Como nos apresenta Regina Horta Duarte no prefácio da obra *A Feira dos mitos* (2013), de autoria de Durval Muniz de Albuquerque Junior, o Folheto de Feira nordestino terá sua nomenclatura modificada pelos estudiosos folcloristas das décadas de 1960 e 1970, que interessados em construir um elo de ligação entre a literatura popular e o cordel português.

Marcia Abreu (1999) desenvolve uma desconstrução acerca das teses da origem lusa do cordel nordestino. Segundo a autora, o cordel nordestino se diferencia da

¹ Autor. Graduando em História pela Universidade Estadual da Paraíba, campus de Campina Grande (UEPB).

² Coautor. Graduando em História pela Universidade Federal de Campina Grande, campus de Cajazeiras (UFCG/CFP).

³ Professora doutora da Universidade Federal de Campina Grande, campus de Cajazeiras (UFCG/CFP). Unidade Acadêmica de Ciências Sociais (UACS).

produção lusa, no momento em que este primeiro é provido de uma série de sistematizações e regras construídos e instituídos pelos próprios poetas da geração prima⁴. Dentre os principais autores da literatura de cordel, destacamos Leandro Gomes de Barros que além de ser o alvo de nossas análises é considerado por muitos autores, a exemplo de Aderaldo Luciano (2012) e a própria Marcia, como o patrono da literatura de cordel.

Leandro Gomes nasceu no sítio Melancia, no município de Pombal - PB, em 19 de novembro de 1865 e faleceu no Recife - PE em 4 de março de 1918. Segundo Átila de Almeida e José Alves Sobrinho (1978), Leandro foi um

[...] poeta popular, Talvez o primeiro, caso não caiba a Pirauá o pioneirismo, que publicou estórias versadas em folhetos. Provavelmente na última década do século passado, em vitória de Santo Antão ou Jaboatão, quando já residia em Pernambuco, tenha Leandro publicado seus Primeiros folhetos. Durante o tempo em que residiu na Paraíba (até 1880 em Teixeira) imperavam no sertão e na zona brejeira desse Estado cantadores e glosadores do porte de Mufumbão, Romano Caluête (ou Mãe d'Água), Bernardo Nogueira [...]. Teixeira era o centro sertanejo da poesia popular e foi lá que Leandro viveu até os quinze anos. De lá levou o fermento para Pernambuco quando sua família se mudou para Vitória de Santa Antão. (p. 77-78)

Segundo Átila de Almeida e José Alves Sobrinho (1978), Leandro nascera e cresceria em meio a uma ebullição artística e cultural, marcada pela presença marcante dos cantadores e glosadores. Aderaldo Luciano afirma que Leandro não foi o primeiro a transcrever os versos cantados pelos violeiros, cabendo isso a Pirauá, mas foi o primeiro a sistematizar essa literatura, dando um aspecto de singularidade para com as produções anteriores e com a própria produção lusa.

Michel de Certeau (1996) nos apresenta o conceito de *economia escriturística*, onde a oralidade é, aos poucos, substituída pela escrita. Entretanto, essa substituição da oralidade pela escrita não implica na aniquilação desta primeira, muito pelo contrário, ambas convivem sobre o mesmo espaço de tempo e muitas vezes interagem entre si. Cabe aqui percebermos que os versos improvisados ou ensaiados, emergidos nos embates travados entre os violeiros ou cantadores, tiveram seu espaço modificado com a transfusão destes para a cultura escrita.

⁴ ABREU, Marcia. **Histórias de cordéis e folhetos.** – Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1999 – (Coleção Histórias de Leitura).

A literatura de cordel, como entendemos hoje, nasce de uma ebuição artística e cultural. Mesclaram-se elementos da literatura lusa e da oralidade com uma “pitada” da originalidade de Leandro, surgindo assim uma literatura “popular”.

O cordel assume um papel importantíssimo em meio a uma sociedade composta, majoritariamente, por pessoas analfabetas ou semi-analfabetas, pois, funcionava em diversos momentos como um *jornal popular*, como nos apresenta o pesquisador Mark Curran (1998). Segundo este autor, o cordelista lia as informações transmitidas pelos principais veículos de comunicação oficiais – no nosso caso, o jornal – e transcrevia em forma de versos às notícias mais importantes.

Para melhor compreender a transmissão de conhecimento de um meio para outros, podemos citar Roger Chartier (2002) quando analisa os “livros azuis”⁵, publicados na França entre os séculos XVI e XVII. Segundo o autor, esses livros eram reedições de publicações direcionadas a um público “elitista”, tendo em vista o seu alto custo. Alguns livros eram resumidos e outros tinham parágrafos inteiros apagados. Essas edições eram feitas com o intuito de baratear os custos dos livros e de tornar a leitura mais fácil para o novo público.

Podemos supor que muitos cordéis, assim como os “livros azuis”, foram produzidos através de edições ou reedições de outros veículos de informação (jornais, revistas, livros, entre outros). Dessa forma, as informações produzidas para circular em determinado espaço⁶, são desviadas para outros espaços. O poeta, nesse sentido, tem o papel de recodificar as informações do espaço “elitista”, para o espaço “popular”.

Essa literatura se diferencia de qualquer outra pelo modo como é lido. A historiadora Rosilene Alves de Melo (2010) nos apresenta um dado interessante ao evidenciar que a literatura de cordel é pensada não para ser lida em uma individualidade – o que não implica que não o é/era feito – mas para ser lido em coletividade ou até cantado, quando fazemos referência ao gênero Romance. Ao ser lido em voz alta, o cordel atinge um público muito mais amplo, pois, até aqueles que não sabem ler contemplam atenciosos as histórias ou notícias fantásticas impressas naquelas folhas costuradas⁷.

⁵ Esse termo refere-se a livros de baixo custo vendidos na França entre o século XVI e XVII e que geralmente possuíam as capas azuis.

⁶ Produções direcionadas a um público com condições financeiras mais favoráveis a compra.

⁷MELO, Rosilene Alves de. **Arcanos do verso:** trajetórias da literatura de cordel. Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.

Tomando como pressuposto tudo o que já foi dito, iniciemos uma análise sobre as obras de Leandro acerca de um evento internacional extremamente importante: a **Primeira Guerra Mundial**. Vale destacar que as práticas de leitura podem ser localizadas e historicizadas, nesse sentido, pressupõe-se que os versos transmitiam para seus leitores uma “verdade” dos acontecimentos. Sem mais delongas, partamos para as análises:

O BRASIL ENTRA NA GUERRA: “ECHOS DA PÁTRIA - O TORPEDEAMENTO DO VAPOR MACÁU”

O cordel foi publicado entre 1917 e 1918⁸, possuindo 15 páginas e apresentando desenhos na capa, porém, pelo fato de ser uma cópia, fica inviabilizado o trabalho de análise imagética desta. A capa é composta por: nome do autor, título, subtítulo, propaganda de um distribuidor e nome da tipografia, contornados por molduras. A contracapa possui propagandas de outros títulos.

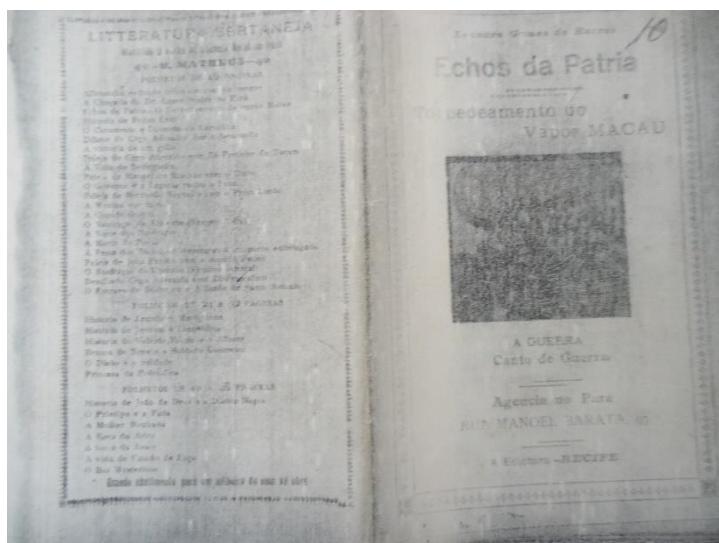


Figura 2: Echos da Patria - O torpedeamento do vapor Macau (1917 e 1918)

O poeta inicia sua narrativa convocando a nação brasileira ao evocar a bravura e o patriotismo de seus filhos, relembrando os feitos da Guerra do Paraguai. Estes homens são capazes de morrer em campos de batalha, mas são incapazes de recuar perante o inimigo. Acompanhemos as palavras do autor:

⁸ Chegamos a essa conclusão pelo fato de o Navio Macau ter sido torpedeado em 1917.

Despertaes filhos da Patria
Mostrae a vossa façanha,
Arriscae o peito a balla
Ide morrer na campanha,
Um soldado brasileiro
Não rende preito a Allemanha

Um filho deste torrão
Que de berço me serviu,
Morre no campo da honra
Como em Paraguay se viu,
Mas brasileiro correr?
Quem disser isso mentiu. (p. 1)

Continua sua escrita elencando o fato de o brasileiro ser um povo justo, que trata todos muito bem. Entretanto, para aqueles que o afrontam e que são falsos para com ele, acaba por se tornar o pior de seus inimigos.

A Alemanha teria ofendido o povo brasileiro ao afundar a embarcação Macau, considerado pelo autor como a declaração de guerra contra o Brasil. O país europeu teria agido de má índole ao atacar o Macau, considerando que o Brasil estava mantendo, até então, uma neutralidade perante o conflito mundial.

Leandro tem a preocupação de embasar sua fala a partir do discurso oficial. Ele se apropria de um pronunciamento (ou apenas do nome importante) de Ruy Barbosa, que teria afirmado perante todo o senado que “Brazileiro faz sorrindo/ O que allemão faz chorando” (p.2). Fica evidente a necessidade de exaltar a figura do brasileiro, pois, segundo o autor, o Brasil não possui a mesma quantidade de armas e materiais bélicos que a Alemanha, entretanto, dispõe de armas mais poderosas: **o amor à pátria e coragem.**

Quatro navios brasileiros já haviam sido torpedeados pelos submarinos alemães, mas o Macau foi o ápice das tensões. Quando o Macau afundou, vários estados começaram a declarar guerra contra a nação europeia, iniciando uma campanha de mobilização nacional⁹ para pressionar o estado brasileiro a entrar no conflito. O cordelista continua sua narrativa afirmando que:

O Brazil logo a principio
Declarou neutralidade,
Julgou tambem que a Allemanha
Tivesse fidelidade,
E respeitasse o direito

⁹ Essa nacionalização do conflito internacional me faz refletir acerca do nascimento deste folheto. Será que este não nasceu como panfleto a favor da entrada do Brasil na guerra? Fica claro ao analisarmos esse folheto, que sim.

E a sua nacionalidade.

Nós devíamos saber
A Allemanha quem é,
Um aborto da desgraça
Sem lei, sem forma, sem fé,
Tomou um barco dos nossos
Carregado com café. (p. 4)

A nação alemã estaria marcada pela ausência de valores morais e que esta seria **um aborto da desgraça sem lei, sem forma, sem fé**. O Brasil havia sido traído pelos alemães, pois atacaram a surdina, sem nenhuma declaração oficial. Leandro considerou tal atitude imperdoável, propondo a restauração da honra, roubada no momento do torpedeamento do Macau, de qualquer forma. A honra deveria ser restaurada mesmo que fosse necessário utilizar as unhas e os dentes, pois um vapor brasileiro teria o valor de um império alemão.

O Brasil dissimulou
A traição e covardia,
Allemania está pensando
Que nós não temos energia,
Agora fica sabendo
Que tem que chegar seu dia. (p.7)

Segundo o autor, o Brasil sempre fora um país hospitaleiro, recebendo muito bem todos os que vinham de fora, inclusive os alemães. E isso torna imperdoável o ataque ao navio desta “nação tão amável e hospitaleira”. Sendo ferido, o país hospitaleiro se transforma rapidamente em um “carniceiro” (p. 9).

Em meio à esta primeira análise aqui realizada, vê-se claramente, o apelo de Leandro aos valores morais e patrióticos, propondo uma comoção a partir de uma noção de pertencimento e de bravura. Dessa forma, cabe ao nosso poeta a atribuição de características negativas a nação europeia, construindo uma espécie de monstruosidade alemã. Temos de ter a convicção de que muitos acreditavam piamente nas notícias transmitidas pela literatura de cordel, assim como pelos veículos de comunicação oficial. Finalizo a analise deste cordel com a seguinte indagação: quais são as imagens atribuídas aos alemães, durante a Primeira Guerra Mundial, pelos consumidores da literatura de cordel? Continuemos com a análise do segundo cordel.

FRUTOS DO CONFLITO: “O TEMPO DE HOJE - O SORTEIO MILITAR”

O próximo cordel a ser analisado é composto por dois textos distintos, porém correlatos. Trata-se de **O tempo de hoje** e **O sorteio militar**, publicado em 1918 pela tipografia Popular Editora¹⁰ em sua filial na cidade de Guarabira. O folheto possuía 16 páginas e sua capa é composta por: nome do autor, títulos, informações sobre direitos autorais sobre a obra, nome do editor, local e ano da publicação, contornados por molduras e não possuindo contracapa.



Figura 3: *O tempo de hoje - O sorteio militar* (1918)

A obra foi publicada posterior a morte de Leandro, ficando possível tal afirmação a partir da nota lançada na folha de rosto do cordel onde Pedro Batista, editor, explica o falecimento de Leandro e afirma sua posse sobre todas as obras do poeta morto. Nas palavras do editor:

Tendo fallecido o poeta Leandro Gomes de Barros passou ao meu possuído a propriedade material de toda a sua obra litteraria. Só a mim pois cabe o direito de reprodução dos folhetos do dito poeta e acho-me habilitado a agir dentro da lei contra quem cometer o crime de reprodução de ditos folhetos. Previno às pessoas que negociam com folhetos que tenho em deposito todos os que o poeta escreveu e que vendo-os pelo preço de costume, dando boa comissão.

Pedro Batista

¹⁰ Tipografia cuja central funcionava na cidade de Parahyba, atual João Pessoa – PB, e pertencia aos irmãos Pedro Batista e Francisco das Chagas Batista, que por sinal eram cunhados de Leandro.

Guarabira, estado da Parahyba do Norte¹¹ em 30 de março de 1918¹²
Livraria do povo, rua 7 de setembro, nº 17

Na primeira parte do folheto, *O tempo de hoje*, o autor lança uma feroz crítica a pobreza e a carestia nascida como fruto do conflito mundial. O evento internacional repercutia na vida da população simples da Paraíba. Segundo Leandro:

Não ha quem suporte
Esta carestia
De noite e de dia
Se traqueja a sorte,
O povo do norte,
Está desarranjado,
Alem de roubado
Em peso e medida,
Alimenta a vida
Com feijão furado. (p. 7)

O aumento dos preços dos gêneros alimentícios é algo notório, fruto de um momento em que o Brasil exportava uma grande quantidade de alimentos para a Europa devastada pela guerra. Esse aumento da exportação proporcionou o aumento do custo de vida e a escassez de alimentos. O nosso poeta/repórter afirma que

Antes da guerra européia
Folgava a humanidade
Então só tinham sahida
As coisas de novidade,
Pão de um dia para o outro
Vendiam pela metade.

Agora hoje em dia
Ninguem aborrece
E nem endurece
Pão na padaria,
Pois tem freguesia
Que manda os comprar
E encomendar
Com mais brevidade
Guardar para tarde
O pão que boiar. (p. 8-9)

Antes de continuar a análise queremos lançar um questionamento acerca da autoria da primeira parte da obra: será mesmo que foi Leandro que escreveu o folheto? Os versos localizados sob o capítulo *O tempo de hoje* possuem uma escrita bastante

¹¹ Atual estado da Paraíba.

¹² Vinte e seis dias após a morte de Leandro Gomes de Barros.

distinta das encontradas em outras obras do autor e até mesmo da segunda parte do texto (*O sorteio militar*). Além da escrita, outra questão nos leva a questionar a autoria da obra: o texto indica como data de produção o dia 4 de março de 1918, ou seja, o dia da morte do autor. Isso soa um pouco estranho, mas continuemos, deixemos a análise de autoria para estudos futuros.

A segunda parte do folheto, *O sorteio Militar*, foi publicada pela primeira vez, segundo Pedro Batista, em 1906. Nesses versos uma série de críticas são lançadas ao governo, pois, segundo Leandro, apenas pobres e doentes estão sendo chamados para servirem as Forças Armadas, como fica evidente nos versos a seguir:

Alerta! rapaziada!
O tempo não está de graça
Moço, velho, cego e côcho
Tudo agora assente praça,
Bispo, e vigário colado
Vai tudo ao pão de fumaça. (p. 10)

Mas à frente aprofunda seu relato:

Eu viajei para o norte
E vi um pobre aleijado,
Me disse um vizinho d'elle:
Aquele está alistado.
Mas para que server aquillo?
Perguntei ao delegado.

Então ele respondeu-me
Esse não pode escapar,
Só anda de quatro pés
Mas contudo pode andar,
A pátria tem precisão
De alguém para rastejar. (p. 11)

Como se não bastasse o alistamento de pessoas com deficiências físicas, o governo também estaria convocando pessoas com problemas mentais:

Outro tem um filho doudo
Com uma perna cortada
Disse lhe o delegado
Você vai meu camarada,
Tem-se precisa de doudo
Que é pra atirar pedrada.

Disse o pai do doudo,
Que faz na guerra este tolo?
- Caiu-me na rede é peixe
E o que sahir vai no bolo,

Loucura não é defeito,
Ninguém briga com miolo. (p. 11, grifo meu)

Leandro Gomes de Barros utiliza de uma linguagem humorística para lançar críticas ao governo. Temos que ser perceptíveis ao fato de que muitos dos consumidores das obras do poeta acreditavam nas notícias transmitidas pelo folheto. Não seria estranho pensar que algumas pessoas realmente chegaram a acreditar que o governo estava alistando pessoas com deficiência.

O autor finaliza seu folheto ao elucidar as tristezas e os sofrimentos a que os pobres são submetidos, pois, apenas os pobres que sofriam com a questão do sorteio e com a seca. Os ricos estavam desfrutando os bens confiscados da população pobre. Partamos agora para o último cordel a ser analisado.

**A GUERRA CHEGA AO FIM: “A ALLEMANHA VENCIDA E HUMILHADA -
VICTORIA DOS ALLIADOS - OS HORRORES DA INFLUENZA
HESPAÑOLA”**

O cordel foi publicado em 1918 e possui 16 páginas. Sua capa é composta por: nome do autor, título, subtítulo, informações sobre direitos autorais sobre a obra, nome do editor, local e ano da publicação, preço. A contracapa é composta pela divulgação de outras obras do autor, por um indicativo sobre onde poderiam ser adquiridos tais folhetos e por uma nota que anuncia o aumento do preço do cordel, motivado pelo aumento do preço do papel.

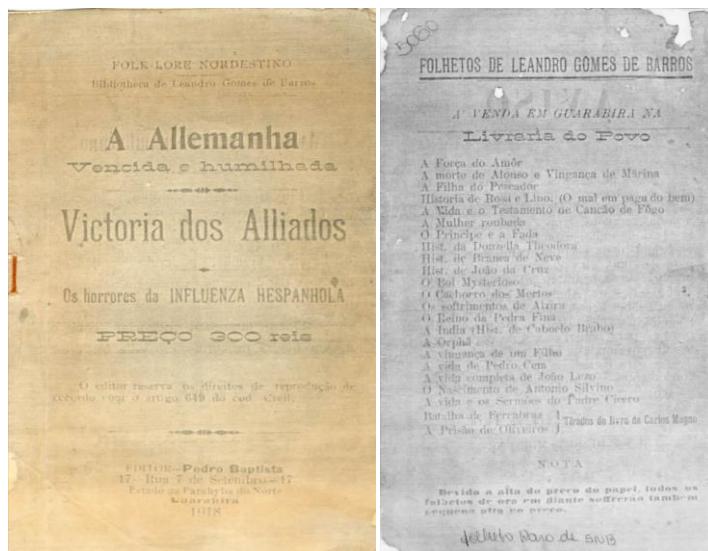


Figura 4: Capa e quarta capa do folheto, *A Alemanha Vencida e humilhada - Victoria dos Aliados - Os horrores da Influenza Hespanhola* (1918)

A folha de rosto do folheto possui a apresentação de um revendedor da tipografia Popular Editora atuante em Pernambuco. Trata-se de Eloy Baptista de Mendonça, cujo sobrenome já aponta um grau de parentesco para com os irmãos batista, donos da tipografia já citada.

Antes de iniciarmos a análise sobre a referida obra, cabe destacar que a Primeira Guerra mundial não havia chegado ao fim no momento em que Leandro escreveu tal folheto, tendo em vista que o armistício só foi assinado em novembro de 1918 e o nosso poeta faleceu em março desse mesmo ano. Entretanto, podemos supor que no início do ano citado, com a entrada dos norte-americanos na guerra, os rumos do conflito já estavam predefinidos.

O autor inicia seus versos apontando para a desastrosa derrota da Alemanha que estaria sendo castigada pelas forças divinas, devido as suas ambições, recorrendo ao nome de Padre Cícero Romão para fortalecer seu argumento, vejamos:

E' comprida a profecia
Do Padre Cicero Romão
Na matriz do Joazeiro
Dizendo a todo cristão
Que a guerra findaria
Sedo vencido o alemão.¹³ (p.1)

Trata-se, evidentemente, de um recurso utilizado pelo poeta para legitimar a sua fala, tendo em vista todo o imaginário popular acerca da figura de Padre Cícero.

¹³ Foi feita uma pesquisa bibliográfica a fim de localizar tal afirmação por parte de Padre Cicero, entretanto, nada foi encontrado.

Ainda sobre o castigo lançado sobre a nação alemã:

Tudo que ella fez paga
Sem descontar um rial
Porque quatro annos e meio
Levou ella a fazer mal
E' bem justo agora pois
O seu castigo afinal. (p.2)

Tudo o que a Alemanha estava passando era, segundo o autor, um castigo contra toda a maldade praticada por ela durante a guerra. A exemplo dessa maldade, o poeta atribui a nação europeia a culpa pela morte de 40 milhões de pessoas, entre civis e militares. Toda a destruição teria sido motivada pela ambição do Kaiser.

O discurso alemão, sob a fala do poeta, é marcado pela soberba e pela mania de superioridade, embasadas sobre o potencial bélico dessa nação. Eles afirmavam dominar os mares (submarinos), a terra (exército) e o ar (zeppelins), não havendo ninguém tão poderoso quanto.

Logo após a exibição das “afrontas alemãs”, Leandro inicia uma narrativa acerca da invasão alemã à Bélgica. Os motivos para tal invasão podem ser encontrados na negação do rei belga sobre o pedido de passagem alemã por suas terras. Eles pretendiam usar esse caminho para invadir a França. A Bélgica lutou contra as tropas invasoras, entretanto foram derrotadas. Os versos a seguir são peculiares para entendermos esse processo:

Mandando pedir á Belgica
P'ra lhe consentir passar,
A Belgica, amiga da França.
Licença não quis lhe dar,
A Allemanha disse: passo
Custe agora o que custar

Disse ali o rei Alberto:
Pode a Allemanha passar
Quando eu não tiver nem um
 Soldado para lutar:
Há de matar-me primeira
Prá depois atravessar.
E cerrou-se o tiroteiro,
Entra soldado a morrer,
A água do rio Mósia
Não se podia beber,
Quando cavava-se o chão
Via-se o sangue a verter (p.11 -12)

Mais adiante, o poeta apresenta a ofensiva alemã realizada sobre dois vapores, onde um submarino destroi rapidamente a embarcação que continha em sua maioria crianças abaixo de um ano de idade. No ataque, quarenta e trez pessoas haviam morrido (p.14). Leandro nos mostra diante disso a maldade alemã para com os seus adversários, não poupando nem se quer as crianças. O vapor “Arabique” foi outra embarcação afundada pelo “malvados” alemães, o autor relata da seguinte maneira o desespero do ataque:

O vapor foi arrombado
Desde o casco até o forro,
O povo lançou-se na água
Sem obter um socorro,
As mães gritavam: meu filho”
O filho: mamaãe, eu morro! (p. 15)

A figura da criança é um elemento recorrente levantado neste poema pelo poeta, essa artimanha buscava apresentar aos leitores o quanto cruel a Alemanhã era. Finalizando o seu poema, Leandro anuncia o fim da guerra e apresenta um novo mal que ao mundo se apresentava. Se tratava de uma epidemia que atingira boa parte da Europa, trata-se da gripe espanhola, a qual surgiu conincidentemente com o fim da Primeira Guerra Mundial. Leandro pede orações a Deus por intercessão do Padre Cícero, afim de que os mesmos possam livrar o Brasil desta epidemia, como descreve o seguinte trecho:

Peçamos todos a Deus
E ao padre do Joazeiro
Para Livrar da Peste
O território brasileiro,
Que a guerra já se acabou,
Vai melhorar o mundo inteiro. (p.16)

CONCLUSÕES

Em meio às discussões aqui levantadas, pudemos observar como o poeta Leandro Gomes de Barros teve o papel de transmissor dos fatos da Primeira Guerra Mundial do meio “elitista” para o meio “popular”, tendo em vista que muito do que escrevia adquiria do jornal. Aproveitava seus folhetos ainda para levantar suas críticas sobre a pobreza e carestia que afetava os pobres. Se faz interessante observar também como o folheto de cordel tem a função de jornal “popular”, tendo em vista que muitos dos consumidores das obras do poeta acreditavam plamente nas notícias transmitidas

pelo folheto. Diante disso, não seria estranho pensar que algumas pessoas realmente chegaram a acreditar que o governo estava alistando pessoas com deficiência. Podemos compreender assim, a receptividade dos poemas aos leitores de cordel sobre a Primeira Guerra Mundial. Por fim, pudemos observar como o poeta faz uso de alguns elementos de seu cotidiano, como o imaginário popular acerca do padre Cícero, como recurso utilizado para legitimar a sua fala. Lembremos o caso da sua afirmação sobre a derrota da Alemanha, que teria sido anunciada em uma profecia do Padre Cícero na matriz da Igreja do Juazeiro.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Marcia. **Histórias de cordéis e folhetos**. – Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1999 – (Coleção Histórias de Leitura).
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A feira dos mitos**: a fabricação do folclore e da cultura popular (nordeste – 1920-1950). Apresentação de Regina Horta Duarte. – São Paulo: Intermeios, 2013.
- ALMEIDA, Átila Augusto F. de; ALVES SOBRINHO, José. **Dicionário biobibliográfico de repentistas e poetas de bancada**, 2 vols. João Pessoa: Editora Universitária-UFPB / Campina Grande: Centro de Ciências e Tecnologia-UFPB, 1978.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer; tradução de Ephraim Ferreira Alves. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- CHARTIER, Roger. **Os desafios da escrita**. Tradução de Fúlvia M. L. Moretto. – São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- CURRAN, Mark J. **História do Brasil em Cordel**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.
- HATA, Luli. **O cordel das feiras às galerias**. 2000. 215 f. Dissertação (em Mestrado) Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP. 1999. Disponível em <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000199277>> Data de acesso: 24/02/2015.
- LUCIANO, Aderaldo. **Apontamentos para uma história crítica do cordel brasileiro**. Rio de Janeiro: Edições. Adaga – São Paulo: Editora Luzeiro, 2012. 96p.
- MAYA, Ivone da Silva Ramos. **O poeta de Cordel e a Primeira República**: a voz visível do popular. Rio de Janeiro: 2006.
- MELO, Rosilene Alves de. **Arcanos do verso**: trajetórias da literatura de cordel. Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.
- TERRA, Rute Brito Lemos. **Memória de lutas**: literatura de folhetos do Nordeste (1892 a 1930). São Paulo: Global , 1983.
- Folhetos:**
- BARROS, Leandro Gomes. **Echos da Patria** – Torpedamento do Vapor Macaú. Recife: A Edictora, 1917-18.
- _____. **O Tempo de Hoje** – O Sorteio Militar. Guarabira: Tipografia Popular Editora, 1918.

_____. **A Allemania vencida e humilhada** – Os Horrores da Influenza Hespanhola. Guarabira: Tipografia Popular Editora, 1918.

**DOCÊNCIA COMPARTILHADA: REFLETINDO AS MULTIPLAS VISÕES
ACERCA DA BELEZA A PARTIR DO USO DE IMAGENS RENASCENTISTAS
(CHARGES, REVISTAS, FOTOGRAFIAS E PINTURAS)**

Risoneide Silva de Araújo¹

Maiza Ribeiro de Sousa²

Orientadora: Rosemère Olímpio de Santana³

RESUMO

Este artigo é resultado de nossa experiência na docência compartilhada no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID, realizado na Escola Dom Moisés Coêlho, no qual subprojeto de História. Para tal estudo de caso, abordamos as aulas de Renascimento e Humanismo nas turmas de 7º ano “C” e “D”, estas se pautaram em discussões acerca das visões dos alunos sobre o conceito de beleza. Sendo assim, fizemos uso de charges, revistas e pinturas de épocas diferentes, na qual os alunos pudessem problematizar o conceito de beleza. Que cada sociedade e temporalidade histórica possuía um determinado conceito. Além disso, problematizamos o modelo padrão de arte e beleza renascentista, utilizando para tal, discussões sobre o auto retrato e fotografia. Assim, os olhares foram ampliados para tal conceito, no qual os alunos identificaram que a beleza envolve questões que vão além da estética.

PALAVRAS-CHAVE: Beleza. Docência compartilhada. Imagens.

INTRODUÇÃO

Tomando como ponto de partida à Docência compartilhada, na qual procuramos estabelecer uma relação entre o período Renascentista com suas pinturas sobre o belo e o cotidiano dos alunos, percebemos através do conhecimento prévio dos mesmos o conceito de beleza referente a estética. Logo, tal conceito era bem definido nas turmas 7º “C” e 7º “D”, pois beleza assemelhava-se sempre a uma boa aparência, ou seja, ligada a um padrão que determina um corpo vulgo “gostoso”. Essas reflexões só foram possíveis devido a nossa participação no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), subprojeto de História da Universidade Federal de Campina Grande- Campus Cajazeiras, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior- CAPES. Tendo como objetivo estreitar os laços entre a

¹Graduanda do curso de licenciatura plena em História pela Universidade Federal de Campina Grande, campus Cajazeiras. risoneide_liciane@hotmail.com .Bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), financiado pela CAPES.

² Graduanda do curso de licenciatura Plena em História pela Universidade Federal de Campina Grande, campus Cajazeiras. izamataraso@hotmail.com Bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), financiado pela CAPES.

³ Professora Doutora e coordenadora do PIBID de História na Universidade Federal de Campina Grande, campus Cajazeiras. rosemere.santana@hotmail.com

universidade e as escolas da rede básica de ensino, onde os alunos possam ter o contato mais próximo com o ambiente escolar, vivenciando esse espaço de forma mais ampla, permitindo as trocas de experiências entre os sujeitos que operam suas múltiplas relações com o ensino. Assim, na cidade de Cajazeiras- Paraíba o PIBID desenvolve essas atividades, onde a aproximação com esse espaço fomenta subsídios para repensar o desenvolvimento docente, ampliando novos horizontes no ensino de história.

Propomos uma discussão acerca de como os alunos percebem o conceito de beleza a partir de imagens, pinturas e charges. Sendo assim, isso foi possível a partir da docência compartilhada nas turmas do 7º “C” e “D” onde foi desenvolvido o conteúdo sobre o Renascimento e Humanismo. Tal estudo foi relacionado não apenas sobre a época exposta, mas o assunto foi mencionado nos diversos espaços que tange os dias atuais.

Para tanto, nossas expectativas eram permitir uma maior reflexão que envolvesse diálogos e debates, trocas de experiências em torno do corpo e seus cuidados e como as várias visões, no que refere ao belo, é construído no cotidiano da sala de aula e como estes também podem perpassar esses espaços.

O Subprojeto de História da Universidade Federal de Campina Grande, campus de Cajazeiras foi criado em 2014, junto a esse projeto tem a necessidade de criar espaços de discussões como: ciclo de debate, cursos, oficinas, que possam analisar e ao mesmo tempo instrumentalizar a prática do docente no ensino de história, desmistificando a ideia que o ensino de história está desassociado de um presente. Por isso, a possibilidade da utilização de diversas linguagens, também para problematizar a diversidade cultural, contribuindo para a formação do cidadão-critico. Estudar temáticas na qual envolve temas que muitas vezes não são refletidas ou problematizadas no âmbito escolar, pois perceber as subjetividades dos alunos com a temática permite novos olhares sobre esses espaços socioculturais. Assim ao relacionar os alunos com esses recursos, construímos uma relação necessária para o desenvolvimento de ações não estereotipadas e discriminatórias sobre o corpo masculino e feminino.

TECENDO OS SABERES ACERCA DO CONCEITO DE BELEZA (CHARGES, REVISTAS, FOTOGRAFIAS E PINTURAS)

A docência compartilhada nos aproxima das subjetividades que se forjam no espaço escolar, pois o meio é heterogêneo, uma vez que nesse espaço várias identidades

podem ser ressaltadas, pois atuamos de forma ativa junto a escola, com o supervisor e a coordenadora. Desse modo, pensar em abordar o conceito de beleza, tornou-se elemento chave para entender as múltiplas visões dos alunos sobre a temática, como também refletir sobre os dilemas presentes na escola Dom Moisés Coêlho, estes que versa sobre bulliing com o corpo dos alunos, uma vez que aqueles que não seguem os padrões pela mídia televisiva, como também das revistas, acabam sendo alvo de preconceitos. Percebemos os vários discursos que se seguem no meio escolar sobre o belo, ressaltando que essas concepções estão voltadas ao que é produzido pela mídia, adequando-se ao seu cotidiano, assim, tomam como beleza um padrão que é definido por um corpo marcado pela definição das formas e das cirurgias plásticas.

Partindo desse pressuposto, iniciamos o nosso planejamento, com reuniões, pesquisas bibliográficas, discussões dos textos e a elaboração do plano de aula. Assim, partimos para a prática. O plano foi desenvolvido da seguinte maneira: Primeiro traçamos os objetivos, estes compreendem:

Conceitual:

Compreender as fases Renascentistas e sua contribuição para com a arte e construção do belo. Percebendo assim os arranjos existentes nas relações que se constituía entre os humanistas, burguesia e a Igreja.

Atitudinal:

Analizar (charges, revistas, fotografias e pinturas) nas quais retratem como era a pintura renascentista, percebendo o padrão de beleza que era empregado nessa sociedade. A partir dessas observações, foi feito um contra ponto com o cotidiano dos discentes mediante das capas das revistas “Revista Nova Brasil” e “Revista Capricho”.

Procedimental:

Problematizar como o conceito de beleza é concebido pelos alunos, após a exposição e reflexão do assunto será confeccionado pinturas, onde possa retratar a concepção dos discentes sobre a beleza.

Mediante os objetivos começamos a ativar o conhecimento prévio dos alunos, utilizando pinturas renascentistas, uma vez que buscávamos aprender a concepção previa do público alvo sobre o período estudado como também o que seria o ideal de beleza para os mesmos. Fizemos esse paralelo devido as diversas pinturas que retratam um corpo exuberante e entender juntamente com os alunos como ao perpassar dos anos as ideias de beleza são incorporadas nas diversas sociedades.

Visto isso, percebemos que há uma relação de uma cultura para outra, o qual versa sobre o ideal de beleza e o cuidado com o corpo, assim esses apontamentos detém

poder sobre os indivíduos, uma vez que Renascimento e a sociedade contemporânea conceituam padrões diversificados do que é belo.

Para trabalhar as pinturas renascentistas utilizamos os principais pintores e suas obras de destaque. Na primeira fase do renascimento no século XIV, usamos de Giotto di Bordone e sua obra (Lamentação afresco de Giotto di Bordoni), no século XV fora exposto o pintor Sandro Botticelli e algumas de suas obras (O nascimento de Vênus). Para discutir o século XVI, apropriamos de algumas pinturas de Leonardo da Vinci (Leda e o cisne, Madona Litta, Senhora com Arminho, A santa ceia e Mona Lisa). Ao decorrer da aula utilizamos de revistas, charges e fotografias, como forma de relacionar as concepções contemporâneas no que tange a beleza e quais os padrões as mesmas colocam como predominantes.

Referente as pinturas buscamos fazer uma discussão voltada para a questão do belo, como estes pintores renascentistas se preocupavam e buscavam ressaltar o corpo humano atraindo valores para o ideal de beleza. Desse modo, a partir das explicações das fases renascentistas abrimos um espaço para mostrar um pouco como funcionava esse cotidiano, pois a Igreja também teve um papel de destaque nessa época estudada, uma vez que os humanistas buscavam os preceitos básicos na antiguidade e por pensar de tal maneira surgia os conflitos com a Igreja, pois conforme (SEVCENKO, 1987, p. 15) os humanistas apresentava uma nova concepção de mundo.

[...] A Igreja, portanto, para quem a história humana só atingira a culminância na Era cristã, não poderia ver com bons olhos essa atitude. Não quer isso dizer que os humanistas fossem a teus, ou que desejassem retornar ao paganismo. Muito longe disso, o ceticismo toma corpo na Europa somente a parti dos séculos XVII e XVIII. Eram todos cristãos e apenas desejavam interpretar a mensagem do Evangelho à luz da experiência e dos valores de antiguidade. Valores esses que exaltavam o indivíduo, os feitos históricos, a vontade e a capacidade de ação do homem, sua liberdade de atuação e de participação na vida das cidades. A crença de que o homem é a fonte de energias criativas e limitadas, possuindo uma disposição inata para a ação, a virtude e a glória. Por isso, a especulação em torno do homem e de suas capacidades físicas e espirituais tornou a preocupação fundamental desses pensadores, definindo uma atitude que se tornou conhecida como antropocentrismo. A coincidência desses ideais com os propósitos da camada burguesa é mais que evidente.

Portanto, para o conhecimento prévio foi realizado algumas perguntas como, “o que vocês entendem por Renascimento?” “O que é a belo?” “Como seria uma pessoa bonita para vocês?” “Qual o padrão de beleza definido na nossa sociedade?” “Qual a importância da pintura ou fotografia na nossa sociedade atual?” “Qual a relação que nós

temos hoje com fotografia?” “Vocês acham que devemos seguir um padrão de beleza?” Por quê?”

A partir dessas perguntas as respostas giravam em torno de um desconhecimento do período renascentista, as concepções de beleza eram voltadas para um padrão físico no qual o corpo seguia o estilo *fitness* “gostosa”, “malhado”, “estilo paniquet”. Ao serem indagados sobre pinturas e fotografias muitos relatavam como uma maneira de guardar um momento, uma lembrança, foram múltiplas visões algumas respostas voltadas para “não, cada pessoa tem sua beleza” “tem que ser gostosa” desconheciam ou não souberem responder.

Após ativar o conhecimento prévio dos alunos, utilizamos imagens, pinturas, charges e fotografias. Para o melhor desenvolvimento do assunto exposto, problematizamos e questionamos as mesmas. As imagens foram usadas como recursos metodológicos para subsidiar a aula partindo do presente dos alunos. Problematizamos juntamente com os alunos o padrão de beleza que era constituído no período renascentista e como a sociedade conceitua a beleza em diferentes épocas.

“ENTRE O FEIO E O BELO”: AS IMAGENS ENQUANTO FONTES DE INSPIRAÇÃO PARA O CONCEITO DE BELEZA

A partir do conceito de beleza empregada na Idade média por Huizinga (2010), no qual o mesmo nos remete a ideia que a beleza está atrelada a um caráter divino, podemos ter a noção de que o belo pertence ao lugar que remete a um pensamento de uma divindade e tudo aquilo que foge desse lugar empregado ao divino pode ser considerado como feio. A análise feita por Huizinga (2010) é utilizada a partir do conceito de beleza identificado por Dionizio Cartuxo no qual o mesmo nos apresenta essa beleza voltada para a esfera do divino, sendo assim ele tem uma concepção definida, dessa maneira, podemos observar que Dionizio Cartuxo tem uma concepção fixa voltada a natureza enquanto forma de divindade e Huizinga conceitua a beleza de forma mais ampla, onde o belo não tem uma definição única, pois o mesmo sofre diversas influências ao decorrer dos séculos. No que tange as concepções de beleza Huizinga (2010) “portanto análise do belo é falha, a expressão da admiração é superficial. De início, não se vai muito além do uso dos conceitos de medida, graça, ordem, grandeza e utilidade para explicar a beleza.”

Por tanto, compactuando deste mesmo pensamento (SEVCENKO, 1987, p. 19) nos mostra que:

[...]Todo belo é uma manifestação do divino. Assim sendo, a exaltação, o cultivo e a criação do belo, consistem no meio mais elevado ao exercício de virtude e no gesto mais profundo de adoração a Deus. A produção do belo através da arte é o ato mais sublime de que é capaz o homem. Mas a arte não é a mera imitação da natureza é sim sua superação no sentido da perfeição absoluta. Uma tal superação da natureza só seria possível por um conhecimento mais rigoroso de suas leis e propriedades, que permitisse transpô-la com a máxima harmonia nas obras de arte através da elaboração da temática precisa.

Então, a beleza esta encoberta por subjetividades, onde cada sociedade tem uma forma própria de manter o culto ao belo. No período renascentista os pintores retratavam a beleza a através das imagens como sendo algo voltada a exaltação do corpo, nas suas formas e perfeições, onde se percebe o movimento vivo das imagens em suas técnicas de óleo sobre tela. O período renascentista se destaca no sentido de mostrar o homem como ser que preocupa-se com sua aparência, pois as roupas e arranjos das fotos ressaltam a preocupação de estar aparentemente bem diante da imagem.

Nesse sentido, para (SEVECENKO, 1987, p. 25) “a arte renascentista é uma arte de pesquisa, invenções, inovações e aperfeiçoamentos técnicos ela acompanha paralelamente as conquistas da física, da matemática, geometria, anatomia, da engenharia e filosofia”. O toque humanizado era de real importância para expressar um novo estilo na arte, onde evidenciava a busca no sentido divino a partir da figura do homem, pois quanto mais se aproxima da essência de Deus, tem se a ideia de pureza, uma vez que as artes não expressavam o desejo carnal, voltado ao sentido pejorativo do sexo a sim como podemos acompanhar em algumas imagens contemporânea, onde são manipuladas pela indústria de consumo, mas as imagens renascentista ressaltavam o principalmente, a pureza do homem.

Mediante questões abordadas, podemos destacar aqui, que as abordagens feitas em sala de aula sobre o período renascentista partiram antes de questões pressentes imbricadas no meio social dos alunos. Então, utilizamos como dito *a priori* charges e imagens da turma da Mônica, no momento que os alunos tivesse o acesso a tal imagem pudessem acionar seus mecanismos de lembranças e perceber que tais imagens remetem-se ao período renascentistas. Logo, a beleza abordada em sala de aula mostra a mulher como sendo algo voltada ao sentido carnal, onde ressalta os desejos e

imaginários diante um corpo exuberante, aquele perfil de pessoa que na dita linguagem popular “para o trânsito”.

Essas linguagens foram trabalhadas e analisadas a partir da ótica da rentabilidade, na qual a imprensa, assim como a televisão e revistas criam perfis do ser feio ou bonito, pois isso mostra que para ser belo custa caro, uma vez que por trás do corpo belo existem os produtos que ajudam melhorar a aparência. Vivemos em sociedade que é escrava da beleza, a medicina e suas técnicas avançadas criam formulas para o rejuvenescimento ou emagrecimento, as academias oferecem treinamento de definição total, onde a ritualização para com o corpo exige cuidados, sacrifícios e investimentos.

De acordo com (DELUMEAU, 1983, p. 24) “[...] Deslumbrado com a beleza do corpo, pôde restitui-lhe o seu legítimo lugar na arte e na vida. Mas, com isso, não aspiravam a romper com o cristianismo. A maioria dos pintores representou com igual convicção bíblicas e nus mitológicos.” Logo, as pinturas carregam consigo as subjetividades do artista, pois mesmo as artes tendo sofrido transformações, ou seja, na sua estética, cores e delineamentos, tais pinturas ainda seguem uma lógica da cultura grega, onde a essência do homem transcende o movimento vivo das imagens, estas retratadas na exuberância do corpo nu, ressaltando antes de tudo, a beleza do homem ligado ao divino.

Visto isso, na sala de aula, as imagens permitirão uma melhor discussão do conteúdo, onde as mesmas foram usadas como recursos para presidir a aula. De início as imagens foram apresentadas pelos alunos, pois o foco de discussões se fizeram presentes mediante ligações de uma época(Contemporânea) a outra (Renaissance), intercalando o que continua e o que desaparece de uma sociedade para outra. Acerca das imagens discute (PAIVA, 2004, p. 19-20):

A imagem é um retrato de uma verdade, nem a representação fiel de eventos ou de objetos históricos, assim como teriam acontecido ou assim como teriam sido. Isso é irreal e muito pretencioso. A história e dos diversos registros históricos são sempre resultados de escolhas, seleções e olhares de seus produtores e dos demais agentes que influenciaram essa produção.

Com tudo isso, as imagens permitiram um melhor desenvolvimento das aulas, pois os alunos foram percebendo as diferentes formas de ver e entender as imagens, estas recortadas a partir de um lugar social, uma vez que existe uma intencionalidade de quem produz e manipula tal objeto. Então, as imagens não são neutras, elas revelam

uma época e lugar, como também as formas de cada sociedade refletir sobre suas construções pessoais, assim como a beleza por entre as pinturas e sensibilidades de um período.

PALAVRAS FINAIS

Na guisa de conclusão, podemos perceber as dificuldades encontradas no ambiente de sala de aula e das várias formas de como os alunos se percebiam, ou seja, da forma de como estes carregavam consigo conceitos de beleza recortados a partir das visões impostas pela mídia, como televisão e revistas. O ambiente escolar é muito carregado de apelidos para com os outros, os próprios alunos criavam tais hábitos como formas de ridicularizar os demais colegas. Assim, envolvemos os alunos em uma aula na qual buscamos remontar uma nova visão sobre o que é ser belo, onde fizemos o paralelo entre duas sociedades que cultuou e continua a cultuar o corpo, colocando como centro principal a vaidade e beleza.

Assim, enquanto bolsistas do PIBID, procuramos desnaturalizar tais discursos ao que se refere ao belo. Desse modo, o caminho para tal desnaturalização é pela educação é por isso que o PIBID busca aproxima-se do contexto escolar identificando as necessidades presentes e atuando de forma a manter uma relação mais ampla com os alunos e principalmente ao que compete ao ensino de História e as particularidades dos alunos para novas visões, permitindo dessa maneira olhares mais críticos que possam discutir com naturalidade questões que muitas vezes passam despercebidos no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

A SANTA CEIA DE DA VINCI (1495) e Mona lisa (1506), tinta a óleo, retrato Disponível em: <<http://www.infoescola.com/pintura/a-ultima-ceia/>>. Acesso em: 17-05-2015.

DELUMEAU, Jean. **A civilização do Renascimento**. Estampa: Lisboa, 1983

GOMBRICH, E.H. **A História da Arte**. 16.ed. Rio de Janeiro: LTC,2011.

HUIZINGA, Johan. A sensação de Beleza. In: **O outono da Idade Média:** estudos sobre as de vida e de pensamentos dos séculos XIV e XV na França e nos países Baixos. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

LAMENTAÇÃO (1305), afresco de Giotto di Bordoni <http://www.ricardocosta.com/artigo/dor-daperda-mulheres-e-o-luto-na-historia> acesso em: 17-05-2015.

O NASCIMENTO de Vênus obra de Botticelli (1486). Disponível em: <<http://www.infoescola.com/biografias/sandro-botticelli/>>. Acesso em 17-05-2015.

- PAIVA, Eduardo França. **História e Imagens**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- REVISTA CAPRICO. Disponível em:
<<http://www.esmalterrealce.com.br/midia/2013/07.php>>. Acesso em: 17-05-2015.
- REVISTA NOVA BRASIL. Disponível em:
<<http://caroldieckmann2013.blogspot.com.br/2013/01/julho-2008-revista-nova.html>>. Acesso em: 17-05-2015.
- SEVCENKO, Nicolau. **O renascimento**. 5ed. São Paulo: Atual, 1987.